SEMIC

XIII SEMINÁRIO NACIONAL DE MÍDIA, CULTURA E CIDADANIA

ANAIS

de artigos completos do

XIII SEMINÁRIO NACIONAL DE MÍDIA E CIDADANIA

ORGANIZADORES

ANA RITA VIDICA

SUELY HENRIQUE GOMES

GEISA MÜLLER

MAYLLON OLIVEIRA

UFG

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

PPGCOM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO

FIC
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Reitor Edward Madureira Brasil
Vice-Reitor Sandramara Matias Chaves

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Direção Angelita Pereira de Lima
Vice-Direção Andréa Pereira dos Santos

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO PPGCOM

Coordenação Dra. Ana Carolina Temer
Vice-Coordenação Dra. Ana Rita Vidica Fernandes

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. Todos os direitos desta edição estão reservados ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. A revisão dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

Disponível em http://mestrado.fic.ufg.br e https://semic.fic.ufg.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
RESPONSÁVEL: GEISA MÜLLER

Seminário Nacional de Mídia e cidadania (*13. : 2019: Goiânia, GO*)

S471a Anais de artigos completos do XIII Seminário Nacional de Mídia e Cidadania [recurso eletrônico] Organizado por Ana Rita Vidica et al. – Goiânia: PPGCOM/FIC/UFG, 2018.
225 p.

ISSN 2318-4876

1. Comunicação. 2. Mídia. 3. Cidadania. I. Ana Rita Vidica. II. Gomes, Suely. III. Müller, Geisa. IV. Oliveira, Mayllon. V. Título

CDU: 316.77

PPGCOM/FIC/UFG

Universidade Federal de Goiás - Campus Samambaia
Faculdade de Informação e Comunicação - Rua Samambaia
Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Sala 16
Caixa Postal 131 . CEP 74001-970 . Goiânia-Goiás . Brasil
Telefone: (62) 3521-1514
ppgcom.fic@ufg.br

X SEMINÁRIO NACIONAL DE MÍDIA E CIDADANIA

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás – FIC/UFG

Coordenação
Suely Henrique de Aquino Gomes
Ana Rita Vidica

COMISSÃO ORGANIZADORA

Geisa Müller de Campos Ribeiro
Mayllon Oliveira
Luana Silva Borges
Kalyne Menezes Souza
Guilherme Lucian Pereira
Milena Marra
Larissa Machado Vieira

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Júlia Carrijo
Gabriela Alves Campos
Thálita Sousa Santos

COMITÊ CIENTÍFICO

Dra. Adriana Rosa Cruz Santos (UFF)
Dr. Alexandre Tadeu dos Santos (UFG)
Dra. Ana Carolina Rocha Pessôa Temer (UFG)
Dra. Andréa Pereira dos Santos (UFG)
Dra. Ângela Teixeira de Moraes (UFG)
Dra. Cicilia M K Peruzzo (FIAM FAAM)
Dr. Claudomilson Fernandes Braga (UFG)
Dr. Dalton Lopes Martins (UNB)
Dr. Deyvisson Costa (UFMT)
Me. Filipe Reis
Me. Frederico Oliveira
Ma. Geisa Muller (UFG)
Dr. Goiamérico Felicio Carneiro dos Santos (UFG)
Dr. João de Melo Maricato (UnB)
Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque (UnB
Dra. Luciene de Oliveira Dias (UFG)

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Luiz Antonio Signates Freitas (UFG)
Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva (UFG)
Dra. Marcia Tondato (ESPM)
Dra. Marli dos Santos (Cásper Líbero)
Ma. Mariana Reis Mendes (UFG)
Dra. Mônica Rodrigues Nunes (USP)
Dra. Nélia Rodrigues Del Bianco (UnB)
Ma. Pedro Simon Gonçalves Araújo (UFG)
Ma. RaniêSolarevisky de Jesus (UFG)
Dr. Ricardo Pavan (UFG)
Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges (UFG)
Dra.Simone Antoniaci Tuzzo (UFG)
Dra.Suely Henrique de Aquino Gomes (UFG)
Dr.TiagoMainieri Oliveira (UFG)
Dra.Valquíria Aparecida Passos Kneipp (UFRN)
Ma. Weber Feliz de Oliveira (UFG)

ANAIS DE ARTIGOS COMPLETOS DO XIII SEMINÁRIO NACIONAL MÍDIA E CIDADANIA

TEMA

Mídia, Diversidade e Diferença

Outubro de 2019

SUMÁRIO

Apresentação	**6**
Leitura Crítica da Mídia	**8**
Fake News e a crença na verdade da mentira	**9**
Análise de conteúdo como metodologia complementar: contribuições do método em associação à análise de discurso do texto “biografia” de Fernando Holliday	**22**
A Representação Social da Adoção no Jornal Impresso Folha de São Paulo nos anos de 2017, 2018 e 2019	**36**
Jornalismo alternativo, direito à informação e cidadania	**50**
Formadores de Opinião Mirim no YouTube: Uma Análise Sobre a Influência dos Youtubers Mirins na Publicidade Infantil	**66**
O humor como uma ferramenta de crítica na televisão brasileira	**78**
Jornalismo e Cidadania	**96**
Das Condições Comunicativas Do Jornalismo: Uma Tensão Fundadora	**97**
Televisão Pública e Esfera Pública: As Emissoras Universitárias Brasileiras Como Espaço de Democratização da Comunicação	**111**
Espetacularização do Discurso de Ódio e Violência Em Sites Noticiosos: As Faces da Intolerância	**124**
A Ética No Jornalismo Literário: As Reportagens De Talita Bedinelli No *El País*	**139**
Uma Análise De Conteúdo Das Manchetes Do Jornal O Diário Da Manhã Frente à Violência de Gênero Contra A Mulher	**153**
Micropoderes e Violência Simbólica: Uma análise do discurso narrativo do*Correio Braziliense* acerca da população carcerária brasileira	**171**
Convergência e tecnologias digitais	**185**
Jornalismo Ambiental na Era Digital: Um Ensaio Sobre As Iniciativas Independentes Atuantes No Brasil	**186**
O s*martphone* como extensão do homem a partir dos conceitos de Marshall McLuhan	**198**
Deslocamento de fala: estratégias discursivas do presidente Jair Bolsonaro no Twitter	**211**

APRESENTAÇÃO

Esperancemo-nos!

Sempre que agimos, estamos buscando ajustes para uma vida melhor. Estudamos, debatemos, reorganizamos, pesquisamos com a esperança de solucionar, redimensionar, apresentar novos horizontes para questões que são importantes para nós. A esperança, enquanto ato ou objeto, mobiliza-nos e é este movimento plural um dos elementos que carregam a nossa realidade de diversidade. Nesta seara, nos juntamos e construímos uma dinâmica cultural onde comunicação e pertencimento são coletivos e compartilhados. Espaços de trocas e multiplicidade de saberes direcionados ao bem-viver.

Diante das profundas mudanças políticas, econômicas e sociais contemporâneas, aflora a busca por compreender o papel midiático na conquista do bem-viver. Enquanto proposta em construção, o bem-viver apresenta-se como uma crítica ao consumo inconsequente e orienta-se pela sustentabilidade e bem-estar. Nesta busca, é possível perceber que a presença da diversidade e da diferença nas elaborações e produções midiáticas pode conduzir ao enriquecimento cultural e à democratização das relações sociais exatamente por combater a perspectiva do pensamento único.

Com as novas tecnologias, a lógica do espetáculo se estende para a esfera das relações sociais, sendo que a visibilidade midiática pode implicar em reconhecimento e legitimação das diversidades. A partir deste panorama, o ser, estar e permanecer da diversidade nas produções midiáticas podem conduzir ao respeito às diferenças e, consequentemente, a uma sociedade mais saudável. Estas são questões que orientam a escolha temática para a edição de 2019 do Seminário Nacional de Mídia, Cultura e Cidadania (Semic). Resultado de uma matriz educacional que se atualiza na medida em que considera a urgência da presença da diversidade no pensar-fazer comunicacional, o Semic coloca-se como um dos agentes neste processo de construção do respeito às diferenças.

Consolidamos a pluralidade neste espaço, para onde convergem debates que passam pelas construções de gênero, fetichização do consumo, antirracismos, tecnologias informacionais, infanticídio, movimentos populares e feminicídio. São propostas tão diversas que chegam a “esperançar” – esse verbo transitivo direto e pronominal que significa dar ou ter esperança e que foi generosamente trabalhado pelo educador Paulo Freire – o nosso

cotidiano de produção acadêmica. A constatação da diversidade é um passo fundamental para que reconheçamos a diferença, sendo que este reconhecimento é o start para que sejamos partícipes no processo de construção de uma sociedade melhor. A esperança – aqui enquanto ato – é reconhecer e respeitar.

Profa. Dra. Luciene Oliveira

LEITURA CRÍTICA DA MÍDIA

Coordenação Simone Tuzzo e Claudomilson Bragas

FAKE NEWS E A CRENÇA NA VERDADE DA MENTIRA

Claudomilson Fernandes Braga[1]
Maiara Raquel Campos Leal[2]

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir como o fenômeno das *fake news* – que tem ocupado de forma abrangente as plataformas de mídias sociais, em que pese ser efetivamente uma falsa notícia - a partir das crenças da emissão e da recepção, se constitui em uma verdade, inclusive propiciando a divulgação de mentiras como verdadeiras e sendo potencializada em escala global. Os resultados da discussão obtidos a partir da pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo indicam que neste espaço de disputa, qualquer informação do endogrupo (grupo original) será sempre melhor compreendida do que a informação do exogrupo (grupo divergente). E para tanto, o endogrupo, no processo de validação das suas posições desmerece a informação do outro e transforma sua falsa crença em conhecimento. Ao transformar uma crença inválida, falsa, transforma a mentira em verdade, pelo menos para o grupo de pertença, de modo que a mentira se reveste de verdade e aos olhos do endogrupo ela (a mentira) é uma verdade.

Palavras-chave: *Fake News*; Verdade; Mentira; Crenças.

1 INTRODUÇÃO

A verdade saindo do poço com seu chicote para castigar a humanidade (*La Véritésortantdupuitsarmée de sonmartinetpourchâtierl'humanité*) do pintor francês *Jean-Léon Gèrôme* de 1896 está ligada a uma parábola do século XIX onde a verdade se encontra com a mentira e a convida para tomar banho no poço, argumentando que a água estava ótima. Durante do banho a mentira sorrateiramente pega a roupa da verdade e foge. E a verdade fica sem roupa. Nua sai correndo pela multidão desnuda e envergonhada, e não encontrando suas roupas retorna para o poço.

Enquanto isso, a *mentira vestida de verdade* viaja pelo mundo satisfazendo os desejos da sociedade. A mesma parábola ainda conta que a verdade se recusa a vestir as roupas da mentira e não tendo do que se envergonhar deste então circula pelo mundo, escandalizando, chocando a humanidade por estar verdadeiramente nua e crua.

A máxima da parábola diz ainda que aos olhos de muita gente foi preferível conviver com a verdade da mentira do que aceitar a nudez da verdade, ou seja, a mentira e sua verdade. Assim são as *Fake News*.

[1] Doutor em Psicologia Social pela PUC Goiás. Pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Associado da Faculdade de Informação e Comunicação (Graduação, Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Goiás. E-mail: milsonprof@gmail.com
[2] Mestra em Sociologia. Doutoranda em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: maiararcleal@hotmail.com

É neste contexto que as *Fake News*, fenômeno que se potencializou na sociedade contemporânea, sobretudo, a partir do advento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), que vivenciamos a circulação de mentiras vestidas de verdade, pois parece, ao fim e ao cabo que ela mesma (a mentira) é uma verdade.

As notícias falsas ou *fake news* não são uma exclusividade do século XXI. A história está repleta de casos de notícias falsa. Apenas para citar alguns: na Revolução Francesa, por exemplo, há relatos de panfletos espalhados pelas ruas de Paris com notícias contraditórias; à época da guerra fria, a inteligência soviética na tentativa de confundir os órgãos de informações ocidentais difundiu notícias falsas. Mas é no século XXI que as notícias falsas se avolumam e tomam forma. A partir da popularização das mídias sociais, quando a população, até então apenas receptora de notícias, assume o papel de emissor e todos são emissores e receptores ao mesmo.

Aqui o papel do jornalista e a ética ontológica do jornalismo se esvaziam. Todos são jornalistas. Todavia, o que nos inquieta neste artigo é: o que leva os sujeitos no espaço social acreditarem que determinada notícia falsa é verdade? O que leva determinados grupos sociais a não apenas acreditarem nas falsas notícias, mas, sobretudo, divulga-las, potencializa-las a ponto de convencer outras pessoas? É neste contexto que este artigo se constrói.

2 *FAKE NEWS* E OS CRITÉRIOS DA VERDADE

As *Fake News* são textos que buscam parecer autênticos, atendendo muitas vezes de forma rigorosa a critérios de diagramação de fontes noticiosas legítimas (TANDOC, LIM, LING, 2017; TORRES, GERHART, NEGAHBAN, 2018).

Nesse sentido, o conceito de *Fake News* pode ser compreendido também, segundo Recuero e Gruzd (2019) como sinônimo de desinformação, que circula mais livremente nas redes sociais on-line, onde existiria uma variada e imensa quantidade de informações sobre o que seriam as *Fake News* e como reconhecê-las. Para os autores, as *Fake News* se definem a partir de duas características que Shu et al (2017) evidencia em seus estudos: a falta de autenticidade e o propósito de enganar, o que pode disseminar verdades que foram criadas a partir da mentira ou de fatos falseados, influenciando na formação do imaginário do grupo que recebe e compartilha esse tipo de conteúdo.

E não só! Se por um lado não se sustentam enquanto verdade, por outro lado, do ponto de vista do jornalismo, atendem de forma organizada aquilo que Traquina (2008) denomina de valor-notícia. Logo são notícias verdadeiramente falsas.

Outro aspecto observado nas *Fake News* é a noticiabilidade, que segundo Belochio (2010) envolvem aspectos profissionais e mercadológicos que acabam influenciando as opções editoriais

dos veículos. Em que pese muitas vezes não exista uma instituição de comunicação por trás das falsas notícias. Isto pelo fato de na contemporaneidade com o advento das mídias sociais, parece que todos os sujeitos são jornalistas.

É neste sentido que a primeira e provavelmente a mais importante das características de noticiabilidade, a pauta, venha ao encontro da disseminação de *Fake News*. Isso em razão do fato dessas pautas serem muitas vezes escolhas feitas pelo jornalista: a escolha de pautas que mais agradam o seu público. Aqui reside provavelmente o lugar privilegiado das *Fake News* – agradar o público.

Se tomarmos como referência as colocações de Goulart (2006) para quem as notícias se constituem em representações acerca da realidade e na maioria das vezes dependem de crenças, valores e objetivos daqueles que a produzem e relacionarmos essa possibilidade com a realidade vivida na contemporaneidade, onde todos parecem e agem como jornalistas, as *Fake News* então são construções de uma crença verdadeira, de quem a produziu, logo é uma verdade. Em sendo uma verdade para quem a produziu também o é em grande escala para quem a consome, recepciona, ouve, lê. Falamos da crença na crença da notícia. Argumento que trataremos mais adiante neste artigo.

As *Fake News* são, portanto, pautas, assuntos, temas, escolhas. O que para Fairclough (1995) são no fundo escolhas baseadas em motivações sociais e tratam em sua grande maioria de escolhas, sobretudo, ideológicas e de dominação e encontram respaldos em uma audiência que também faz escolhas por este mesmo olhar, criando neste sentido uma teia de interesses pelo mesmo assunto, pela mesma pauta.

Aqui as *Fake News* se estabelecem nas duas esferas da noticiabilidade: na produção e na audiência. Ambos os grupos (de quem produz e de quem consome), acreditam e veem verdade na notícia falsa. Como na obra de *Jean-Léon Gèrôme (i.e.),* é preferível conviver e viver com a verdade da mentira do que conviver com a nudez da verdade.

Acrescenta-se a este cenário o anonimato como aspectos que protege a falsidade da notícia e fortalece a crença na verdade, mesmo em si tratando da mentira. Como descrito por Thompson (2010) é na interação-quase-mediada, monológica por natureza, onde as formas simbólicas assumem um espectro indefinido de receptores também indefinidos, que a crença parece ser o único elo que possibilita essa interação, criando uma forma simbólica de interação; conectando os sujeitos no mundo social pela comunicação, pela notícia.

E mais. É também na conjuntura da pós-verdade (post-thuth) que os fatos objetivos preponderam menos. Causam menos impacto na opinião pública e se estabelecem no campo das

emoções, dos afetos e das crenças pessoais e grupais, criando campo fértil para a difusão e consumo de *Fake News*.

Ou seja, este processo tem como resultado de fato "[...]a desinformação e a informação incorreta." (POSETTI, 2019, p.61). Cujo sistema

> [...] de distribuição de notícias sociais, que é dependente do compartilhamento de pessoa para pessoa, frequentemente envia o conteúdo viral, tornando impossível voltar, mesmo que jornalistas e outros checadores de fatos consigam desmascará-las (POSETTI, 2019, p.61).

A ponto das *Fake News* segundo Vergin (2017), terem se tornado um mercado muito lucrativo. Segundo relatório da empresa de software Trend Micro existe diversas páginas nas Darknets (redes secretas de comunicação) que oferecem como serviço notícias falsas, com garantia de rápida propagação, se tornando um conteúdo viral na Internet. A jornalista cita que "por 200 mil dólares, por exemplo, é possível comprar uma campanha visando provocar protestos públicos. Já uma campanha de descrédito de um jornalista custa 55 mil dólares", e os pacotes incluem perfis e grupos falsos nas redes sociais, com conteúdo inverídico, garantindo as famosas "curtidas" e os *retweets* necessários para que ocorra o compartilhamento em massa do conteúdo na rede.

As falsas notícias, portanto, em nosso entendimento se estabelecem no espaço comunicativo como atos de verdade e se disseminam entre grupos que creem na verdade da mentira, potencializando-se e fazendo prevalecer verdades particulares em detrimento de verdades universais. A exemplo da crença dos movimentos antivacina onde a ciência perde lugar e validade para uma verdade particular e localizada de grupos que alimentam a crença de que vacinas são a causa de determinadas doenças ao invés de ser o combate, a eliminação.

O próprio Facebook segundo Bickert (2019) lançou uma campanha para combater a desinformação sobre vacinas no Facebook, reduzindo a distribuição desse tipo de notícias tendenciosas, procurando fornecer informações confiáveis sobre o assunto para as pessoas. As medidas tomadas por essa rede social buscaram reduzir a classificação de grupos (grifo nosso) e páginas que espalham informações erradas em seus *feeds* de notícias e no próprio mecanismo de busca, sendo que essas páginas não serão incluídas quando os usuários procurarem sobre o assunto. Também será uma prática a rejeição de anúncios que incluem informações erradas ou inverídicas sobre vacinas, chegando ao extremo de desativação da conta caso as páginas continue violando as políticas de uso da plataforma.

3 O PARADIGMA DOS GRUPOS MÍNIMOS E A VALIDADE DA CRENÇA

Os estudos desenvolvidos por Sherif (1961) realizados entre as décadas de 1950 e 1960 foram promissores em introduzir os primeiros passos para o entendimento dos conflitos intergrupais (GAERTNER e DOVIDIO, 2000). Em um estudo denominado "*Robbers Cave"*, Sherif (1961) analisou as interações naturais de dois grupos de meninos em um acampamento de verão. Por uma semana, os grupos conviviam separadamente a fim de fortalecer as normas intragrupais. Na semana seguinte, os grupos eram colocados em situação de competição por meio de atividades esportivas. Por fim, na terceira semana, os grupos mantinham contato em situação neutra.

Os resultados demonstraram que apesar da formação de normas e a emergência de uma hierarquia dentro dos grupos, na situação de competição, houve o surgimento de estereótipos e de hostilidade entre os grupos. Na situação neutra, embora não competindo entre si, a hostilidade entre os grupos não foi reduzida, indicando que a formação dos grupos e sua consequente hegemonia não foram alteradas em razão das mudanças ocorridas no ambiente externo ao grupo. Ou seja, a manutenção do *status quo* do grupo foi, em certa medida, rigorosamente preservada.

As evidências indicaram que tais comportamentos são resultantes da identificação dos membros com seu grupo, o que coloca a identidade social no centro das relações intergrupais (NETO e AMÂNCIO, 1997).

Entretanto, são os estudos de Henri Tajfel e colaboradores (1981) na Escola de Bristol já na década de 1970 que a crença grupal toma forma e assume conteúdo, à medida que os resultados dos experimentos desenvolvidos pelos pesquisadores, denominados de Grupos Mínimos dão conta de que mesmo em grupos mínimos ocorrem posições e respostas favoráveis ao grupo. Ou seja, não importa as condições, o grupo sempre prevalece mesmo em relação ao indivíduo. Em outros termos, mesmo em condições desfavoráveis, o grupo se fecha e se protege em relação aos ataques de outros grupos discordantes.

Apesar de o paradigma ter sido severamente criticado, pois, segundo especialistas, a explicação seria "desinteressante", foi na esteira das pesquisas, que Tajfel e colaboradores desenvolvem a Teoria da Identidade Social (TIS). Segundo a TIS acredita-se que os sujeitos creditam mais pontos positivos, ao seu grupo do que ao grupo externo (endogrupo vs. exogrupo), pois, o favoritismo em grupo é a única forma de alcançar uma distinção, uma posição positiva, de tal modo que a identidade social pode ser compreendida como a formação de um auto-conceito individual e a valoração atribuída à pertença. A crença na pertença.

Os resultados dos estudos dos Grupos Mínimos também indicaram que quanto maior as diferenças entre os grupos, maior a valoração intragrupal e maior a discriminação em relação ao outro grupo (exogrupo), de tal forma que os resultados apontaram no sentido de que essa discriminação se configura em um comportamento universal assim como o favoritismo do

endogrupo. Em outras palavras, quando os ataques sociais são proferidos ao grupo, mais o grupo se fortalece na defesa dos seus ideais e mais ataca o grupo opositor no sentido da defesa e da preservação do próprio grupo.

Segundo Miranda (1998) caso extrapolemos essa conclusão para o plano social, as categorizações grupais tendem a ser efetuadas a partir de critérios étnicos e ou raciais. E aqui damo-nos a liberdade de compartilhar e corroborar que, na contemporaneidade, também o é por critérios ideológicos como questionado por Cabecinhas (2002) e por Monteiro, Lima, e Vala (1991).

Assim, as tomadas de posições grupais são cada vez mais e sempre, suportadas pela diferença e pelo antagonismo. Não se discute o diferente. Apenas se apreende e internaliza a lógica vigente do grupo, cujo intuito é pertencer. E é sobre o sentimento de pertença e a manutenção do *status* de pertença que o grupo se fortalece, tornando-se abrangente e receptivo a novos membros, cujo repertório identitário e discursivo ecoa sobre a mesma nota musical como se fosse e é música aos ouvidos do interessado.

É nesta ambiência de disputa entre a verdade e a mentira que os grupos se movimentam e tomam partido. Ora pela verdade, ora pela mentira. Tudo em favor do favorecimento grupal. Tudo em favor do fortalecimento e favoritismo do próprio grupo.

É segundo o paradigma dos grupos mínimos (TAJFEL, 1970), que sempre vai existir o favoritismo do endogrupo em detrimento do exogrupo, tanto nos processos de categorização social como na formação de identidades e nas relações intergrupais.

Aqui residem as *Fake News*. Fenômeno nem tão recente, mais potencializado pelas mídias sociais em escala global e que se fortalece na crença da verdade da mentira. Um paradoxo! Se for mentira como pode ser verdade? É neste cenário de antagonismo que as *Fake News* correspondem a um dos fenômenos de reforço na divisão de grupos, pois tende a trabalhar com a noção de desinformação, sendo que:

> A estrutura das *fake news* como notícias "verdadeiras" tem valor muito importante, pois cria narrativas que ecoam preconceitos e visões de mundo dos atores sociais (o chamado "bias de confirmação". Assim, como Horta-Ribeiro et al. (2017) demonstraram em seu trabalho, as pessoas tendem a acreditar em informações que condizem com sua percepção das narrativas sociais e a desacreditar em narrativas que desconstroem essa percepção (RECUERO; GRUZD, 2019, p. 33).

As *Fake News* neste espaço se caracterizam, portanto, como uma ação intencional e tende, em última instância, reforçar as visões e crenças sobre o mundo e a realidade, de modo a negar tudo àquilo que o contraria, mesmo que para isso, tenham que negar fatos históricos, estatísticas oficiais e pesquisas científicas. Prevalece a crença desinformada.

4 MENTIRA E VERDADE, CRENÇA E CONHECIMENTO

A relação possível entre mentira e verdade e entre crença e conhecimento é ampla e complexa. É no entrelaçamento entre a crença e o conhecimento que a mentira e a verdade se instalam, se fazem presente, (i.e.), a crença é o conhecimento e o conhecimento é a crença justificada. Todavia, neste vai e vem entre crença e conhecimento injustificado que surge à mentira. Aqui entendemos que a crença só é verdadeira se a mesma for provada, apresente razoáveis justificativas, caso contrário, falamos da mentira.

Entre a crença justificada e a falsa crença surge a dúvida. Para a Filosofia, a dúvida é um estado insatisfatório e que lutamos de modo árduo para ultrapassa-la; enquanto a crença justificada é tranquila, calma, satisfatória, é, portanto, o conhecimento, a verdade. Se assim o é, a mentira então é uma falsa crença, uma dúvida, um desconhecimento.

Mas como explicar à falsa crença, logo sem justificativas, portanto, mentira, que as *Fake News* divulgam? Seria as *Fake News* a tentativa de justificar falsas crenças transformando-as em conhecimento, logo em verdade? Seriam as *Fake News*estratégias de transformar falsas notícias em notícias verdadeiras à medida que transforma crenças falsas em crenças verdadeiras e por consequência em conhecimento?

Partindo da premissa que as *Fake News*são falsas notícias que não condizem com verdade em relação a determinado fenômeno e ou acontecimento e a partir de uma perspectiva de análise, podemos inferir que se por um lado toda *Fake News* seria uma tentativa de parecer uma verdade no intuito de transforma-la em uma crença justificada, logo em conhecimento.

Por outro lado à mesma *Fake News* agora justificada e transformada em conhecimento, tenta se validar na audiência, na plateia, no ouvinte e novamente a justificativa da crença transforma as *Fake News* em verdade, notícia verdadeira.

E para tanto, circulam nas redes sociais e se apresentam com textos carregados de palavras de efeitos e com todas as características de uma notícia verdadeira, de modo que instigue a curiosidade e sentimentos do receptor, como a raiva e a cumplicidade, buscando “comovê-lo por meio de suas crenças. [...] As crenças relacionadas à motivação do indivíduo podem ter influências variadas, como a religião, política, superstições, o desejo de fazer informar com boas ou más intenções, etc.” (PAULA; et al, 2018, p.106).

De um modo geral, a crença permeia todas as fases das *Fake News* como se se tratasse de um continuum, processo que justifica as *Fake News* na produção, tornando a falsa crença em crença justificada e posteriormente em verdade na crença do grupo que a consome e divulga.

Se tomarmos como exemplo o caso dos movimentos antivacina, percebemos que as *Fake News* produzidas e divulgadas pelos grupos nas redes sociais são originadas nas crenças destes

grupos e na tentativa de justificar essas crenças, gerando, também falsas notícias que tentam justificar, a qualquer custo a falsa crença, tais como o adoecimento de quem toma vacina; a ineficácia das vacinas etc.

Na outra ponta deste processo se encontra os grupos de recepção que também alimentam a mesma crença e no desejo de pertencer ao grupo original, validam a notícia como verdade. É o que se denomina de crença existencial. A tentativa de explicar determinado fenômeno ou acontecimento no intuito de justificar sua própria existência.

Nesta perspectiva a partir de uma inferência podemos dizer que os grupos que acreditam em falsas notícias em última instância justificam-nas na tentativa de justificar seu próprio eu, sua própria crença na pertença, suas verdades. Em outras palavras as *Fake News* parecem ser reflexos discursivos, atos comunicativos de uma mentira que se veste de verdade, como ocorreu em "A verdade saindo do poço com seu chicote para castigar a humanidade" (Jean-Léon Gèrôm, 1896) e que busca de modo sistemático criar condições de verdade para uma mentira. Transformar uma crença em conhecimento.

Segundo Derrida (1996, p. 10) o que

> [...] define a veracidade ou a mentira na ordem do dizer, do ato de dizer, permanece independente da verdade ou da falsidade do conteúdo, daquilo que é dito. A mentira depende do dizer e do querer-dizer, não do dito. [...] não se mente ao enunciar uma asserção falsa que *cremos verdadeira* (grifo nosso) e [...] antes mente-se ao enunciar uma asserção verdadeira que cremos falsa. Pois é pela intenção (ex animi sui) que se deve julgar a modalidade dos atos.

Assim a mentira se transforma em verdade e a falsa crença em conhecimento. Do ponto de vista das *Fake News* elas se consolidam como mecanismo de validação da crença na pertença. Ora validam a pertença e a existência dos grupos de produção, ora validam a pertença dos grupos de recepção. E o ciclo noticioso se fortalece com alto poder de repercussão e de seguidores, sobretudo, nas mídias sociais digitais.

Essa aparente desordem da informação ocasionada pela disseminação em larga escala de *Fake News*, parece desencadear situações que se reflete em um ambiente global, devido à potencialidade de replicação da Internet e seus instrumentos. Para Ireton e Posetti (2019, p. 19), esse fenômeno que além de alterar a lógica natural dos acontecimentos infiltrando-se e lançando mão de falsas verdades, é também um fenômeno "que abrange desde o assédio de jornalistas por "exércitos de *trolls* sancionados pelo Estado" até à manipulação de eleições, à saúde pública e ao fracasso em reconhecer os riscos da mudança climática". O cidadão que também é consumidor de

informação tem que empreender uma luta constante de discernimento entre o que é verdadeiro e o que é falso nas mídias sociais.

Vale a pena ainda alertar para o fato de que é na criação e disseminação de *Fake News* que os antagonismos se sobressaem: o branco e o negro; o rico e o pobre; o magro e o gordo; o alto e o baixo; a mentira e a verdade; a falsa crença e o conhecimento.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES... QUASE FINAIS

A partir dos estudos empreendidos por Henri Tajfel vemos que a identidade social fortalece as relações intragrupais e, sobretudo, nos espaços sociais, antagonizam outros grupos, à medida que mesmo em situações desfavoráveis, defendem de modo categórico suas posições, suas crenças, suas verdades. Por este prisma, seja em situações de controle ou mesmo em campo aberto, o favorecimento do endogrupo será sempre prioritário e preponderará em relação ao exogrupo. Se assim o é, qualquer ação do endogrupo será sempre validada, ou pelo menos tentará ser, em relação às ações do outro grupo.

Neste espaço de disputa, qualquer informação do endogrupo, será sempre melhor compreendida e melhor aceita do que a informação do exogrupo. E para tanto, o endogrupo, no processo de validação das suas posições desmerece a informação do outro, tentando transformar sua falsa crença em conhecimento. E ao transformar uma crença inválida, logo uma falsa crença, transforma a mentira em verdade, pelo menos para o grupo de pertença.

Se originalmente a ideia de transformação da falsa crença em conhecimento se constrói baseada na noção de existência e que tem de certo modo uma vocação individual, em médio prazo essa ação busca fortalecer o grande grupo e antagonizar o outro, criando uma identidade social de consenso e atraindo outros membros. É no antagonismo que se fortalece as próprias posições, seus próprios espaços de fala e de ação. Como vimos até então, aqui residem as *Fake News*, se prestando ao favorecimento do endogrupo, fortalecendo a identidade grupal e transformando falsas crenças em conhecimento. Transformando falsas notícias em notícias verdadeiras.

Neste sentido, arriscamos afirmar que as *Fake News* são verdades, do ponto de vista de quem as produz, de quem as publiciza e do ponto de vista de quem as compartilha. São verdades sustentadas por uma crença invalida. O que significa segundo as palavras de Recuero e Gruzd (2019, p. 34) “as crenças políticas, constituindo uma esfera pública parcial, partidária e universalizante para aqueles que dela participam”.

É nesse tipo de comportamento que acontece o processo de homofilia que corresponde a uma característica das redes sociais on-line, e que significa que as pessoas tendem a se relacionar e

ter contato com pessoas similares, que compartilham ideologias, gostos, crenças e opiniões, aumentando a bolha endogrupo versus exogrupo.

Ainda segundo Recuero e Gruzd (2019), a noção de homofilia (MCPHERSON, SMITH-LOVIN e COOK, 2001) nos permite compreender a tendência que uma determinada informação tem de se espalhar em alguns grupos, sendo refutada ou completamente ignorada por outros, situação que se mostra visível quando se trata de grupos políticos que funcionam a base da polarização, como ocorreu no Brasil durante as eleições de 2018 e de certo modo ainda permanecem, onde as *Fake News* se fizeram e se faz presente nas redes sociais e nos debates públicos.

O compartilhamento de *Fake News* em redes sociais on-line coloca o indivíduo em uma armadilha virtual, já que existem algoritmos específicos que consegue mapear os conteúdos acessados e compartilhados pelos atores, o que permite empresas e operadores virtuais continuarem oferecendo conteúdos similares, gerando uma rede cada vez maior de desinformação e crenças fechadas em um mundo sem espaço para o debate e a discussão sobre a verdade do outro, prevalecendo quase que exclusivamente a verdade particular, a própria verdade.

Neste espaço de disputa a atuação de robôs (bots) e de atores engajados criam ideias de consensos fazendo a informação circular entre o maior número de pessoas, de preferência, que dividem ideias e visões de mundo semelhantes. As *Fake News* e o mundo virtual possibilitam com maior frequência, a expressão de uma comunicação violenta entre os grupos, que por vezes se manifesta no mundo real, a exemplo do que ocorreu durante as últimas eleições presidenciais, também no Brasil, onde os candidatos se apropriaram largamente de *Fake News* para desmoralizar os adversários, e favorecer largamente o endogrupo, e neste dilema, grupos de eleitores favoráveis e grupos contrários tomaram posições, assim como nos experimentos do Paradigma dos Grupos Mínimos, e nessa empreitada discursiva e ideológica, criam repertórios de ação e conflitos que polarizam as relações políticas e sociais do país.

De tal forma que “as redes de bots, que operam de modo a (1) aumentar rapidamente a visibilidade de uma informação falsa e (2) a inflar o “status” de alguns usuários, fazendo perceber determinada informação falsa como crível” (RECUERO; GRUZD , 2019, p. 35) e tornaram a mentira muito rapidamente em verdades, pelo menos para determinados grupos, permitindo facilmente o compartilhamento em redes sociais como WhatsApp e o Facebook e aumentando vertiginosamente os mais variados sujeitos nos mais variados grupos sociais.

As *Fake New* serve mais do que um rótulo para se compreender a noção de informações falsas ou enganosas. Tornaram-se um “[...] um termo emocional, armado para debilitar e depreciar o jornalismo” (IRETON; POSETTI, 2019, p. 15). Tornaram-se a expressão da verdade da mentira para determinados grupos baseados na tentativa de validar a crença transformando-a em conhecimento

em oposição ao conhecimento científico. Tornaram-se no âmbito internacional em uma “guerra de desinformação”, na qual os jornalistas e os profissionais da área de comunicação se transformaram em alvos.

Na visão de Abu-Fadil (2019), parece não haver outra saída possível sem o combate efetivo e necessário em relação a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), que possibilite as pessoas compreenderem como as *Fake News* podem ser utilizadas para provocar uma espécie de “desordem informacional” com a circulação e distribuição de mensagens sensacionalistas e subliminares. Segundo a autora, se a comunicação interage com “a identidade individual e com os desenvolvimentos sociais” (ABU-FADIL, 2019, p.76), a sua exploração mal intencionada via notícias certamente gera uma cascata de efeitos negativos nas redes digitais e presenciais e consequentemente na vida dos atores sociais.

Neste conjunto de (des) informação a noção de *Fake News* ultrapassa os limites da ética ontológica do jornalismo e se instala como uma mentira verdadeira à medida que é permeia como verdade a crença de quem a produz e de quem a consome.

Assim como em “A verdade saindo do poço com seu chicote para castigar a humanidade” de *Jean-Léon Gèrôme*as*Fake News* saíram do mesmo poço vestida de verdade e sedutoramente circula em uma ambiência de analfabetismo funcional e digital, cada vez mais credível e cada vez mais mentirosamente vestida de verdade.

ABSTRACT

The purpose of this manuscript is to discuss how the phenomenon of fake news – which has comprehensively occupied social media platforms, even though it is actually false news – from the beliefs of broadcasting and receiving, is a truth, including promoting the spreading of lies as true and being potentiated on global scale. The results of the discussion obtained from the qualitative bibliographic research indicate that in this space of dispute, any information from the ingroup (original group) will always be better understood than information from the outgroup (divergent group). To this end, the endogroup, in the process of validating their positions, demeans the information of the other and transforms their false belief into knowledge. Transforming an invalid, false belief transforms the lie into truth, at least for the group of belonging, so that the lie is actually clothed and in the eyes of the ingroup it (the lie) is a truth.

Key words: Fake News; Truth; Beliefs.

REFERÊNCIAS

ABU-FADIL, Magda. Combate à desinformação e à informação incorreta por meio da alfabetização midiática e informacional (AMI). In: **Jornalismo, Fake News & Desinformação**. Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), p. 76-86, 2019. (Série UNESCO sobre Educação em jornalismo).

Disponível em: http://www.abi.org.br/manual-da-unesco-orienta-sobre-fake-news/. Acesso em: 05 de ago. 2019.

BELOCHIO,V. ZAGO, G. Considerações sobre o Pro-Am como Estratégia Jornalística no Twitter. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, 2010, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

BICKERT, Monika. Combatting Vaccine Misinformation. Global Policy Management. Publicado em 07 de mar. 2019. Disponível em: https://newsroom.fb.com/news/2019/03/combatting-vaccine-misinformation/. Acesso em 06 de ago. 2019.

CABECINHAS, R. Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação, 407-418. 2002.

DERRIDA, Jacques. Conferência feita no Auditório do Museu de Arte de São Paulo (Masp) em 4 de dezembro de 1995. Organização: Núcleo de Pesquisa Brasil-França (Nupebraf) do Instituto de ESTUDOS AVANÇADOS da USP, Departamento de Filosofia da FFLCH-USP e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o apoio da Folha de S. Paulo. Tradução de Jean Briant. Preparação de Hermínia Antonia G. Bernardini. Revisão de Leyla Perrone-Moisés. O original em francês – **Histoire dumensonge: prolégomènes**. 1996.

GAERTNER, S. L., & DOVIDIO, J. F. Reducing intergroup bias: The common ingroup identity model. Philadelphia, PA: The Psychology Press. 2000.

FAIRCLOUGH, N. L. Language, ideology and power. In: FAIRCLOUGH, N. L. Critical discourse analysis: the critical study of language. Edinburg: Pearson, 1995. 21-84 p.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. Introdução. In: **Jornalismo, Fake News & Desinformação**. Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), p. 15-26, 2019. (Série UNESCO sobre Educação em jornalismo). Disponível em: http://www.abi.org.br/manual-da-unesco-orienta-sobre-fake-news/. Acesso em: 29 de jul. 2019.

MONTEIRO, M. B., LIMA, M. L., & VALA, J. Identidade social. Um conceito chave ou uma panacéia universal. **Sociologia: problemas e práticas**, 9, p. 107-120. 1991.

MIRANDA, J. Comportamento intergrupal - revisão da literatura. **Análise Psicológica**, 4(XVI), p. 599-614, 1998.

NETO, M. M. & AMÂNCIO, L. Algumas estratégias identitárias dos algarvios face o impacte do turismo uma abordagem psicossociológica. **Revista ESGHT** – UAL, 2(2), p. 31-38, 1997.

PAULA, Lorena Tavares de; SILVA, Thiago dos Reis Soares da; BLANCO, Yuri Augusto. Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake news. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 93-110, jan/jun. 2018.

POSETTI, Julie. Transformação da indústria de notícias: tecnologia digital, redes sociais e disseminação da informação incorreta e desinformação. In: **Jornalismo, Fake News & Desinformação**. Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), p. 59-74, 2019. (Série UNESCO sobre Educação em jornalismo). Disponível em: http://www.abi.org.br/manual-da-unesco-orienta-sobre-fake-news/. Acessoem: 05 de ago. 2019.

SHERIF, M. The Robbers Cave experiment: Intergroup conflict and cooperation. Wesleyan University Press. 1961.

SHU, K.; SLIVA, A.; WANG, S.; TANG, J.; and LIU, H. Fake news detection on social media: A data mining perspective. KDD exploration newsletter. 2017.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoly. Cascatas de *Fake News* Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 41, mai.-ago., p. 31-47, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/gal/n41/1519-311X-gal-41-0031.pdf. Acesso em: 30 de jul. 2019.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte. 1981.

TAJFEL, Henri. Experiments in Intergroup Discrimination. **Scientific American**, p. 96-102, 1970. Disponível em: https://asfranthompson.files.wordpress.com/2011/11/tajfel-1970-experiments-in-intergroup-discrimination.pdf. Acessoem: 29 de jul. 2019.

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”: a tipology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, [S.l], v. 6, n. 2, p. 137-153, 2017.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. Trad. Andrea Limberto. **MATRIZes**,n. 2 abr. 2008.

TORRES, R. R.; GERHART, N.; NEGAHBAN, A. Epistemology in the era of fake news: an exploration on information verification behaviors among social networking sites users. The Data Base for Advances in Information Systems, [S.l], v. 49, n. 3, p. 78-97, ago. 2018.

VERGIN, Julia. “Fake News” e o massacre de Las Vegas. **DW Made for minds**. Publicado em 06 de out. 2017. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/not%C3%ADcias/s-7111. Acesso em 06 de ago. 2019.

ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO METODOLOGIA COMPLEMENTAR: CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO EM ASSOCIAÇÃO À ANÁLISE DE DISCURSO DO TEXTO "BIOGRAFIA" DE FERNANDO HOLLIDAY

Lorena Ferreira Porto[3]
Diogo Carvalho Gondim Teles[4]
Luiz AntonioSignates[5]

RESUMO

O presente artigo busca apresentar e debater a possibilidade da Análise de Conteúdo como método de verificação de dados extraídos a partir de uma análise anterior, abordando a AC como metodologia complementar de análise. Para tanto, apresentamos a definição e descrição dos procedimentos de execução da Análise de Conteúdo propostos por Bardin (2010), distribuída nas fase de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação; um debate teórico sobre a contribuição da AC para a análise de textos, suas limitações e aplicações; a exposição do estudo realizado a partir do texto "biografia" do vereador paulistano Fernando Holliday, cujo AC foi utilizada como metodologia complementar à Análise de Discurso; e uma discussão teórica acerca desta possibilidade. Neste estudo, a AC foi utilizada enquanto metodologia complementar tendo como base de dados a dimensão "texto" da Análise de Discurso Linguisticamente Orientada, de Norman Fairclough (2008), de modo que foi aplicada não sobre o texto original, mas sobre uma dimensão de análise com dados já codificados que demonstrou ser a etapa da AD na qual a "estrutura narrativa" do texto "biografia" se expressou com maior destaque. A partir desta articulação entre a AC de Bardin (2010) e AD de Fairclough (2008) verificou-se que a AC atuou de forma coerente com as ideias bardinianas de estender o período de discussões entre a formulação da hipótese e a interpretação final do pesquisador, ofertar uma leitura mais profunda e detalhada e conferir dados cifrados para a apresentação dos resultados. Por fim, concluiu-se que associação entre Análise de Discurso e Análise de Conteúdo desenvolvida neste estudo foi frutífera para a realização de consecutivas verificações e oferta de dados que, através de rigor metodológico, emitem maior credibilidade ao estudo, apresentando assim uma das possibilidades de aplicabilidade da AC de acordo com o objeto e objetivos de um pesquisador.

Palavras-chave: Comunicação; Metodologia; Análise de Conteúdo; Discurso.

1 INTRODUÇÃO

A Análise de Conteúdo é uma metodologia de análise de textos que busca ofertar um conjunto de ferramentas e estratégias para enriquecer e sistematizar a "tentativa exploratória" do pesquisador. Bardin (2010) narra que a Análise de Conteúdo tem sua origem ligada à hermenêutica que, ainda no séc. XVII, buscava uma leitura em profundidade de textos sagrados a fim de

[3] Mestranda em Comunicação, na linha de pesquisa Mídia e Cidadania, pela Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Email: porto.lorenaf@gmail.com.
[4] Mestrando em Comunicação, na linha de pesquisa Mídia e Cultura, pela Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Email: diogocgteles@outlook.com.
[5] Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Epistemologia da Comunicação pela Unisinos. Professor na Universidade Federal de Goiás no mestrado em Comunicação e professor do curso de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Email: signates@gmail.com.

compreendê-los para além do aparente. Segundo ela, de forma processual, este tipo de leitura foi tornando-se cada vez mais sistematizada e assumindo um caráter categorial. Mas, apesar de conservar o interesse em "extrair" dos textos aquilo que há de "obscuro", o que se "esconde" por entre as palavras, apenas a partir do início do séc. XX, a Análise de Conteúdo começou a ser amplamente explorada nos Estados Unidos. Neste período, o governo norte-americano investiu recursos e interesse em analistas a fim investigar e identificar conteúdos subversivos de cunho nazista (e posteriormente comunista) ocultos em textos, sobretudo jornalísticos. A intenção era promover uma política de espionagem e controle sobre temas e material em circulação no país.

Durante cerca de quarenta anos, a Análise de Conteúdo se desenvolveu na escola de Chicago inclinada a "[...] trabalhar com amostras reunidas de maneira sistemática, a interrogar-se sobre a validade do procedimento e dos resultados, a verificar a validade dos codificadores e até a medir a produtividade de análise" (BARDIN, 2010, p.21). A necessidade de validação dos estudos sociais e comunicativos como um campo científico e o interesse em estabelecer e manter relações entre academia, Estado e capital privado, reforçaram a valorização de metodologias de análise pautadas no rigor, capacidade de sistematização e eficiência dos procedimentos e resultados.

Entretanto, a partir da década de 1960, algumas transformações no contexto e aporte teórico contribuíram para uma reconfiguração das metodologias de análise de textos, entre as quais está a Análise de Conteúdo. A ideia de "perigo iminente" atribuída às ideologias nazistas e comunistas se enfraqueceu nos Estados Unidos e os propósitos de espionagem e controle social foram, progressivamente, assumindo um caráter mais sutil e subjetivo. Além disso, o surgimento de tecnologias "operacionais" para a identificação de frequências; publicação e abordagem de amostras compostas por textos articulados a elementos não verbais; e o crescimento do relativismo científico[6]exerceram forte impacto sobre analistas e a Análise de Conteúdo.

Após este período, e ainda hoje, a Análise de Conteúdo busca superar a "ilusão da transparência dos fatos sociais" (DURKHEIM apud BARDIN, 2010 p.30), ao compreender que textos expressam muito mais que o apreendido por meio de uma leitura espontânea. Mas estende, também, essa "desconfiança" para os códigos e dados gerados pela análise (BOURDIEU apud BARDIN, 2010 p.30), ao reconhecer a ausência de imparcialidade e precisão absoluta da ciência. Para

[6]Aqui, "relativismo científico" se refere ao entendimento da ciência como um campo dotado de estrutura e elementos culturais, sociais e econômicos; cujo a atuação de agentes, procedimentos e resultados são correspondentes à organização interna e externa deste campo (BOURDIEU, 2004). De outro modo, não há imparcialidade ou rigor absolutos e desvinculados do contexto de produção, mesmo na ciência (FEYERABEND, 2011).

Bardin, a Análise de Conteúdo perde o caráter puramente descritivo e passa ser realizada sob a perspectiva de que:

> [...] a sua função ou seu objetivo é a *inferência*. Que essa inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, [...] toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características da comunicação (BARDIN, 2010, p.23, grifo do autor).

Hoje, a AC reconhece os processos de sistematização, decomposição, codificação e categorização como estratégias úteis para o objetivo final de interpretação de texto, sendo amplamente utilizada por pesquisadores e profissionais de áreas como a comunicação, ciências sociais, saúde e educação.

Entre os debates de cunho epistemológico sobre a Análise de Conteúdo, Rocha e Deusdará (2005) realizaram uma discussão teórica comparando-a à Análise de Discurso. Para os pesquisadores, é natural que metodologias – mesmo as bem-fundamentadas e consolidadas – com o tempo, tornem-se limitadas e não consigam abarcar a complexidade de determinadas amostras. Novas metodologias sempre surgem a partir de novas demandas que as anteriores não conseguem satisfazer. Mas os autores reforçam que cada nova metodologia não surge isolada, seja como complemento, reformulação ou oposição à anterior; toda metodologia precisa de uma base já existente a qual superar e sobre a qual se solidificar.

É a partir dessa perspectiva de desenvolvimento processual e progressivo que Rocha e Deusdará (2005) descrevem a derivação e, posterior, consolidação da Análise de Discurso em relação à Análise de Conteúdo. Os autores apontam que a supervalorização de uma investigação conteudista, a rejeição a elementos não textuais, a interpretação unilateral e a ausência de diálogo entre texto e seu contexto de produção e publicação, são fatores limitantes da Análise de Conteúdo. Eles caracterizam a AD como uma “resposta” ou solução para estes limites. Mas, lembram que a AC não caiu em desuso e pode, ainda hoje, ser bem-sucedida, se coerente com a proposta e objetivos do pesquisador. E completam que ela pode, ainda, ser empregada de forma complementar ou integrada a outras metodologias.

Nesse sentido, este artigo busca apresentar ao leitor e debater a possibilidade de utilização da Análise de Conteúdo como método de verificação de dados extraídos a partir de uma análise anterior, abordando a AC como metodologia complementar de análise e apresentando uma discussão teórica alinhada à demonstração de um estudo realizado segundo essa abordagem. Para tanto, apresentamos a definição e descrição dos procedimentos de execução da Análise de Conteúdo propostos por Bardin (2010); um debate teórico sobre sua contribuição para análise de textos,

limitações e aplicação; a exposição do estudo realizado, cujo AC foi utilizada com metodologia complementar; e uma discussão teórica acerca desta possibilidade.

2 ANÁLISE DE CONTEÚDO: DEFINIÇÃO E MÉTODO

Bardin (2010) define a Análise de Conteúdo como um conjunto estratégias de descrição, identificação e sistematização de elementos em um texto a fim de possibilitar e orientar sua interpretação. Nas palavras da autora, trata-se de:

> Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a <discursos> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzidas em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução – a interferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2010, p.11).

A autora descreve a AC como uma "aquarela" entre abordagem quantitativa - marcada pela verificação de frequência - e qualitativa - marcada pela verificação da presença e/ou ausência de elementos no texto, cujo objetivo consiste "no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas" (BARDIN, 2010, p.11). De outro modo, trata-se de uma metodologia que busca "administrar" e "servir de prova" para, por meio do rigor e sistematização, conferir à interpretação de textos maior aprofundamento e validação.

Ao ofertar um manual para a realização da Análise de Conteúdo, a autora sugere que o pesquisador se atente a algumas observações para orientar a seleção e delimitação do corpus e categorização de elementos no texto (BARDIN, 2010). São elas, 1) *homogeneidade*: o pesquisador deve concentrar-se em amostras que possuam algum grau de semelhança ou relação entre si, buscando coesão entre objetivos, delimitação e procedimento; 2) *exaustão*: após delimitado, o corpus deve ser verificado em sua totalidade, até seu esgotamento, para, posteriormente, ser submetido às inferências; 3) *exclusão*: um mesmo elemento não pode ocupar, aleatoriamente, duas ou mais categorias; 4) *objetividade*: codificadores diferentes devem chegar aos mesmos resultados; 5) *adequação* ou *pertinência*: os procedimentos de análise devem ser adequados ao conteúdo do texto e objetivos do pesquisador; 6) *inferência*: é necessário ter em mente que a prática da AC constitui-se pela execução de estratégias objetivas em conjunto com decisões subjetivas e direcionadas. Ao materializar seus objetivos por meio da técnica e conduzir a investigação, o analista

torna-se participante do processo. Bardin (2010) denomina essa “presença” de inferência, e completa que sua ocorrência percorre toda a análise, em cada decisão; e não apenas a fase da interpretação, na qual se expressa com maior evidência. É importante salientar que cada uma dessas observações deve ser verificada a cada etapa do processo, de forma atenta e contínua.

A Análise de Conteúdo pode ser conduzida segundo uma ou mais propostas: a *análise semântica* estuda “o sentido das unidades linguísticas”, privilegiando o significado das palavras; a *análise temática ou frequencial* verifica e contabiliza a recorrência de temas ou itens de significação no texto, sendo a mais comumente utilizadas no processo de coleta e categorização da amostra; o *teste de associação de palavras* busca, a partir da associação entre palavras-chave e o repertório de palavras ao qual são associadas, compreender a relação entre palavras, representações e significados; a *análise léxica* tem como foco a verificação das palavras enquanto plenas ou instrumentais, a composição do texto a partir dos objetivos e regras de estruturação da língua; a *análise de intenção* pretende alinhar os objetivos do estudo aos do texto, a partir do contexto de produção e/ou de circulação do material analisado (entrevista, teste, jornal, etc.) e a área de atuação do pesquisador (saúde, comunicação, educação, etc.). Ao realizar a análise o pesquisador pode privilegiar, combinar ou contrastar uma ou mais propostas, em conformidade com seu objetivo. Para tanto, Bardin (2010) descreve uma sequência de passos metodológicos para orientar o pesquisador, distribuídos em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A **pré-análise** é a fase voltada para organização e decisões iniciais do pesquisador. Este é o momento dedicado à escolha do(s) documento(s) a ser(em) analisado(s); à elaboração de hipótese(s) e/ou objetivo(s); à delimitação da amostra; e elaboração dos indicadores que fundamentarão a interpretação. Esta etapa passa por a) leitura flutuante, uma busca e verificação de todo material disponível referente ao tema e/ou objeto de estudo; b) escolha dos documentos, obtenção de todos os documentos referentes à análise e, posterior, delimitação da amostragem, considerando o índice de representatividade e intenções do pesquisador; c) formulação de hipóteses e objetivos, em que se define o que e sob que perspectiva investigar; d) referenciação dos índices e elaboração dos indicadores, a organização dos conteúdos em função da hipótese.

A fase de **exploração do material** consiste em decompor e ordenar o material selecionado em função das decisões tomadas pelo pesquisador na etapa anterior. E segue: a) transcrição ou decodificação, a sistematização da amostra (texto, documentos ou elementos textuais) adequada aos objetivos do pesquisador; b) enumeração, identificação e registro da frequência e sequência dos elementos investigados na amostra.

Já a fase de **tratamento dos resultadosobtidos e interpretação** é dedicada à codificação, rearranjo e categorização dos dados. Esta fase é desenvolvida da seguinte forma, segundo Bardin (2010, p. 129):

> a) *Codificação*: uma forma de abstração "dos dados brutos do texto [em códigos objetivos] que permite atingir uma representação do conteúdo ajudando o analista a esclarecer suas características" (BARDIN, 2010, p.129). A codificação é realizada mediante determinação da unidade de registro, segmento de conteúdo que servirá como base (palavra, tema, personagem, acontecimentos, entre outras); demarcação da unidade de contexto, fragmento do texto que confere sentido à unidade de registro; e recorte, escolha das unidades com as quais se deseja trabalhar.
> b) *enumeração*: trata-se da escolha e execução das regras de contagem e registro de frequência. O pesquisador pode optar por uma ou mais formas de enumeração, entre elas a *frequência* (quantas vezes um elemento aparece); *frequência ponderada* (organização dos elementos que se repetem por critério de importância ou tema); *intensidade* (quando a quantidade de repetições indica a importância do elemento); *direção* (organização da frequência por escalas); *ordem* (observação da ordem em que os elementos aparecem no texto); *coocorrência* (presença de duas ou mais unidades de registro na mesma unidade de contexto); e *considerações* (ao longo do processo de identificação deve-se registrar cada decisão, motivação e variação identificadas).
> c) *categorização*: se refere à decomposição e reorganização de elementos constitutivos do texto por meio da diferenciação e reagrupamento. Tem como objetivo oferecer uma representação objetiva e simplificada dos dados obtidos. A categorização pode seguir os critérios de inventário (isolar e identificar os elementos), classificação (repartir e/ou reagrupar os elementos) ou índex (tratamento de dados automatizado para a classificação das palavras a partir de conceitos-chave).

Por fim, a interpretação é o processo de dedução, de atribuição de sentido aos dados - numéricos e descritivos - gerados ao longo da análise. Neste momento final, o analista recorre a seu repertório para evidenciar e esclarecer as descobertas.

2.1 CONTRIBUIÇÕES, LIMITAÇÕES E APLICAÇÕES DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Como referido anteriormente, há décadas a análise de conteúdo vem servindo como metodologia de análise de textos às mais diferentes áreas. Da medicina à antropologia, a AC oferta recursos para uma leitura profunda, criteriosa e detalhada, conforme os objetivos do pesquisador. Entretanto Rocha e Deusdará (2005) tecem uma série de críticas a esta metodologia, sobretudo no que diz respeito à sua pretensão de verdade vinculada ao rigor. Para eles, a análise de conteúdo ainda carrega parte da tendência tradicionalista inerente a seu surgimento e processo histórico de consolidação e amadurecimento. Vertentes como o behaviorismo e a "concepção de linguagem

influenciada pelos esquemas 'informacionais' de comunicação" (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005 p.307) ainda se encontram presentes, mesmo nas configurações de Bardin. Para os autores:

> Segundo a articulação desses elementos que caracterizam esta abordagem da Análise de Conteúdo, a produção de sentido se refere apenas a uma realidade dada *a priori*, ou seja, o objetivo do tipo de análise preconizada pela Análise de Conteúdo é alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável, conferido pelo locutor no próprio ato de produção do texto (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p.307, grifo do autor).

Os autores completam que a "adoção" de apenas uma realidade dada a priori atribui à Análise de Conteúdo um caráter unilateral que, alinhado à valorização e busca por legitimidade científica, confere a esta proposta uma visão de cunho iluminista pautada em apenas uma noção de verdade.

Rocha e Deusdará(2005) salientam que uma relação contrastante entre a heterogeneidade do objeto e o rigor metodológico evidencia, na AC, "um modelo duro, rígido, de corte positivista, herdeiro [...] de um ideal preconizado pelo iluminismo" (2005, p.309), e que esta metodologia busca, no afastamento da subjetividade e na quantificação, a legitimação de seus processos e resultados. Os autores apontam que a Análise de Conteúdo cai, assim, no "equívoco clássico de associar análise quantitativa e objetividade" (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p.309). Eles entendem que a AC busca afastar a subjetividade dos procedimentos de análise, com o intuito de torná-los mais seguros e assertivos, e associa a ideia de validação apenas ao rigor e objetividade.

Aqui, abordamos as críticas realizadas por Rocha e Deusdará (2005), mas as consideramos radicais, sobretudo por desconsiderar a autonomia do pesquisador. É comum que novos pesquisadores sigam rigorosamente os passos metodológicos propostos por diferentes autores sem realizar uma reflexão prévia de cunho epistemológico. E, neste sentido, os autores contribuem de forma positiva para a oferta de repertório e discussões acerca da Análise de Conteúdo. Mas entendemos que há uma lacuna entre as orientações bardinianas e as críticas de Rocha e Deusdará.

Se por um lado Bardin (2010) esclarece, logo na introdução de seu manual, que a Análise de Conteúdo se refere mais à oferta de instrumentos para o auxílio da exploração de textos que à imposição de regras fixas para a condução da investigação, por outro, este posicionamento não aparece com clareza ou ênfase quando a autora se dedica à descrição dos procedimentos. Percebemos que Bardin (2010) expõe um histórico da utilização e amadurecimento da AC, mas não realiza um debate epistemológico sobre os avanços e limitações da metodologia, de modo que há o

risco de que o pesquisador construa sua análise de forma mecânica, sem maiores questionamentos sobre o método.

No que diz respeito ao afastamento da subjetividade apontado por Rocha e Deusdará(2005) na Análise de Conteúdo, consideramos que a AC não nega ou abdica da subjetividade, mas propõe uma subjetividade controlada. Há momentos e formas determinados de aplicação da subjetividade durante o procedimento. Se as fases de pré-análise e interpretação permitem ao pesquisador uma investigação mais livre, exploratória e dialógica, a exploração do material e tratamento dos dados restringem o potencial da subjetividade às decisões e condução do processo.

Concordamos que Bardin (2010) poderia ter se dedicado mais à definição e mapeamento da subjetividade em seu manual e que, a existência de momentos precisos e controlados para a utilização de cada "instrumento", apesar de conferir maior profundidade, limita o potencial de descobertas, sobretudo as desviantes e improváveis. Neste artigo, também consideramos que a Análise de Conteúdo ainda "contamina-se" pelo positivismo. E que, quando aplicada de forma fidedigna e pouco reflexiva, pode ocasionar em um resultado unilateral que ignore a relação dialética e dialógica entre a produção, publicação e recepção de textos; correndo o risco, ainda, de corroborar de forma pouco crítica com discursos hegemônicos. Por isso, nos inserimos nos debates que enriquecem a noção e aplicação da Análise de Conteúdo, ao apresentar uma proposta de utilização desta metodologia de forma complementar à Análise de Discurso.

3 NOTAS SOBRE O ESTUDO REALIZADO

O estudo aqui apresentado é o aprofundamento de um estudo anterior realizado por Lorena Porto (2018), que investigou possíveis mudanças discursivas em plataformas de comunicação governamental em decorrência da inserção de agentes midiáticos populares nos meios digitais[7]. O primeiro estudo trata da aplicação da Análise de Discurso Linguisticamente Orientada, de Norman Fairclough (2008), sobre o texto 'biografia'[8] referente ao vereador Fernando Holiday, disponível no sítio da Câmara Municipal de São Paulo. Ao passar pelas três dimensões de análise propostas por Fairclough (2008) – texto, prática social e prática discursiva – pode-se dizer, de forma resumida, que o estudo evidenciou uma supervalorização da estrutura narrativa, ausência de vinculação partidária e vocabulário informal, que divergem de outros textos presentes na mesma plataforma, assim como do caráter formal e utilitário comum à comunicação governamental. E aparenta não abrir mão de tais

[7] O estudo completo pode ser verificado no texto "Quando Digital e Governamental se Encontram: analisando possíveis mudanças discursivas a partir da biografia de Fernando Holiday" (PORTO, 2018).

[8] Texto de apresentação de Fernando Holiday como vereador. Disponível em seu perfil na sessão "fale conosco" do sítio da Câmara municipal de São Paulo. Fernando Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/fernando-holiday/>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

elementos, mesmo que desviantes em relação aos demais textos e o campo no qual se insere. De modo que, apesar de abarcar temas também verificados em outros textos, a amostra verificada parece possuir maior interesse em uma construção identitária de Fernando Holiday coerente com sua trajetória de atuação política e o meio digital do qual faz parte (PORTO, 2018).

Após a realização desta primeira pesquisa selecionamos, entre as descobertas, a "supervalorização da estrutura narrativa" a fim de compreender com maior profundidade como esta estrutura se distribui e é construída ao longo do texto. Para tanto, submetemos os dados produzidos pela Análise de Discurso na "dimensão texto"[9] à Análise de Conteúdo. Esta dimensão foi selecionada por já ofertar dados codificados e ser a etapa da pesquisa na qual a "estrutura narrativa" foi descoberta e se expressou com maior destaque. Assim, a Análise de Conteúdo foi utilizada como metodologia complementar aplicada, não sobre o texto original, mas sobre a estrutura de dados ofertados pela análise da dimensão textual.

A análise da dimensão textual realizada como parte da Análise de Discurso passou pelo processo de decomposição do texto em parágrafos, períodos e orações (respectivamente). Cada oração foi submetida à identificação dos temas e temas marcados; identificação dos verbos e classificação por transitividade; identificação do processo (ação dirigida, ação não-dirigida, evento, processo relacional, processos mentais e/ou metáforas gramaticais); classificação da voz (passiva, ativa ou reflexiva); e identificação e classificação de cada sujeito em simples ou composto e determinado, indeterminado ou oculto. Houve ainda o mapeamento das nominalizações presentes no texto, verificação do significado de palavras em destaque e composição da estrutura temática de cada parágrafo. De forma breve, a "supervalorização da narrativa" expressa no texto "biografia" foi evidenciada a partir da identificação da frequência de verbos de ação e conjunções entre os temas e temas marcados[10],baixa ocorrência de sujeitos determinados nas orações; e destaque da palavra "episódio"[11]como uma "metáfora gramatical" ao conferir a um evento o sentido de espetacularização. Episódio remeteria, assim, a um acontecimento acompanhado por espectadores durante algum período.

[9] A Análise de Discurso proposta por Fairclough é organizada mediante três etapas, ou dimensões. Entre elas a "dimensão texto", na qual o pesquisador deve, a partir de uma verificação criteriosa da estrutura linguística do texto, buscar "as razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares" (FAIRCLOUGH, 2008, p.103).

[10] De um total de 45 temas e temas marcados, 57,8% apresentaram verbos em sua composição, 60% apresentaram conjunções, sendo 45,8% destas conjunções, especificamente temporais. Entre os temas marcados, a valorização da coesão e estrutura narrativa tornou-se ainda mais evidente. De um total de 17 temas marcados, 50% são compostos por conjunções temporais, datas ou indicação do período no qual ocorreram os eventos citados no texto.

[11] No texto 'biografia' esta expressão se refere ao momento em que Holiday "marchou [...] de São Paulo até Brasília".

Já a Análise de Conteúdo, abordada aqui, foi realizada com enfoque frequencial por ordem com o propósito de verificar a estrutura narrativa expressa no texto, tendo Fernando Holiday como protagonista solo de uma trajetória de formação pessoal, militância, amadurecimento político e ascensão como vereador[12]. Para tanto, destacamos, dos dados gerados pela Análise de Discurso na dimensão textual, 'voz", "verbo" e "processo" como unidade de contexto e suas classificações (passiva, ativa e reflexiva; transitivo direto, transitivo indireto e intransitivo; ação dirigida, ação não-dirigida; processo relacional e evento) como unidade de registro para Análise de Conteúdo. Este estudo empregou como categoria cada um dos parágrafos, em particular, e o texto completo, em geral; a fim de obter dados para comparação.

Este artigo privilegia a descrição e debate dos procedimentos metodológicos. As tabelas e resultados a seguir apresentam, de forma resumida, a distribuição dos elementos investigados ao longo do texto "biografia", a fim de proporcionar ao leitor uma demonstração dos procedimentos realizados. As porcentagens representadas correspondem à frequência de cada unidade de registro por parágrafo, quando comparada à sua frequência em todo o texto.

Tabela 1 – Frequência de aparição de vozes em cada parágrafo da biografia

Nº do parágrafo	Voz ativa	Voz passiva	Voz reflexiva
Parágrafo 1	26,08%	16,66%	25%
Parágrafo 2	13,04%	0%	25%
Parágrafo 3	21,73%	66,66%	0%
Parágrafo 4	13,04%	0%	25%
Parágrafo 5	26,08%	16,66%	25%

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

- Total de aparição de vozes ativas no texto = 23
- Total de aparição de vozes passivas no texto = 6
- Total de aparição de vozes reflexivas no texto = 4

Tabela 2 – Frequência de aparição de verbos em cada parágrafo da biografia

[12]Informações obtidas através da Análise de Discurso sobre o texto "biografia" (PORTO, 2018).

Nº do parágrafo	Verbo transitivo direto	Verbo transitivo indireto	Verbo intransitivo
Parágrafo 1	17,64%	11,11%	50%
Parágrafo 2	11,76%	22,22%	0%
Parágrafo 3	23,52%	22,22%	50%
Parágrafo 4	17,64%	11,11%	0%
Parágrafo 5	29,41%	33,33%	0%

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

- Total de aparição de verbos transitivos direto no texto = 17
- Total de aparição de verbos transitivos indireto no texto = 9
- Total de aparição de verbos intransitivos no texto = 6

Tabela 3 – Frequência de aparição de processos em cada parágrafo da biografia

Nº do parágrafo		Ação dirigida	Ação não dirigida	Processo relacional	Evento
Parágrafo 1		11,76%	57,14%	25%	20%
Parágrafo 2		23,52%	0%	0%	0%
Parágrafo 3		23,52%	28,57%	0%	60%
Parágrafo 4		11,76%	0%	25%	20%
Parágrafo 5		29,41%	14,28%	50%	0%

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

- Total de aparição de ações dirigidas no texto = 17x
- Total de aparição de ações não dirigidas no texto = 7x
- Total de aparição de processos relacionais no texto = 4x
- Total de aparição de eventos no texto = 5x

Assim, a distribuição dos verbos aparece de forma relativamente regular entre os parágrafos e há algum balanceamento entre a ocorrência de verbos transitivos diretos e indiretos, havendo ainda uma baixa ocorrência de verbos intransitivos (apenas nos parágrafos 1 e 3). É possível perceber que no texto “biografia” há predileção por verbos que se relacionam (direta ou indiretamente) com objeto ou causa, e pouca ocorrência de menções a ações que findam-se em si mesmas. Destacamos ainda os parágrafos 3 e 5, nos quais há maior ocorrência de verbos, que se referem, respectivamente, ao envolvimento de Holiday e o decorrer do processo de impeachment de Dilma

Rousseff; e sua eleição e ações enquanto vereador. A distribuição dos verbos indica uma narrativa relativamente equilibrada em relação às ações realizadas pelos sujeitos, sendo atribuídas mais atividades a Holiday nos parágrafos 3 e 5.

No que se refere à "voz" das orações, esta aparece com uma distribuição menos equilibrada ao longo do texto. A "voz ativa" é preponderante, aparecendo em 23 das orações investigadas, enquanto a "voz passiva" foi identificada em 6 e reflexiva em apenas 4. Tanto a valorização de verbos de ação como a utilização da voz ativa reforçam o entendimento do texto como uma narrativa pautada na descrição das atividades realizadas por Holiday e os sujeitos com quem interage. Já a "voz passiva" aparece com maior ênfase no parágrafo 3 e se refere aos sujeitos das orações que interagem com Holiday.

Por fim, a distribuição dos "processos" indica a valorização de ações dirigidas, com uma distribuição relativamente regular ao longo do texto, e indica a valorização e recorrência da relação direta entre Holiday e os elementos/sujeitos com quem interage.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo apresentado percebemos que a Análise de Conteúdo como metodologia complementar atuou de forma coerente com as ideias bardinianas de "alongar o tempo de latência" (BARDIN, 2010, p.11) entre a formulação da hipótese e a interpretação final do pesquisador, ofertar uma leitura mais profunda e detalhada e conferir dados cifrados para a representação dos resultados. A Análise de Conteúdo não só confirmou a hipótese inicial de "supervalorização da estrutura narrativa" como possibilitou a verificação dos elementos empregados na construção dessa estrutura e a forma como aparecem no texto.

No que diz respeito à noção de validação relacionada ao rigor metodológico e quantificação, expressa por Bardin (2010) e criticada por Rocha e Deusdará (2005), neste estudo em particular ela assume um papel importante. A análise realizada abordou um texto referente a uma figura pública popular e atuante no contexto de manifestações, o que cria a necessidade de uma exploração e exposição de dados de forma mais rigorosa. A realização de consecutivas verificações e oferta de dados cifrados emite maior credibilidade ao estudo. Ao associarmos a Análise de Discurso com a Análise de Conteúdo, há não só um maior aproveitamento do material em função dos objetivos, como a ampliação do reconhecimento do estudo por diferentes públicos. Neste sentido a AC, foi de grande contribuição ao "servir de prova".

Outro ponto positivo desta associação foi a superação do que Rocha e Deusdará chamaram de "leitura unilateral" proporcionada pela Análise de Conteúdo. Se isolada, a AC corre o risco de

partir de uma concepção previamente dada da realidade. Em conjunto, nos permitiu um real aprofundamento na verificação dos dados que se manteve fiel às noções de intertextualidade e prática social propostas por Fairclough (2008).

Por fim, reforçamos que as críticas de Rocha e Deusdará(2005) sobre a Análise de Conteúdo são contundentes desde que voltadas para a elaboração e exposição da metodologia realizada por Bardin (2010). E ressaltamos a necessidade de reflexão e debate constante sobre a configuração e utilização de qualquer que seja a metodologia, a fim de conferir ao pesquisador uma postura autônoma e crítica. Como demonstrado por Feyerabend (2011) em seu livro *Contra o Método*, não há método que contemple a realidade em sua total complexidade ou que proporcione uma visão imparcial dos fatos. Seguindo o conselho do autor de que na ciência "tudo vale", este artigo expõe e debate a utilização da Análise de Conteúdo de forma complementar, mas delega ao leitor e/ou pesquisador a reflexão sobre possibilidades de utilização, contribuições e limitações da Análise de Conteúdo, em vista de seu objeto e objetivos.

CONTENT ANALYSIS AS A COMPLEMENTARY METHODOLOGY: CONTRIBUTIONS OF THE METHOD IN ASSOCIATION WITH FERNANDO HOLLIDAY'S "BIOGRAPHY" TEXT DISCOURSE ANALYSIS

ABSTRACT

This paper presents and discusses the possibility of Content Analysis as a method of verification of data extracted from a previous analysis, approaching CA as a complementary analysis methodology. For that, we present the definition and description of the procedures of execution of the Content Analysis proposed by Bardin (2010); a theoretical debate about CA's contribution to text analysis, its limitations and applications; the exposition of the study based on the text "biography" of São Paulo's city councilman Fernando Holliday, whose AC was used as a complementary methodology to Discourse Analysis; and a theoretical discussion about this possibility. The association between Discourse Analysis and Content Analysis developed in this study was fruitful for the accomplishment of consecutive verifications and offer of encrypted data that, through methodological rigor, emit more credibility to the study, thus presenting one of the possibilities of CA applicability according to with the object and objectives of a researcher.

Keywords: Communication; Methodology; Content Analysis; Discourse.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Rev. Pierre Bourdieu, Patrick Champagne e Etienne Landois. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Fale conosco: **Fernando Holiday**. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/fernando-holiday/>. Acesso em: 15 jul 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Isabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Trad. Cezar Augusto Mortari. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PORTO, Lorena F. **Quando Digital e Governamental se Encontram**: analisando possíveis mudanças discursivas a partir da biografia de Fernando Holiday. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 41, Joinville, 2018.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso**: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Revista Alea, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Jul/Dec, 2005.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ADOÇÃO NO JORNAL IMPRESSO FOLHA DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2017, 2018 E 2019[13]

Louise Ramiro da Costa[14]
Carlos Henrique Martins[15]
Kamilla Cristina Santos[16]
Claudomilson Fernandes Braga[17]

RESUMO

O artigo objetiva lançar um olhar crítico sobre as matérias veiculadas no jornal impresso Folha de S.Paulo, que discorrem sobre o tema adoção de crianças e adolescentes nos anos de 2017, 2018 e 2019, sob o prisma da Teoria das Representações Sociais. Destaca-se que nesse período foi sancionada a lei nº 13.509 em 22 de novembro de 2017, denominada de nova lei de adoção. Os dados do Cadastro Nacional de Adoção - CNA registram 46.185 (quarenta e seis mil cento e oitenta e cinco) pretendentes (casais ou solteiros) à adoção, enquanto os abrigos possuem 9.639 (nove mil seiscentos e trinta e nove) crianças/adolescentes disponíveis para receber um novo "lar". Diante desses dados, a quantidade de pessoas ou famílias cadastradas a espera de uma criança ou adolescente é superior a 4 (quatro) famílias por órfão. Para minimizar a burocracia enfrentada pelas partes envolvidas nesse processo, o governo federal editou em 22 de novembro de 2017 a denominada "nova lei de adoção" (lei nº 13.509), com o intuito principal de tornar mais célere os processos que envolvem a adoção no Brasil. A pesquisa lança "olhares" sobre a temática do abandono que é responsável pelo surgimento dos expostos, sob a perspectiva da cidadania com base no teor jornalístico apresentado nas reportagens publicadas pelo periódico. Como método para a organização, tratamento e análise dos dados, utiliza-se o software IRAMUTEQ que possibilita a construção da árvore máxima de similitude, a fim de que seja realiza a análise do discurso. Conclui-se que: a quantidade de matérias publicadas caracteriza o silenciamento da temática, assim a Representação Social da adoção na mídia,com ênfase para o final de 2017, e anos de 2018 e 2019. Recai sobre o Conselho Nacional de Justiça, tendo o Juiz lugar de notoriedade nas reportagens, destacando ainda que entre a criança e o adotante está a figura do Juiz e a burocracia processual.

Palavras-chave: Representações Sociais; Adoção; Mídia; Cidadania; Jornal; impresso.

1 INTRODUÇÃO

[13] Trabalho apresentado na GT 1 do XII Seminário Nacional de Mídia, Cidadania e Cultura (SEMIC), realizado de 16 a 18 de outubro de 2019.

[14]Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás. E-mail: louisercosta@hotmail.com;

[15] Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás. E-mail: carlos@carlosmartins.biz

[16]Estuda mestrado em Comunicação, na linha de Mídia e Cidadania, pela UFG. É especialista em Comunicação em Redes Sociais pela FMU. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (2014). Tem interesse pelas temáticas de Gênero, Violência, Mídia e Cidadania.kamillaccs@gmail.com

[17]Graduado em Relações Públicas pela Universidade Fernando Pessoa. (1995). Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011). Pós-doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro E-mail: milsonprof@gmail.com

Os processos de adoção que envolvem irmãos e menores que possuem problemas de saúde são tidos como prioritários pelas varas judiciais. A vigência desse ordenamento alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e apresentou modificações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), possibilitando que o adotante tenha as mesmas garantias trabalhistas dos pais sanguíneos, tais como: licença maternidade; estabilidade provisória e direito à amamentação. Outra importante modificação diz respeito ao prazo para o estágio de convivência entre adotantes e adotados, que antes era estipulado pelo juiz e agora a lei não permite que seja superior a 90 dias.

Nesse sentido, o presente estudo se debruça sobre o discurso da mídia impressa (Folha de S.Paulo), analisando as reportagens veiculadas sobre o tema durante os dois últimos anos, examinando a temática "adoção" no campo midiático, sob a ótica das representações sociais. BRAGA e CAMPOS (2016) destacam que o campo midiático permeia a vida social e dialoga com as demais instituições no sentido de construir um lugar comum de fala. Em uma perspectiva dialética de retroalimentação de conteúdo, onde todos: sujeito, grupo, comunicação (aqui compreendida no sentido de instituição) se influenciam e são influenciados, propagam e são propagados, difundem e ajudam a difundir, organizam e definem comportamentos e crenças, de modo que o objeto (da representação) é cada vez mais enunciado, parecem que não dialogam midiaticamente com o cenário de adoção no país.

Sob o alicerce da Teoria das Representações Sociais direciona-se para as temáticas: adoção, cidadania e, consequentemente, para o teor jornalístico apresentado no jornal impresso "Folha de S.Paulo", buscando respostas a seguinte inquietação: Qual a Representação Social da adoção nos anos de 2017, 2018 e 2019, diante da vigência da nova lei de adoção praticada no jornal impresso Folha de S.Paulo? A partir das análises das seguintes reportagens: "A cada três dias, uma mãe entrega o filho para adoção"; "Lei que acelera adoção esbarra em falta de estrutura da justiça e Mãe adotiva busca há 6 anos registro e fim de desconfiança".

Adota-se o software IRAMUTEQ como auxílio na organização, tratamento e análise dos dados, que possibilita a construção da árvore máxima de similitude. Esse método é indicado para o estudo da Teoria das Representações Sociais, cujos resultados se apóiam em grafos matemáticos apresentando a relação entre os objetos. O método foi desenvolvido no ano de 1970 por Claude Flament, Verges e Degenne e, segundo os ensinamentos de Sá (1996), "(os dados) são categorizados, realizando a análise de similitude entre as categorias, baseado na teoria dos grafos da matemática, que possibilita identificar as relações e ligações entre as palavras de um corpus textual, auxiliando, assim, na identificação da estrutura das Representações Sociais. Essa organização dos dados é possível ser realizada por meio da representação gráfica da árvore máxima de similitude, com auxílio

do software IRAMUTEQ, capaz de apresentar a hierarquização das forças entre essas conexões e a conotação atribuída às palavras que coocorrem, identificando, assim, qual a representação social de determinado tema para determinado indivíduo ou grupo social.

2 O ÓRFÃO E A ADOÇÃO

O abandono sempre esteve presente na história e em um passado recente o alarmante número de expostos que eram deixados pelas mães à noite, nas ruas sujas, as quais inúmeras vezes eram devorados por cães e outros animais que viviam nas proximidades ou vitimados pelas intempéries ou pela fome. (NETO, 2000). Com o objetivo de preservar o anonimato de quem abandonava as crianças e evitar o infanticídio era crescente o número de crianças colocado nas Rodas instaladas em mosteiros e conventos medievais, para que os bebês fossem criados pelos religiosos.

Marcilio (1999) destaca que a Roda se tratava de um objeto de forma cilíndrica e com uma divisória no meio e esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante - ou rodeira - que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido.

O Papa Inocêncio III criou no Vaticano, durante a idade média, esse modelo de acolhimento para crianças abandonadas, preservando o anonimato do expositor, que se estendeu por toda a Itália e para alguns países da Europa e da América Latina.

> [...] A primeira roda instituída especificamente para receber crianças foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198. Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informar aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 233).

A coroa portuguesa brasileira autorizou que fosse construída a primeira roda de expostos na Santa Casa de Misericórdia da cidade de Salvador na Bahia, no ano de 1726. Silva (1988) ensina que, durante todo o período colonial, o abandono de recém-nascidos no Brasil tinha mais a ver com a honra das mães solteiras do que com as dificuldades enfrentadas por um casal pobre para criar os filhos, como ocorria no Reino. Novas Rodas foram criadas no Brasil para receber os expostos, as cidades que receberam foram: Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), Cachoeira (BA), Olinda (PE), Campos (RJ), Vitória (ES), Desderro (SC) e Cuiabá (MT). As casas de roda mais antigas do mundo ocidental são brasileiras, sobrevivendo até a década de 1950.

Marcilio (2016) ensina que com a extinção das rodas dos expostos, o trabalho desenvolvido pelas Misericórdias não foi interrompido, com a chegada de um recém-nascido, uma casa de uma ama de leite, onde ficaria, em princípio, até a idade de três anos. Mas procurava-se estimular a ama a manter para sempre a criança sob sua guarda. Nesse caso, até a idade de 7 anos, em alguns casos, e de 12 anos, em outros, a Santa Casa pagava-lhes um estipêndio pequeno. A partir daí, poder-se-ia explorar o trabalho da criança de forma remunerada ou apenas em troca de casa e comida, como foi o caso mais comum. Eram as amas de leite, em sua totalidade, mulheres extremamente pobres, solteiras, ignorantes e residentes nas cidades que cuidavam dos menores abandonados e alimentaram o percurso histórico e o desenho jurídico da adoção para os dias atuais.

A adoção como instituto jurídico tem berço no direito romano, desempenhando a função religiosa, com natureza familiar, política e econômica. A esfera econômica possibilitava a substituição de famílias, no âmbito político era possível um plebeu transformar-se em patrício. Sobre o tema, narra Grisard Filho (2003):

> Em Roma, por meio da adoção, alcançava-se ainda determinados efeitos políticos e econômicos como a obtenção da cidadania pela transformação do plebeu em patrício, visando o ingresso no tribunato, a preparação a transmissão do poder ou do deslocamento de mão de obra excedente em uma família para outra que dela precisasse. (GRISARD FILHO, 2003, p. 28)

Com nascimento da Constituição Federal de 1988, os menores de fato perante a lei tornaram-se detentores de direitos e garantias fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, que devem ser garantidos pela família, sociedade e pelo estado, conforme disciplina o ordenamento:

> Art. 227 da CF/88: É dever da família, da sociedade e do estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (DO BRASIL, 1988).

Azambuja (2004) relata que, sob a influência dos princípios que integram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o art. 227 da Carta de 1988 introduziu, no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da Doutrina da Proteção Integral, assegurando às crianças e aos adolescentes a condição de sujeitos de direitos, de pessoas em desenvolvimento e de prioridade absoluta. Inverteu-se, desde então, o foco da prioridade. No sistema jurídico anterior, privilegiava-se o interesse do adulto. Com a Nova Carta, o interesse a ser preservado, em primeiro plano, passa a ser o da criança. Esse pensamento foi consolidado em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que visa à proteção integral da criança e do adolescente, nesta perspectiva,

> Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei.
> § 1° A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.
> (...);
> Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotando, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais. (DO BRASIL, 1990).

Na tentativa de reduzir a burocracia enfrentada pelas partes envolvidas nesse processo, promulgou-se em 22 de novembro de 2017 a nova lei de adoção (lei nº 13.509), que a torna mais célere e menos burocrática, priorizando a adoção envolvendo irmãos e que possuam problemas de saúde. A vigência do ordenamento altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e apresenta modificações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), possibilitando que o adotante tenha as mesmas garantias trabalhistas dos pais sanguíneos, tais como licença maternidade, estabilidade provisória e direito à amamentação.

Com a vigência da Lei nº 13.509, o poder judiciário passou a ter quatro meses, prorrogáveis por mais quatro, para concluir a habilitação da adoção. Já o estágio de convivência que antecede a adoção não poderá passar de três meses. Nas adoções internacionais, o estágio de convivência fica entre 30 e 45 dias, prorrogável pelo mesmo período por somente uma vez. Outra importante modificação é a autorização voluntária de gestantes e pais na entrega do filho à adoção. Nessa hipótese o juiz poderá determinar o atendimento especializado e a assistência social na rede pública aos pais biológicos.

Esse ordenamento jurídico apresenta novas alternativas que são questionadas pelos profissionais que atuam no processo de adoção e a principal delas está fundamentada na ausência de varas de infância especializadas no processo, bem como na escassez de profissionais da justiça para o cumprimento dos prazos, agora reduzidos. Por outro lado, é indiscutível que a burocracia do processo de adoção é elemento suficiente para que muitos deixem de se colocar à disposição da adoção.

Entretanto, o problema não é de simples solução quando se analisa as modificações legislativas. Uma pesquisa recente do Conselho Nacional de Justiça aponta que em 2015, somente 7,3% dospretendentes à adoção aceitariam crianças com mais de 5 anos. Atualmente, esse número subiu para 9,5%. Esse problema tem duas faces, um diz respeito às crianças e adolescentes que entram no sistema de adoção tardiamente, o outro aos casos nos quais a criança entra antes dos 5 anos no sistema, mas fica retida por conta de entraves processuais. Outro empecilho recorrente está

nos pretendentes à adoção que só aceitam crianças brancas e só aceitam receber uma criança, quando é grande o número dos que possuem irmãos, e separá-los constituiria um novo rompimento, o que deve ser evitado a todo custo. (CNJ, 2015).

É sabido que a lei possibilita que se estabeleça um perfil de adotado que o adotante deseja receber, entretanto, o "acolher" acaba sendo substituído pelo "escolher". Onde se escolhe: idade, o sexo, cor da pele, raça etc., e se elimina tantas outras possibilidades, entre elas a do amor, como uma espécie de mercadoria que se adquire em uma prateleira de supermercado, e leva para casa e ao fim pode-se acarretar na eliminação de vivenciar a experiência da adoção.

As reflexões sobre a temática são de grande relevância social humanista. Nesse sentido a mídia tem um papel fundamental na reflexão e difusão. Humanista, porque tem obrigação de se preocupar com os indivíduos e os grupos, e humana por buscar estabelecer uma lógica distinta, sensível em relação a especificidades históricas e sociais, e que recusa as tiranias do determinismo tecnológico e social (SILVERSTONE, 2005).

O lar tem por finalidade o convívio familiar, recinto de amor, afeto, troca e diálogos que as crianças e adolescentes engenham suas bases humanitárias, familiares, morais e éticos. A inexistência de afeto causa inúmeros prejuízos emocionais e cognitivos desses menores.

O ambiente familiar possibilita ao menor o acesso ao cuidado, carinho e atenção para aquisição do bem-estar: físico, psíquico, social e moral, neste sentido, diante da ausência da família, o abrigo deve ser medida alternativa, um trâmite necessário, a fim de que o menor receba um novo lar. Maria Berenice Dias (2010) afirma que: "é necessário que se priorize o interesse de quem tem o constitucional direito de ser protegido e amado, [...]. São os vínculos afetivos que precisam ser assegurados a quem tem o direito de ser amado como filho". (DIAS, 2010).

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA

O termo representação foi cunhado por Durkheim (1989), ao apresentar estudos sobre a singularidade do pensamento social em relação ao pensamento individual denominando por "representação coletiva". Na obra La Psychanalyse, SonImage Et SonPublic, Serge Moscovici, concebe a Teoria das Representações Sociais (TRS), fomentada em sua tese de doutorado (1961), oferecendo um aporte teórico para os estudos da presença maciça dos meios de comunicação na construção dessas representações. O estudo de conteúdos sociais representados pela imprensa, como a adoção, tem caráter social que regula as relações humanas.

As representações sociais são “sistemas de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para orientar-se no contexto social e material [...] que tornam inteligíveis a realidade física e social, integram-se em um grupo ou em uma relação cotidiana de intercâmbios” (MOSCOVICI, 1978, p.79). Essa teoria possibilita a interpretação e a reflexão do cotidiano, através da comunicação estabelecida entre os grupos, somada aos sistemas simbólicos e aos valores individuais.

Arruda (2002) ensina que a RS é composta por um conjunto de conceitos, frases e elucidações geradas pela comunicação interpessoal e está associada ao distanciamento do conhecimento científico, o denominado senso comum. Jodelet (2001) destaca que as representações sociais estão apoiadas em valores que não variam, ou seja, há total dependência entre os grupos de interação social de significações, ocorrendo o resgate de saberes preexistentes, neste sentido, as representações sociais “estão ligadas aos sistemas de pensamentos mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado de conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos” (p.21). Assim, as RS estão presentes nas palavras, nas imagens veiculadas pela mídia no discurso dessas imagens, enraizadas em condutas. Essas representações adentram os veículos de comunicação oriundo da ausência de informação e consequentemente da ausência de estudo científico. Esse processo de construção das RS se compõe em duas fases: a Ancoragem e a Objetivação. Por Ancoragem entende-se o processo de “classificar e dar nome às coisas, que não são classificadas e que não possuem nome, o seja são estranhas, não existentes dentro do campo de conhecimento dos indivíduos e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2011, p. 61), ou seja, é a Ancoragem que permite estereotipar algo desconhecido. Já a Objetivação possui a capacidade de classificar e reproduzir o conceito a algo que foi ancorado, juntando o desconhecido ao familiar e neste sentido a objetivação está intimamente relacionada aos aspectos culturais do indivíduo (MOSCOVICI, 2011).

A TRS não tem por finalidade apenas analisar fenômenos sociais complexos, mas apresenta a possibilidade de reorganização do campo social. Moscovici nos contempla com conceitos gerais possibilitando a compreensão detalhada do processo de formação da Representação Social.

Moscovici (1976, p. 13) destaca que a representação social pode ser definida como “[...] um sistema de valores, ideias e práticas”. Braga & Campos (2016) ensina que as representações sociais nascem, acontecem, se constroem e se (re)constroem a toda hora e a todo o momento nos atos comunicativos por referência aos contextos em que cada sujeito se insere, sejam eles contextos sociais, temporais ou culturais. Estes fatos contribuem para o desenvolvimento do processo que propicia e orienta os comportamentos e os discursos comunicativos que estes indivíduos vão

estabelecer. Falar em representação social enquanto comunicação significa falar de objetos representados.

4 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, sob o aporte teórico as Representações Sociais, com a finalidade de responder a seguinte inquietação: Qual a Representação Social da adoção nos anos de 2017, 2018 e 2019, diante da vigência da nova lei de adoção praticada no jornal impresso Folha de S.Paulo?

A coleta no periódico eleito se deu entre agosto de 2017 a agosto de 2019, totalizando dois anos, onde obteve as seguintes reportagens: “Nova lei para adoção divide opinião na área da infância”; “A cada três dias, uma mãe entrega o filho para adoção”; “Lei que acelera adoção esbarra em falta de estrutura da justiça” e “Mãe adotiva busca há 6 anos registro e fim de desconfiança”.

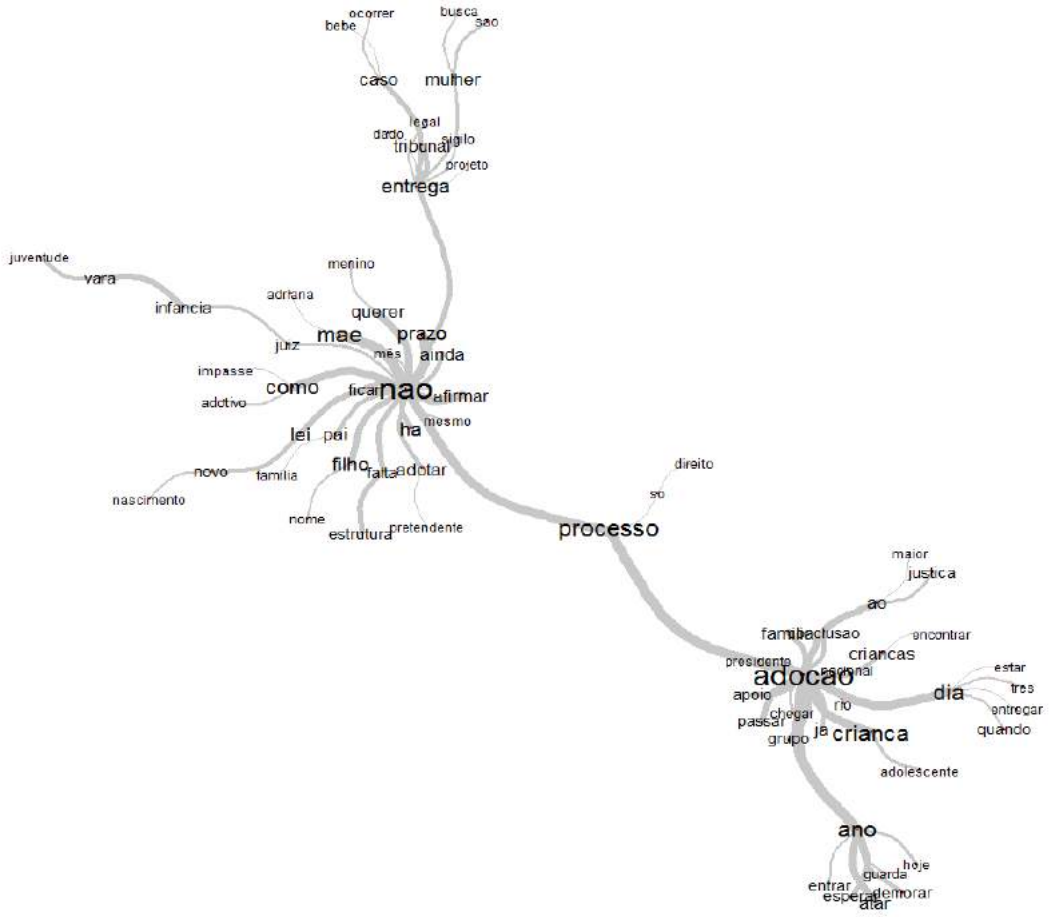
Para a organização, tratamento e análise dos dados utilizou-se o software IRAMUTEQ, responsável por fornecer a arvore de similitude. Esse método é indicado para a análise sob o aporte da Teoria das Representações Sociais, estando apoiado em grafos matemáticos apresentando a relação entre os objetos, método desenvolvido nos anos DE 1970 por Claude Flament, Verges e Degenne.

O software IRAMUTEQ, gera um grafo, denominado árvore máxima, possibilitada pela similitude, que cria estruturas por meio de catalogação hierárquica, gerando graus de intensidade e força, possibilitando o agrupamento dessas categorias por níveis de intensidade. Esse método de análise possibilita ao pesquisador a identificação de estruturas entre as categorias encontrada na coleta pela frequência, proporcionando que seja efetuado uma leitura cognitiva, do grafo, assim a similitude gerada pelas matérias coletadas.

5 ANÁLISE

O software IRAMUTEQorganizou os dados coletados no jornal impresso Folha de S.Paulo com o tema “adoção”, gerando a árvore similitude que permite que os dados sejam organizados a partir das ocorrências de categorias de estruturas, por meio de catalogação hierárquica, apresentando graus de intensidade e força representada na similitude, a partir das matérias coletadas, proporcionando o seguinte grafo:

Figura 1 – Grafo Adoção



Fonte: Elaborada pelos autores com o auxílio do IRAMUTEQ

Os termos categorizados para a análise foram: não, adoção, criança, processo, mãe e ano. A análise de similitude identificou 4.495 coocorrencias que foram agrupadas a 1326 formas, gerando 145 seguimento de textos gerando uma árvore máxima composta por 223 formas de palavras; dessas a maior frequência foi à palavra não, representando 25,11%. Assim, excluímos as palavras que foram evocadas abaixo de 7 vezes representando 5% por serem irrelevantes. Constata-se que as reportagens publicadas nos últimos dois sobre a temática adoção apresentam o seguinte teor:

Enfatiza a Nova lei para adoção que divide opiniões na área da infância e juventude. No grafo é possível identificar que a negativa se une com muita intensidade a processo e adoção e em torno desse núcleo central “não”, gerando principais evocações: “prazo”, “mãe”, “pretendentes”, “adotar”, “impasse”, “juiz”, “vara”, evidenciando no discurso jornalístico a burocracia que envolve o processo de adoção.

O termo “adoção” se liga com muita intensidade ao termo “processo” que se ramifica em direção as palavras: justiça”, “esperar”, “demora” e “guarda”. Aqui, a palavra processo parece se apresentar de forma sinônima ao conceito de demora.

Outro discurso evidente é a permissão de que a mulher na condição de mãe que não se sinta apta a criar o recém-nascido, o entregue para as autoridades competentes e esse ato não é considerado crime. O texto jornalístico não faz menção a paternidade, evidenciando o preconceito de que a responsabilidade por gerar e cuidar é incumbida apenas a mulher. Isso pode nos levar também a criar correlações de que a ausência de pais pode levar mães a colocarem crianças para a adoção.

A parte no processo de adoção, na posição de possível adotante, o adolescente é invisibilizado até mesmo no discurso da mídia impressa.

O discurso jornalístico evidencia que a lei que deveria acelerar o processo de adoção esbarra em falta de estrutura do poder judiciário e que as crianças que possuem irmãos, devido ao objetivo de manutenção do núcleo familiar, salvo raríssimas exceções, adquirem mais idade dentro da instituição. Assim, devido à lentidão processual permanecem mais tempo nos abrigos, tornando-se cada vez mais distante o sonho de formar uma família.

O periódico evidencia em seu discurso: a burocracia processual e o poder judiciário, apresentando um silenciamento aos verdadeiros interessados na temática. Adotantes e adotados não possuem qualquer referência, gerando o impedimento reflexivo até mesmo dos leitores do jornal.

A não notícia de um assunto com significativo valor social, ao ser ocultado pelos meios de comunicação, indicado que o periódico repassa ao leitor uma realidade fragmentada. Nesta vertente as não notícias atribuem um sentido paradoxal à temática, ou seja, a adoção, ação cidadã é tratada como inexistente, de pequena ou nenhuma importância, afinal a adoção não pautada significa silenciamento da reflexão. A adoção não concede audiência, e sua ausência a caracteriza em assunto sem interesse nacional. Arrisca-se dizer que o papel social e cidadão da comunicação é esquecido, relegado a um plano inferior, afinal os adotados (ou em processo de espera) não são considerados importantes no escopo dos leitores da Folha de S.Paulo.

Sodré e Paiva (2002) destacam que: a cobertura jornalística vem carregada da sedução retórica, não estando à notícia criada por conteúdos lógicos, mas estando voltada principalmente para o mecanismo receptivo cognitivo do público-leitor, portanto a atenção se volta para a função do mecanismo de sedução ou de convencimento. Nesse sentido, Marcondes Filho (1986) elucida que:

> Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social. (MARCONDES FILHO, 1986, P.13).

A criança em busca de uma família adotiva no decorrer da idade, vê suas chances reduzidas em progressão geométrica, essa afirmação se justifica a partir das análises na preferência dos adotantes com o perfil: recém-nascido, de cor branca, sexo feminino. Segundo as famílias adotivas, dificilmente uma criança adotada tardiamente se dá face a aceitação do adotado aos padrões estabelecidos pelos novos pais. Justifica-se que a adoção de bebês ocorre uma melhor adaptação entre pais e filhos e consequentemente uma socialização mais leve (Weber, 1996).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respaldado na Teoria das Representações Sociais, o presente artigo lança um viés para as temáticas: adoção, cidadania e consequentemente para o teor jornalístico apresentado no jornal impresso Folha de S.Paulo (no período de agosto de 2017 a agosto de 2019) sobre a temática adoção, objetivando responder a seguinte questão: Qual a Representação Social da adoção nos anos de 2017, 2018 e 2019, diante da vigência da nova lei de adoção praticada no jornal impresso Folha de S.Paulo?Destaca-se que a difusão pelos meios de comunicação tem a finalidade de proporcionar debates e reflexões, distanciando o público de pré-conceitos, possibilitando a esses menores desamparados a chance de receber lar digno, entretanto, a maioria de pessoas que recorre à adoção, o fazem em virtude de infertilidade, o que as leva a buscar crianças com semelhanças físicas próximas ao dos adotantes. Assim, quando não há um silenciamento da temática adoção no Jornal Folha de S.Paulo, a Representação Social que vem sendo construída e replicada na mídia impressa dedica-se ao Cadastro Nacional de Adoção, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo o Juiz lugar de destaque nas reportagens. Assim, entre a criança e o interessado na adoção encontra-se a figura do Juiz e do processo judicial, evidenciando a burocracia enfrentada por quem pretende receber em seu lar um menor na condição de filho, onde a preferência do Legislador é por casal (heterossexuais).

A forma como o tema é tratado pelo Jornal Folha de S.Paulo, remete a falsa sensação de uma sociedade esclarecida, e esse falso conhecimento é chancelado pelos meios de comunicação, que distancia esses menores do alcance de sua cidadania, como ensina Carvalho (2001): no Brasil há um esforço para a construção da cidadania, entretanto, o termo cidadania caiu na graça popular, mas o autor destaca que: “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido” (p. 8), assim, a

“cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível” (p. 9), nessa perspectiva o autor destaca que: “os progressos feitos são inegáveis mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer” (p. 219), a desigualdade que esses menores (órfãos) vivem, se assemelha a escravidão de hoje “o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática” (p. 229).

Neste âmbito a não notícia atribui um sentido incoerente à temática, ou seja, a adoção, ação cidadã é tratada como inexistente, de mínima ou de nula relevância, afinal a adoção não pautada significa silenciamento da temática. A adoção não outorga audiência e sua ausência caracteriza em assunto sem importância nacional. Afirma que o papel social e cidadão da comunicação são esquecidos, juntamente com essas crianças e adolescentes em abrigos a espera de uma família.

ABSTRATC

The article aims to cast a critical eye on the articles published in the printed newspaper Folha de S. Paulo, which discuss about the adoption of children and adolescents in the last two years, from the perspective of the Theory of Social Representations. It is noteworthy that during this period Law No. 13,509 was sanctioned on November 22, 2017, called the new adoption law. Data from the National Adoption Registry - CNA record 46,185 (forty-six thousand one hundred eighty-five) applicants (couples or single) for adoption, while the shelters have 9,639 (nine thousand six hundred and thirty-nine) children / adolescents available for adoption. receive a new "home". Given these data, the number of people or families registered expecting a child or adolescent is greater than 4 (four) families per orphan. To minimize the bureaucracy faced by the parties involved in this process, the federal government issued on November 22, 2017 the so-called “new adoption law” (Law No. 13.509), with the main purpose of speeding up the processes involving adoption in the Brazil. The research casts "glances" on the theme of abandonment that is responsible for the emergence of the exposed, from the perspective of citizenship based on the journalistic content presented in the reports published by the journal. As a method for the organization, treatment and analysis of the data, IRAMUTEQ software is used, which enables the construction of the maximum tree of similarity, so that the discourse analysis can be performed. It is concluded that: the amount of published articles characterizes the silence of the subject, thus the Social Representation of the adoption in the media in the last two years falls on the National Council of Justice, having the Judge place of notoriety in the reports, emphasizing, that between the child and the adopter are the figure of the judge and the procedural bureaucracy.

Keywords: Social Representations; Adoption; Media; Citizenship; Newspaper;.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das Representações Sociais**. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. 2. ed. rev. Goiânia (GO): Cultura e Qualidade, 2002.

ABRIC, J. C. Jeux, **Conflicts et RepréstentationsSociales**.Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Estado,Université de Provence, Aix-Marseille, FR, 1976.

ALMEIDA, A. M O. **Abordagem societal das Representações Sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2009.

ARRUDA, A. **Teorias das Representações Sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 127-14, nov. 2002.

BRAGA, C. F. CAMPOS, P. H. F. **Representações Sociais e comunicação: a imagem social do professor na mídia e seus reflexos na (re) significação identitária**. 2016.

CAI exigência de cor e idade para adoção de criança. Folha de S. Paulo, 07 Mai. 2014. Ed. 31.099, p. 4,5 e 6.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ: Interface de R pour lês AnalysesMultidimensionneilles de Textes et de Questionnaires**. In: Revista Temas em Psicologia. v. 21, n. 2, 513-518, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. ***Cidadania no Brasil: o longo caminho***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Processos relacionados à adoção no Brasil: uma análise sobre os impactos da atuação do poder judiciário - Relatório final de pesquisa, 2015. Disponível em:

http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/07/8aab4515becd037933960ba8e91e1efc.pdf . Acesso em: 08 agosto 2019

DE MIRANDA, F. C. P. **Tratado de direito de família**. Bookseller, 2001. ISBN 8574680788.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. Editora Revista dos Tribunais, 2010. ISBN 8520336450.

DO BRASIL, S. F. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília:Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DO BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. (Joaquim Pereira Neto. Trad.), São Paulo: Paulinas, 1989.

EMPRESÁRIA se prepara para ser a primeira mãe provisória de São Paulo. Folha de S. Paulo, 08 Mai. 2016. Ed. 31.812, p. B16.

GRISARD FILHO, W. **A adoção depois do novo Código Civil**. **Revista dos Tribunais, Ano,** v. 92, 2003.

In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, https://www.priberam.pt/dlpo/ado%C3%A7%C3%A3o [consultado em 12-07-2018].

Jessé SOUZA. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003. 212 páginas.

JODELET, D. **Representação Social**: um domínio em expansão. In Denise Jodelet, (org.). As Representações Sociais. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JODELET, Denise. (1989). **Representações Sociais: um domínio em expansão**. In Denise Jodellet, (org.). As representações Sociais. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MARSHALL, T. **Cidadania, status e classe social**: Rio de Janeiro: Zahar Editores 1967.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. (1978). Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Moscovici, S. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NOVO sistema agiliza 'caça" de pais interessados em adoção. Folha de S. Paulo, 26 Mai. 2015. Ed. 31.467, p. C3.

O processo de adoção é como uma gravidez interminável. Folha de S. Paulo, 07 Mai. 2017. Ed. 32.176 P. 32.

PAÍS tem 30 mil crianças em abrigos fora da fila de adoção. Folha de S. Paulo, 26 Mai. 2015. Ed. 31.467, p. C1.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil: direito de família**. Volume 6, 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 1991.

SÁ, C. P. A. **Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002; 2. Ed.2014, 140.

TA estranhando? É minha mãe sim! Diz garota adotada. Folha de S. Paulo, 07 Mai. 2014. Ed. 31.099, p. 7.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. Volume 5. São Paulo: Atlas, 2001.

WEBER, L. N. D. (1996). **A Pesquisa sobre adoção como um fator preventivo**. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), Resumos de comunicações científicas, XXVI Reunião Anual de Psicologia (p. 18). Ribeirão Preto: SBP.

JORNALISMO ALTERNATIVO, DIREITO À INFORMAÇÃO E CIDADANIA

Kalyne Menezes[18]

RESUMO

O jornalismo ocupa ao longo de sua história e desenvolvimento posição essencial na construção da democracia e, ao mesmo tempo, à medida que a sociedade avança em sua pluralidade, igualdade, equidade e democracia, exige cada vez mais informação de qualidade. Este artigo busca de maneira breve situar o direito à informação como parte do direito fundamental dos sujeitos, de maneira que é um direito secundário que permite que a cidadania seja, ao menos, pautada e pensada em nível social. Além disso, levanta aspectos de resistência da informação especialmente em contextos de regimes militares, de como a imprensa foi alvo de um governo totalitário e, simultaneamente, foi marcada por experiências de jornalismo alternativo. Relaciona, ainda, cidadania, democracia e jornalismo com as redes e experiências web, perpassando pelo que Pierre Levy conceitua como tecnodemocracia.

Palavras-chave: Jornalismo; Imprensa Alternativa; Cidadania; Direito à Informação.

1 INTRODUÇÃO

A história do jornalismo contemporâneo é pautada por questões que permeiam a sociedade em seus diversos níveis, para este artigo situaremos mais precisamente algumas experiências alternativas da imprensa durante o regime militar no Brasil. O foco, aqui, não é prender-se a isto, mas partir desse fazer jornalístico para uma reflexão mais detalhada sobre o direito à informação e sua relação com a cidadania.

Consideramos, ainda, os impactos das tecnologias no jornalismo hoje, e como as tecnologias não devem ser vistas apenas como "instrumentos", tão pouco como solução completa de tudo, mas antes a essência da técnica é aliada no desenvolvimento de uma tecnodemocracia, com sujeitos atuantes na sociedade. A web tem possibilitado acesso a conteúdo direcionados e plurais aos cidadãos, fala-se inclusive em empoderamento pela informação.

Essa alternativa às mídias tradicionais que é possível graças ao espaço virtual e, de certa maneira, relembra os jornais alternativos de antes. A internet é, pois, a mídia alternativa da contemporaneidade e seus desdobramentos, nesse sentido, são positivos, mesmo face ao fenômeno das fontes não confiáveis de informação e de notícias duvidosas e sem apuração adequada. Mesmo que o modo de acesso à internet possa, ainda, ser limitado à parte da população e esteja longe de ser ideal, pensar o

[18]Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Comunicação, Cultura e Cidadania pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG e doutoranda pelo mesmo programa. E-mail: mskalyne@gmail.com.

ciberespaço como um lugar que possibilita e agrega discussões e difusão de diversas vertentes, com objetivo de munir o sujeito de informações para que este possa se empoderar e agir coletivamente, já é um avanço da nossa sociedade e da própria democracia. Gentilli (2005) afirma que direitos civis e sociais se antagonizam em razão da distinção de classes, Caldeira (2000) traz à luz exemplos dessa diferenciação a partir de suas pesquisas sobre a evolução das cidades e a repressão policial em São Paulo. Mas para este artigo não adentraremos nessas questões mais específicas, e sim consideraremos apenas o conceito de democracia e de cidadania de forma mais ampla.

2 DEMOCRACIA, CIDADANIA E COMUNICAÇÃO

As relações entre Democracia, Cidadania e Comunicação vêm de longa data, tomando força com a urbanização das cidades. Se, no início, a comunicação tinha um intuito de registro de informação e até mesmo narração da vida cotidiana e de histórias (descobertas científicas, informação sobre guerra e política etc), quando voltamos nosso olhar para as sociedades mais antigas, como gregas e egípcias; posteriormente, com o surgimento das cidades, a intensa migração urbana, a Revolução Industrial e o próprio desenvolvimento da Imprensa, percebemos uma comunicação – e aqui nos voltamos para o Jornalismo especificamente – que passa a narrar o cotidiano das cidades e a introduzir novos elementos nas discussões, como as questões dos proletários e condições de trabalho, greve dos operários, política nas cidades.

A partir dessa efervescência do jornalismo e da sua atuação, que vai se moldando e aperfeiçoando com a *pauta da cidade*, o viés de uma sociedade preocupada com as condições da vida urbana, da política, do desenvolvimento das cidades e, ao mesmo tempo, social, vai permeando esse conteúdo e possibilitando o engajamento da sociedade com questões que atingem a todos.

No Brasil o desenvolvimento da comunicação avança concomitantemente com a democracia, embora a mesma tenha sido interrompida ao longo da história. Apenas em 1930, no primeiro mandato de Getúlio Vargas, podemos considerar o início da democracia moderna no país, mas isso não durou muito, sendo seguido pela Ditadura Militar durante 20 anos. Vale considerar que aqui o conceito de democracia e de cidadania do qual tratamos é universal, diferente da visão clássica grega que as consideravam para uma elite determinada – homens, livres, filhos de pais e mães atenienses, maiores de 21 anos. Consideramos particularmente os movimentos dos séculos XIX e XX, caracterizados pelo sufrágio universal e pela democracia plena, e que resultaram na luta pela redemocratização do país em 1984, com o movimento das Diretas Já. Em 1989, após a Constituinte de 1988, brasileiros e brasileiras foram às urnas e escolheram Fernando Collor de Mello como primeiro presidente do país a ser eleito pelo voto universal direto após a redemocratização (José

Sarney foi o primeiro presidente eleito na redemocratização, mas ainda foi pelo voto indireto). Temos, portanto, uma democracia "jovem", com pouco mais de 30 anos de existência e que ainda busca consolidar muitos aspectos políticos, um deles, diz respeito aos próprios meios de comunicação, cujo monopólio por uma elite conservadora ainda não permite que se discutam os próprios limites dessa democracia.

Apesar disso, vamos tratar aqui de como a comunicação é intrinsecamente aliada à democracia e, por sua vez, à cidadania, e vice-versa. Talvez seja até mesmo um cenário ideal, mas, sem dúvida, digno de perspectiva e de acreditação do ponto de vista da comunicação e da sua própria luta por uma sociedade mais plural e igualitária, com direitos sociais e individuais garantidos. Nesse sentido, Gentilli (2005, p. 93) destaca que a democracia de massas, e apenas ela, "poderá oferecer a emancipação plena dos cidadãos, ao assegurar política e moralmente às amplas massas excluídas pelas tensões e contradições da cidadania liberal". Aqui o autor trata de uma emancipação pela comunicação, a partir de uma cidadania assegurada e possível por meio de uma inclusão e, ao nosso ver, essa inclusão se dá, dentre outras maneiras, pelo acesso à informação. Isso permite que os atores sociais, munidos de informação, tenham representatividade, participem plenamente da vida comum e das decisões coletivas.

Essa participação plena, possivelmente, é um ideal, mesmo assim possível em uma sociedade democrática e que busca, constantemente, a evolução e aperfeiçoamento da democracia. Gentilli (2005) discorre sobre uma cidadania incorporada a uma democracia de massas, que considera uma

> Democracia pluralista e generalização de iguais direitos para os homens e mulheres constituem o horizonte norteador das lutas políticas contemporâneas. Democracia é, ao mesmo tempo, meio e fim: são necessários procedimentos democráticos para se alcançar determinadas decisões, mas por outro lado, as decisões a serem alcançadas por procedimentos democráticos também devem ser democráticas (GENTILLI, 2005, p. 93)

Vale destacar que, para o autor, o termo "massa" não se refere a sujeitos, mas a "indivíduos livres e emancipados, reconhecidos na sociedade como politicamente autônomos e conscientes, não na barbárie" (GENTILLI, 2005, p.95). Para isso ele compreende que os valores da cidadania liberal são indispensáveis para uma cidadania ampliada, ainda a ser conquistada de forma efetiva. A matriz de referência da cidadania é uma emancipação liberal, argumenta Gentilli, pois os membros da sociedade são reconhecidos plenamente a partir de um *status* de igualdade tanto em relação aos direitos quando às obrigações. No que se refere aos direitos sociais, o autor argumenta que são direitos ligados às necessidades dos cidadãos, e que são garantidos pelo Estado, como direito à

saúde, à educação e outros. Isso seria uma maneira de diminuir e atenuar as desigualdades sociais e seus efeitos por meio de políticas públicas.

> Direitos sociais são direitos que proporcionam aos seus beneficiários um certo nível de bem-estar e propiciam acesso a certas oportunidades e a certas condições que não seria possível pela origem social e de classe do usuário, caso o Estado não zelasse para que esses direitos existissem, dada a desigualdade social, inerente às sociedades capitalistas (GENTILLI, 2005, p.93)

Também é fato que, embora os direitos de cidadania permeiem o status de igualdade, na prática, a diferenciação e a efetivação desses direitos permeiam as classes sociais e suas desigualdades. Em relação aos direitos civis, é comum a diferença de tratamento a partir de quem pode ou não se favorecer e se proteger mais por conta de melhores condições de se protegerem, além dos preconceitos velados ainda existentes na sociedade brasileira.

3 DIREITO À INFORMAÇÃO E JORNALISMO ALTERNATIVO

Quando pensamos em comunicação consideramos os processos comunicativos como instrumentos essenciais no desenvolvimento social, mas também como meios de controle e manipulação de indivíduos, quase que ferramentas “sofisticadas de exercício do poder” (TEMER, 2013). Aliado a isso, o desenvolvimento contínuo e permanente de produção, reprodução e ampliação das mensagens tornou o próprio estudo da comunicação mais complexa. Thompson (2008) analisa quais são os impactos do desenvolvimento dos media e da transmissão de informações. As consequências na recepção destes conteúdos, de que forma se dá esta recepção e como ela pode influenciar a realidade social. O autor se atém ao desenvolvimento histórico das tecnologias e destaca a importância dos símbolos: “de forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno”(2008, p. 19). Com este desenvolvimento, a informação transformou-se em mercadoria e seu impacto na sociedade atingiu proporções ainda maiores.

Para Thompson, o papel dos media e a interpretação das mensagens está fortemente ligado aos símbolos sociais. Para diferenciar os tipos de interação no processo comunicativo, ele utiliza o termo *deixas simbólicas*, significando as mensagens transmitidas através de gestos nas relações de comunicação face a face. As relações definidas por ele como interação mediada existem entre meios de comunicação e receptores. Nesta, a interpretação das deixas simbólicas depende muito mais dos receptores e do contexto em que a mensagem é recebida.

Precisamos considerar o papel fundamental do jornalismo na nossa experiência de mundo, mas, ao mesmo tempo, dentro de um processo maior que visa o lucro. Embora o profissional da comunicação tenha sua ética, caráter e profissionalismo no direcionamentos de pautas que, em tese, se baseiam e se sustentam em uma comunicação plural e democrática, muitas vezes dentro de um processo organizado de produção de notícias esses valores notícias a que chamamos aqui de "guia" necessário para o fazer jornalístico de modo a possibilitar mecanismos de alcance da cidadania por parte da população tornam-se secundários. O lucro, por vezes, fala mais alto.

O jornalismo possibilitar organizar uma realidade ou a representação dela, sendo, portanto, uma experiência de mundo (TEMER, 2013). Para isso consideramos também possíveis distorções da realidade, especialmente em períodos de bombardeamento informacional e de falsas notícias, o que produz com mais constância uma disfunção narcotizante e deixa o nosso juízo de realidade, por vezes, fluído e alterado. Entretanto, para além disso, Temer (2013) considera que "o jornalismo possui uma responsabilidade individual e social "dignificando, classificando e hierarquizando a informação, o conhecimento e a realidade absorvida pelo receptor".

Thompson aponta diferentes tipos de poder, definidos como "a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e consequências", onde os indivíduos utilizam o que está ao alcance para atingir os objetivos citados. O quarto tipo de poder citado por Thompson é simbólico, o poder de comunicação entre os indivíduos, que resulta na "capacidade de interferir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas". Este tipo de poder é difundido através das instituições culturais, que podem variar desde as igrejas até os meios de informação e comunicação da mídia, que possuem enorme capacidade de reprodução.

Partindo para as relações da imprensa e da cidadania, mais especificamente em imprensa alternativa, podemos considerar a relação desses conceitos a partir do direito à informação. Considerando o estado democrático de direito, podemos afirmar que a comunicação e a informação são mecanismos que permitem aos cidadãos e à sociedade exercerem e tomarem posição a partir das informações adquiridas. Gentilli (2005) afirma que há uma necessidade social da informação, que é suprida pelo jornalismo e que chega a sociedade de forma direta. Para o autor "a informação jornalística é simplesmente indispensável para o bem-estar no mundo hoje em dia" e os processos de integrações sociais estão diretamente ligados aos papéis dos meios de comunicação. Bobbio (1992) complementa ao considerar que a democracia moderna é uma sociedade dos cidadãos, e que isso diz respeito a direitos civis, políticos e sociais ampliados, cuja transparência e visibilidade do poder seriam visíveis aos cidadãos. Gentilli (2005, p. 125) corrobora: "[...] se as modernas sociedades

de massa são marcadas pela posse de direitos, sua complexidade coloca a exigência da ampla difusão de informação e cria a necessidade de se tornar claro e preciso o sentido do conceito “direito à informação”.”

O direito à comunicação, a liberdade de imprensa, a seguridade da informação e a pluralidade são características do jornalismo que só são possíveis de existir plenamente em um regime democrático. Para ter acesso ao próprio poder público, e consequentemente aos direitos sociais e civis, o próprio cidadão precisa ter a garantia do acesso à informação, especificamente à informação de caráter público. Assim, o direito à informação pode ser considerado um direito secundário, sendo necessário para a realização de outros direitos, e que permite e incentiva o exercício da cidadania, na medida em que o cidadão consegue acessar informações e, a partir delas, se posicionar criticamente em relação à sociedade, suas instâncias e decisões. Para Gentilli (2005, p. 128), “O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito para todos. E deve ser pensado na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um.”. Esse direito é, sobretudo, um direito político:

> Quando nos referimos ao direito à informação estamos tratando de algo maior do que aquela informação necessária ao exercício de outros direitos. Estamos nos referindo, agora, àquela reconstrução da realidade que nos oferece o conjunto de alternativas e possibilidades posto no mundo. Estamos falando daquelas informações sobre a esfera pública “simplesmente indispensáveis para que cada um se oriente num mundo em constante mudança e, no sentido literal, saber onde se encontra (GENTILLI, 2005, p. 141)

É inerente ao exercício do jornalismo e da profissão, a busca pela democracia e pelos direitos. Partindo desse ponto de vista, Falcão *et al* (2014) trazem à luz experiências da imprensa no período de regime militar no Brasil no qual foi promovida uma verdadeira caça às bruxas à imprensa e, em especial, à imprensa alternativa. Conforme argumentam, a censura era exercida de diversas formas, desde telefonemas, decretos e até “bilhetinhos”. Um dos famosos jornais dessa época foi o semanário carioca Pasquim, que virou símbolo de mídia independente e circulou por mais de 20 anos. Na década de 1970 chegou a alcançar mais de 200 mil tiragens cheias de sátiras a políticos e também jornalistas favoráveis ao governo. Praticamente toda a equipe do jornal foi presa pela ditadura (FALCÃO *et al*, 2014). Já na Bahia os jornais O Inimigo do Rei e Flor do Mal também foram exemplos do que chamamos de imprensa alternativa, que consideramos alternativa em relação à produção, ou seja, à uma forma não hegemônica de manutenção como era o caso de grandes veículos de comunicação, e em relação ao tratamento, cuja principal característica era um jornalismo de contracultura e contrapoder, dedicado a uma visão crítica da sociedade – o que também é possível em regimes democráticos, nos quais a pluralidade de posicionamentos e opiniões devem ser

consideradas para a informação voltada para a cidadania. Falcão *et al* destacam que o jornal "Flor do Mal também era porta voz de diversos movimentos sociais e assuntos que não encontravam espaço algum nem na imprensa alternativa nem na grande mídia, como minorias sociais, autogestão, movimento operário, pedagogia libertária etc" (FALCÃO et al, 2014).

Em Goiás destacamos o *Top News*, um jornal crítico, engajado, debochado e irreverente que circulou entre o início da década de 1970 e da década de 1980, final do regime militar. Inicialmente era um veículo bancado por agências de publicidade, mas que em sua segunda fase assumiu um caráter mais político, ácido, inclusive de denúncias de torturadores, críticas ao governo e a outros veículos de comunicação, espaço para assuntos ligados a movimentos sociais, como de posseiros, sem-terra, movimento gay e outros. O Top News se tornou uma mídia alternativa no seu modo de produção, sendo alternativo aos meios. E podemos considerar, ainda, o caráter comunitário na definição das pautas e no tom político e objetivos. Havia a própria crítica aos meios tradicionais de comunicação, e a autocrítica. Os artigos eram publicados na íntegra, permitindo uma visão completa do processo. Sem edição, algo que a internet hoje também permite.

Sua tiragem de 30 mil exemplares era gratuita, sendo distribuída pelos próprios jornalistas em praças da cidade, repartições públicas e diversos pontos centrais. Dessa forma, era possível que o semanário fosse lido por grande parte da população, chegando, inclusive à periferia da cidade. Rodovoalho (2006, p. 179) destaca que na segunda fase do jornal, em 1980, quando o jornalista Joãomar Carvalho de Brito Neto assumiu a direção do periódico, que o caráter de crítica política de Goiás passou a ser ponto central do Top News. Com isso, "a crítica debochada surge aos poucos, conforme seus jornalistas vão percebendo que assim sua mensagem chegava com mais força, e mais longe (RODOVALHO, 2006, p. 170). Na segunda fase, o jornal se mantinha pela Projornal, a Cooperativa de Jornalistas de Goiás. Se olharmos a cooperativa ela também é um fator de incentivo ao jornalismo praticado, já que podemos tomar o jornalismo como uma instituição simbólica de poder. E estar atrelado à uma cooperativa, um modo de produção diferente, também implicava em outra postura editorial talvez mais liberta dos paradigmas mercadológicos. O Top News foi um jornal inovador em Goiás, cuja história ainda carece de pesquisa e investigação.

Essa fase que destacamos aqui refere-se especialmente ao regime militar no Brasil, onde os jornais – em especial o que chamávamos de imprensa alternativa – basicamente questionavam o regime opressor. Com a abertura democrática houve, de certa maneira, uma desmobilização e muitos veículos sucumbiram ou por questões editoriais ou, até mesmo, por questões financeiras. Entretanto, cabe ressaltar que o papel da imprensa, mesmo em governos democráticos, também corrobora para a transparência pública, a pluralidade, a informação como garantia de direitos, e,

assim, o direito à informação como direito fundamental para o cidadão e, por consequência, para a cidadania.

4 TECNODEMOCRACIA

Thompson (2008) refere-se, sem necessariamente citar, a termos já utilizados pelo pensador frankfurtiano Walter Benjamin e, posteriormente, apropriados por Adorno e Horkheimer. O conceito de "aura" de uma obra de arte, definido pela perda de sua autenticidade através da reprodução, cujo "aqui" e "agora" são perdidos, juntamente com a autoridade, pelas cópias proporcionadas apenas através dos meios técnicos. O mesmo acontece com as formas simbólicas citadas por Thompson e, consequentemente, pelas notícias: a grande escala reprodução faz com que elas percam sua autenticidade. Em sua análise, Borges (2016) destaca que Thompson (2008)

> [...] localiza a presença dos media na contemporaneidade apontando as inúmeras transformações institucionais e de poder por eles proporcionadas, sendo que a maior delas está no local e no espaço do debate público, que foi transposto das "praças" e dos lugares físicos para os veículos de comunicação e de jornalismo. Munidos de tecnologias cada vez mais avançadas, os media rapidamente tornaram-se a nova arena política capaz de interferir em tudo o que é (ou não é) visível (BORGES, 2016, p. 2).

As defesas de Thompson têm fortes conexões com os pensamentos de Pierre Lévy, que também condena os pensamentos frankfurtianos ao defender a possibilidade de uma técnica que aconteça em favor do pensamento crítico, e o ciberespaço como um "dispositivo de comunicação interação e comunitário, apresentando-se como um dos instrumentos privilegiados da inteligência coletiva" (2004,p .29). Lévy levanta a hipótese da existência da inteligência coletiva, e ao mesmo tempo em que ela é considerada o remédio da cibercultura, por acelerar o ritmo das alterações sociais, é o seu próprio veneno por excluir sumariamente aqueles que não estão inseridos neste ambiente. O ambiente propício para o desenvolvimento deste tipo de inteligência é o ciberespaço, mas os seus aspectos divergentes não foram considerados em *Cibercultura*, talvez pelo momento histórico em que foi produzido.

Vale destacar que os defensores da legitimidade do ciberespaço afirmam que a internet propicia acesso a informações de todo o mundo e que, portanto, influencia o senso crítico dos receptores, contudo, este acesso pode apresentar poucas diferenças com relação ao contato dos receptores com os media. Se o indivíduo escolhe assistir sempre aos mesmos canais de televisão e ler sempre os mesmos jornais, mesmo tendo a oportunidade de acessar fontes de informações com abordagens diferentes, na internet também existem poucas chances de acontecer o contrário. O sujeito continua acessando sempre às mesmas fontes e talvez pior: muitos usuários acreditam e reproduzem informações sem credibilidade, difundida pelos milhões de sites noticiosos atuais. Nessa

perspectiva, podemos considerar que a internet é, de certa maneira, um dos ambientes mais democráticos que existem, mas que, contraditoriamente, levando em conta ainda a falta de acessos de determinadas classes sociais à rede ou um acesso restrito e limitado; e também a liberdade de escolha dos internautas no acesso a determinados conteúdos, esse ambiente virtual de informações pode não ser, necessariamente, o quão democrático parece. Do ponto de vista do acesso, especialmente considerando a ampliação da rede no Brasil e dos aparelhos *mobile,* podemos até afirmar que há, sim, um ambiente mais acessível e democrático. Entretanto, embora aparentemente seja acessível nesse aspecto, não há garantias de que todos tenham, de fato, este acesso. Além disso, é provável que o internauta visite sempre os mesmos sítios e conteúdos conforme sua identificação e afinidade, dessa forma, embora a informação esteja disponível "para todos" é natural visitar os mesmos endereços eletrônicos buscando assuntos de interesse. Mesmo assim, pode-se considerar que a internet ainda facilitou, mesmo que minimamente, este acesso, mas, quanto a produção de conteúdos de interesse comum de todos os internautas vale a pena uma reflexão mais apurada sobre esta forma de acesso e informação plural e democrática, o que deixaremos para outro trabalho oportuno. Vale ressaltar que, quanto à qualidade da informação, especialmente pela difusão de uma grande quantidade de informações falsas – as chamadas *fakes News* – ou de apuração falha, já não temos tanta certeza desse nível de participação real.

Outra tese defendida por Thompson e que aproxima dos pensamentos de Lévy é a capacidade/facilidade do receptor transformar-se em produtor de informação: "nas circunstâncias reais há uma pluralidade de fontes e canais de comunicação, de tal maneira que os indivíduos podem se encontrar na posição de serem simultaneamente produtores e receptores" (2008, p.106). Com a internet, esta possibilidade alcançou níveis muito maiores. No ciberespaço existe uma facilidade muito maior e, portanto, alguns receptores tendem a confirmar as informações através do contato com outras fontes, geralmente da imprensa oficial. O que não impede, contudo, que os boatos e especulações sejam rapidamente difundidos e creditados por determinados públicos. Thompson pensou mais detalhadamente na interação existente entre os sujeitos e os meios de comunicação como a TV, o rádio e jornal, contudo, suas considerações podem facilmente ser levadas para a interação com a internet:

> Por isso a apropriação das mensagens da mídia deve ser vista como um processo contínuo e socialmente diferenciado que depende do conteúdo das mensagens recebidas, da elaboração discursiva das mensagens entre os receptores e os outros e dos atributos sociais dos indivíduos que as recebem (Thompson, 2008, p.102)

Um ponto importante, objeto de reflexão autor, é a influência do acesso a informações instantâneas sobre os acontecimentos mundiais. Esta instantaneidade gera um tipo diferente de

interação por parte do espectador. A falta de fronteiras espaço-temporais é uma característica muito forte da modernidade, o que seria responsável por criar um mundo real e um mundo imaginário. Assim, os receptores experimentam uma contradição assustadora entre realidades opostas, pelos monitores (atualmente, existem diversos outros monitores além da televisão). Contudo, Thompson afirma que mesmo com este choque diário de realidades, "a estrutura espaço-temporal do contexto da recepção permanece o 'ancadouro' para muitos espectadores, uma vez que seus projetos de vida estão enraizados principalmente nos contextos práticos da vida de todos os dias" (THOMPSON, 2008, p.89).

O pensamento de Thompson está enraizado na defesa de que o acesso à pluralidade de informações contribui com a emancipação (apesar de não utilizar este termo) e o desenvolvimento do senso crítico por parte dos espectadores. Apesar de não desconsiderar as práticas midiáticas de deturpação, manipulação e homogeneização dos receptores, o autor defende a possibilidade de crescimento sociocultural dos receptores:

> A profusão de materiais simbólicos pode fornecer aos indivíduos os meios de explorar suas formas alternativas de vida de um modo imaginário e simbólico; e consequentemente permitir-lhes uma reflexão crítica sobre si mesmos e sobre as reais circunstâncias de suas vidas(Thompson, 2008, p.85)

Ao final do livro, o autor defende que a relação mediada do receptor com a informação gerou um entendimento por parte dos cidadãos de pertencimento e de responsabilidade com o mundo, que antes não existia. O exemplo que perfeitamente ilustra esta realidade está na organização de manifestações e o surgimento de movimentos políticos, culturais e sociais através de redes sociais. O interesse compartilhado por diferentes esferas da sociedade cria comunidades específicas e traz para outras esferas além do ciberespaço, discussões relevantes acerca de diferentes problemas sociais. Aqui, seria possível parafrasear o pensamento de Pierre Lévy: ao invés de afirmar que a inteligência coletiva é o remédio e o veneno da cibercultura, é possível afirmar que a cibercultura é o veneno e remédio da sociedade moderna. Prova disso é que não nos reunimos mais em praça pública para dialogar, tomar decisões, viver a cidade. A própria cidade é virtual, a praça e a esfera pública, de certa maneira, podem ser traduzidas internet de diversas maneiras e atuações. Isso não é, necessariamente, ruim. Ora, o virtual está imbricado na sociedade e nasceu dela, por isso espera-se que contribua na medida em que avança, para o debate e a transformação social. Enquanto isso acontece, paralelamente, a sociedade também está aprendendo a lidar com a tecnologia, de maneira que ela avance e contribua – não substitua – o papel do sujeito na sociedade. Borges (2016) agrega a este pensamento que Castells (1999) considera também que "o mundo globalizado é um mundo em redes, que se reproduzem, em diferentes escalas, na organização social,

ou seja, na sociedade em redes que, na atualidade, estrutura-se por meio das TICs". Nesse sentido, a autora reafirma que Thompson considera o poder cultural ou simbólico como redes, cujos nós e tramas são feitas e desfeitas conforme as "necessidades hegemônicas, especialmente as que circundam o capital".

> Além disso, é importante salientar que a dimensão política e de poder das redes impõe diferentes níveis, escalas e acessos que podem se sobrepor – e até mesmo serem prolongados – por outras redes distintas, mais ou menos hegemônicas, com maior ou menor potência. Isso ocorre porque as redes não dizem respeito somente às infraestruturas ou às tecnologias, mas, sobretudo, estão relacionadas aos usos e aos acessos (BORGES, 2016, p3.)

Ainda sobre redes, Borges argumenta que Castells (1999) as considera num nível alto de seletividade, de forma que "podem, ao mesmo tempo, comunicar e não comunicar, incluir e excluir". Nesse sentido, pontua a autora: "a comunicação é um processo de produção social de sentidos e, complementando com o dito de Thompson (2008), é também uma forma de ação que, indiscutivelmente, está relacionada ao poder simbólico e à cultura" (BORGES, 2016, p.5). Nos estudos de Castells (1999), Borges afirma que ele

> [...] é categórico ao dizer que a característica central da sociedade em rede é a transformação dos processos comunicacionais, o que inclui os meios e os veículos de comunicação. Isso porque, para o autor, a comunicação consolida – e é consolidada – no espaço público, isso é, no espaço cognitivo no qual as significações do mundo e dos seus movimentos ocorrem. Daí é possível diferenciar: a comunicação interpessoal existe numa escala privada, na qual as pessoas, de acordo com as suas necessidades e desejos estabelecem interações, enquanto os sistemas de comunicação mediáticos imputam relações entre instituições, organizações sociais e conjuntos de pessoas, mas não no nível individual, e sim, no coletivo (BORGES, ano, p. 5)

Nesse sentido, o sistema comunicacional contemporâneo é global e local ao mesmo tempo, e também busca uma maior interatividade e horizontalidade, argumenta Borges a partir de Castells (1999). Nessa análise, a autora complementa ao afirmar que na visão de Castells a sociedade em que estamos inseridos é "a sociedade do indivíduo em rede, é a sociedade das linguagens que disseminam conteúdos simbólicos e afirmam significações e práticas culturais" (2016, p. 5) e, por esta razão, a cultura nessa sociedade em rede é estruturada por "vias interativas [...] extremamente horizontalizadas que facilitam a troca de mensagens por diferentes modos e acessos" (BORGES, 2016, p. 5). Dessa maneira,

> [...] a sociedade, ainda de acordo com Castells (1999) é ressignificada, refundada, em novas formas de comunicação mais socializáveis, que são capazes de transformar o processo político pela cultura da virtualidade real, uma vez que é no espaço comunicacional que as opiniões políticas e as significações culturais são formadas (BORGES, 2016, p. 5).

Aliado a isso, consideramos que a revolução tecnológica possibilitou que a comunicação se desenvolvesse cada vez mais como uma atividade acessível e desimpedida. Com isso, podemos considerar a própria internet como um veículo de "mídia alternativa", pois com os blogs, *vlogs*, redes sociais e outras plataformas e ferramentas permite uma divulgação mais livre e direcionada de conteúdo, inclusive sem filtros. Mesmo assim, devemos levar em consideração que apesar de existir conteúdos disponíveis o caminho percorrido pelo cidadão até esse conteúdo pode, por vezes, ser longo – ou nem mesmo existir. Embora a internet seja terra de todos e de ninguém, é difícil supor que apenas o acesso a determinados assuntos, com um viés alternativo, seja acessado pela população. Talvez o grande trunfo da tecnologia seja permitir um uso mais coletivo da plataforma e a produção de conteúdo diferenciado, além de que os assuntos polêmicos são tratados por meio da discussão e de forma ampla sem edição e censura da grande mídia, especialmente sem um sistema de repressão aberta, cuja rapidez da *web* também dificulta ações de censura.

Levy (2004) destaca a técnica como uma dimensão fundamental para a transformação do homem por ele mesmo. Kerkove (1995) vai mais longe: partindo das tecnologias como extensões do homem, compreende o impacto e as transformações da mesma a nível individual e social, o que passa pela consciência do ser e estar no mundo. Tanto o racional quanto o sentir estão ligados à tecnologia, que cada vez mais é incorporada à nossa existência e às nossas rotinas.

> As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem, na verdade da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada (LEVY, 2004, p. 7)

A tecnologia e a noção de interface, para Levy, não são limitadas. Ele considera todo o processo de evolução da própria escrita, que depois evolui para o que entendemos hoje no ambiente tecnológico como hipertexto. Tudo parte da escrita e das relações sociais, a rede pode ser considerada uma *extensão* desse social, na medida em que consideramos que estão envolvidos nesse jogo e nessa compreensão do virtual os "*processos de subjetivação* individuais e coletivos".

> [...] as coisas, ao passar de um ator a outro, são alternativamente fins e meios, elementos objetivos da situação ou dispositivos a serem transformados e destruídos. As coisas, todas as coisas, seguindo o espectro completo de suas significações e de seus efeitos (e não somente enquanto mercadorias), mediatizam desta forma as relações humanas. Eis porque uma atividade técnica é intrinsecamente política, ou antescosmopolítica (LEVY, 2004, p. 60)

As tecnologias intelectuais estão diretamente relacionadas a processos cognitivos, e se inter-relacionam com a percepção, imaginação, modos de representação (signos, escrita, símbolos etc),

reinterpretações que irão estruturar as experiencias sociais (LEVY, 2004). Além disso, precisamos considerar que o sujeito é histórico, transcendental, indefinido, dentre outras características (LEVY, 2004), que irão permear toda a trajetória individual e em sociedade, a partir das experiencias coletivas.

> As tecnologias intelectuais situam-se fora dos sujeitos cognitivos [...] Mas elas também estão entre os sujeitos como códigos compartilhados, textos que circulam, programas que copiamos, imagens que imprimimos e transmitimos via hertziana. Ao conectar sujeitos, interporem-se entre eles, as técnicas de comunicação e de representação estruturam a rede cognitiva coletiva e contribuem para determinar suas propriedades. As tecnologias intelectuais estão ainda nos sujeitos, através da imaginação e da aprendizagem (LEVY, 2004, p. 173).

Com isso, o sujeito coletivo necessita de objetos reinterpretados, simulados, pontos de apoio da memória e de combinações diversas. As tecnologias são um terreno político fértil para conflitos e interpretações divergentes, pois "é ao redor dos equipamentos coletivos de percepção, do pensamento e da comunicação que se organiza em grande parte a vida da cidade no cotidiano e que agenciam as subjetividades dos grupos" (LEVY, 2004). É importante ressaltar que a técnica é, antes de tudo, um conjunto de um jogo coletivo no qual participamos querendo ou não. Ou participamos ou somos jogados pelo jogo e, assim, precisamos encarar esse conjunto de símbolos, conexões, reinterpretações, representações que se agregam à técnica. Levy destaca que quanto mais a técnica é encarada como autônoma e separada, como se "andasse com as próprias pernas", mais pensaremos que temos poder. E, em contrapartida, "quanto melhor compreendermos "a essência da técnica", mais se tornara claro que há espaço para a tecnodemocracia, que um amplo espaço permanece aberto à crítica e à intervenção, aqui e agora" (LEVY, 2004,p. 195).

Como ilustração de um espaço virtual que pode ser utilizado para uma pauta mais plural e que inter-relacione com a cidadania, diversos sites com conteúdo feministas buscam empoderar mulheres por meio da informação. *Azminas* e *Think Olga*[19] são duas plataformas que surgem em meio a essa perspectiva, de promover reflexões e dar espaço para uma voz mais participativa de mulheres nas redes sociais.Além disso, podemos considerar esses sites como atuantes em uma contracultura hegemônica que, muitas vezes, têm um olhar restrito à temática feminina, ambos se consideram como jornalismo independente e alternativo.*Azminas* também trabalha com educação feminista voltada para a equidade de gênero, e seu objetivo "é usar a informação para combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras". No mesmo sentido, *Think Olga* pretende "empoderar mulheres por meio da informação. O projeto é um hub de conteúdo que

[19] www.azmina.com.br e www.thinkolga.com.

aborda temas importantes para o público feminino de forma acessível" partindo da premissa de que informação é poder e de que é necessário romper como a hegemonia/homogeneidade da informação, oferecendo espaço de fala para mulheres, sobre mulheres e por mulheres. Conscientização, representatividade, educação, acolhimento, "knowyourrights", conhecimento dos direitos. Acreditamos que a informação é o ponto de partida para a criação de um mundo mais igualitário. E é essa nossa missão", é a alma do projeto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia contemporânea apoia-se na imprensa e no jornalismo como ferramentas decisivas na pluralidade, igualdade e de importância para a tomada de decisões coletivas. Nesse sentido, o desenvolvimento dos jornais é indispensável e inerente ao alargamento da democracia, sendo um instrumento que torna viável o direito à comunicação, pelo qual os cidadãos tem acesso e conhecimento a outros direitos, isto é, "direitos fins". Essa característica solidifica um agir não só individual, mas principalmente coletivo, especialmente quando levamos em conta a comunicação – e o jornalismo – como instituição social, não apenas como meio.

Muitos autores, alguns consultados para este breve artigo, concordam que à medida que a democracia evolui, os cidadãos tornam-se mais exigentes em relação à mídia, à imprensa e ao próprio jornalismo, aumentando inclusive a demanda por jornais. Em tese, isso também favoreceria a consolidação dos próprios jornais e o lucro com a ampliação dos leitores. Entretanto, pincelamos que ainda é necessária uma investigação mais aprofundada dessas relações em tempos de modernidade liquida (BAUMAN) e de tecnologias utilizadas a todo vapor, inclusive para disseminação de inverdades com caráter jornalístico ou de notícias verdadeiras manipuladas pela web com interesses particulares.

Por fim, mas não definitivamente, cabe considerar que essa mesma web permite cada vez mais um espaço virtual de acesso a conteúdo diferenciados, alternativos às mídias tradicionais e, muitas vezes, experiências comunitárias. Lembremos da história de Simplício[20] e usemos a luneta do bom senso em relação à sociedade virtual, dessa forma, preservamos a esperança de uma sociedade plural, mais democrática, e, quem sabe, até mais evoluída e igualitária.

[20]Obra de Joaquim Manuel de Macedo (1869), A Luneta Mágica é possivelmente o primeiro romance brasileiro de fantasia. Simplício é a personagem principal que sofre de míope física e moral. O livro é uma crítica cômica do panorama social e político brasileiro durante o Império.

ALTERNATIVE JOURNALISM, RIGHT TO INFORMATION AND CITIZENSHIP

ABSTRACT

Throughout its history and development journalism occupies an essential position in the construction of democracy and, at the same time, as society advances in its plurality, equality, equity, and democracy, it demands more and more quality information. This article briefly seeks to situate the right to information as part of the fundamental right of subjects, so that it is a secondary right that allows citizenship to be, at least, ruled and thought at the social level. Also, it raises aspects of information resistance, especially in contexts of military regimes, of how the press was the target of a totalitarian government and at the same time marked by alternative journalism experiences. It also relates citizenship, democracy and journalism to web networks and experiences, running through what Pierre Levy conceptualizes as techno-democracy.

Keywords: Journalism; Alternative Press; Citizenship; Right to information.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Editora Campus, Rio de Janeiro,1992.

BORGES, R. M. R. **O mundo em redes de Sofia.** Texto didático produzido para a Disciplina "Estudos Avançados em Mídia e Cultura II - Processos comunicacionais e produção social de sentidos: a cultura como categoria mediadora das significações do mundo e da existência", do **Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC)**, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

FALCÃO, B., CASTRO, C., GARCIA, F., CARDOSO, J., GUIMARAES, L. Imprensa alternativa: os pasquins durante o Regime Militar. In: **Estudos de Jornalismo Contemporâneo** (Coletânea 2) – 2014/DIAS, L., FARIAS, S. J. P. (orgs.) – Goiânia: UFG/FIC, 2014. 157-170.

GENTILLI, V. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

KERCKHOVE, D. **A pele da cultura**: uma investigação sobre a Nova Realidade Eletrônica. Lisboa: Relógio d'Água,1995.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência** – O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo. Editora 34. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2004.

_____. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

RODOVOALHO, Mariane. Lições de um jornalismo debochado. In: **Vozes da Democracia:** histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Intervozes : Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006, p. 168-180.

TEMER, A. C. R. P. Alternativas comunicacionais: a identidade do jornalismo. In: **Falas da história**: comunicação alternativa e identidade cultural. Organizadores: COUTINHO, E. G., MAINIERI, T. Goiânia: FIC/UFG, 2013.

THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 4 ed. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

FORMADORES DE OPINIÃO MIRIM NO YOUTUBE: UMA ANÁLISE DOS YOUTUBERS MIRINS E PUBLICIDADE

Izis de Sousa Pereira[21]
Mikaelly Lima de Souza[22]
Rebecca Gonçalves de Sousa[23]
MayllonLyggon de Sousa Oliveira[24]

RESUMO

Desde os primórdios da sociedade, vê-se a existência de indivíduos que se destacam entre os demais e servem de inspiração para os mesmos. A figura de um líder sempre foi comum na esfera política, religiosa e familiar, influenciado os sujeitos na formação de suas identidades. Com o advento dos meios de comunicação, e principalmente com a internet, aumentam-se as possibilidades de se tornar uma pessoa pública, formar opiniões e divulgá-las com facilidade, fazendo com que diversos indivíduos se aventurassem como influenciadores. Levando-se em consideração as afirmações apresentadas, o presente trabalho objetivadiscorreros estímulos emitidos pelas youtubers mirins que estimulam o consumo de outras crianças, estudando mais especificamente publicações do canal Planeta das gêmeas. Metodologicamente o trabalho se apropria de uma pesquisa bibliográfica e da análise das temáticas dos vídeos, estabelecendo um paralelo entre as novas dinâmicas do líder de opinião, a legislação que regulamenta a publicidade infantil e os produtos provenientes do canal. O que se conclui é que há uma constante flexibilização das normas e leis brasileiras relacionadas ao estímulo do consumo infantil, que as marcas contratam essas crianças para vender produtos à outras crianças e que, dessa forma, o consumo e o estímulo a ele têm começado cada vez mais cedo na vida dos sujeitos, sobretudo porque os discursos se travestem em conteúdo de entretenimento e não de publicidade.

Palavras-chave: Formadores de opinião; Mirim; YouTube; Publicidade; Consumo infantil

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais de Relações Públicas possuem uma preocupação assídua acerca da Opinião Pública direcionada aos seus assessorados, a busca por uma resposta positiva é estratégica e contínua. Logo, é importante conceituar Opinião Pública, pois ao contrário do que deixa transparecer, ela não é a opinião da maioria da população. Ela é concebida por uma minoria que participa ativamente dos meandros da sociedade, esses possuem acesso e capacidade reflexiva sobre os assuntos comuns da sociedade, podendo ser: sociais, religiosos, políticos e de qualquer outra esfera. Essas pessoas tornam-se “mecanismo-guia”, pois suas opiniões são manifestadas e

[21] Graduanda no Curso de Relações Públicas na FIC/UFG. E-mail: izissousa2@gmail.com
[22] Graduanda no Curso de Relações Públicas na FIC/UFG. E-mail: souzalima.ifg@gmail.com
[23] Graduanda no Curso de Relações Públicas na FIC/UFG. E-mail: rebeccasousa0@gmail.com
[24] Doutorando e mestre em comunicação e mídia pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação na FIC/UFG. Professor substituto no curso de Relações Públicas na mesma instituição. E-mail: mayllon.lyggon@gmail.com

reconhecidas publicamente, realizando um perímetro do que é importante para a sociedade (TUZZO,2005, p. 33-4).

Para obter uma imagem e uma Opinião Pública positiva, o uso de líderes de opinião é uma estratégia comum, pois, de acordo Tuzzo e Borges (2018), esses líderes conseguem difundir informações e ideias com seus públicos, podem estar próximos fisicamente de seus seguidores ou distantes, utilizando mídias para propagar suas opiniões. É necessário analisar com cautela os perfis de cada líder, pois nenhum possui a aceitação total das pessoas, cada líder relaciona-se e é relacionado com públicos específicos.

Os líderes ou formadores de opinião sofreram uma modificação definitiva com o advento das mídias de grande alcance social, pois com esse passo, possível graças à chegada da internet, os líderes digitais de opinião surgiram. O principal diferencial encontrado entre esses formadores de opinião, nomeados *digital influencers*, e os antigos é que "o influenciador digital possui – e se torna – sua própria mídia, não dependendo do proprietário de um veículo que lhe contrate ou que aceite as suas ideias" (TUZZO; BORGES, 2018, p. 8). Desta forma, eles adquirem uma maior visibilidade, e a internet possibilita que pessoas comuns de todos os lugares encontram a chance de se expressarem e serem ouvidas, com isso conseguem atrair um público que se enxerga neles, a identificação destes é essencial para a influência, de fato, ocorrer.

Considerando esse panorama de surgimento e manutenção dos líderes de opinião, a busca nesse trabalho é perceber como, a partir de um estudo bibliográfico e das análise das temáticas dos vídeos, o Canal Planeta das Gêmeas cria um conteúdo para crianças nos quais a publicidade, presente a partir de publiposts[25], é travestida em conteúdo, mas que ao fim serve para vender o estilo de vida das influencers para sua própria audiência.

Nesse caminho, fazemos primeiro uma breve análise panorâmica dos formadores de opinião mirins no Youtube para entender como esse mercado tem emergido e acontecido no Brasil, depois levantamos a problematização entre a legislação vigente no país e como ela regulamenta a publicidade para o público infantil e como ela ainda apresenta falhas nesse novo território. Por fim, levantamos brevemente alguns vídeos do canal em que é mais explícita a menção a marcas e como esse tipo de conteúdo poderia ser considerado um anúncio.

Por fim, o que se conclui é que ainda não temos uma capacidade jurídica para lidar e proteger esses sujeitos dos efeitos da mídia e da comunicação, técnicas que tem se espairado no Brasil e angariam audiências grandiosas e milhões de *views*. Aponta-se também algumas sugestões

[25] Também conhecido como post patrocinado é a situação em que a marca convida (e paga) influencers para que esses divulguem os produtos e a marca para as suas audiências em ambientes digitais.

que podem ser válidas para pensarmos soluções, mesmo que ainda incipientes, para pensarmos as questões relacionadas à temática.

2 FORMADORES DE OPINIÃO MIRINS NO YOUTUBE

O YouTube é um espaço oportuno e mais democrático para indivíduos que buscam alcançar certa visibilidade e notoriedade entre os demais, tanto pela facilidade em publicar vídeos, quanto pela diversidade de possibilidades de produção de conteúdo, fenômeno possibilitado pelo desenvolvimento da web 2.0[26]. Os formadores de opinião encontram solo fértil para compartilhar suas dicas e convicções com seus públicos, e as empresas enxergam oportunidades de promoção de seus produtos ou serviços, estabelecendo relações comerciais com os *youtubers* para a realização de publicidade.

Um ponto importante é que, segundo o próprio Youtube[27], a restrição de idade para gerenciamento de conta no Youtube, em que 13 anos é a idade mínima determinada pelo Google, mas existe a possibilidade de criação e supervisão de conta pelos pais, para crianças com idades inferiores, através do Family Link. Essa facilidade de acesso e o ambiente atrativo da plataforma, unido com a glamourização do criador de conteúdo, gera cada vez mais interesse infantil de participação, seja como produtores ou espectadores.

De acordo com o Media Lab da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), que realiza análises de conteúdo infantil no Youtube desde 2015, os youtubers mirins, que têm como público alvo crianças de 2 a 8 anos, possuem cerca de 5,8 bilhões de visualizações.

Ainda sobre as análises, um dado considerável é a publicidade infantil presente na plataforma. Em 2016, propagandas de brinquedos somaram mais de 6 bilhões de visualizações. Com base nessa realidade, o advogado do Instituto Alana, Pedro Hartung, afirma:

> O youtuber mirim é um fenômeno muito interessante porque abre espaço para a criança se comunicar, mas, por outro lado, as empresas têm se utilizado dela para fazer merchandising, o que mostra a falta de ética de muitos anunciantes que se aproveitam da vulnerabilidade infantil para veicular publicidade. (HARTUNG, 2016, sp.).

[26] Termo inicialmente popularizado pela O'Realy Media a partir de uma série de conferências em outubro de 2004. Indica não só uma combinação de técnicas informáticas, mas também um período tecnológico, novas estratégicas econômicas e mercadológicas e processos comunicacionais (PRIMO, 2007).

[27] Informação sobre a Idade esclarecida pela Google, proprietária do YouTube. Disponível em: https://productforums.google.com/forum/m/#!msg/youtube-pt/ShZUNspsukw/V4rQNf0BI68J. Acesso em: 20 de julho de 2019.

Vale ressaltar sobre a monetização de vídeos no Youtube, em que um produtor de conteúdo pode ganhar, através da regra de CPM (custo por mil), entre 0,25 e 4,50 dólares a cada mil visualizações, o que pode ser considerado um valor insignificante, dependendo da circulação de pessoas no canal. Esse fato faz com que os influenciadores digitais, incluindo os mirins, aumentem sua lucratividade com parcerias feitas com empresas para divulgação de produtos ou serviços. No meio mirim, por exemplo, é comum o recebimento e *unboxing* de brinquedos, que são vídeos onde se mostra desde a abertura da caixa até uma análise sobre como o produto funciona. Quando questionada pelo jornal Nexo sobre as principais preocupações do Instituto de Defesa do Consumo (IDEC) em relação ao conteúdo veiculado pelos youtubers mirins, Claudia Almeida, advogada do IDEC, afirma:

> A criança não tem ainda capacidade de discernir o que é propaganda ou não é. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, é um tipo de conteúdo que pode ser considerado abusivo. Você coloca uma criança brincando com um produto, tirando ele da caixa, e isso outra criança não tem condições de perceber que é uma propaganda (NEXO, 2018).

Youtubers mirins são crianças que gravam vídeo para a plataforma do Youtube, contendo conteúdos como maquiagem, brincadeiras, suas opiniões, seu cotidiano e similares. Esses líderes mirins podem contar com até milhões de inscritos em seus canais, contradizendo o pensamento de que crianças não fazem sucesso *online.* Canais populares como o Bel para meninas e Planeta das Gêmeas, contendo 7.227.536 inscritos e 11.312.578 inscritos, respectivamente, são exemplos claros do sucesso dos youtubers mirins, valendo ressaltar que alguns de seus vídeos já passaram de 77 milhões de visualizações[28].

Levando em consideração o alto patamar de conhecimento e visibilidade que essas crianças alcançaram, Daiana KlauckSewald (2017, p. 162) afirma que não é estranho o fato devárias marcas já estarem atentas a estes fenômenos mirins e aos milhares de fãs que os seguem; e uma prova disto são as lojas de brinquedos como a Ri Happy e LongJump promoverem “Encontrinhos” onde as crianças têm oportunidade de se encontrar com seus ídolos do YouTube e ter acesso aos brinquedos da marca.

Além do dinheiro que ganham fazendo anúncios em formato de imagens, textos ou vídeos inseridos através do Google, os *youtubers* podem também lucrar com esses encontrinhos, porque os

[28] Dados dos números de inscritos conferidos em 20 de junho de 2019, passíveis de sofrer alteração para mais ou para menos a qualquer momento dada a volatilidade das relações e das possibilidades da Web 2.0

mesmos são organizados por marcas e lojas que podem utilizar de sua imagem para realizar promoções e merchandising nos vídeos do Youtube.

É justamente por essa cultura mercadológica que entram os questionamentos acerca de até que ponto essas vendas, promoções e propagandas podem ser apresentadas por crianças e o que é desencadeado com essas propagandas ao chegarem nos visitantes e inscritos.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

O resultado das crianças se inserirem no Youtube como influenciadores digitais é que com isso eles podem persuadir outras crianças a consumirem aquilo que está sendo apresentado nos vídeos. O consumo infantil é um grande impassedo século, de acordo com a Pesquisa TIC Kids Online[29] o percentual de jovens entre 9 e 17 anos que acessa a rede, considerando apenas os dados de telefone móvel,alcança a marca de 44%. No levantamento anterior, com dados de 2016, o índice era de 37%. As crianças são cada vez mais sujeitas à mídia, que pode determinar ou estimulá-las no que é importante comprar para vestir, comer ou qual o melhor lugar para ir, algo que se expande, ainda sem legislação específica precisa, às redes sociais, como é o caso do Youtube.

Outro ponto relevante é que as ações dos *youtubers* mirins, além de lucrativos para as empresas, nem sempre apresentam uma forma de entretenimento instrutivo, que se preocupa com as possíveis consequências, porque a verdadeira preocupação está ao redor de quantas *views* serão dadas e como será a audiência. Relembrando que os *youtubers* são remunerados com base no número de visualizações, *likes* e tempo que o internauta usa para assistir ao vídeo.

Nesse conteúdo publicado pelo canal Planeta das Gêmeas, assim como outros canais do segmento, o conteúdo geralmente possui cunho exibicionista para mostrar o padrão de vida das protagonistas, tornando-as públicas. Ainda há casos onde as crianças se gravamem banheiros ou quartos, o que gera a indagação se há ou não um consentimento por parte dos pais ou responsáveis.

A exposição da vida privada destes formadores de opinião mirins, levando a público algo que deveria ser íntimo, juntamente com a pressão de se ter conteúdos novos periodicamente (dada a própria dinâmica da rede), descartando os casos onde os pais é que cuidam da agenda dos filhos no caso do canal Planeta das Gêmeas, pode ser uma experiência desgastante, ainda mais para um indivíduo em formação.

Para os pequenos internautas, esse formato de entretenimento que possibilita o acompanhamento do cotidiano e de opiniões dos influenciadores, potencializaa credibilidade

[29] Disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_KIDS. Acesso em 10 de Agosto de 2019.

depositada em recomendações feitas por eles, que são vistos como “verdadeiros amigos’’(PONTES, 2016). A filósofa Marilena Chauí, no livro Simulacro e Poder – uma análise da mídia (2006), explica essa credibilidade transmitida pelas personalidades:

> Qual a base de apoio da credibilidade e da confiabilidade? A resposta encontra-se em outro ponto comum aos programas de auditório, às entrevistas, aos debates, às indagações telefônicas de rádios, revistas e jornais, aos comerciais de propaganda. Trata-se do apelo à intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte e garantia da ordem pública. Em outras palavras, os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e espaço privado. (CHAUÍ, 2006, sp[30]).

A publicidade gerada pelos formadores de opinião mirins pode vir a ser abusiva, conforme define o artigo 37 da Constituição:

> Artigo 37, § 2o – É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, **se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança**, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança (grifo nosso)

No Brasil, existem leis, como citada acima que está presente no Código de Defesa do Consumidor, que nos protegem da publicidade abusiva. Já as crianças possuem uma proteção bem mais ampla que os consumidores adultos, começando pela Constituição da República Federativa do Brasil, a Carta Maior, que prevê inclusive o princípio da prioridade absoluta para proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Além disso, o direito das crianças é também protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, pela Resolução 163 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pela mais recente lei protetiva da infância, a Lei 13.257/16, em vigor desde 8 de março de 2016, intitulada Marco Civil da Primeira Infância, que protege os pequenos contra o estímulo consumista:

> Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e

[30] Disponível em: https://jornalggn.com.br/politica/marilena-chaui-deu-uma-aula-sobre-democracia/. Acesso em 20 de março de 2019.

> o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a **proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista**, a prevenção de acidentes e adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica (grifo nosso)

Contudo, mesmo com todos esses aparatos legais, a publicidade infantil abusiva pode vir camuflada nos discursos dos formadores de opinião mirins, uma vez que o conteúdo gerado como publipost não possui uma assinatura de anunciante, nem tampouco acontece em um veículo formal, como um canal de tv ou rádio.

Esses *youtubers* mirins, ao utilizar uma rede grade alcance - mas que não é considerada pela legislação brasileira efetivamente um canal de anúncio – criam, educam e alcançam grandes audiências transformando-se em verdadeiras celebridades, cujos produtos podem chegar a extrapolar os limites do Youtube e desembocam em uma série de produtos (de roteiro de viagens à livros) que vende um estilo de vida à milhões de crianças no Brasil.

Isso porque, como é próprio das celebridades e dos líderes de opinião eles vem a servir tanto como um modelo a ser seguido como também com um sujeito que tem falas e gostos validados pela audiência que lhe segue. O ponto de tensão talvez seria o fato de que essa comunicação mercadológica vem travestida em um conteúdo de entretimento e exibicionista o qual ainda não é devidamente regulamentado pelas leis do país.

4 O CASO PLANETA DAS GÊMEAS

As *youtubers* mirins Melissa e Nicole Jakubovic são gêmeas de 10 anos que conquistaram uma grande quantidade de inscritos, atualmente seu canal possui mais 11 milhões. Alguns de seus vídeos alcançam a marca de 73 milhões e 48 milhões de visualizações. Elas iniciaram carreira em novembro de 2015, com a supervisão da mãe que se chama Camila Jakubovic, ela é publicitária e cria os roteiros de cada vídeo, assim como também é a responsável pela filmagem, edição eaparece em alguns.

O sucesso que estabeleceram com seu público mirim foi capaz de não delimitá-las somente ao meio digital de seu canal, elas já lançaram dois livros (Planeta das Gêmeas – A Diversão É Aqui! e Planeta das Gêmeas – Entre Risadas E Brincadeiras), abriram uma loja de roupas (Planeta das Gêmeas Moda Fashion) no Rio de Janeiro e protagonizaram uma peça de teatro junto com sua mãe. Além dos vídeos com variadas temáticas que as gêmeas abordam, como: viagens, eventos, cotidiano e brincadeiras, elas também apostaram em videoclipes, que contabilizam o maior número de *views*.

Imagem 1 – Produtos do Planeta das Gêmeas

Fonte: Screenshot do Canal Planeta das Gêmeas

Com a fama crescente das meninas, que mesmo tão novas e com pouco tempo presentes no Youtube possuem tanta visibilidade, a presença de publicidade de algumas marcas em seus vídeos não é algo surpreendente. Com um público tão amplo de milhões de inscritos, as gêmeas representam o papel de formadoras de opinião mirins, o que elas acreditam, exibem e utilizam vira referência e alvo de desejo para os seus seguidores. Podemos comparar essa relação com a de ídolos e fãs, uma vez que os fãs possuem a vontade latente de se tornarem seus ídolos ou estarem próximos a eles numa perspectiva particular, logo, este público mirim que consecutivamente assiste a exposição da vida íntima das meninas pelos meios digitais sente a necessidade de serem semelhantes a elas (TUZZO, 2004).

Em um vídeo intitulado “Abrindo presentes de fãs”[31] e outro “Abrindo Muitos Presentes Da Tarde De Autógrafos”[32], em que as meninas fizeram um *unboxing* de presentes ganhos na sessão de autógrafos, é possível reforçar a perspectiva de que seus inscritos desejam partilhar, até mesmo sem o contato direto, de momentos da vida das gêmeas. Ao presenteá-las com acessórios, roupas, brinquedos, cartas e afins, pretendem deixar sua marca em suas vidas, serem reconhecidos e particularizados, assim não mais seriam somente um entre outros milhões de fãs.

A criação da loja de roupas das gêmeas reflete esse cenário em que elas são símbolos significativos e desejosos para as crianças que as seguem, tornando-se uma possibilidade em que a criança espectadora pode tornar-se, mesmo que nas vestimentas, aquela que lhe inspira. Elas exercem influência direta sobre seu público, por isso os convites de empresas enviados a elas são racionais e buscam os benefícios que podem receber com essa ligação.

Um exemplo é do hotel La Torre Resort em Porto Seguro, eles convidaram a Melissa e a Nicole para participarem do evento Empreender realizado no próprio espaço, com isso conseguiram

[31] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UjnwZ4mJfVQ. Acesso em 25 de Agosto de 2019.
[32] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a5yk3egAJN4. Acesso em 25 de agosto de 2019.

ganhar uma movimentação de centenas de crianças e adultos, da imprensa e ainda alguns vídeos no canal das meninas que resultaram em mais de 9 milhões de visualizações[33], além dessa publicidade ter tido um alcance amplo ainda contou com a opinião positiva das meninas que é de grande importância para seus inscritos.

Imagem 2 – Menção do Hotel em Vídeo

Fonte: screenshot do vídeo

Tendo em vista que esse não foi o único momento de divulgação de outros serviços em seus vídeos, outro exemplo seria o de aniversário de 10 anos[34] das meninas que ocorreu em um barco, durante o vídeo há a apresentação explícita do veículo e suas características, realizando assim uma propaganda do produto e posteriormente do serviço prestado. Uma situação semelhante ocorre em outro vídeo das irmãs, o "Rotina de um sábado no Rio de Janeiro"[35]. Novamente as crianças realizam a publicidade explícita do produto e do serviço, juntamente com o restante da família. Na descrição do vídeo as informações sobre o estabelecimento são divulgadas juntamente com uma mensagem "No vídeo de hoje mostraremos a nossa rotina de um sábado no Rio de Janeiro. Passamos o dia na Caza 3, passeamos de lancha, jet ski, fizemos tatuagem... Foi muito divertido!", há assim a reafirmação escrita da recomendação.

Conexões mais diretas também já foram estabelecidas, ao lado da loja física das gêmeas há um salão de beleza, as meninas fizeram propaganda a este produzindo um vídeo intitulado "Dia de

[33] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yuboak0cndw. Acesso em 25 de Agosto de 2019.
[34] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JyX-Fdx2r5U. Acesso em 25 de Agosto de 2019.
[35] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T7FNorjzWZw. Acesso em 25 de agosto de 2019.

princesa – arrume-se com a gente”[36] que incita o consumo do serviço apresentado na loja e consequente o seu, já que são segmentos de beleza que se contemplam.

Os vídeos que possuem mais visualizações no canal das meninas são os seus videoclipes, são produções simples e elaboradas, as meninas cantam e encenam. O primeiro lançado foi em novembro de 2017, “Dono Do Meu Coração”[37] e possui 117 milhões de *view*s, conta uma história infantil de amor. O segundo “A Aluna Exemplar”[38], postado em fevereiro de 2018 tem 100 milhões de *views*, a temática do vídeo é a sala de aula, uma das gêmeas interpreta o papel de uma aluna exemplar enquanto a outra de uma aluna popular. O número de visualizações é surpreendente, pois não se trata de um trabalho musical profissional, as meninas não são profissionais, são vídeos encarados por elas como diversão e não trabalho, por isso as dimensões alcançadas são admiráveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho, teve como objetivo abordar os formadores de opinião mirim, em específico sobre os produtores de conteúdo infantil no Youtube, os chamados “*youtubers* mirins”, através de uma pesquisa de análise das temáticas de vídeos disponível do canal “Planeta das Gêmeas” e uma investigação de leis constitucionais e diretrizes do Youtube; permitiu averiguar pontos importantes como a pouca burocracia da publicidade infantil que rege a internet, se diferenciando dos veículos de comunicação mais tradicionais.

Observou-se que as empresas, seguindo o exemplo das menções delas nos vídeos do canal, já se utilizam, no caso estudado, desse ponto de contato para anunciar e promover seus produtos e serviços, algo que é decorrente, segundo acreditamos, do fato destas influencers já possuírem um público que compartilha de suas ideias e lhe dão credibilidade.

Os *youtubers* também aproveitam de sua visibilidade para criar marcas próprias e se utilizam dos seus próprios espaços e audiência na rede para vender seus próprios produtos, como acontece no canal analisado. Não obstante, esses produtos, aparentemente, tornam-se mecanismos para que a audiência se sinta, por meio do consumo, próxima dos seus ídolos. O ponto de tensão é quando quem anuncia e quem compra (ou deseja comprar) são crianças.

Logo, podemos concluir que os formadores de opinião mirins são uma realidade da sociedade atual e que existem variadas formas deles interferirem no cotidiano de seu público, também mirim. A indicação de produtos/serviços possui uma força muito grande quando

[36] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f_Z0kR87yW8. Acesso em 25 de Agosto de 2019.
[37] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UJxP-H3Vu3g. Acesso em 25 de Agosto de 2019.
[38] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LTIsW5hISlU. Acesso em 25 de Agosto de 2019.

apresentada de forma tão explícita como nos vídeos de Youtube e juntamente com o desejo de assemelhar-se ou sentir-se incluso com certas pessoas e grupos, a influência alcançada revela-se alarmante.

Os formadores de opinião mirins no Youtube, por uma análise positiva e tendo por base o Planeta das Gêmeas, é de grande contribuição para a formação infantil com conteúdo que estimula a criatividade e proporciona diversão e entretenimento. Por outro lado, a publicidade feita nos canais resulta no estímulo ao consumo infantil e desigualdades sociais, quando a realidade financeira de parte do público consumidor de conteúdo se contrasta com a do formador de opinião.

Algumas medidas podem ser tomadas para uma mudança nesse quadro negativo dos formadores de opinião mirim no Youtube, como:

- Maior controle dos pais sobre o conteúdo assistido e ficar atento sobre a influência deste no comportamento da criança.
- Aplicação de leis mais rigorosas ao que diz respeito à publicidade infantil na internet, em específico, o Youtube.
- Escolha cuidadosa dos conteúdos a serem abordados pelos formadores de opinião em seus vídeos e publicações, de maneira a não explorar a inocência do público mirim, visto que estes possuem menor capacidade de discernimento do que é benéfico ou não para a sua formação e maior facilidade de manipulação.
- Os pais das crianças que são públicos de formadores de opinião mirins devem estar atentos ao comportamento de seus filhos e o âmbito legal deve ser assíduo com suas obrigações de proteção infantil.

Essas são medidas que podem contribuir para a proteção do público mirim contra a publicidade gerada por formadores de opinião no Youtube, mas não combatê-la por completo, visto que as crianças também estão inseridas no espetáculo que “constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade” (DEBORD, 1997, p.14), movimentando capital através do consumo de brinquedos e eletrônicos, por exemplo. Sobre isso, afirma Kellner: “A sociedade espetacular espalha seus bens principalmente através de mecanismos culturais de lazer e consumo, serviços e entretenimento, governados pelos ditames da publicidade e de uma cultura mercantilizada.” (KELLNER, 2006, p.123).

REFERÊNCIAS

BARGAS, D. Quanto o YouTube paga por pageview?.**Super Interessante** Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quanto-o-youtube-paga-por-pageview/>. Acesso em: 09 out, 2018.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

KELLNER, D. Cultura da Mídia e Triunfo do Espetáculo. In: MORAIS, D. (Org). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 119-147.

Primeiros passos no Family Link. Disponível em: <https://support.google.com/families/answer/7101025>. Acesso em: 09 out, 2018.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E- Compós** (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2019.

Restrições de idade nas Contas do Google. Disponível em: <https://support.google.com/accounts/answer/1350409?hl=pt-BR>. Acesso em: 09 out, 2018.

ROCHA, C. Qual o debate em torno da publicidade feita por youtubers mirins. **Nexo**. 28 mar, 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/28/Qual-o-debate-em-torno-da-publicidade-feita-por-youtubers-mirins>. Acesso em: 09 out, 2018.

TUZZO, Simone Antoniaci. Do Privado ao Público: Reflexões Sobre a Publicização do Indivíduo. In: TUZZO, Simone Antoniaci. **Deslumbramento Coletivo: Opinião Pública, Mídia e Universidade**. São Paulo: Annablume, 2005. cap. 1, p. 33-73.

TUZZO, Simone Antoniaci; BORGES, Carlise Nascimento. Influenciadores digitais: novidade ou ressignificação? In: **Comunicação e relações públicas: novas realidades sociais**. TUZZO, Simone Antoniaci; PEREIRA, Luciano Alves (Org.). Coleção Diálogos, v.3. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

O HUMOR COMO UMA FERRAMENTA DE CRÍTICA NA TELEVISÃO BRASILEIRA

Mara Rúbia Duarte Couto[39]
Luiz AntonioSignates Freitas[40]

RESUMO

Este trabalho tem como tema o discurso humorístico como ferramenta de crítica na televisão brasileira. E objetivaanalisar como um personagem de humor utilizou-se de ferramentas linguísticas para criticar de forma implícita a política no Brasil. Para desenvolvê-lo, foi utilizado um método de pesquisa qualitativo, a análise de discurso, segundo Orlandi (2002). Essa metodologia será utilizada para fazer uma análise de uma personagem do programa Zorra Total da emissora Rede Globo (a senhora Salomé, representada pelo falecido e reconhecido humorista, Chico Anysio), a fim de entender como a televisão se apropria de elementos humorísticos para transmitir uma mensagem. Utilizou-se de estudiosos conceituados nos temas para discorrer sobre a paródia, a ironia, o riso e a televisão, passando por conceitos como o do pós-modernismo, intertextualidade e carnavalização; chegando à conclusão que o humor exerce funções tanto de crítica e conscientização quanto de puro entretenimento.

Palavras-chave: Humor, Crítica, Televisão, Análise de Discurso.

1 INTRODUÇÃO

O humor possui um papel importante na televisão brasileira, sendo visto como uma das melhores formas de entretenimentos dessa mídia. Além disso, os programas de humor têm também a incrível capacidade de conscientizar os espectadores sem deixarem de ser divertidos.

A paródia e a ironia, algumas das formas de se fazer humor, podem ser um meio eficiente de provocar risos. No entanto, no caso da paródia, ela não consiste apenas em fazer rir, possuindo como principal característica a capacidade quebrar conceitos e ideologias. Da mesma forma, a ironia também tem a capacidade de confrontar opostos, sejam ideias, sentimentos ou significados, relacionando o que foi dito com o não-dito. Então, considerando o objeto desta pesquisa, será feito um levantamento teórico a respeito dessas duas figuras de linguagem para podermos prosseguir com a análise.

Desse modo, levando em conta que o humor, através da televisão, pode ser utilizado como forma de protesto e conscientização, por meio de uma pesquisa que analisa criticamente o conteúdo dos meios de comunicação, é possível compreender a importância dessas mídias na formação da opinião pública e a influência que tem sobre os receptores.

[39]Mestranda em Comunicação, Universidade Federal de Goiás, mararubiadc@ufg.br.
[40]Pós-Doutor, Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás, signates@gmail.com.

Esse estudo pretende descobrir como os programas de humor podem utilizar-se de ferramentas linguísticas (como a paródia e a ironia) para fazer críticas veladas ao contexto político do país, sem perder sua capacidade de entretenimento através do riso. Para isso, será feita uma análise de discurso, utilizando como amostra uma personagem do programa Zorra Total, da emissora Rede Globo e interpretada por Chico Anysio, Salomé Maria da Anunciação.

Esse caractere foi escolhido, pois, além de ter sido uma personagem marcante na história do humor televisivo, ela era a paródia de uma personalidade bastante crítica, criada por um humorista bem reconhecido por seu trabalho (Chico Anysio). Trabalho este que perpetuou personagens, alguns sendo interpretados até hoje por outros humoristas, como é o caso do Professor Raimundo, atualmente encenado por seu filho (Bruno Mazzeo).

Apesar do programa Zorra Total (atualmente intitulado como “Zorra”) ter passado por transformações desde o falecimento do humorista em questão, a Salomé ainda é uma personagem altamente lembrada pelos expectadores da TV brasileira.

Sendo assim, como base teórica para essa pesquisa, foram consultadas obras de autores conceituados sobre temas relacionados à televisão, à paródia e à ironia,passando por conceitos como o do pós-modernismo, intertextualidade, discurso e carnavalização, além de embasamento metodológico de como realizar uma análise de discurso.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Linda Hutcheon (1991), a história da arte aponta que a ironia e a paródia foram utilizadas desde sempre pelos satíricos como uma arma política poderosa e muito séria, com o potencial radical do humor. Essas figuras de linguagem são expressões duplas, pois contrastam um sentido contra o outro.

Convicções políticas, em nome do poder hegemônico, podem tentar esvaziar essa duplicidade afirmando que tal complexidade "não é séria" e até mesmo contrária à seriedade, com o intuito de diminuir a força crítica da dupla expressão. Deste modo, é importante perceber os discursos que precedem e contextualizam o que é dito e feito na sociedade.E o que "já foi dito" precisa ser reconsiderado e é possível fazê-lo por meio da paródia irônica (HUTCHEON, 1991), como é o caso da personagem deste estudo.

2.1 PARÓDIA

A paródia tem se tornado cada vez mais presente nas obras contemporâneas, porém não é uma invenção recente, já existia na Grécia e Roma na Idade Média. Quanto à significação do termo, é

definida como: “imitação irônica, jocosa; obra que imita outra, com o propósito de satirizar ou ridicularizar seu conteúdo” ou na literatura: “Gênero textual satírico que imita uma obra literária”[41].

Shipley[42] (1972, *apud* SANT’ANNA, 2003), fornece uma conotação mais específica e divide a paródia em três tipos básicos:

> a) verbal - com a alteração de uma ou outra palavra do texto;
> b) formal - em que o estilo e os efeitos técnicos de um escritor são usados como forma de zombaria;
> c) temática - em que se faz a caricatura da forma e do espírito de um autor (SANT’ANNA, 2003, p.12).

O tipo de paródia temática é a mais característica desta pesquisa devido à caricatura da qual é composta a personagem e que será analisada mais adiante, no entanto, levando em consideração que o tipo formal também se aplica, complementando o outro.

Hutcheon (1991, p.47) explana sobre um outro significado da prática paródica, sendo “uma repetição com distância crítica que permite a indicação irônica da diferença no próprio âmago da semelhança”, sendo isso o que distingue a paródia pós-moderna da imitação medieval e renascentista. Esse conceito nos é pertinente, pois faz uma ligação entre a paródia e a ironia, que são as figuras de linguagem abordadas neste estudo.

Para a autora, é estabelecida uma relação dialógica entre a identificação e a distância do objeto parodiado, tanto para o artista quanto para a plateia, ou seja, funciona para, ao mesmo tempo, distanciar e envolver ambos numa atividade hermenêutica de participação.

Sant’Anna (2003) corrobora com esse embasamento afirmando que a maturidade de um discurso se dá quando o autor, ao atingir a paródia, se rompe do código e do sistema, estabelecendo novos padrões. Desta forma, a paródia é uma descontinuidade, é crítica. Ela assume uma atitude contra ideológica, principalmente quando combinada à sátira,expondo o próprio jogo e reposicionando as coisasdo seu lugar original.

Por esse motivo, não é estranho que as ideologias estéticas e políticas dominantesdo cenário social considerem as paródias como um discurso indesejável (SANT’ANNA, 2003). Isso torna-se evidente quando observamos a quantidade de processos judiciais abertos contra programas de humor ou humoristas que se utilizam deste discurso.

[41]Dicio – Dicionário Online de Português. <https://www.dicio.com.br/parodia/>. Acessoem: 20/09/2019.
[42] SHIPLEY, Josephe T. *Dictionary of World Literature*. New Jersey, Littlefield, Adans& Co., 1972.

No entanto, esses conceitos são relativos ao receptor. A paródia, estilização, paráfrase, entre outros, são recursos percebidos apenas por leitores mais informados. "Épreciso um repertório ou memória cultural e literária para decodificar ostextos superpostos" (SANT'ANNA, 2003, p.26).

Ademais, as ideologias e os códigos que organizam os saberes mudam a cada época. Cada nova escola de arte ou literária muda a estética e acrescenta novas maneiras de interpretar o mundo, ao mesmo tempo a teoria, a prática da escrita e a linguagem também evoluem (SANT'ANNA, 2003).

Hutcheon (1991) corrobora afirmando que a paródia se tornou uma estratégia eficiente e popular das minorias (grupos mais fragilizados de uma sociedade) para reagir, de maneira crítica e criativa, à cultura hegemônica na qual se inserem. No entanto, a autora também alerta sobre a paródia poder ser elitista, caso os códigos necessários para sua compreensão não pertencerem tanto ao emissor quanto ao receptor.

Entretanto, esta relação não é algo recente, Aristóteles, antes mesmo do termo paródia ser definido nos dicionários, revelou um enfoque significativamente ético e mostrou que os gêneros literários eram tão segmentados quanto as classes sociais. Neste contexto da Antiguidade, a tragédia e a epopeia eram gêneros destinados aos mais nobres, enquanto a comédia era o espaço da representação popular (SANT'ANNA, 2003).

Sant'Anna (2003), fez quatro observações importantes a respeito dessa figura de linguagem: a primeira é que, na arte, a paródia surge como efeito metalinguístico, ou seja, a linguagem que fala sobre outra linguagem. A segunda é sobre Mikhail Bakhtin (1981), que fez um estudo sobre as obras de Dostoiévski e formulou os princípios básicos da teoria da carnavalização[43]. A terceira, parte do princípio de que numa teorização linguística, dentro e fora da literatura, a paráfrase e a apropriação funcionam como elementos de tensão que explicam melhor os próprios conceitos de paródia e estilização. E a quarta observação é que esses conceitos citados acima interessam não só a literatura, mas também aos estudos semiológicos em geral.

Considerando o exposto por Sant'Anna (2003), principalmente essa última observação, nos apropriaremos das teorias abordadas pelo autor para o contexto deste estudo: o humor dos programas televisivos.

Em relação ao contexto atual pós-moderno, Hutcheon (1991) afirma que a paródia é uma forma apropriada de fazer críticas, visto suas implicações ideológicas contraditórias, constituindo-se paradoxal com relação a sua inserção conservadora e subsequente contestação radical às convenções. Sacralizar o passado e questioná-lo ao mesmo tempo, esse é o paradoxo da pós-modernidade.

[43]É importante ressaltar que o efeito carnavalizador é uma coisa que pode ser bem diferente da festa intitulada Carnaval. Embora haja características da paródia no carnaval, ele não é constituído todo dela. Bakhtin (1981) considera o carnaval como um modo de libertação do sistema social, afastando o medo, os dogmas e a seriedade oficial. Ele é a favor dos processos de formação e a mudança, aproximando o homem do seu semelhante e do mundo.

> Em certo sentido, a paródia é uma forma pós-moderna perfeita, pois, paradoxalmente, incorpora e desafia aquilo a que parodia. Ela também obriga a uma reconsideração da ideia de origem ou originalidade, ideia compatível com outros questionamentos pós-modernos sobre os pressupostos do humanismo liberal (HUTCHEON, 1991, p.28).

Uma das características da arte pós-moderna é sua contradição no sentido de subverter os discursos dominantes, porém é dependente desses mesmos discursos para existir ou ser entendida (HUTCHEON, 1991), o que será melhor explicado a seguir.

Na pós-modernidade, a paródia define-se através de um jogo intertextual, sendo a intertextualidade quando um autor se utiliza ou faz referênciaa textos de outros autores (SANT'ANNA, 2003). Nesse sentido, Hutcheon (1991, p.282) complementa que "a paródia é a forma irônica de intertextualidade que permite reavaliações do passado".

Para Hutcheon (1991), a intertextualidade situa o foco do sentido de um texto dentro da história do próprio discurso, logo, um texto só obtém sentido e importância sendo parte de discursos anteriores. Deste modo, é preciso que o leitor reconheça os vestígios textualizados do passado literário e histórico, além da percepção do que foi feito a eles.

O "mundo" do discursoé o "mundo" dos textos e dos intertextos, tendoligação direta com a realidade empírica. É evidente que o realismo é um conjunto de convenções e sua representação da realidade não é idêntica à própria realidade. Com base nisto, Hutcheon (1991) contesta a total separação entre a arte e o mundo da realidade empírica.

Por meio desse jogo intertextual, a utilização das inversões irônicas da paródia acrescenta outra dimensão ao "mundo" do discurso: sua relação crítica com a arte e, através desta, com a sociedade e a política (HUTCHEON, 1991).

Nesta pesquisa, para ser possível entender todos os significados do discurso humorístico da personagem em estudo, é necessário saber o intertexto a que se refere, contextualizando com os acontecimentos mais importantes da política brasileira (os quais podem ser encontrados em noticiários, por exemplo).

Sant'Anna (2003) relembra que a paródia também apareceu na arte moderna, onde a obra de arte era uma ruína, um mundo novo que passou pelo processo de desconstrução das coisas que se acharam na aparência da realidade.

Ainda de acordo com esse autor, nas charges e nas caricaturas, a paródia funciona como uma lente: exagera os detalhes de tal modo que pode converter uma parte do elemento focado num elemento dominante, invertendo a parte pelo todo (SANT'ANNA, 2003).

Pode-se afirmar que a paródia, juntamente a outros estilos (como a paráfrase, a ironia, a estilização e a apropriação), está relacionada com a busca da verdade. Porque o texto paródico é algo que está sempre em movimento e ligado com as outras versões de si, sendo a única forma de chegar mais perto da verdade é ser capaz de ler e interpretar todos os artifícios que esse tipo de texto nos apresenta (SANT'ANNA, 2003).

Para o leitor acadêmico, essa paródia ampla e complexa não deve ser apenas um jogo, ele deve notar a sua intenção clara de impedir que o contexto moderno, social e estético seja desconsiderado (HUTCHEON, 1991).

Depois de conceituar a paródia e relacioná-la com a ironia, vamos recorrer novamente à Linda Hutcheon (2000), a Henri-Pierre Jeudy (2001), entre outros autores, para discorrer sobre a ironia e o riso, conceitos fundamentais para esta pesquisa.

2.2 A IRONIA E O RISO

Como também ocorre no caso da paródia, a ironia pode ser vista como um aprofundamento dos paradigmas românticos da literatura na pós-modernidade e seus desdobramentos (ARAGÃO, 2013).

Aragão (2013) afirma ser um problema conceituar a ironia, devido a abundância de conceituações e que nem sempre são metodologicamente aplicáveis, afinal, existem muitas variações de tipos de ironia e da forma como é interpretada. Entretanto, para este estudo, adotaremos a visão de Jeudy (2001) em consonância com Hutcheon (2000), que se mostrou mais adequada a esta análise.

Jeudy (2001), pontua que a ironia é uma maneira de rir do mundo, onde em vez de resolver as contradições ela as transforma, quebrando o sentido original. É oposta à dialética, mas se for sistemática, torna-se irritante.Sendo assim, a ironia é um modo de fugir das contradições do mundo que não podem ser resolvidas. Ela por si só já é uma contradição, pois seu sentido real não é o mesmo do literal. Logo, é muito comum ela confrontar opostos, sejam ideias, sentimentos ou significados.

Hutcheon (2000) aborda isso ao escrever sobre o aspecto relacional da ironia, que consiste no resultado de juntar ou tencionar o dito e o não-dito, cada umassumindo um significado apenas em relação ao outro. O poder do não-dito de confrontar o ditoé a condição semântica que define a ironia. Ela defende uma concepção de que a ironia propõe umarejeição consciente do significado literal e a consequente substituição por um significado"irônico", geralmente oposto ao anterior.

Contrastando isso, Jeudy (2001, p. 74) apresenta também a definição de que "a ironia é fácil: nenhum engajamento, nenhuma crença, nenhum ideal, nenhum valor reconhecido, nada além da gozação infernal que destrói o sentido de cada coisa".

A ironia pode ser fácil sim, quando é apenas um riso com o intuito de gozar de algo, sem nenhum objetivo racional. Mas também pode ser complexa, quando esconde atrás de si um discurso cheio de ideologias e significados pré-definidos.

Para Jeudy (2001) a ironia é a expressão da insensibilidade com relação ao sofrimento e a infelicidade, pois com ela as perturbações do mundo são vistas como espetáculo da ridicularização do sentido.

Além disso, o autor supracitado afirma que a ironia pode também ser repentina, sem estratégia prévia. Ela surge quando o sentido do acontecimento se esconde atrás de um sentido contrário ao esperado. Entretanto, ela não esconde totalmente seu sentido da compreensão, pelo contrário,é possível chegar até a verdade ao fazer uma interpretação. Deste modo, assim como exposto anteriormente por Sant'Anna (2003), pode-se afirmar que a ironia é também uma busca pela verdade.

Apesarda ironia poder excluir a ideia de uma posição definida previamente, é possível observar no humor crítico o uso constante dela com o intuito de mobilizar alguém sobre alguma coisa. Nesses casos, o efeito causado por ela foi previamente pensado e analisado (JEUDY, 2001). Ademais, Hutcheon (2000) nos informa que a ironia nem sempre vem acompanhada de humor.

De acordo com Jeudy (2001), na ironia as figuras de estilo combinam-se de vários jeitos para brincar com o sentido. Nessa situação, ela pressupõe a presença de um adversário, em que as estratégias consistem em manipular os argumentos e mostrar a esse adversário a capacidade de conduzir o jogo.

Entretanto, essa afirmação não pode ser considerada em alguns casos, como no humor televisivo, no qual não há uma interação direta entre o humorista e o telespectador. Logo, não existe essa disputa, a ironia é posta com suas figuras de estilo e cabe apenas ao receptor interpretá-las. Para isso, esse receptor precisa ter os códigos necessários, assim como foi dito por Sant'Anna (2003) a respeito da paródia.

Para Jeudy (2001), não se pode considerar os enunciados verdadeiros pelo único fato deles corresponderem ao que as coisas são na realidade, ou seja, o trabalho de interpretar é ilusionista, pois induz uma metaforização do mundo e da realidade. Logo, para obter uma boa interpretação de um discurso, é preciso haver uma análise detalhada, buscando referências internas e externas ao texto, assim como é feito na análise de discurso (e por isso a pertinência do uso desta metodologia nesta pesquisa). Sendo assim, percebe-se a realidade não como algo absoluto em si, mas sim dependente da linguagem para dar sentido a ela.

Aragão (2013) pontua que o conceito de ironia está diretamente ligado às referências intratextuais (tanto em aspecto semântico ou narrativo), enquanto o ato de interpretação do texto

irônico relaciona-se às referências extratextuais. Ou seja, a intertextualidade já mencionada anteriormente por Sant'Anna (2003) eHutcheon (1991).

> De modo geral, sabemos que o texto possui informações. Estas podem corroborar outras informações intra-textuais e/ou referir-se a algo externo ao texto. Pressupõe-se que para obter "unidade significativa" o texto deva ser coeso e coerente, ou seja, o texto deve possuir "amarras" que sejam lógicas, que sejam recíprocas. Se ocorre, em algum momento, de estas amarras parecerem absurdas, tem-se um efeito de descontinuidade, quer seja em relação textual quer seja em relação extra-textual – e cada um destes problemas deve ser pensado à medida que a linguagem se refere a si e à medida que a linguagem se refere a um dado externo a ela, com todas as implicaturas que tais processos de leitura exigem.(ARAGÃO, 2013, p.12).

Como foi exposto por Jeudy (2001), existe um distanciamento entre as ideias que se tem sobre o mundo e a linguagem usada para dar sentido a elas. Ou seja, não é possível expressar linguisticamente o pensamento, o "olhar", com a mesma fidelidade.

ParaJeudy (2001), um princípio da ironia objetivada, ou seja, com algum objetivo, é que não existe explicação racional para justificar a ação, somente a intenção. Ou seja, a linguagem não pode ser exercida sem investimento de sentido, mesmo sem depender se o usuário tem consciência dela.

Aragão (2013) corrobora com Hutcheon (2000) ao afirmar que a interpretação da ironia não depende somente da cultura em que vive o receptor, mas também do próprio modo como o discurso está composto, quais horizontes significativos possui. Ou seja, a leitura dos conteúdos irônicos depende das "comunidades discursivas" (agrupamentos de leitores – no caso da literatura – em seus relativos posicionamentos).

Um equívoco do sentido pode causar mal-entendidos, assim a impressão pode ajudar ou prejudicar o fenômeno de compreensão. Cada indivíduo gera símbolos que auxiliam na compreensão e exprimem graus de convicção diferentes, utilizando-se de entonações, de signos e códigos, podendo assim provocar várias formas de equívoco (JEUDY, 2001).

Neste sentido, Aragão (2013, p.10) complementa:

> Se seguirmos esta linha de raciocínio perceberemos ainda que a leitura de determinados textos fora de seu espaço e de sua época de publicação produz leituras diferenciadas, podendo até sublinhar novos tons à linguagem. A distância de espaço e tempo e uma nova formação discursiva, ou seja, a existência de diferentes leitores (identidades) modificará o sentido da ironia do texto.

Jeudy (2001) afirma que se alguém dá uma falsa impressão ao dizer algo, a compreensão ficará prejudicada. Mas a correta utilização dos signos e das entonações pode transformar a compreensão em convicção. Esse resultado depende das intenções de quem transmite o discurso.

Quando existe uma convicção induzida por uma impressão, é irônico, pois o fato de alguém convencer-se de algo não significa que ele conheça a verdade. Quando há um mal-entendido proposital na compreensão, a ironia torna-se objetiva (JEUDY, 2001), como é o caso utilizado pela personagem desta pesquisa.

Pode-se entender o humor como uma qualidade de espírito mais sutil que a ironia. Afinal, ter humor é ser capaz de rir de si mesmo, mas já ironia está voltada a rir dos outros.Uma antropologia do humor mostraria quanto o humor é livre das regras de linguagem, enquanto que a ironia é bastante determinada pelas regras da retórica (JEUDY, 2001).

A ironia é uma negação de si mesma, a exemplo dos anti-heróis dos romances, que ao contrário do esperado, apresentavam uma imagem negativa. Sendo assim, ela pode ser usada para explicar algo absurdo ou para opor-se às estruturas da sociedade, da mesma forma como ocorre com a paródia crítica.

A ironia, a paródia e o riso têm uma forte ligação, embora um não dependa do outro para existir. Jeudy (2001) expõe que tudo pode ser desarmado pelo riso, pois em circunstâncias trágicas, ele libera o indivíduo dos tormentos e dos medos. Mas quando o sorriso é mecânico, ou seja, quando ele não cessa, torna-se incômodo.

Ao rir dos outros, uma pessoa pode ser considerada sarcástica. Mas ao rir de si mesmo, esse indivíduo nega-se enquanto sujeito e coloca-se como objeto de gozação. Nesse caso o sujeito e o objeto da gozação se tornam o próprio riso (JEUDY, 2001).

O autor supracitado também afirma que toda forma de riso contém um pouco do riso mecânico, repetido e irônico. Sendo o riso mecânico uma proteção contra os outros, pois parece rir de tudo ou de nada, ou de si mesmo ao ver-se rindo. É um riso sincero e não tem objeto.

Uma das maneiras de dar sentido ao riso é a interpretação, assim como pode ser feito com a paródia e a ironia. Por exemplo, no caso do ditado popular “quem ri por último ri melhor”, o último riso é triunfante, é frio pela vingança realizada, mas também é um riso solitário (JEUDY, 2001).

Segundo esse mesmo autor, no riso o grotesco sobrepõe o intelectual, pois possui características desgraciosas que tendem ao vulgar. Nos casos mais obscenos, quase não há limites, e o que parecia inocente se perverte. Mas apesar disso, o riso também tem virtudes, uma delas é quando afeta o pudor excessivo e quebra os protocolos.

Como é o caso da paródia carnavalizada, Jeudy (2001) e Bakhtin (1981) concordam que nela o riso degenera o que era considerado sagrado ou sério e o populariza. É uma quebra da rotina do dia-a-dia, das regras. No riso mais grotesco, pode-se esperar dos discursos um segundo significado mais pervertido.

A característica do riso carnavalesco que mais interessa a esse projeto é o fato dele também pertencer aos processos de mudança dos poderes e verdades, e de mudança da ordem mundial. Através dos gêneros carnavalizados, é possível mostrar momentos do caráter e comportamento humano que não poderiam ser revelados de outra forma (BAKHTIN, 1981).

De acordo com Jeudy (2001), em qualquer forma de riso pode haver a presença de sentimentos contraditórios, pois o riso pode ser tanto instrumento de defesa quanto de agressão, de acordo com as circunstâncias. Embora seja preferível pensar que o objeto de uma ridicularização é reconhecível, quando um discurso vem acompanhado constantemente por um sorriso, o zombador pode estar escondendo sua real intenção.

O riso permite minimizar algo preocupante, porque se um sujeito ri de qualquer coisa, o riso mecânico, o objeto da ridicularização perde a importância (JEUDY, 2001). Essa relação entre o trágico e o cômico é típica da ironia.

Para Jeudy (2001), situações em que personalidades opostas agem como espelhos provocam risos. Esses casos não são apenas paródias, eles são um enfrentamento cara a cara que produz um efeito irônico, devido às suas diferenças.

Fazer alguém rir pode ser uma boa ação, mas se provocado por um instrumento que faz cócegas é uma tortura. E agir como louco é querer provocar risos. Então, afirma Jeudy (2001), o louco é como uma paródia das formas de relação com os outros e com o mundo, sendo um espelho das extravagâncias humanas. A ironia nesse caso consiste no jogo de espelhos entre um lado sensato e outro insensato.

2.3 POLÍTICA E INDÚSTRIA CULTURAL NA TELEVISÃO

Para poder estudar a personagem que será abordada neste estudo, cabe estudar também o meio em que ela se apresenta: a televisão. O estudioso do assunto, Muniz Sodré (1984), analisa criticamente esse*mass media* desde o seu surgimento, abordando temáticas sociais e filosóficas.

O seu livro,"A Máquina de Narciso", utilizado para embasar essa pesquisa, embora tenha sido lançado há mais de três décadas, ainda se mantém atual em muitos aspectos e é leitura obrigatória para os estudiosos de televisão. Ele baseia-se num estudo das funções do narcisismo na sociedade industrial, principalmente na televisão.

Nesse livro, Sodré (1984) adota uma postura semiológica para avaliar as implicações psicossociais do desenvolvimento exponencial das imagens e das funções de administração do espaço social, exercidas pela informação e pela cultura geradas pelos meios de comunicação em massa.

A educação, os pais, os professores, o meio social e os *mass media* são responsáveis pela formação do "eu ideal", ou seja, do sujeito que interage socialmente com aqueles com os quais se identifica (SODRÉ, 1984).

Assim como as escolas e os pais educam para o convívio social, os meios de comunicação também ensinam algumas normas de comportamento. O que definirá o caráter de um sujeito é o meio onde ele vive, e como a televisão retrata a sociedade onde está contido esse indivíduo, ele acaba por absorver o que retratado nela.

Segundo Sodré (1984), através de outros meios, como a televisão, o rádio (e mais recentemente a internet), o indivíduo moderno pode ser panopticamente controlado, ou seja, existe um controle das normas e valores da vida moral à distância, sem a necessidade imediata da força física e sem que o sujeito perceba o código do processo de formação desses valores.

O autor supracitado, ao afirmar isso, está considerando o indivíduo como uma massa inerente, sujeita à fácil manipulação, assim como o homem condicionado, de Hannah Arendt (2007). Entretanto, vários estudiosos discordam desse pensamento, porém esta pesquisa não objetiva se aprofundar nesta discussão.

Para complementar suas ideias, Muniz Sodré (1984) faz uma análise da política e da cultura de consumo que formam o conteúdo dos meios de informação. Além disso, ele detalha a relação unilateral entre a televisão e seu telespectador, em que ela fala às pessoas, e não com as pessoas.

Ele também afirma existir uma tendência ideológica de administrar zonas de crise psicossocial através dos meios de comunicação em massa ou da difusão cultural. A meta das mídias de massa é a produção de signos a fim de educar os indivíduos para o consumo e para o ajustamento à ordem organizacional. Eles funcionam também como transmissores de valores de mercado dos países mais ricos e desenvolvidos para a sociedade brasileira. Além disso, assumem uma parte importante das funções de participação política e transmissão de valores, através da geração social de desejos e com uma publicidade confortadora.

Apesar disso, Sodré (1984) também expõe que mesmo sendo a massa alienada pelos *mass media*, não significa que inexistam juízos críticos por parte dela. O discurso televisivo, de acordo com as condições de mercado, gera necessidades às quais os indivíduos se submetem com maior ou menor grau de alienação. Mas de qualquer forma, seria apenas um moralismo cultural incitar as massas a afastarem-se do consumo cultural da TV.

Ele opina também que as estratégias dos meios de comunicação de massa consistem em ser simples e diretas em seus discursos, deixando de lado a carga teórica. Mesmo assim, considera-se que um conteúdo informativo ou artístico inovador cumpre uma função transformadora, apenas pelo fato

de sua recepção. O mesmo pensamento pode ser estendido ao conteúdo dos programas de humor crítico, como é o caso do objeto desta pesquisa.

Para o autor supracitado, a motivação presente nos discursos organizadores é que a cultura industrializada (ou indústria cultural) procura divertir e instruir a população, usando como mecanismo básico a repetição. Isso provoca uma massificação cultural.

Por trás da estética e do jogo retórico da indústria cultural, existe uma influência política. Sodré (1984) define o termo retórica como uma técnica política de linguagem, que consiste em controlar a palavra pública de acordo com os interesses do poder (ou seja, um discurso). Logo, ela se impõe retoricamente como instrumento de gestão da vida social, por meio de discursos de sedução, persuasão e motivação.

Muniz Sodré (1984, p. 118) definiu também política como “as disposições que se tomam para manter a integridade territorial e cultural de uma dada sociedade”. Logo, ela visa principalmente à produção da ordem.

Segundo ele, o Estado pós-moderno está bastante ligado ao poder empresarial e aos meios de informação, pois ele também se afirma como um modo de organização do poder, como um sistema de controle do comportamento e do destino dos indivíduos de uma sociedade.

Ainda de acordo com o autor, para haver uma passividade e conformismo por parte dos governados, a responsabilidade decisória deve se disfarçar em uma simulação de participação geral, em um simulacro de consenso absoluto e de autonomia ou independência.

A motivação, a persuasão e a passividade generalizada substituem aos poucos as formas autoritárias de controle social. Ao mesmo tempo, os discursos de teor psicológico vêm constituindo uma tecnologia de relações, por ser capaz de incorporar princípios necessários à ideologia capitalista (SODRÉ, 1984).

Para esse autor, a TV tornou-se progressivamente pedagógica, no sentido de situar-se à frente do comportamento até das elites sociais com relação a condutas e costumes, então, ela passou a definir padrões a serem seguidos (ex.: tendências de moda), e criar jargões que se tornam conhecidos na sociedade brasileira, incorporando a linguagem popular (ex.: gírias).

Na sociedade atual, com a popularização da internet, a televisão precisou se adaptar e passou a alimentar a rede com seus conteúdos, assim como também absorve e integra conteúdos do mundo virtual.

Para concluir seu pensamento, Sodré (1984, p. 131) resume o porquê de a TV prender tanto a atenção dos nossos olhos: “Na televisão, o simulacro ‘realista’ tem sido atraente porque cria a ilusão de retorno ao conforto de um sem-número de referências que já se volatizaram como valores essenciais”.

Desse modo, considerando o que foi exposto por Sodré (1984) e, anteriormente, pelos demais autores abordados nesse texto, é inquietante estudar o humor em programas de TV como uma forma de criticar a política, o poder e a ideologia que regem a sociedade, ao mesmo tempo em que se considera a televisão como um meio de controle ideológico das classes hegemônicas que estão no poder.

3 ANÁLISE

Chico Anysio criou em 1978, um dos personagens que mais ganhou destaque em sua carreira, a senhora Salomé Maria da Anunciação, mais conhecida como A dama de Passo Fundo. Ela foi apresentada primeiramente no seu programa "Chico City", exibido na TV Globo[44].

Salomé era uma velha senhora gaúcha, natural da cidade de Passo Fundo, que conversava com políticos conhecidos pelo telefone com grande intimidade e não se preocupava em fazer exigências ou reclamações. Apesar de não mostrar a figura do político em questão, ela citava os nomes, claramente identificando com quem estava conversando.

O nome dela era uma sutil e irônica referência à personagem bíblica que pedia a cabeça do profeta João Batista. Quando o político do outro lado da linha perdia a paciência e desligava o telefone na sua cara, Salomé costumava se perguntar se disse algo inconveniente e então se justificava usando um bordão conhecido: "Perguntar não ofende".

Esta pesquisa se utilizou da análise de discurso para estudar criticamente o discurso humorístico dos programas de humor da televisão brasileira atual, usando como exemplo essa personagem do programa Zorra Total, descobrindo, assim, qual a intenção existente por trás do discurso apresentado.

Para ser possível essa análise, restringiu-se o objeto de estudo para uma personagem de um dos programas de humor mais conhecidos e com maior tempo no ar na TV brasileira, o Zorra Total, da emissora Rede Globo, sendo a personagem escolhida: a Srª. Salomé Maria da Anunciação.

Esse caractere foi escolhido, pois, além de ter sido uma personagem marcante na história do programa, ela era uma personalidade bastante crítica, sendo também um dos mais conhecidos na carreira de Chico Anysio.

Para uma base teórica quanto à elaboração da metodologia, optou-se pela autora Eni Orlandi (2002). Essa escolha deve-se ao fato dela ser considerada atualmente uma autora bem-conceituada e uma reconhecida estudiosa da área.

Para aprimorar a análise e reforçar as bases a serem consideradas, antes de iniciar devem ser observados os seguintes dispositivos (ORLANDI, 2002):

[44] Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/zorra-total/temporada-2011.htm>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

- O dispositivo, a escuta discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação do sujeito e suas filiações de sentidos. É preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise e que não há descrição sem interpretação, estando assim o próprio analista envolvido neste processo. Logo, é preciso haver um deslocamento que permita a ele trabalhar numa posição neutra, porém relativizada em face da interpretação.

- A análise é um processo que inicia pelo estabelecimento do corpus da pesquisa e que se organiza face à natureza do material e ao ponto de vista que o organiza.

- O texto, para os analistas, não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas sim monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras.

- O objeto discursivo não é explícito, para se chegar a ele é preciso um trabalho do analista, tendo ele que converter a superfície linguística (o *corpus bruto*), o dado empírico de um discurso concreto, em um objeto teórico. Chegamos a esse resultado através de uma primeira abordagem analítica que critica a impressão de "realidade" do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas.

- Para haver compreensão de como se propõe a análise de discurso, é preciso relacionar os diferentes processos de significação que acontecem em um texto. Ao compreender como um texto funciona, como produz sentidos, é possível compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico e explicar como ele realiza a discursividade que o constitui.

Após conhecer essas estratégias de aprimoramento de análise, é possível seguir para sua execução. Para um melhor resultado e organização, Orlandi (2002) dividiu o processo de análise de discurso em três etapas:

1ª) Passagem da superfície linguística (texto) para o objeto discursivo (formação discursiva).

2ª) Passagem do objeto discursivo para o processo discursivo.

3ª) O processo discursivo (formação ideológica).

A autora supracitada afirma que estão articuladas nas distintas formas de análise da linguagem: as diferentes concepções de língua (sistema abstrato, material ou empírico; sujeito a falhas, um todo perfeito, um sistema fechado em si mesmo); as diferentes naturezas de exterioridade (contexto, situação empírica, interdiscurso, condições de produção, circunstâncias de enunciação) e as diferentes concepções do não-dito (implícito, silêncio, implicatura, pressuposto, subentendido).

Para Orlandi (2002), a análise de discurso não estuda a língua nem a gramática, mas, sim, o discurso, como a palavra em movimento, prática de linguagem, o homem falando.

Isso significa dizer que o homem pode estagnar-se ou mudar a realidade em que vive através do discurso. Chico Anysio optou por tentar mudar a percepção que se tem da realidade da política no Brasil, ou, pelo menos, conscientizar a população do que acontece. Desde a época da ditadura, a senhora Salomé enfrentou a censura e exibiu seu humor extremamente irônico, sem esconder nem disfarçar nomes, dando um efeito mais verídico à sua fala.

Os sujeitos são influenciados pelas ideologias, e partindo da ideia de que não existe discurso sem sujeito e de que a materialidade específica do discurso é a língua, podemos perceber como a língua produz sentidos pelos e para os sujeitos (ORLANDI, 2002).

A personagem em estudo estimulava uma contra ideologia, ou seja, estimulava seus espectadores a observarem criticamente o que está sendo exposto sobre o tema política nos meios de comunicação. Assim, depende apenas do público telespectador perceber ou não o quanto são influenciados e por quem.

Para Orlandi (2002), a análise de discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos e como está investido de significância para e pelos sujeitos. E cada análise é diferente da outra por mobilizar conceitos diferentes, podendo um mesmo analista, ao formular uma questão diferente, mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais.

Sendo assim, foi preciso ter cuidado ao analisar o personagem desse estudo para não cometer o erro de considerar apenas um ponto de vista como válido. Se um mesmo objeto pode ter mais de um sentido, então se deve expor todos os que forem percebidos, mas deixando claro que outras pessoas, ao fazerem a mesma análise, podem perceber sentidos diferentes ou adicionais.

Por exemplo, ao analisar a Salomé, percebeu-se que a personagem é muito ambígua. No final das ligações, quando o político em questão desligava o telefone, interrompendo sua fala, ela se perguntava o motivo dessa atitude, se disse algo que a pessoa não gostou, depois se justificava dizendo que perguntar não ofende e jurava repetidas vezes não ser essa sua intenção.

Com esse discurso, ficava a dúvida se a Dama de Passo Fundo era realmente ingênua o suficiente para não perceber sua inconveniência, ou se era extremamente irônica o tempo todo, utilizando-se desse recurso para disfarçar suas reais intenções. A última opção é mais provável pelo estilo de humor feito por Chico Anysio, geralmente mais crítico. Entretanto, essa ambiguidade era proposital e era principalmente ela que provocava o efeito de humor.

Existem vários gêneros linguísticos que auxiliam na interpretação na análise de discurso, mas essa pesquisa fará uso de apenas duas delas. Orlandi (2002) conceitua a paráfrase como a representação de diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado, ou seja, existe uma estabilização do discurso. Já a polissemia é o deslocamento, a ruptura de processos de significação, é a

simultaneidade de movimentos de sentidos distintos no mesmo objeto simbólico, assim como a paródia.

A autora supracitada diferencia criatividade de produtividade, sendo essa última a reiteração de processos já cristalizados, exemplificando com o caso das novelas presentes na mídia: elas obedecem geralmente um estrito processo de produção, onde a "mesma" novela é contada várias vezes com pequenas modificações. Já criatividade é quando há inovação e ineditismo do conteúdo.

Sendo assim, a paráfrase promove a produtividade do discurso, enquanto a polissemia promove a criatividade. E apesar de parecerem opostas, ambas podem estar contidas no mesmo discurso, se complementado (ORLANDI, 2002).

A personagem desse estudo era muito mais voltada para a polissemia, do que para a paráfrase. Ela rompia com o discurso original, desviando o significado, com o intuito de mobilizar o espectador e de chamar a atenção para coisas que ficavam ocultas.

Desta forma, a Salomé recorria mais à ironia que à metáfora. Não que não utilizasse ambas, mas usava a primeira com muito mais intensidade. Sua ironia era tão forte que chegava a ser confundida com a verdade. Essa personagem é um exemplo de discurso que contém tanto a paráfrase como a polissemia, pois ela não alterava o sentido dos fatos narrados nos noticiários, mas ao ironizar sobre eles, ela convidava o espectador a perceber o discurso implícito e assim rompê-lo.

Orlandi (2002) usa alguns critérios para distinguir diferentes modos de funcionamento do discurso: lúdico, polêmico e autoritário. Com exceção do autoritário, que exclui o interlocutor, essa pesquisa utilizou os outros dois (o lúdico e o polêmico), visto que pode haver a mistura de tipos, com um jogo de dominância entre eles.

O lúdico é caracterizado como aberto e democrático, possuindo pouca intenção de persuadir o receptor e tende para a polissemia. Já o polêmico tem mais intenção de persuadir, sendo construído em volta do debate entre interlocutores e tende para o equilíbrio entre polissemia e paráfrase (ORLANDI, 2002).

Levando em conta as informações acima, percebeu-se que a personagem do humorista Chico Anysio era mais voltada para o polêmico, já que existia uma tentativa maior de persuasão ao utilizar-se da repetição dos fatos jornalísticos. Isso não significa dizer que um tipo anulou o outro, eles se misturavam durante a representação.

Se for levada em conta a análise de discurso, concluiu-se que na verdade a Dama de Passo Fundo era extremamente irônica e fazia isso, propositalmente, para disfarçar suas reais intenções de criticar duramente o Governo e suas políticas. Embora essas intenções não fossem difíceis de serem percebidas, para conseguir notar esse discurso irônico, era preciso ver além das impressões passadas pelo conteúdo literal.

4 CONCLUSÃO

Como pôde ser observado nessa pesquisa, o humor exerce funções tanto de conscientização como de puro riso, ou ambos. O que define isso é como o discurso foi elaborado previamente e qual foi intenção do humorista ao criar o personagem.

Na televisão brasileira, o humor está presente em uma grande parcela da programação, sendo incluída até nos núcleos das novelas, que é o horário de maior audiência. Mas a maior parte desse humor não tem nenhuma outra pretensão além de fazer rir.

Mas no caso da personagem Salomé, a intenção era mais transmitir uma mensagem do que causar risos. Essa mensagem implícita no discurso era para alertar a população sobre os problemas políticos que o país enfrentava.

Embora fossem representações cômicas e divertidas, não era sempre que o humor da personagem analisada nesse estudo causava risos. Isso acontecia porque ela objetivava não apenas o entretenimento, mas também a reflexão.

Essa característica crítica podia ser facilmente percebida na personagem do Chico Anysio, principalmente, pois continha elementosexplícitos, como citar nomes reais. A senhora Salomé dizia para os políticos mencionados, através do telefone, o que a maioria dos brasileiros tinham vontade de dizer, mas não tinhamformas de se fazerem ser ouvidos. Quem assistia ao programa sentia certa satisfação em perceber que alguém tinha coragem de levar isso a público, e que o sentimento de revolta da população, diante dos problemas do país, poderia chegar aos ouvidos dos políticos no poder.

Era como se a Dama de Passo Fundo fosse uma paródia genérica que representava a maioria brasileira, a qual estava insatisfeita com os políticos. Apesar de que não tinha como objetivo principal manter o público atualizado, essa paródia informava sobre os principais acontecimentos no Brasil que envolviam a política, sob um ponto de vista menos sério, como uma catarse.

Usando como base a análise feita dessa personagem, e ampliando os resultados para os demais discursos humorísticos existentes atualmente nos programas de humor da televisão brasileira, concluiu-se que o humor, além de proporcionar diversão, pode também utilizar-se de suas ferramentas para criticar algo ou alguém, e que existe uma mensagem a ser transmitida, seja de maneira implícita ou não.

A TV, assim como os programas de humor crítico, pode gerar conteúdos que confrontam os valores das classes hegemônicas, as quais controlam as mídias de massa. Este é um paradoxo da televisão brasileira. Seria isso um sinal que a televisão quer educar criticamente a população, por considerar sua capacidade crítica, mas em um nível superficial para não romper com os padrões da sociedade (o que Sodré [1984] chamou de moralismo cultural)?

HUMOR AS A CRITICAL TOOL IN BRAZILIAN TELEVISION

ABSTRACT

This work has as its theme the humorous discourse as a critic tool in Brazilian television. It aims to analyze how a humor character used language tools to implicitly criticize politics in Brazil. To develop it, a qualitative research method was used, discourse analysis, according to Orlandi (2002). This methodology will be used to perform an analysis of a character from Rede Globo's Zorra Total program (Mrs. Salomé, represented by the late and well-known humorist, Chico Anysio), in order to understand how television appropriates humorous elements to convey a message. It used renowned scholars in the themes to discuss parody, irony, laughter and television, as well as concepts such as postmodernism, intertextuality and carnavalization; concluding that humor performs functions of both criticism and awareness as well as pure entertainment.

Keywords: Humor; Criticism; Television; Speech Analysis.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Hudson Oliveira Fontes. Ironia e literatura: interseções. **Anais do SILEL.** Uberlândia: EDUFU, v.3, n.1, 2013. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_1467.pdf>. Acesso em: 20/09/2019.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo:** história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

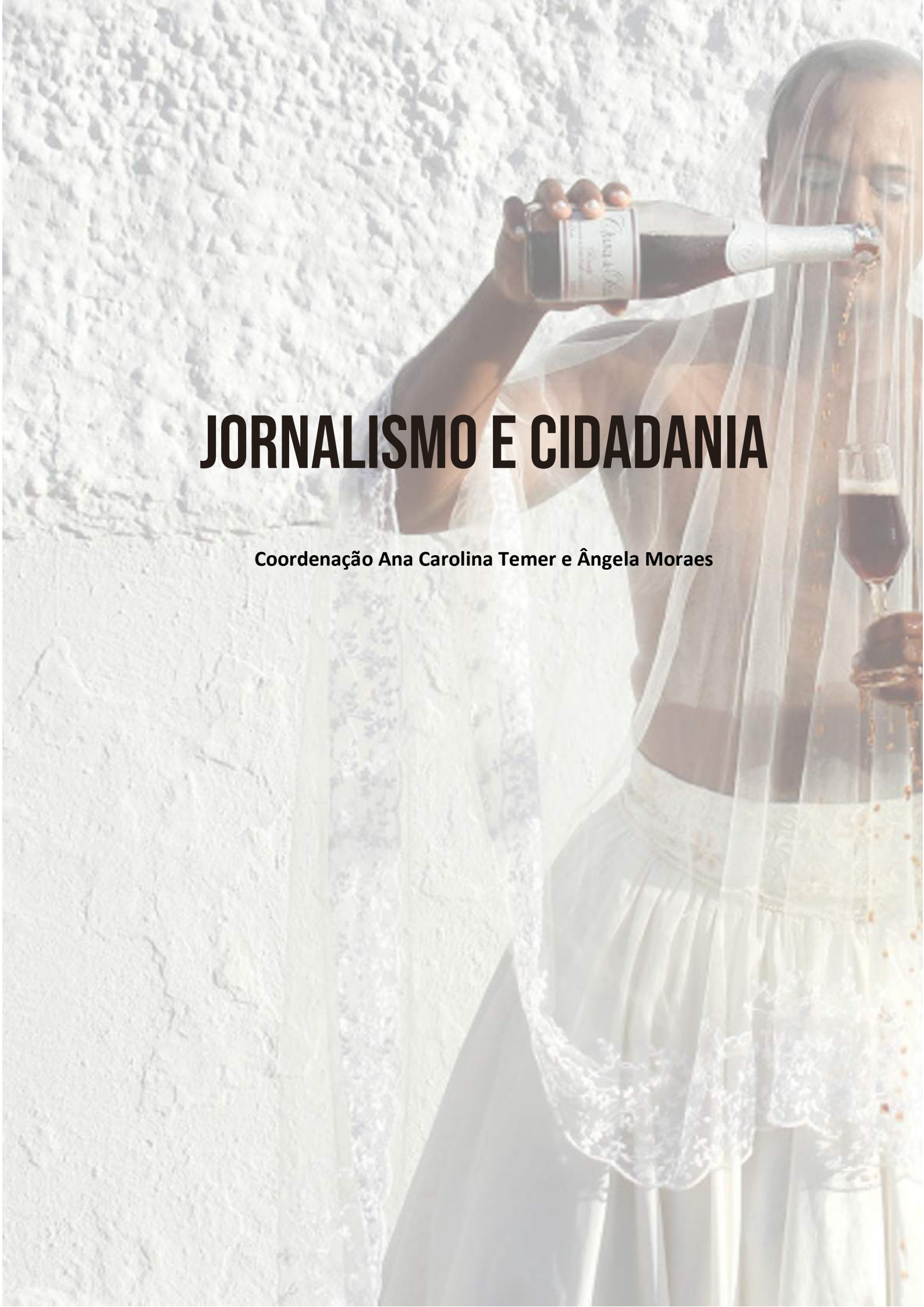
HUTCHEON, Linda. **Teoria e política de ironia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. **A Ironia da Comunicação.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, Paráfrase & Cia.** 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

SODRÉ, Muniz. **A Máquina de Narciso** (Televisão, Indivíduo e Poder no Brasil). Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.



JORNALISMO E CIDADANIA

Coordenação Ana Carolina Temer e Ângela Moraes

DAS CONDIÇÕES COMUNICATIVAS DO JORNALISMO: UMA TENSÃO FUNDADORA[45]

Guilherme Lucian[46]
Ângela Teixeira de Moraes[47]

RESUMO

Neste trabalho perscrutaremos as características da dimensão normativa pressuposta na enunciação do jornalismo, buscando compreender até que ponto os sentidos aí circulados configuram, para além do primado da mera informação, contextos verdadeiramente comunicativos. Também trataremos da tensão fundadora de situações de fala construtivas – a qual se situa entre a *disposição instrumental* e o *entendimento comunicativo* –, para daí pôr em relevo as condições básicas de existência ao tipo de dispositivo que organiza, conecta e sobretudo convoca o enunciado jornalístico à promoção de arenas democráticas. Tomaremos por parâmetro analítico as diretrizes propostas pela organização dinamarquesa *ConstructiveInstitute* (filiada à AarhusUniversity), a qual tem por objetivo combater a degradação deontológica do jornalismo pela própria mídia – em muitos casos mais interessada em entreter e criar controvérsias do que em informar ou construir a tessitura de uma cidadania solidária. Tensionaremos tais orientações em relação à teoria da ação comunicativa proposta por Habermas – aclimatada às questões teóricas e epistemológicas específicas deste escrito –, para então tecermos perguntas que têm como princípio a busca por uma raiz normativa donde são lançadas pela enunciação jornalística as pretensões de justiça e afeto que podem talvez gerar e validar a adesão do público segundo os termos de um contrato comunicativo que supere urgências orquestradas a partir da lógica do cálculo de ganho das empresas. Intenta-se afinal problematizar a respeito de um sentido ético à trajetória da palavra viva do jornalismo (ancorado sobretudo nos princípios norteadores da Análise de Discurso francesa); uma especificidade comunicacional, portanto, a qual possa superar em algum grau possível a instrumentalidadepressuposta nas trocas informacionais,e daí orientar-se em conformidade com a troca de propósitos partilhados, buscas de consensos mutuamente válidos, esboços claros ao projeto dos direitos humanos e investimentos conjuntos no plano da cidadania. Espera-se, com isso, evidenciar outras questões ao estudo dessa área.

Palavras-chave: comunicação; normatividade; democracia; epistemologia.

1A QUESTÃO DA NORMATIVIDADE

O jornalismo, tal como hoje o conhecemos, por vezes passa ao largo de se constituir como um centro de visibilidade pluridiscursiva e democrática da sociedade – pelo qual seja ao fim possível arquitetar saberes e valores singulares para além da lógica do cálculo de ganho –, configurando-se em contrapartida segundo os termos pontuais de uma malha frágil que mal se articula às questões mais urgentes da cidadania. Cabe-lhe a tarefa de organizar as conversas sociais para amansar o

[45] Uma versão preliminar deste texto tem publicação prevista para a 7ª coletânea de Estudos Contemporâneos em Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.
[46] Doutorando do Curso de Comunicação da FIC-UFG, e-mail: guilherme.lucian@gmail.com
[47] Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da FIC-UFG, e-mail: prof.atmoraes@gmail.com

caosde eventos da realidade, sim, embora raramente o faça de maneira sistemática, isto é, a partir de parâmetros ético-dialógicos junto ao público com o qual estabelece interlocução. Essa disposição instrumental, contudo, é vez ou outra tensionada com um entendimento comunicativo, no que então se alternam em sua narratividade os contextos funcionais da enunciação[48] e as relações intersubjetivas aí pressupostas.

Da tensão firmada entre o ato de narrar a realidade e a propensão responsiva de construí-la segundo processos comunicacionais, portanto, emergem à superfície as fissuras da estrutura jornalística – sobretudo no que pese consolidar-se como uma esfera pública de valores cívicos duradouros. Nota-se, ao contrário, uma configuração segundo a qual quaisquer posições são afinal expostas na forma de um ritual; reconhecidas então sem que seja necessariamente forjado um saber. Desse modo, escapa à discursividade do jornalismo o pressuposto de que, para além do projeto enunciativo, cabe-lhe sobremaneira a tarefa de fundar as bases de arenas comunicativas entre Estado e sociedade, donde sejam racionalmente articuladas as condições de possibilidade para uma consciência social.

A atividade jornalística é historicamente situada em relação aos princípios que orientam sua deontologia, os quais são estabelecidos segundo os termos de um compromisso ético particular, qual seja: criar tessituras discursivas a partir de uma ideia de verdade válida para organizar a realidade e então vivenciá-la. Sustenta-se como tal sua legitimidade, aliás, conforme o consentimento de práticas socialmente fundadas é assegurado por tessituras normativas, isto é, ações articuladas a uma base existencial de vinculação humana. Ocorre que, na condição de esfera intermediária entre universos simbólicos distintos, falta o essencial à normatividade que lhe é – ou deveria ser – própria, porque o resultado de sua enunciação é posto ao fim como ponto de vista a ser consumido sem os devidos tensionamentos sociais. Eis como por vezes lhe passa ao largo do exercício uma razão compreensiva; liberta das amarras do modelo de mercado que assegura mecanismos imperativos à manutenção de uma estrutura sistêmica funcional.

Tendo-se em conta tais premissas, este escrito é delineado pelo interesse de examinar a dimensão comunicativa na interface entre jornalismo, cidadania e democracia, com o intuito de trazer à luz da discussão algumas questões teóricas emergentes de uma pesquisa ainda em desenvolvimento. Busca-se então no tensionamento entre a comunicabilidade da enunciação normativa e a incomunicabilidade do imperativo sistêmico uma centralidade comunicacional à compreensão dos processos sociais contemporâneos, a ponto de perscrutar as condições para um

[48] Entende-se por enunciação o "pivô da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 193).

novo *topos* à atividade jornalística, isto é, um lugar comum enunciativo – donde partam vozes em cuja ressonância discursiva estejam pressupostas experiências intersubjetivas de democracia.

Logo, dá-se nestes termos a questão-problema: em que medida o modelo de mediação do jornalismo expressa no ato enunciativo uma situação comunicativa que, por ser racional e justa, tende ao fim a ser universalizada[49]? Tendo-se em conta tal propositura, pretende-se também questionar: qual a condição comunicacional que se faz visível na tensão entre normatividade e instrumentalidade jornalísticas a ponto de assegurar as possibilidades argumentativas de um espaço aberto às urgências democráticas no plano da cidadania?

Aos propósitos destetrabalho, considera-se "comunicação" o processo racional (não menos intuitivo) de troca e circulação simbólica de sentidos que assegura em maior ou menor grau um vínculo humano[50]; firmado assim num horizonte normativo[51] de entendimento e solidariedade. E "democracia", pois, a condição existencial pela qual, nesse mesmo horizonte, somos convocados à deliberação [com]partilhada dos temas socialmente relevantes à vida cívica. Entrelaçam-se aqui tais noções, afinal, sem pretensão alguma de esgotá-las no eixo epistemológico proposto – assumindo-se então de saída que ambas operam quando há uma configuração de sociedade ativa e responsiva (eis porque intersubjetiva); construída segundo os termos de ideias e vontades *con-vividas*.

Há uma racionalidade pressuposta no exercício jornalístico, isto é, há-lhe processos conscientes com fins à formação de consensos e solidariedades válidas? Sua enunciação atende aos requisitos formais de uma troca pública de razões no espaço cívico ou a disposição imperativa que lhe é por vezes particular – sobretudo quando em jogo os termos do mercado – desarticula os fundamentos de um lugar comum à argumentação e demonstração éticas? Isso posto, cabe aqui a costura: forma-se um espaço discursivo em seu empreendimento de dar coerência à dispersão simbólica das narrativas sociais ou, pelo contrário, passa-lhe ao largo uma mobilização comunicativa por atender às urgências do poder institucionalizado?

Assume-se aqui que discurso é uma situação enunciativa singular, a qual, uma vez firmada segundo os termos normativos de pretensões mutuamente válidas àqueles que se permitem a um contexto racional de comunicação – e, portanto, de troca simbólica de sentidos a partir de um só

[49]Isto é, autorizada por tornar-se válida àqueles que se emprestam a um contexto de comunicação.

[50]A este respeito, para estudo aprofundado, cf. BRAGA (2008; 2011; 2016), MARCONDES FILHO (2013), SIGNATES (2012a; 2012b), SODRÉ (2006; 2014) e WOLTON (1997; 2006).

[51]A normatividade se inscreve numa "atitude intelectual de considerar as coisas a partir do modo como elas devem ser essencialmente" (GOMES, 2008, p. 110), configurando-se assim como a busca de um ideal possível. A este respeito, cf. GOMES, W. Esfera pública política e comunicação em direito e democracia de Jürgen Habermas. In: _____, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia:** problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. Cap. 2, p. 69-115.

horizonte –, alça-se com força na tessitura da história para daí compor o solo originário donde partem e para onde convergem os saberes consensuais de uma época[52]. Horizonte é, nos termos deste escrito, um motor de realidades, ou seja, opera como tendência (*télos* – τέλος) à qual projetamos ações. Nesta condição, evidentemente, é sempre ponto distante, porém necessário à coesão dos propósitos partilhados.

Qual então, segundo as restrições aqui expostas, é o horizonte possível da atividade jornalística? Espera-se ao menos um contrato pressuposto, sim – o qual, por propósito, tangencia a urgência de tornar visível o que há de novo na realidade –, mas este não serve como norte às suas ações, porque há aí uma orientação cognitiva[53] apenas (GAUTHIER, 2010), e não, propriamente, teleológica. Colocando-nos no plano da cidadania: a linguagem jornalística até pode constituir um lugar enunciativo singular de afirmações plurais e processos comunicativos, embora tenha de romper, em algum nível, com a causalidade mecânica da institucionalização sistêmica que configura seu *a priori* informacional, isto é, o esforço de organização cognitiva assumido ao fim como primado à coerência dos diálogos sociais. Do contrário, a enunciação que é lhe própria tornar-se-ia um fim em si mesma; instrumento (como outro qualquer) a serviço de uma discursividade unilateral.

A palavra – posta em tessitura viva – é requisito ao exercício jornalístico, na medida em que vontades e pretensões coletivas são expressas na enunciação (GOMES, 2008, p. 35)[54]. Ocorre que, por emergir de situações estratégicas de exercício do poder, nem sempre o que se enuncia (para daí compor quadros de referência às narrativas sociais) é condição à formação de uma arena comunicativa, donde opiniões e matérias são discutidas e tensionadas. Sua disposição instrumental, porém, é parte do que lhe dá consistência discursiva, porque não há em todo ato enunciativo uma exigência ilocucionária, isto é, a força que é primado para ouvir e compreender. Do mesmo modo como, ao dizer o que se diz (incluindo o que, sob muitos véus, permanece então por se dizer), basta aos propósitos pragmáticos do jornalismo uma orientação a princípio funcional, porque

[52] A esta concepção habermasiana de discurso, portanto, soma-se outra: a de Foucault, por crermos ser pertinente ancorar em processos históricos o que antes, pelo ato mesmo de enunciar, foi erguido às custas de contextos normativos. Em cada qual há restrições conceituais, naturalmente, e muitos são os riscos assumidos quando então postos em sintonia teórica. Ocorre que, por pressupor-se numa situação de fala a urgência de um horizonte ético, assume-se aqui, afinal, que há também uma trajetória à palavra que dá coesão aos cursos normativos; um liame epistemológico que, tão logo entrelaçado à tessitura viva da história, orienta-nos à busca [com]partilhada desse mesmo horizonte.

[53] "Viséecognitive" (p. 256), no original em francês.

[54] Cf. GOMES, W. Esfera pública política e comunicação em mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia:** problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. Cap. 1, p. 31-68.

> o pôr em visibilidade não constitui apenas um ser ou um fazer, não é simplesmente infinitivo, contém modalidades do poder e do dever. Indica um possível, um duplo sentido da capacidade e da autorização. A informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido (MOUILLAUD, 2002, p. 38)[55],

o que não exclui, naturalmente, operar nos termos de uma razão compreensiva – mesmo quando por vezes lhe há à atividade uma orientação imperativa. A dimensão cognitiva, portanto, tangencia uma ideologia elementar e partilhada, a qual dá coerência às (inter)ações sociais. Eis porque, ao organizar o mundo segundo os termos de um aparelho formal de enunciação, marca-se na ocorrência histórica da linguagem do jornalismo uma constituição heterogênea, isto é, irregularidades, desvios de padrão, perturbações à estrutura sistêmica dada, etc. Há-lhe um peso ideológico, sim, e ao menos no que concerne às assimetrias típicas das cenas enunciativas, faz ver as sutilezas do acontecimento estratégico que também lhe são próprias e lhe atravessam; este que, de modo geral,

> deve ser analisado como algo que circula, [...] que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. [...] Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação. Nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre circuitos de transmissão[56](FOUCAULT, 2012, p. 24),

o que confere ao jornalismo, em sua condição de dispositivo[57] à (re)construção dos sentidos que circulam, a possibilidade de criar, segundo arranjos ilocucionários, leituras intersubjetivas de mundo sempre inéditas. Não lhe passa ao largo o alinhamento de interesses, evidentemente, contanto que – segundo os cursos normativos aqui propostos – estejam vinculados a ideias

[55]Cf. MOUILLAUD, M. A informação ou a parte da sombra. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. **O jornal:** da forma ao sentido (coleção comunicação). Tradução de Sério Grossi Porto. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Cap. 2, p. 37-47.

[56] No original em francês: "[...] doitêtreanalysécommequelquechosequi circule, ou plutôtcommequelquechosequi ne fonctionnequ'enchaîne. Il n'est jamais localiséici ou là, il n'est jamais entre lesmains de certains, il n'est jamais appropriécomme une richesse ou unbien. [...] Le pouvoirs'exerceenréseau et, surceréseau, non seulementlesindividuscirculent, mais ilssonttoujoursen position de subir et aussi d'exercer cepouvoir. Ils ne sont jamais lacible inerte ou consentantedupouvoir, ilsensonttoujoursles relais".

[57]O termo dispositivo foi cunhado originalmente por Foucault como objeto de análise da genealogia, como forma de descrição dos operadores materiais do poder. Na comunicação, ele é tomado do ponto de vista técnico-semiopragmático (PERAYA, 2002), em que importa a descrição do dispositivo tecnológico, o conteúdo e a relação entre os interlocutores. No jornalismo, segundo Ferreira (2002), analisa-se o contexto da produção, o contexto tecnológico, as dimensões comunicacionais e discursivas e a recepção.

duradouras de justiça e solidariedade, isto é, "forças" naturais e sensíveis[58] ao que é posto como "*Bem*" comum (*agathós* – ἀγαθός); legitimado na busca por um sentido pleno às coisas.

Eis o que está em jogo, afinal: se, para ordenar sistematicamente a vida, o exercício de enunciação jornalística carece de ligar-se a ideias, em que medida está aí pressuposta uma validade mútua àqueles que participam da tessitura conjunta das narrativas cívicas? Para tanto, provoquemos: o *a priori* informacional do jornalismo, por si só, não constrói realidade alguma, porque lhe falta um fundamento sólido à constituição dos sujeitos (ele próprio a servir como horizonte), qual seja, o de que informar não é comunicar. Há-lhe uma pretensão de organização do que se vê socialmente disperso, sim – e isto basta aos propósitos instrumentais mais urgentes –, mas nada lhe assegura, pelo ato mesmo de analisar jornadas e dar-lhes uma coerência maior, que laços humanos serão ao fim compostos, assuntos deliberados e consensos firmados. Se lhe há alguma dimensão comunicativa, pois, ergue-se à superfície quando então postas para defesa e crítica as exteriorizações simbólicas pretendidas (HABERMAS, 2012a, p. 33) ao enunciar-se o mundo.

Resta então saber até que ponto, mesmo ao circunscrever-se no cotidiano por sistemas enunciativos de exclusão – haja vista que traz à luz somente o que interessa à composição de algumas narrativas –, a maquinaria discursiva do jornalismo há de revelar pretensões à instituição de arenas de vozes plurais e contextos comunicativos devidamente democráticos. Essa questão, portanto, carece de análise.

2 DA ENUNICAÇÃO AO CONSENSO

Até aqui, tratamos de observar a questão da normatividade pressuposta na enunciação jornalística, especialmente no que concerne à formação de situações de fala em que os sentidos postos para circulação simbólica duradoura configuram contextos comunicativos, e não, como geralmente é circunscrito na discursividade da mídia, cenas erguidas pelo primado da informação. Tratamos de pôr sob rasura os aspectos gerais dessa tensão fundadora, isto é, do que se inquieta com força entre *disposição instrumental* e *entendimento comunicativo*, restando-nos, portanto, compreendê-la em sua condição de existência.

Assumimos, tal como o fizera Habermas (2012a; 2012b), que comunicar é admitir na

[58] Assume-se, neste trabalho, que os processos de comunicação – sejam estes quais forem – dependem sobremaneira de um agir sensível, isto é, de uma predisposição consciente às realidades alheias; ou, noutros termos, um esforço único (sem recatos ou branduras) de emprestar-se segundo os termos de uma clareza sensível (não menos crítica ou mais sistemática) à existência do Outro. Essa discussão, com consequências epistemológicas e ontológicas assumidas à Comunicação, será melhor desenvolvida em futuros trabalhos.

linguagem uma racionalidade específica que se manifesta como ação social consciente ao fim orientada à formação de consensos[59] entre os que se empenham discursivamente num contexto normativo de intersubjetividade – estes que, conduzidos então por um horizonte ético, firmam-se as condições válidas à sua compreensão. Apoiamo-nos, portanto, na noção de razão, para daí tentar assinalar até onde possível um ideal ativo e responsivo de justiça, entendimento e solidariedade nas situações linguageiras características do jornalismo[60].

Ao sustentar premissas num horizonte ético-discursivo, Habermas valoriza a palavra como ancoradouro da vida humana – precisamente a palavra em ato; circulada com fins à busca [com]junta da compreensão, da retidão, da confiança e da verdade legítimas. Pressupõe-se nisto uma relação sujeito-sujeito mantida pela linguagem, a qual é orientada segundo as regras de um mesmo universo normativo.

Há-lhe às vistas, pois, uma dimensão humana ao ato de comunicar – orientado pelo justo reconhecimento do Outro quando então construídos sentidos éticos válidos às situações de fala idealizadas. Ancora-se como tal o fundamento da ação social[61]; aquém e além de contextos funcionais. Sua ideia de intersubjetividade é também base à construção de uma solidariedade singular, isto é, "uma relação interpessoal ordenada de modo legítimo" (1998, p. 315), a qual tangencia o entendimento comunicativo.

Compreender-se mutuamente é tomar por horizonte a circunstância ética dos contextos enunciativos, conforme discernidas (de parte a parte) as exteriorizações dos que, orientados por uma fundamentação racional, definem com argumentos o que será consensualmente válido. Ocorre que, para Habermas, argumentar não é apoiar-se simplesmente numa situação dialógica; há exigências aí pressupostas – orientações éticas que ao fim indicam tendências normativas à comunicação –, as quais não são necessariamente atributos a uma conversa. Espera-se então que em tal situação de fala emerja o empenho sincero e leal (GOMES, 2008, p. 144)[62] dos que se comunicam, obtendo-se assim um (re)conhecimento intersubjetivo.

---

[59] Consenso, para o autor, é uma categoria de verdade; um saber legítimo a respeito de algo (1998, p. 315). Eis porque o verdadeiro das coisas não consiste em evidenciar sua natureza imanente, mas, pelo contrário, trata-se de propor racionalmente uma validade recíproca àquilo a que tomaremos por verdade.

[60] Supõe-se nisto uma relação entre o emprego de um saber e quaisquer ações daí solicitadas – estas que, estruturalmente, dão-se em termos proposicionais; expressas na forma de enunciados (HABERMAS, 2012a, p. 31). O que é dito, pois, apoia-se num comum acordo comunicativo, o qual é firmado quando ao fim fundamentadas sob circunstâncias apropriadas as exteriorizações dos que se engajam discursivamente numa situação de fala para então submetê-las à crítica recíproca.

[61] Daí concluir, portanto, que sua teorização sobre comunicação é também pertinente à compreensão da sociedade.

[62] Cf. GOMES, W. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia:** problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. Cap. 3, p. 117-162.

Pela argumentação, portanto, tematizam-se razões para confrontá-las e resolvê-las em contexto comunicativo – as quais então operam como motivações às pretensões. Quem é capaz de justificar as próprias ações segundo a orientação de normas mutuamente válidas é ao fim racional; também

> quem age de forma razoável[63] no caso de conflitos normativos em contextos de ação, isto é, para quem se esforça não somente em avaliar o conflito de modo imparcial, sob pontos de vista morais, mas também em superá-lo de modo consensual, não seguindo simplesmente afetos ou interesses imediatos (HABERMAS, 2012a, p. 49-50),

o que, em sentido prático, assegura as condições formais à compreensão mútua; liberta de quaisquer predisposições instrumentais ou violentas. Racionalizam-se como tal as normas vigentes, e mesmo os sentimentos ou experiências de mundo dos falantes são ao fim relatados para dar-lhes a certeza de sua validade (Idem, p. 44). Sendo assim, em que medida o exercício jornalístico, por situar-se em relação à lógica imediata de contextos sistêmicos, poderia romper com as interveniências não-comunicativas e não-racionais[64] que, por vezes, são-lhe próprias? É possível criar, segundo os termos de uma enunciação responsável e construtiva, contextos de paridade argumentativa, isto é, cenas democráticas de ação a partir das quais dobramos por pretensões de validade a autoridade e o domínio de tudo o mais que possa desfigurar uma arena comunicativa?

Pretensão de validade é aquilo que legitima uma argumentação como verdadeira; trata-se de uma confiança pressuposta na própria situação comunicativa. Sujeitos convocados por contextos argumentativos – isto é, quem se ampara na linguagem para permitir-se à realidade de horizontes *con-vividos* – vinculam exteriorizações às suas proposições sensatas ou ações orientadas para um fim. Quando a relação intersubjetiva é racionalmente motivada, referimo-nos a pelo menos um "mundo"[65] no qual ancoraremos uma pretensão cuja validez recíproca é de saída assumida, tal que, nesse processo, há de servir como referência a normas e vivências.

Habermas, por exemplo, propõe quatro pretensões de validade como orientações à ação comunicativa; cada qual ancorada num mundo a ser por elas próprias definido: a) o mundo da linguagem, onde acionamos pretensões de *inteligibilidade*; b) o mundo objetivo, no qual lançamos pretensões de *verdade proposicional*; c) o mundo subjetivo, pelo qual pomos em ação as pretensões de *veracidade subjetiva* e d) o mundo intersubjetivo (ou *social*), donde acionamos pretensões de

[63] Isto é, quem se engaja lealmente no diálogo ao pressupor, de saída, que a argumentação alheia é tão legítima quanto a sua.
[64] Tais como "o poder, o dinheiro ou as hierarquias sociais" (GOMES, 2008, p. 36).
[65] Assim como na teorização fenomenológica – especialmente a de Husserl (2006) –, mundo é aqui entendido como sistema de referência à ação, onde nós, sujeitos comunicantes, lançamos pretensões de validade.

retidão normativa. O que pretendo dizer para daí agir em conformidade ética, pois, há de ser válido para todos, servindo então como norma à situação ideal de fala.

É inteligível quem, mediante as regras duma linguagem distintiva aceita então como válida, faz-se ao fim entendido. Assim como é verdadeiro aquele que, em suas exteriorizações, deixa entrever que no ato mesmo de tematizar não há indícios de descumprimentos do teor proposicional[66]. O conteúdo proposto carece de confiança, o que, em termos subjetivos, torna-se tangível apenas quando reconhecidas como autênticas as expressões vividas (HABERMAS, 2012a, p. 44-45); tal como é justo quem, orientando-se por normas legitimamente reconhecidas, pretende-se correto na fala. Eis como, pela própria enunciação – investindo onde é possível haver entendimento –, constituímos as regras do jogo.

Essa teorização tem seus limites, naturalmente. A tensão entre *disposição instrumental* e *entendimento comunicativo* nos serve apenas à medida que tratamos de uma intersubjetividade normativa; admitida, portanto, em vista dum horizonte ético mutuamente válido. A ideia de discurso prático, isto é, de diálogo "celebrado em condições de racionalidade" (CORTINA, 2005, p. 80) pode até ser questionada quando situada em relação a contextos não co-presenciais, mas é segura à compreensão de uma humanidade solidária pressuposta na enunciação. Resta então saber em que medida o jornalismo atende às demandas da democracia e serve, pois, como estratégia racional (e sensível) de mobilização social.

A este respeito, situemo-nos em relação a uma variação discursiva alternativa dentro da narrativa jornalística de padrões hegemônicos, a qual, muito recentemente, inscreveu-se na fala histórica para mobilizar outras circulações simbólicas de sentido por meio de dispositivos comunicacionais. Trata-se de uma dimensão *construtiva* como *práxis*, isto é, ação transformadora à realidade organizada pelo ato mesmo de enunciá-la. Tomemos como exemplo, o *ConstructiveInstitute*.

Essa organização criada na Dinamarca em associação à AarhusUniversity tem o objetivo de combater, em sua própria autodefinição, "a banalização e degradação do jornalismo pela mídia, que muitas vezes está mais interessada em entreter e criar controvérsias do que em informar a cidadania"[67] (CONSTRUCTIVE INSTITUTE, 2019, s/p). Nesse sentido, propõe uma intervenção no campo jornalístico, com o propósito de retomar seu discurso fundante que historicamente

[66] Isto é, de que a verdade mutuamente aceita não é sequer cogitada como desautorizada, porque corresponde ao que é antes pensado. Do contrário, a razão comunicativa deixa de sê-lo na essência, convertendo-se afinal em ação estratégica.

[67] No texto original: "to combat the trivialisation and degradation of journalism by media that often is more interested in entertaining and creating controversies than informing the citizenship".

searticulou sob as bases democráticas da comunicação, para oferecer ao público uma justa, precisa e contextualizada imagem do mundo.

O Instituto critica a superexposição de fatos negativos, sem, todavia, abraçar o que normalmente se entende por "jornalismo positivo" – aquele que apenas capta e projeta "notícias leves" com o objetivo de gerar bem-estar. Também não se declara ativista, nem promotor, e nem desejoso de oferecer soluções simples aos problemas. Comparativamente, propõe-se a:

Quadro 1– Proposta de um jornalismo construtivo

	De última hora (Imediatista)	Investigativo	Construtivo
Temporalidade	Agora	Ontem	Amanhã
Propostas	Velocidade	Culpabilidade	Inspiração
Questões	O quê? Quando	Quem? Por quê?	Por que agora? Como?
Modelo	Dramático	Crítico	Minucioso
Função	Policiar	Julgar	Dispor-se
Foco	Drama, conflito	Criminosos e vítimas	Soluções, melhores práticas

Fonte: dos autores, baseado em IC (2019)[68]

Nota-se aí não apenas uma (re)configuração deontológica, mas, sobretudo, outra postura à própria enunciação jornalística – esta que, do dever de organizar, passa a circunscrever-se em relação à captura pela sensibilidade e solidariedade humanas (assumidas aqui, portanto, como atributos essenciais à comunicação), as quais solicitam o público a crer nessa direção; sustentá-la ao fim como ideal no plano da cidadania.

Essa iniciativa, que ainda será objeto empírico de investigação[69], parece sugerir uma reação à visão excessivamente mercadológica do jornalismo, cujas apostas têm se inserido em cenários cada vez mais competitivos, distanciando-se das marcas iniciais que legitimaram o jornalismo como um lugar de vínculo social. Em seu trabalho pedagógico, o ConstructiveInstitute dá visibilidade às

[68] Disponível em: https://constructiveinstitute.org/Constructive-Journalism.67.aspx. Acesso em 10/07/2019.
[69] As práticas discursivas e não discursivas dessa organização foram observadas de forma inicialmente exploratória. Dados mais consistentes serão obtidos em pesquisa posterior.

melhores práticas jornalísticas, advogando, inclusive, que o acesso à informação confiável, relevante e responsável deve ser assumido como um direito humano.

Parece-nos que esta abordagem, ao transitar da imediaticidade ao futuro por parâmetro, justifica a ideia de um tipo particular de enunciado que se dirige à partilha simbólica da palavra, a qual então se torna pretensão às "mobilizações sociais a serviço de novos horizontes éticos" (SILVA, 2016, p. 50). Dos sentidos "nômades" da informação, afinal, chega-se às qualidades duradouras na prática jornalística.

Para que a enunciação do jornalismo sirva à construção de arenas comunicativas, pois, é necessário assumir-se a dimensão de *medium* que lhe é própria, isto é, quando através de si (e tão-somente como tal) deixa fluir na própria tessitura as conversas sociais. Silenciar-se perante tantas vozes, afinal (SIGNATES, 2018), e mostrar-se presente na forma de ausência, tomando-se as posições debatidas para então transportá-las à sociedade. Calar-se, contudo, não é eximir-se da responsabilidade pressuposta em cada ato enunciativo, mas sim operar como um limiar – este que, por não ser instância que aparta, (re)conecta pontos de vista a partir de buscas cooperativas.

Só é possível tratar de um compartilhamento pressuposto na enunciação, todavia, quando de saída são assumidos os fundamentos comunicacionais que lhe dão coerência – tanto menos pela configuração do horizonte ético aí pressuposto, mas por convocar sujeitos à mobilização de conhecimentos, experiências e sensações nos limites desse mesmo horizonte. O jornalismo, ao "calar-se" diante de apreensões alternativas da realidade com vistas a uma maior e mais cidadã produção de sentidos, fere o ato comunicativo. Nesse sentido, é importante a formação de pontes seguras entre universos simbólicos diferentes, tensionando a instância jornalística a rever seu contrato de comunicação[70], com premissas mais atentas aos processos democráticos. Eis porque, enquanto dispositivo comunicativo, erguer-se-ão as condições para que algo se mova com força na realidade.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Cabe-nos aqui a última costura. A enunciação jornalística, como a entendemos e defendemos, mostra-se ao fim como dispositivo a um tipo de ação social responsável, isto é, uma rede que organiza, conecta e nos solicita ao entendimento, à solidariedade e à configuração de arenas comunicativas que asseguram contextos democráticos. Há-lhe, portanto, uma raiz normativa

[70] Contrato de comunicação (FAUSTO NETO, 1994) se associa também ao conceito de contrato de leitura (VÉRON, 1985). Este último leva em consideração as motivações para a construção de vínculos entre os sujeitos da interação mediada. Para que haja um contrato, esses sujeitos precisam reconhecer a fala uns dos outros. Fausto Neto acrescenta que todo contrato comunicativo passa pelo compartilhamento da língua, cultura, saberes, instituições e imaginários entre os participantes.

donde se espraiam pretensões de justiça e afeto – as quais geram adesão para além das urgências organizativas –; orientadas pela busca de um sentido ético. Em sua especificidade comunicacional, silencia-se para superar em algum grau a disposição instrumental das permutas informacionais, requerendo assim uma "troca de esforços com vista à partilha de propósitos" (SILVA, 2016, p. 41) e de investimentos coletivos à busca de consensos e soluções.

Resta, porém, desvelar o que há por detrás das pretensões de afeto e construtividade; pôr sob rasura o que se esconde às condições de existência de um novo rumo à palavra em ato do jornalismo, para daí questionar: há-lhe pressuposta uma recusa à própria deontologia ou, ao resgata-la – porque por vezes desfigurada –, significam-se outros processos à luz de sentidos comunicativos? Que muda então quando ao fim tiramos de circuito o olhar que hoje orienta o jornalista? Tais questões, com tudo o que está aí implicado, carecem de análises.

Uma vez racionalizada a dimensão comunicativa que lhe é própria quando da circulação simbólica de sentidos, pois, o jornalismo há de assumir-se o papel da responsabilidade cívica ao transformar seus princípios deontológicos em relações sociais orientadas à deliberação – esta que, ao fim, tensiona perspectivas, (re)avalia projetos e traz à luz um debate construtivo das questões públicas. Eis o ponto em que sua tendência normativa, no seio mesmo da tensão fundadora entre imperativo instrumental e comunicabilidade sensível, situar-se-á em relação a uma afetividade comunitária; devidamente inscrita em horizontes *con-vividos*.

COMMUNICATION CONDITIONS OF JOURNALISM: A FOUNDER TENSION

ABSTRACT

In this paper we will examine the characteristics of the normative dimension presupposed in the enunciation of journalism, trying to understand how the meanings circulated configure, beyond the primacy of mere information, truly communicative contexts. We'll also deal with the founding tension of constructive speech situations – which lies between *instrumental disposition* and *communicative understanding*– in order to highlight the basic conditions of existence to the type of device that organizes, connects and summons the utterance of journalism to promote democratic arenas. We will take as an analytical parameter the guidelines proposed by the Danish organization *Constructive Institute* (affiliated with Aarhus University), which aims to combat the deontological degradation of journalism by the media itself – in many cases more interested in entertaining and creating controversy than in informing or building the texture of a solidary citizenship. We'll compare these orientations in relation to the theory of communicative action proposed by Habermas – acclimatized to the specific theoretical and epistemological questions of this writing –, and then look for a normative root from which claims of justice and affection are created that allow public adherence under the terms of a communicative contract that overcomes urgencies orchestrated from the logic of calculating corporate earnings. Finally, it is intended to question about an ethical sense to the trajectory of the living word of journalism (anchored above all in the guiding principles of French

Discourse Analysis); a communicational specificity, therefore, that can overcome the instrumentality presupposed in informational exchanges, and hence orientate itself in accordance with the exchange of shared purposes, the search for mutually valid consensus, sketches to the human rights project and investments citizenship plans. It is hoped, after all, to highlight other questions to the study of this area.

KEY-WORDS: communication; normativity; democracy; epistemology.

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, São Paulo, n. nº 2, p. 73-88, Abril 2008.

_____, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, RS, p. 62-77, Jan/abr 2011.

_____, J. L. O que é comunicação? **Líbero**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 15-20, jul./dez. 2016.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENAU, D. **Dicionário de Análise de Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FAUSTO NETO, A. A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção. In: SOUSA, M. W. (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 189-222, 1994.

FERREIRA, J. Dispositivos discursivos e o campo jornalístico. **Revista Ciberlegenda**. Rio de Janeiro: UFF, 2002, p. 1-11.

FOUCAULT, M. **Il faut défendre la société:** cours au Collège de France (édition numérique réalisée en août 2012). Paris: [s.n.], 2012.

GAUTHIER, G. Le journalisme de communication : expression de conviction et moralisme. **Les Cahiers du journalisme**, Québec, Automne 2010. 254-273.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia:** problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Ana Maria Bernardo [et al.]. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

_____, J. **Teoria do agir comunicativo:** racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Flávio Siebeneichler. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 1, 2012a.

_____, J. **Teoria do agir comunicativo:** sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução de Flávio Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 2, 2012b.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica:** introdução geral à fenomenologia pura. Tradução de Márcio Suzuki. 5. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

MARCONDES FILHO, C. **Nova teoria da comunicação, v.1:** o rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. **O jornal:** da forma ao sentido (coleção comunicação). Tradução de Sérgio Grossi Porto. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PERAYA, D. O ciberespaço: um dispositivo de comunicação e de formação midiatizada. In: Alava, S. et al. **Ciberespaço e formações abertas**: rumo a novas práticas educacionais? Porto Alegre: Artmed, 2002. p.25-52.

SIGNATES, L. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2012a.

_____, L. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 133-148, jul./dez. 2012b.

_____, L. A comunicação, entre o dogma e a conversão: o especificamente comunicacional na religiosidade contemporânea. **Estudos de Religião**, v. 32, set/dez. 2018. 27-49.

SILVA, L. M. D. Informação e mudança: repensando o conceito de comunicação e de processos na comunicação social. In: SIGNATES, L.; MORAES, Â. **Cidadania comunicacional:** teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. Cap. 2, p. 37-65.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____, M. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

VERÒN, E. L'analysedu 'contrat de lecture' : une nouvelle methodepourlesetudes

de positionnementdessupportpresse. In: _____, E. **Les médias, expériences, recherchesactuelles, applications**. Paris: IREP, p. 203-229, 1985.

WOLTON, D. **Penser la communication**. Paris: Flammarion, 1997.

_____, D. **É preciso salvar a comunicação**. Tradução de Vanise Dresch. São Paulo: Paulus, 2006.

TELEVISÃO PÚBLICA E ESFERA PÚBLICA: AS EMISSORAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS COMO ESPAÇO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Kamyla Faria Maia

RESUMO

Este artigo busca analisar a relação da televisão universitária brasileira com o conceito de esfera pública de Habermas, a partir de definições do próprio autor (2008; 2012), e de analistas de sua obra (SILVA, 2011; LEBENOW, 2012; BOSCO, 2017). Ao relacionar os dois espaços comunicacionais pretende-se debater de que maneira as emissoras ligadas ao modelo público de comunicação podem se configurar em instâncias qualificadas de informação, deliberação e participação social na democracia brasileira. Para tanto, a esfera pública precisa se apoiar em amplo debate público, com efetiva participação dos sujeitos sociais e acesso mais democrático aos meios de comunicação, o qual depende diretamente do fortalecimento de veículos públicos de comunicação.

Palavras-Chave: Comunicação; televisão pública; esfera pública; democracia.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação é promovida pela interação humana e por isso, precede a linguagem (BRAGA, 2010b, p. 73). Os processos comunicacionais se inserem no contexto das linguagens acionadas para a interação e são pré-moldados "pelos processos sociais mais amplos em que se desenvolvem" (BRAGA, 2010a, p. 42).

> Percebemos assim o fenômeno comunicacional como processo social de seleção, ajuste e redirecionamento de imaginário, percepções e lógicas. Apenas por tal processo a sociedade pode deliberar – tentativamente, e nas condições concretas da percepção de realidade e da racionalidade disponível – sobre o que é operacional e o que considera "delírio", nos processos de imaginário radical em vias de se propor como imaginário efetivo; e selecionar, dentre invenções sociais em conflito, as que parecem corresponder às melhores probabilidades de elaboração, conforme as lógicas locais vigentes. (BRAGA, 2010a, p. 46).

Nesse processo há uma elaboração contínua, em que as necessidades da interação desenvolvem pressões transformadoras sobre os códigos e, portanto, estão continuamente gerando linguagem (BRAGA, 2010a, 48). Os fenômenos comunicacionais ocorrem como "trocas e interações (verbais, gestuais, sonoras, por imagens, etc.) no âmbito de dispositivos sociais estabelecidos, no quadro institucional em que ocorrem, como contextos referidos pelos participantes" (BRAGA, 2010a, p. 51). Eles se configuram dessa maneira em tentativas, porque existe uma margem de ensaio-e-erro

que torna os resultados probabilísticos e também um grau de imprecisão em todos os passos do processo (BRAGA, 2010b, p. 66).

Dado seu caráter de interação com resultados probabilísticos, a comunicação é toda "articulação, passagem entre grupos, entre indivíduos, entre setores sociais – frequentemente desencontrada, conflitiva, agregando interesses de todas as ordens; marcada por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das intenções" (BRAGA, 2010b, p. 69-70). Esses processos comunicacionais são capazes de gerar mudanças nos participantes. "O resultado das interações comunicacionais será talvez tanto mais provável quanto menos modificador das relações sociais e humanas; e tanto menos provável quanto mais modificador" (BRAGA, 2010b, p. 73).

As definições levantadas pelo pesquisador brasileiro podem ser relacionadas à Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas (2012), que compreende a comunicação como um acontecimento raro, uma vez que a racionalidade da ação comunicativa repousa no efeito decorrente do acordo, sendo exigido "que o consenso alcance todos os participantes para que os procedimentos tidos por válidos não sejam válidos apenas para alguns participantes". No entanto, o consenso só pode se dar em uma "situação ideal de fala" ancorada no princípio de simetria e "tais precondições não são preenchidas em contextos empíricos de comunicação" (BOSCO, 2017, p.197).

A comunicação ocupa lugar central da análise de Habermas (2012), o qual compreende que os processos comunicativos têm papel central na integração social e na organização democrática. Sua teoria define que a sociedade é constituída pelos sistemas especializados e pelo "conjunto de saberes e convicções" que forma o mundo da vida. Esses dois níveis estariam imbricados, pois ambos são constituídos por linguagem e cultura, que constituem a intersubjetividade e tornam a sociedade inteligível (BOSCO, 2017, p.190-192).

O mundo da vida é regido pelo entendimento mútuo, enquanto o sistema é dirigido pelo poder do Estado e pelo dinheiro do mercado. O primeiro seria guiado por um tipo de coordenação de ação que se constitui pelo consenso entre os participantes, o agir comunicativo; já o segundo seria regido por ações funcionais e utilitaristas, em um agir teleológico-estratégico. Em decorrência disso, existiriam dois tipos de racionalidade: uma cognitivo-instrumental, caracterizada pela intenção-efeito no mundo; outra comunicativa, que visa a intercompreensão (HABERMAS, 2012). O mundo da vida é anterior aos sistemas, mas com a racionalização sistêmica e utilitarista do mundo da vida, "os media sistêmicos do poder e do dinheiro tendem a simplificar e substituir" o entendimento mútuo" (BOSCO, 2017, p.194).

As tentativas de se comunicar não são exclusivas dos indivíduos, pois existem as tentativas sociais, que se manifestam na geração de processos e dispositivos para a comunicação que visam

maximizar a eficiência da produção e circulação de linguagem. “O que significa que a sociedade tenta, consistentemente, diferentes modos de sucesso comunicacional, de sintonia” (BRAGA, 2010b, p. 80).

Dentro desses dispositivos para a comunicação podemos enquadrar as diferentes mídias existentes no meio social. A mídia, como “instituição específica, dotada de interesses, linguagens e ritual produtivo próprio” tornou concreta, pela primeira vez na história humana, um sentido sistêmico da comunicação. “O que era uma habilidade especificamente humana, a de se relacionar pela linguagem com o mundo e os outros, tornou-se um saber técnico cioso de sua legitimidade e de sua exclusividade” (SIGNATES, 2018, p. 28-29).

Para Braga essas mídias seriam um “agregado comunicacional midiático contemporâneo”, no qual não é possível distinguir facilmente “o que são regras e estratégias pertinentes às práticas sociais, aos comportamentos coletivos, aos elementos organizacionais” e o que são padrões das “linguagens midiáticas” (2010a, p. 42). As instituições da produção e circulação de comunicação são “uma espécie de ‘linguagem social’, ao se colocarem como modos de ação na e da sociedade” e como âmbitos operadores de interação (BRAGA, 2010a, p. 46).

A “grande comunicação social, transmitida em massa, ocupa um território imaterial” que Marcondes Filho denomina “continum mediático atmosférico”, um campo abstrato no qual notícias, fatos e acontecimentos reverberam e tornam-se o grande tema social do momento, na medida em que crescem em espiral até se reverterem no grande “Acontecimento” (211a, p. 177).

> Mas isso não é o resultado de uma ação, é um produto cego, derivação de múltiplas intervenções, de reverberações, do interesse que os agentes têm em repercutir. É no coletivo, no produto múltiplo e indeterminado, que elas viram acontecimento social total. Ninguém é responsável por isso, ninguém o provoca quando quer. A coisa simplesmente acontece pela somatória casual, aleatória, de múltiplas intervenções (MARCONDES FILHO, 211a, p. 177).

Apesar de gerar esse campo imaterial de informações, a comunicação de massa não conseguiria proporcionar uma interação real entre os sujeitos, por ser “um fenômeno de distanciamento, de desconhecimento, de estranhamento entre massas humanas e sistemas técnicos de emissão de sinais”. Com isso, o ser humano “perde-se na nuvem de indistinção e de desconhecimento produzidos pela impessoalidade da era das massas” (MARCONDES FILHO, 211b, p. 05).

Esse distanciamento também pode ser produzido pelo próprio sujeito durante o processo de “reverberação mútua entre escutas e falas” que faz parte dos “processos interacionais em sua produção de sentido”. Ele pode estar disposto ou não a se modificar em presença da alteridade, pode acolher ou resistir. “Se observarmos ao redor, em simples consulta às práticas sociais, é

inevitável constatar que há graus de escuta, variações complexas na disponibilidade e no acolhimento" (BRAGA, 2012, p. 31).

Dessa maneira, precisamos compreender como funcionam as mensagens e os produtos e sua circulação, para entender quais as lógicas favorecem a comunicação e quais restringem a produção do novo. "Sabendo, porém, que por mais que se avance esse conhecimento, o processo será sempre tentativo e o resultado, eventual" (BRAGA, 2012, p. 33-34).

2 A TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA E O ESPAÇO PÚBLICO

No Brasil, as televisões universitárias são produzidas por uma Instituição de Ensino Superior-IES, pública ou privada, e transmitida por radiodifusão educativa (canal em sinal aberto), por canal universitário (canal em TV a cabo), ou por meios convergentes (satélite, circuito interno, internet, etc); e com programação voltada à educação, cultura e cidadania (MAGALHÃES, 2002, p. 15).

Mais que emissoras estudantis, são "a face da universidade, a expressão audiovisual de sua comunidade, de suas atividades e de seus projetos" e por isso, "busca-se fórmulas de integração efetiva de estudantes, professores e funcionários ao esforço produtivo da televisão, para se obter uma programação que seja atraente, consistente e relevante" (UNESCO, 2001, p. 10). Em 2008 existiam cerca de 120 IES que produziam televisão regularmente no país e controlavam 52 canais geradores de conteúdo (PRIOLLI, 2008, apud ACIOLLY, 2009, p. 02).

Essas emissoras são entendidas como TVs públicas, ou seja, não têm finalidade comercial, mantêm autonomia mínima em relação a mercados e governos e são financiadas a partir de múltiplas fontes. Elas devem contar com a participação da sociedade civil e "promover a formação complementar e crítica do homem no exercício da sua condição de cidadão" (LIMA, 2003, p. 65), além de "oferecer conteúdo socialmente abrangente", expor "a diversidade de ideias e opiniões, debater questões sociais, políticas, econômicas e filosóficas por meio de diferentes abordagens" (CURADO; BIANCO, 2014). O Campo Público de Televisão no Brasil reúne canais ligados à Associação Brasileira de TV Universitária-ABTU, à Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais ABEPEC, à Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas-ASTRAL e à Associação Brasileira de Canais Comunitários-ABCCOM (VALENTE, 2009, p. 07).

A radiodifusão pública não é comercial, nem estatal, mas sim um serviço público. Ela é do público e se dirige a cada um em sua qualidade de cidadão; fomenta o acesso à participação na vida pública, amplia horizontes e permite que cada pessoa se compreenda melhor na medida em que compreende o mundo (UNESCO, 2001, p. 07). Os princípios desse modelo são a universalidade, ou seja, a programação acessível a todos os cidadãos em todo o território; a diversidade de gêneros, de

públicos e de temas tratados; a independência que permita a livre expressão e a circulação de informações, opiniões e críticas; e a especificidade do serviço oferecido, que promova inovações e criação de novos espaços e novos gêneros e garanta que o público diferencie a radiodifusão pública da comercial (UNESCO, 2001, p. 13-15).

A radiodifusão pública pode ser entendida como um dos atores que fazem parte da esfera pública, uma vez que os veículos de comunicação constituem esse espaço e mais além, porque a televisão pública deve fomentar a participação na vida pública. Assim como definida por Habermas, a esfera pública é um "sistema intermediário de comunicação entre deliberações formalmente organizadas e deliberações face a face informais em arenas localizadas". Ela forma "a periferia do sistema político e pode facilitar processos deliberativos de legitimação 'filtrando' os fluxos de comunicação política" (2008, p. 12).

Para definir esfera pública vários pesquisadores brasileiros se debruçam sobre os conceitos trazidos pelas obras de Habermas. Bosco, por exemplo, aponta que ela pode ser entendida como o lugar onde o cidadão se constitui politicamente. É um espaço social de mediação entre Estado e esfera privada, formado por pessoas privadas com autonomia conferida pela propriedade econômica, que se reúnem enquanto público e "reservam para si a possibilidade de incidir sobre o poder político" e que podem opor-se à autoridade do Estado (BOSCO, 2017).

Para Lebenow esfera pública é uma estrutura comunicativa que faz a mediação entre o sistema político e o mundo da vida. Um centro potencial de comunicação, que revela um raciocínio de natureza pública, de formação da opinião e da vontade política, enraizada no mundo da vida através da sociedade civil e do qual pode emergir uma formação discursiva da opinião e da vontade política (2012, p.205).

Segundo Habermas a esfera pública teria passado por diferentes estágios ao longo da consolidação do capitalismo. Ela teria se constituído inicialmente como esfera pública liberal burguesa no século XIX, sendo "um espaço comunicativo entre pessoas privadas cuja reunião se caracterizava pelo raciocínio livre orientado para a verdade" (BOSCO, 2017, p.187). Esse confronto político não tinha precedente histórico; o uso público da razão em uma instância de crítica a temas considerados de interesse geral era até então monopolizado pela igreja e pelo Estado. Por outro lado, a esfera pública burguesa subordinou e suprimiu sua variante plebeia e excluiu diferentes sujeitos sociais dos debates democráticos (SILVA, 2001).

> Por detrás da distinção entre público e privado, entre aquilo que pode ser discutido na esfera pública política e aquilo que deve ser relegado para a esfera íntima da família, está uma construção social com um objectivo bem definido: a exclusão de

> todos os grupos que, por razões de ordem sexual, étnica ou económica, diferem do grupo social de referência (SILVA, 2001, p.126).

Com o avanço de um tipo administrativo de capitalismo e uma democracia organizada houve mudanças na disposição entre público e privado, já que no Estado social a esfera pública não seria formada por uma discussão pública voltada para a decisão e teria se convertido "em um acordo não publicamente conquistado ou simplesmente imposto de cima para baixo" (BOSCO, 2017, p.189)

> A passagem de um público que discute a cultura para outro que a consome, dilui a distinção entre esfera pública literária, na qual pensa-se a si mesmo, a própria cultura, e esfera pública política, o contexto de ação por excelência. Essa diluição só é possível mediante a fusão entre informação e raciocínio feita pelas mídias de massas. A publicidade da imprensa e do romance se converte em propaganda e incorpora, difunde e legitima cada vez mais interesses presentes na economia e na política. Não resta ao cidadão senão consumir a cultura objetivada nas redações e conselhos executivos das empresas televisivas e de propaganda (BOSCO, 2017, p.189.)

A esfera pública também teria perdido a força de seu princípio à medida que se ampliou; quando diferentes "interesses arranjam a sua representação numa opinião pública fragmentada e fazem da opinião pública, na configuração de uma opinião dominante, um poder coercitivo". Essa ampliação aumentou o espectro de participação dos cidadãos na esfera pública, que passou a comportar uma minoria de especialistas e um público consumidor de cultura, da qual ele não é o sujeito. Essa massa de consumidores "foi induzida de modo manipulativo pelos meios de comunicação de massa", que despolitizou a esfera pública (LEBENOW, 2012, p.196-198).

Ampliada, a esfera pública é um dos três elementos que constituem o "desenho institucional das democracias modernas". Dessa maneira, a democracia deve garantir a existência de uma esfera pública independente, que opere como um sistema intermediário entre o Estado e a sociedade (HABERMAS, 2008, p. 10).

> Deve assegurar participação política da maior parte possível de cidadãos interessados através de direitos iguais de comunicação e participação. [...] Precisa também afirmar os direitos de comunicação e associação e zelar por uma regulação da estrutura de poder da esfera pública, assegurando a diversidade de meios de comunicação de massa independentes, assim como um amplo acesso de audiências massivas inclusivas à esfera pública (HABERMAS, 2008, p. 10).

A esfera pública na democracia deliberativa deve também "assegurar a formação de uma pluralidade de opiniões públicas cuidadosamente consideradas" e isso é realizado principalmente pelas "redes e fluxos de mensagens desordenados- notícias, relatos, comentários, falas, cenas e imagens, shows e filmes em um conteúdo informativo, polêmico, educativo ou de entretenimento" gerados pelos veículos de comunicação de massa (HABERMAS, 2008, p. 14-15).

Os profissionais que trabalham da mídia de massa,especialmente os jornalistas que editam as notícias, relatos e comentários, são sujeitos que determinam a existência da esfera pública; assim como “os políticos que ocupam o centro do sistema político, e são tanto coautores como destinatários das opiniões públicas”. A comunicação política mediada, então, é conduzida por uma elite, formada também por outros agentes “que disputam por acesso aos *media* e por influência sobre eles”, como lobistas, advogados, especialistas, empreendedores morais e intelectuais (HABERMAS, 2008, p. 14-15).

“A estratificação das oportunidades de transformar o poder em influência pública através dos canais da comunicação mediada revela, assim, uma estrutura de poder”. Os profissionais “selecionam e processam um conteúdo politicamente relevante e, desse modo, intervêm tanto na formação de opiniões públicas quanto na distribuição de interesses diferentes”. Dentro desse espaço os representantes de sistemas funcionais e de grupos de interesse têm acesso privilegiadoe utilizam “técnicas profissionais para transformar o poder social em potência política”, já os “atores da sociedade civil ocupam posição mais fraca” (HABERMAS, 2008, p. 17-18).

Sendo uma estrutura de poder e com finalidade estratégica-instrumental, a comunicação da mídia de massa deixa de se pautar pelo agir comunicativo. Signates estabelece uma crítica a Habermas a partir do reconhecimento de que a comunicação também sofreu um processo de colonização do mundo da vida, no desenvolvimento das organizações de mídia, e consequentemente “a linguagem se tornou vítima dessa colonização”, transformando-se em manipulação simbólica em meio de exercício de poder (SIGNATES, 2018, p. 31).

> [...] cada vez mais as instituições midiáticas se tornaram sujeitos de seus próprios discursos, orientados por interesses que lhes são específicos, e não apenas mediadores entre campos sociais dotados de legitimidade. Ao contrário, os demais campos sociais é que tiveram que se adequar às linguagens e ritualidades das diferentes formas midiáticas de comunicação, para conseguirem acesso e visibilidade em seu interior, ganhando condições, assim, de se expressar publicamente (SIGNATES, 2018, p. 32).

Ao operar sua fala “em seus próprios interesses, as instituições de mídia tornam-se surdas e, assim, incomunicativas”. O vínculo comunicacional pode se dar de forma surda, mas nesses casos “os espaços simbólicos decorrem invadidos por interesses e resultantes não comunicacionais, o que lhes retira a especificidade”. (SIGNATES, 2018, p. 33). Outras características da democracia que explicam a incomunicabilidade de parte da mídia são a privação social e a exclusão cultural dos cidadãos. Elas levam a um “acesso seletivo e uma participação irregular na comunicação mediada, uma vez que a

colonização da esfera pública pelos imperativos do mercado conduz a uma paralisia peculiar da sociedade civil" (HABERMAS, 2008, p. 20).

É interessante notar que desde sua origem a esfera pública inclui apenas os cidadãos que detém algum nível de poder, seja financeiro ou político, e excluiu parcela significativa da sociedade, que por muitas vezes não tem suas demandas sociais debatidas ou sequer observadas nesse espaço. Os procedimentos tidos como válidos para o consenso se tornam válidos apenas para alguns participantes. Por não se constituir em um espaço democrático e por ter sido colonizada por interesses de grupos da elite, esse espaço público é articulador de uma racionalidade instrumental, apesar de se basear na comunicação e na deliberação.

Por outro lado, o avanço da sociedade civil sobre o Estado proporcionou o crescimento das organizações da sociedade civil e indica o fortalecimento de uma esfera pública relativamente autônoma. Isso promoveu "um campo fértil para repensar categorias e renovar discussões sobre temas como participação, democracia, sociedade civil, autonomia cidadã, direitos civis, direitos humanos, justiça social, institucionalismo, entre outros". O novo significado corrente de sociedade civil remete às "esferas públicas autônomas, que não fazem parte do sistema político-administrativo, mas que articulam e organizam influência política por meios públicos de comunicação, participação e deliberação" e contribuem para "a tematização, discussão pública e tomada de decisões" (LEBENOW, 2012, p.202).

3 A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

Na dimensão institucional do mundo da vida a esfera pública deveria se constituir em um modelo deliberativo de democracia, no qual as decisões tornam-se legítimas na medida em que um problema social é assimilado na esfera privada e amplificado na sociedade civil, atravessando os procedimentos civis e políticos da democracia e se introduzindo no parlamento (BOSCO, 2017, p.205).

> Em vista disso, pode-se afirmar que o processo político-deliberativo deve apoiar-se em uma ampla discussão da qual participam com iguais direitos à comunicação todo aquele cidadão que se sente concernido pelo problema em questão. Através do debate público, os cidadãos identificariam os problemas e traduziriam os mesmos em ações com vista a exigir do poder público uma solução. A deliberação e a persuasão mútua dos cidadãos seriam assim um processo permanente, dentro e fora das instituições políticas, sendo o voto um momento específico de um processo mais amplo (BOSCO, 2017, p.205).

Esse modelo deliberativo de democracia passaria também por um sistema de comunicação independente e pela participação social.

> [...] um sistema midiático autorregulado deve manter sua independência frente aos sistemas que o rodeiam, ao mesmo tempo em que estabeleça conexões entre a comunicação política desenvolvida na esfera pública, a sociedade civil e o centro do sistema político. [...] uma sociedade civil inclusiva precisa conferir poder aos cidadãos, de modo que eles possam participar de discursos públicos e respondê-los (HABERMAS, 2008, p. 18).

Seria possível repolitizar a esfera pública mediante a redemocratização dos meios de comunicação (LEBENOW, 2012, p.191). Tal redemocratização passaria pelo investimento no modelo público de comunicação, que é formulado em diferentes bases do modelo comercial e pode oferecer informação independente, que amplie a formação de uma pluralidade de opiniões. Apesar de institucionalizada, a televisão pública, principalmente por meio de um jornalismo cidadão, pode ser um espaço mais aberto à racionalidade comunicacional e não apenas à estratégica.

Além de fornecer as informações necessárias para a deliberação política os veículos públicos também têm como diretriz aumentar a participação da sociedade na produção do conteúdo jornalístico, permitindo que diferentes olhares sejam representados nas mídias de massa e não se baseando em uma pressuposição profissional dos assuntos de interesse público.

O telejornalismo das emissoras universitárias deve se silenciar, na perspectiva que propõe Signates, dando lugar “à expressão do outro social” e deixando esse outro falar (2018, p. 33). Assim essas emissoras têm que servir de contraponto ao modelo comercial, “uma alternativa, um antirreferencial, um lugar onde a prioridade é a integração, a comunicação na acepção correta e etimológica, de colocar em comum” (MAGALHÃES, 2002, p. 50).

Por se encontrar distante dos interesses do mercado e por se configurar como um espaço de mediação entre o Estado e a sociedade civil, os programas jornalísticos produzidos pela televisão pública pode se tornar um local de visibilidade de demandas de camadas silenciadas da sociedade brasileira, como as minorias. Essa visibilidade pode ser dada por meio de política editorial que promova e reforce valores de convivência democrática, inclusão e participação nas tomadas de decisões, fiscalização e até mesmo na produção de conteúdo. Os sujeitos deixam de ser apenas consumidores de produtos nos quais não são representados e passam a fazer parte do conteúdo. Dessa maneira, os canais universitários podem “inclusive, servir de educação para as mídias, orientando-as para o uso da televisão em favor da comunidade” (MAGALHÃES, 2013, p. 12).

As emissoras universitárias também podem se tonar um espaço para a aproximação de dois grupos que parecem separados na esfera pública, os intelectuais e as camadas populares. Isso pode ser realizado com elas conseguem levar de forma acessível o saber produzido dentro da academia para a sociedade, auxiliando na formação da opinião e na tomada de decisões políticas por meio do conhecimento científico. Para tanto, necessita se tornar relevante para a comunidade acadêmica.

> [...] que seja capaz de reunir a crítica intelectual, ainda absolutamente desejável ao trabalho acadêmico, a um fazer tão melindroso como o da TV; que seja instrumento de inovação das linguagens, das técnicas, dos formatos da TV, dialogando intimamente com a pesquisa, interagindo organicamente com a Universidade; que seja capaz de tomar o conhecimento científico sobre a natureza, a sociedade e as pessoas como matéria-prima para o desenvolvimento de uma comunicação de massa realmente comprometido com a cidadania, contribuindo para que a TV, parafraseando Bourdieu, possa realizar plenamente o seu potencial para ser "um extraordinário instrumento de democracia" impedindo que se converta em um "instrumento de opressão simbólica" (SOLHA, 2013, p. 04).

Ademais, existe "a necessidade de se criarem linguagens alternativas para se poder discutir e pensar problemáticas excluídas por que diferentes" (SILVA, 2001, p. 122). Por isso, não basta apenas criar ou manter emissoras públicas, assim com as universitárias, é preciso inovar nas produções e buscar modelos alternativos de selecionar e divulgar informações, atendendo assim a um público que não se vê representado na grande mídia.

Para que as emissoras ligadas as Instituições de Ensino Superior ampliem a relevância social de seu telejornalismo, conquistando a adesão de grupos não representados pela mídia e da comunidade universitária, não são necessárias apenas ações vindas dos próprios integrantes desses canais, mas também políticas públicas voltadas para o fortalecimento da comunicação pública e investimentos. Dessa maneira, as televisões universitárias se tornarão espaços privilegiados para a formação de opiniões diversificadas e para o incentivo da deliberação, essencial para a constituição da esfera pública e consequentemente da democracia.

4 CONCLUSÃO

Por ser um espaço de mediação entre o Estado e os sujeitos privados, ou entre o sistema político e o mundo da vida, a esfera pública deve se configurar como um local de deliberação democrática, no qual as decisões se tornam legítimas por meio da participação com direitos iguais à comunicação de todo o cidadão que mantenha relação com as demandas debatidas.

No entanto, em uma sociedade colonizada pelo sistema financeiro e pela racionalidade instrumental, a esfera pública acaba por não abarcar o interesse de ampla camada da sociedade. Ela se torna, então, uma instância de poder dominada por um elite política e economia e determinada pela comunicação de massa, principalmente por meio da divulgação de informações jornalísticas. Os próprios veículos da grande mídia são espaços dominados pelas disputas de poder e pouco acessíveis àqueles que não tem influência.

Para se constituir em um modelo deliberativo de democracia, a esfera pública precisa se apoiar em amplo debate público, com efetiva participação dos sujeitos sociais e acesso mais democrático aos meios de comunicação. No Brasil, essa democratização depende diretamente do fortalecimento de veículos públicos de comunicação, como as televisões universitárias, que estão mais distantes dos interesses do mercado e do agir estratégico dos canais comerciais. Tais emissoras estariam mais abertas a possibilidade de participação social na produção telejornalística e de tornar visíveis demandas de camadas até então silenciadas, servindo como espaço complementar à esfera pública.

No entanto, as emissoras públicas precisam enfrentar vários dilemas para ocupar esse papel na esfera pública, como a dificuldade no financiamento e em se distanciar de influências políticas, a busca por um modelo alternativo de comunicação e pela participação pública, que garanta a igualdade dos participantes e o debate público.

PUBLIC TELEVISION AND PUBLIC SPHERE: BRAZILIAN UNIVERSITY ISSUERS AS A DEMOCRATIZATION AREA FOR COMMUNICATION

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the relationship between Brazilian university television and Habermas's concept of the public sphere, based on the author's own definitions (2008; 2012) and the analysts of his work (SILVA, 2011; LEBENOW, 2012; BOSCO, 2017).). By relating the two communicational spaces it is intended to discuss how the public communication model can be configured in qualified instances of information, deliberation and social participation in Brazilian democracy. To this end, the public sphere needs to be supported by a broad public debate, with the effective participation of social subjects and more democratic access to the media, which directly depends on the strengthening of public communication vehicles.

Keywords: Comunication; publici television; public sphere; democracy.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Denise Cortez da Silva. **TV Universitária: a televisão da universidade.** Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, 2009. Disponível em:

http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0024-1.pdf. Acessado em 04 de julho de 2019.

BOSCO, Estevão. **Habermas e a Esfera Pública: anotações sobre a trajetória de um conceito.** In: Sinais, nº. 21/2, Vitória, jul/dez 2017.

BRAGA, José Luiz. **Comunicação é aquilo que transforma linguagens**. In: ALCEU 20, vol. 10, nº 20, Rio de Janeiro: PUCRJ, p. 41-54, jan./jun. 2010a. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=365&sid=32. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

_____. **Nem rara, nem ausente – tentativa.** In: Matrizes, Ano 4, nº 1, São Paulo: ECA/USP, p. 65-81, jul./dez. 2010b. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38276/41086/. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

_____.**Interação como contexto da comunicação.** In: Matrizes, Ano 6, nº 1, São Paulo: ECA/USP, p. 25-41, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/48048/51802/. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

CURADO, Camila Cristina; BIANCO, Nélia Rodrigues Del. **O Conceito de Radiodifusão Pública na visão de pesquisadores brasileiros.** Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, PR, 2014. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0802-1.pdf. Acessado em: 04 de julho de 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Comunicação Política na Sociedade Mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica.** Líbero, ano XI, nº 21, São Paulo: Cásper Líbero, p. 09-21, jun. 2008

_____. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LEBENOW, Jorge Adriano. **A Esfera Pública 50 Anos Depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de mudança estrutural da esfera pública.** In: Trans/Form/Ação, vol. 35, nº. 3, Marília, p. 189-220, set./dez. 2012.

LIMA, J. C. O modelo da TV Cultura de São Paulo. In: CARMONA, B. (Org.). **O Desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade.** Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

MAGALHÃES, Cláudio. **Manual para uma TV universitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio. **Dossiê TV Universitária: 45 anos de experiência**. In Revista ABTU – TV Universitária x TV Pública. vol. 0, n° 0, São Paulo: ABTU, p. 08-14, 2013. Disponível em <

http://www.abtu.org.br/WebSite/wpcontent/uploads/2013/07/Revista-ABTU-00.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política.** Uma discussão com José Luiz Braga. In: Matrizes, Ano 5, nº 1, São Paulo: ECA/USP, p. 169-178, ago./dez. 2011a. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38314/41160/. Acesso em: 20 de julho de 2019.

_____. **De repente, o prédio falou comigo. Anotações sobre experiências metapóricas em teoria da Comunicação.** Apresentado no GT Epistemologia da Comunicação, no XX Encontro Anual da Compós. Porto Alegre, UFRGS, 2011b. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1656.doc. Acesso em: 20 de julho de 2019.

SIGNATES, Luiz. **A comunicação, entre o dogma e a conversão: o especificamente comunicacional na religiosidade contemporâneos**. In: Estudos de Religião, vol. 32, nº. 3, São Paulo: Metodista, p. 27-49, set.-dez. 2018. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/7720. Acesso em: 20 de julho de 2019.

SILVA, Felipe Carreira. **Habermas e a Esfera Pública: reconstruindo a história de uma ideia.** In: Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 35, pp. 117-138, 2001.

SOLHA, Hélio. **Televisão, Conhecimento, Cidadania e Sociedade: a Revista da ABTU.** In Revista ABTU – TV Universitária x TV Pública. vol. 0, n° 0, São Paulo: ABTU, p. 04, 2013. Disponível em < http://www.abtu.org.br/WebSite/wpcontent/uploads/2013/07/Revista-ABTU-00.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2019.

UNESCO. **La Radio y Televisión Pública:** por qué? cómo? Maio de 2011. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058_spa. Acessado em: 13 de julho de 2019.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV Pública no Brasil:** a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Brasília, 2009.

ESPETACULARIZAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO E VIOLÊNCIAEM SITES NOTICIOSOS: AS FACES DA INTOLERÂNCIA

Magno Medeiros[71]

RESUMO

O presente texto analisa a espetacularização do discurso de ódio e de intolerância veiculada em sites noticiosos e redes sociais. Opta-se por uma análise do discurso crítica a partir de enunciados postados na mídia brasileira. Busca-se tensionar o conceito de práticas discursivas de discriminação e violência ao conceito de ética e responsabilidade social dos sujeitos da comunicação. Por discurso de ódio entendem-se as práticas comunicacionais que visam provocar danos morais e psicológicos a uma ou mais pessoas, buscando inferioriza-la(s) em razão de suas características como raça, etnia, religião, nacionalidade, filiação político-ideológica, orientação sexual ou outro aspecto passível de discriminação. No discurso jurídico oficial do Brasil, trata-se de crime. A Constituição Federal e a legislação federal vedam completamente tais práticas. O ódio é um sentimento que se reporta a certas condições sociais e políticas, inseridas em um dado contexto histórico, e não deriva necessariamente de emoções e sensações, tais como tristeza, sofrimento, dor, perda ou irracionalidade. Problematiza-se o conceito de ódio a partir dos conceitos de sensação de injustiça, ressentimento e percepção de verdade. Questiona-se o impacto das narrativas odiosas junto aos receptores, buscando compreender o discurso e as formas de representação da violência na mídia. A representação simbólica da diferença no jornalismo e nos comentários de sites de notícias revela uma face perversa de intolerância e afronta aos direitos humanos. Em face da cultura de ódio, buscam-se caminhos para a construção de uma comunicação mais ética e cidadã e respeitadora dos direitos humanos e dos valores democráticos e cidadãos.

Palavras-chave: Discurso de ódio; jornalismo; direitos humanos; cidadania; intolerância.

1 A INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO NO DISCURSO JURÍDICO BRASILEIRO

O presente artigo tem por objetivo analisar a banalização e a espetacularização do discurso de ódio e de intolerância veiculado em sites noticiosos e redes sociais. Opta-se por uma análise crítica do discurso a partir de fragmentos de falas, depoimentos, notícias e sentenças judiciais, postados e relatados pela mídia brasileira. Busca-se tensionar o conceito de práticas discursivas de ódio ao conceito de responsabilidade social dos sujeitos e, no espectro mais abrangente, dos meios de comunicação social.

[71]Doutor pela Universidade de S. Paulo (USP), professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, ambos da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: magno@ufg.br.

Por discurso de ódio entendem-se as práticas comunicacionais que visam provocar danos morais e psicológicos a uma ou mais pessoas, buscando inferioriza-la(s) em razão de suas características como raça, etnia, religião, nacionalidade, regionalidade, filiação político-ideológica, orientação sexual, deficiência física ou cognitiva ou outro aspecto passível de discriminação. No âmbito dos direitos humanos, o discurso de ódio manifesta-se por meio da fala, da escrita, de gestos e demais formas de representação simbólica. É condenável por incitar a violência, a intolerância e a ação discriminatória e por ofender ou intimidar uma pessoa ou um grupo de cidadãos.

No discurso jurídico oficial do Brasil, trata-se de crime. A Constituição Federal, por exemplo, estabelece no artigo 3º, inciso IV, que a República Federativa do Brasil deve "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Já o artigo 5º, inciso XLI, reza que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais". No inciso XLII deste artigo proíbe-se expressamente toda forma de racismo: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". (BRASIL, 1988). Os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor, bem como de etnia religião e procedência nacional, são tipificados pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. A nova lei modifica o teor artigos 1º e 20, que passam a ter a seguinte redação:

> Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
> Art. 20 Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
> Pena: reclusão de um a três anos e multa.
> § 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
> Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.
> § 2º Se qualquer dos crimes previstos no *caput* é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:
> Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.
> § 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:
> I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;
> II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

A Lei nº 9.459 também altera o Código Penal Brasileiro, cujo artigo 140 é acrescido do seguinte parágrafo: "§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem: Pena: reclusão de um a três anos e multa." Como se nota, a legislação brasileira veda terminantemente as práticas de preconceito e discriminação, bem como o discurso de

ódio contra os grupos socialmente vulneráveis. Com efeito, entende-se que a liberdade de opinião e expressão não é absoluta e possui limites, na forma da lei, de modo a não se exceder em condutas abusivas de intolerância e violência. Em outros termos, a liberdade de expressão é um direito legítimo da sociedade, amparado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal, mas não pode se confundir com o discurso de ódio, que é claramente tipificado como crime no Brasil e na maioria dos países onde impera o Estado Democrático de Direito.

2 MAPEAMENTO DE PRÁTICAS DISCURSIVAS: ÓDIO, INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÃO

A análise proposta, aqui, atém-se a fragmentos de textos e imagens articulados em torno de um discursivo marcadamente odioso, intolerante e discriminatório. Não se pretende realizar uma investigação centrada em uma amostra, pois transcende os objetivos do presente artigo. A opção metodológica, neste artigo, pauta-se por uma análise do discurso (ORLANDI, 1999; PÊCHEUX, 1988), a partir de fragmentos narrativos, tendo como eixo central o discurso de ódio. O que importa analisar, qualitativamente, é a consistência argumentativa desse discurso como prática discursiva de exclusão do outro desde um ponto de vista pervertido de autoridade e verdade, arrogados pelo sujeito perpetrador de atos de violência contra certas pessoas ou grupos os quais buscar rejeitar, discriminar, excluir ou segregar.

Assim, iremos pinçar alguns casos de práticas discursivas postadas recentemente em redes sociais ou na seção de comentários de sites noticiosos por pessoas comuns[72], no ambiente virtual. Seguem, inicialmente, alguns depoimentos[73] postados no Facebook e no Twitter, que ilustram a prática de racismo e/ou xenofobia. O critério de seleção dos enunciados tem como pressuposto fundamental a relevância, a força e o impacto de sua vinculação discursiva à cultura do ódio, da intolerância e da violência.

(1) Nordestisto [sic] não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado. (M. P., estudante de Direito)
(2) Desculpem nordestinos, mas essa região do Brasil merecia uma bomba como em Nagasaki, pra nunca mais nascer uma flor sequer por 70 anos. (I. B., auditora fiscal)
(3) Bando de fdp que destruíram nosso pais e a economia por migalhas! Desejo do fundo do coração que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfolos, que suas crianças tenhas doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o ebola chegue no

[72] Em razão de privacidade e evitando dar ao artigo uma conotação jornalística, os nomes das pessoas, enunciadoras do discurso, serão omitidos ou grafados apenas com as iniciais.
[73] Os depoimentos estão transcritos literalmente visando preservar as características de forma e de conteúdo originalmente apresentadas nas respectivas postagens.

> Brasil pelo Nordeste e que mate a todos! Só outra arca de Noé pra dar jeito! (Jovem, Santo Amaro)

Os fragmentos de falas, acima expostos, têm algo em comum: o discurso de ódio. O primeiro enunciado classifica o nordestino (pessoas que nascem na região Nordeste do Brasil) como não-gente, ou seja, como indivíduos desprovidos de humanidade. E, por essa, razão, deveriam ser afogados. O teor enunciativo possui duas construções semânticas fundamentais: a) valor depreciativo, pejorativo e desqualificador da pessoa objeto de ataque; b) valor imperativo ou convocatório. Considerando apenas os aspectos essenciais, veja-se, a seguir, a modelização de tais construções.

Quadro 1 – Valores semânticos e sentidos discursivos referentes ao nordestino

Construção dos enunciados	Valores semânticos	Sentidos discursivos
“não é gente”	Negação, discriminação	Não humano (sentido pejorativo, depreciativo, odioso)
“por favor”	Benevolência	Benevolência irônica e falsa
“mate um nordestino afogado”	Imperativo ou ordem de execução	Eliminação do outro, do diferente, por meio cruel (convocação à violência)
“Desculpem”	Perdão	Perdão irônico e falso
“essa região do Brasil merecia uma bomba como em Nagasaki”	Julgamento destrutivo	Eliminação total do outro, por meio de violência extrema (destruição nuclear)
“pra nunca mais nascer uma flor sequer por 70 anos”	Consequência destrutiva	Exterminação de longo prazo
“Bando de fdp”	Preconceito, discriminação	Ofensa remete a uma herança maldita: ser filho da puta (preconceito, depreciação, ódio)
“que destruíram nosso pais e a economia”	Consequência destrutiva	Culpabilidade pelos danos causados à economia do país, ódio
“Desejo do fundo do coração”	Intenção, desejo, vontade	Desejo ardoroso. Ódio como afeto profundo
“que sejam tomados pela desnutrição”	Consequência destrutiva	Ódio e desejo de vingança por meio da fome e da desnutrição
“que seus bebês nasçam acéfolos”	Consequência destrutiva	Ódio e desejo de vingança por meio de doença congênita envolvendo os filhos
“que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não	Consequência destrutiva	Ódio e desejo de vingança por meio de doenças graves. Menção irônica

consigam tratar”		aos médicos cubanos remete à discriminação destes profissionais
“que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e que mate a todos!”	Consequência destrutiva	Ódio e desejo de vingança por meio do vírus ebola, de alta letalidade. Exterminação total.
Só outra arca de Noé pra dar jeito!	Conclusão destrutiva	Apocalipse. O fim total dos seres humanos por meio de uma solução bíblica.

O quadro acima revela com nitidez o grau de violência simbólica exalada pelos sujeitos enunciadores contra os nordestinos. Vale ressaltar que todo este discurso de ódio faz alusão às eleições presidenciais de 2010 e 2014, no Brasil, em que a então candidata Dilma Roussef saiu vencedora com grande votação na região Nordeste do país. Os sujeitos do Sudeste, aqui mencionados, contrariados com o resultado eleitoral, atribuíram aos nordestinos (historicamente discriminados naquela região), a responsabilidade pela derrota do candidato adversário. É importante salientar que a estudante de Direito, que proferiu o enunciado nº 1, acabou sendo condenada na Justiça pelo crime de preconceito e discriminação de procedência nacional com base na Lei nº 7.716/89. Ao condená-la, a juíza Mônica Camargo enfatizou o efeito multiplicador de uma mensagem de ódio postada na internet: “A palavra tem grande poder, externando um pensamento ou um sentimento e produz muito efeito, como se vê no caso em tela, em que milhares de mensagens ecoaram a frase da acusada”.

Outro caso de grande repercussão na imprensa refere à jornalista negra Maria Júlia Coutinho, a Maju, que foi vítima de comentários racistas na página do Jornal Nacional da Rede Globo. Em reação, a hashtag #SomosTodosMajuCoutinho chegou ao topo dos temas mais comentados no Twitter. Os enunciados a seguir sintetizam a dimensão da narrativa odiosa perpetrada por internautas preconceituosos.

(4) É uma vagabunda, toda vez que vejo você já penso que vai chover, tudo preto nessa porra. (P.)
(5) Não pago energia pra ver essa macaca na televisão. (A.)

Quadro 2 – Valores semânticos e sentidos discursivos referentes à jornalista negra

Construção dos enunciados	Valores semânticos	Sentidos discursivos
“É uma vagabunda”	Preconceito, discriminação,	Ofensa remete à condição de desocupado(a), vadio(a), excluído do mundo produtivo (preconceito,

	injúria	discriminação)
“toda vez que vejo você já penso que vai chover, tudo preto nessa porra”	Indução, generalização depreciativa, injúria	Raciocínio indutivo remete ao preconceito racial, relacionando a jornalista negra à escuridão das nuvens em período de chuva. Alusão ao quadro meteorológico exercita um trocadilho racista.
“Não pago energia pra ver essa macaca na televisão”	Finalidade discriminatória, injúria	Como finalidade pervertida, dispender gastos só compensaria em face da estética branca, padrão na TV comercial. Ofensa de “macaca” reproduz um clichê racista.

Uma leitura vertical da discursividade acima nos permite compreender melhor a tessitura das narrativas odiosas. Os valores semânticos dos enunciados reportam às noções de preconceito, discriminação, negação, indução depreciativa, consequência destrutiva, julgamento destrutivo, imperativo ou ordem de execução. No eixo vertical, apreendem-se os sentidos discursivos marcadamente odiosos, discriminatórios e de alta intolerância. Os sentidos discursivos proferem xingamentos, recorrem a raciocínios indutivos de teor racista, incitam o preconceito, reproduzem clichês, atribuem culpa, instilam ódio, tecem ironias maliciosas, nutrem o desejo de vingança, convocam à ação violenta, defendem a execução e pregam a exterminação total de grupos, quiçá da humanidade.

Vale, ainda, analisar mais um caso de grande impacto midiático no contexto do discurso de ódio. Em um pronunciamento público no clube Hebraica, no Rio de Janeiro, o deputado federal Jair Bolsonaro proferiu as seguintes palavras:

> *(6) Pode ter certeza que, se eu chegar lá, não vai ter dinheiro pra ONG.*
> *(7) Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa.*
> *(8) Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.*
> *(9) Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí.*
> *(10) O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de R$ 1 bilhão por ano é gasto com eles.*
> *(11) Não podemos abrir as portas para todo mundo.*

Quadro 3 – Valores semânticos e sentidos discursivos referentes aos povos quilombolas e indígenas

Construção dos enunciados	Valores semânticos	Sentidos discursivos
“Pode ter certeza que, se eu chegar lá, não vai ter dinheiro pra ONG”	Preconceito, discriminação, exclusão	Promessa de suposta gestão presidencial reforça o caráter discricionário em relação às ONGs. Exclusão do orçamento

		público.
“Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa”	Armamento como proteção individual	Política de armamento da população como solução para o problema da violência.
“Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”	Preconceito, discriminação, exclusão	Ódio e discriminação em relação aos povos indígenas e quilombolas. Extinção da política de reservas de terras.
“Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí”	Preconceito, discriminação, exclusão	Exclusão dos povos indígenas do mundo produtivo. Segregação econômica e apoio à extração mineral em terras indígenas.
“O afrodescendente [quilombola] mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de R$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”	Preconceito, discriminação, exclusão, injúria racial	Preconceito, ódio, racismo e intolerância em relação às comunidades quilombolas (animais improdutivos, obesos e inférteis). Desperdício de orçamento público.
“Não podemos abrir as portas para todo mundo”.	Xenofobia, discriminação	Fechar as portas a imigrantes e refugiados como ato de xenofobia. Discriminação de procedência nacional.

Trata-se de um contexto em que o deputado age como pré-candidato às eleições presidenciais do Brasil, em 2018. O parlamentar tem como estratégia usar palavras de impacto para ganhar visibilidade na imprensa e nas mídias sociais, especialmente junto aos setores sociais politicamente conservadores. Os enunciados acima se caracterizam pelo alto grau de preconceito, discriminação e exclusão social e xenofobia. E isso fica claro na leitura vertical dos valores semânticos. Assim como resta explícito os sentidos discursivos dos enunciados: ódio, intolerância, injúria, racismo, exclusão de comunidades indígenas e quilombolas e também das ONGs do orçamento público, extinção das reservas de terras, exclusão e segregação social e econômica, apoio à extração de minerais em terras indígenas, defesa da política de armamento da população como solução para a violência e discriminação de procedência nacional.

É importante salientar que o deputado acabou sendo processado e condenado a pagar uma indenização de R$ 50 mil por danos morais coletivos às comunidades quilombolas e à população negra em geral. Na ação civil pública, os procuradores da República sustentaram que Bolsonaro usou informações distorcidas, expressões injuriosas, preconceituosas e discriminatórias com o claro propósito de ofender, ridicularizar, maltratar e desumanizar as comunidades quilombolas e a população negra. Em sua defesa, o deputado alegou gozar de imunidade parlamentar, sendo inviolável a liberdade que tem para emitir opiniões. No entanto, a juíza Frana Elizabeth Mendes

refutou, na sentença, que a imunidade parlamentar não autoriza a emitir opiniões injuriosas, que influenciem negativamente a opinião pública: “Impende ressaltar que, como parlamentar, membro do Poder Legislativo, e sendo uma pessoa de altíssimo conhecimento público em âmbito nacional, o réu tem o dever de assumir uma postura mais respeitosa com relação aos cidadãos e grupos que representa, ou seja, a todos, haja vista que suas atitudes influenciam pessoas, podendo incitar reações exageradas e prejudiciais à coletividade.”

3 ÓDIO E INTOLERÂNCIA: A PERVERSÃO DA JUSTIÇA E DA VERDADE

Por meio de mapeamento dos valores semânticos e dos sentidos discursivos, nota-se que o discurso de ódio impera, de forma contundente, como atos de comunicação de caráter essencialmente excludente e discriminatório em relação aos segmentos socialmente vulneráveis. Nos casos analisados, nordestinos, negros, quilombolas, indígenas, imigrantes e refugiados.

Mas o que motiva o ódio? Quais as razões dessa intolerância? Hanna Arendt (1989; 1994) entende que o ódio é um sentimento que se reporta a certas condições sociais e políticas, inseridas em um dado contexto histórico, e não deriva necessariamente de emoções e sensações, tais como tristeza, sofrimento, dor, perda ou irracionalidade.

> O ódio não é, de modo algum, uma reação automática à miséria e ao sofrimento; ninguém reage com o ódio a uma doença incurável ou a um terremoto, ou, no que concerne ao assunto, a condições sociais que parecem ser imutáveis. O ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são. Reagimos com ódio apenas quando nosso senso de justiça é ofendido (ARENDT, 1994, p. 47).

O ódio não provém obrigatoriamente de sentimentos melancólicos. O sentimento odioso não se abate sobre as pessoas, cujas condições lhes pareçam inevitáveis ou imutáveis: fatalidades (desastres naturais, acidentes) ou duras realidades sociais e biológicas (pobreza, dominação socioestrutural, doenças). Como afirma Arendt (1994), o ódio deriva de fortes reações ante a uma visão de injustiça, não obstante o caráter variável do conceito de justiça. O sentimento de ódio invade os indivíduos quando o senso e injustiça lhes parece violentado. Cabe, aqui, fazer uma ressalva: em nome de suposta injustiça certas pessoas podem acometer-se de ódio, buscando, assim, justificar ou racionalizar o seu ressentimento. Apoiados em falsa percepção de injusta, praticam-se retaliações e atos de vingança. Com efeito, o que para eles é injustiça, pode-se considerar apenas perda ou sensação de perda de privilégios, inveja ou intolerância ao diferente. No caso do racismo e da xenofobia, o ódio provém de uma reação intolerante ao diferente, ao estrangeiro, ao desigual. A

diversidade, em mentes odiosas, lhes soa como injustiça, mas, em verdade, apenas reflete uma falsa sensação de perda de privilégios ante uma sociedade estruturalmente desigual. Trata-se, neste caso, de forjar um espírito negativamente competitivo, em que a arma de luta das pessoas odiosas é a exclusão ou a segregação social, política e econômica. Exclusão das esferas da cultura e da cidadania, por meio de diversas formas de violência e de diminuição do outro.

Ao abordar a questão do ódio, Nietzsche propõe uma correlação com o conceito de ressentimento. Segundo ele, o ressentimento está na base do ódio, na origem e em sua movimentação prática. Por trás do ódio, esconde-se um sujeito ressentido. E o ressentimento nutre, dissimulada e silenciosamente, desejos de vingança e de retaliação ao outro que, imaginariamente, o ameaça ou o confronta. Mas o autor adverte: *"*O ressentimento, a ninguém é mais prejudicial que ao próprio ressentido*"* (NIETZSCHE, 2006, §6). Pois o ressentido se contamina e se afunda em um mar de mágoa, tornando-se escravo de seus rancores e torpes sentimentos. E isso o paralisa até o momento em que se irrompe em discursos ou atos de ódio e violência.

Uma das características marcantes das mentes ressentidas e odiosas é a arrogância da verdade. O sujeito, nessas condições, arroga para si, arbitrariamente, o estatuto da veracidade e da razão. Como dono da verdade, detém o ponto de vista absolutista e essencialista das coisas as quais aprecia, avalia, julga e condena. Às vezes, essa arrogância torna-se convicção ou crença cristalizada, inquestionável, absolutista. Neste caso, caminha-se da pretensa verdade às condutas fundamentalistas. E a história mostra que o fundamentalismo é o berço das piores atrocidades perpetradas contra a civilização.

Nietzsche (1987) questiona o conceito de verdade como algo dado *a priori*. Segundo ele, a verdade é uma criação do homem que aspira atos e estados agradáveis que conservam a vida, funcionando como prática reguladora e avaliadora de comportamentos. Para o autor, a verdade é "um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornam gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas" (NIETZSCHE, 1987, p. 48). Assim, pode-se entender que a verdade é construída discursivamente em um determinado contexto histórico e social. E essa construção apoia-se em convenções sociais, em sentidos partilhados coletivamente. Em outros termos, a verdade não existe de forma absoluta; ela é apenas uma discursividade que se solidifica com base em normas sociais, situadas em um determinado espaço/tempo histórico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: BANALIZAÇÃO E ESPETACULARIZAÇÃO DA CULTURA DA VIOLÊNCIA E DO ÓDIO

O discurso de ódio, quando banalizado e/ou espetacularizado, tem grande impacto junto aos seus receptores, sejam eles leitores, ouvintes, telespectadores ou internautas. Trata-se de uma discursividade que se irradia velozmente nos meios eletrônicos e digitais, especialmente via mídias sociais. Nas redes sociais, por exemplo, o ato de compartilhar mensagens e imagens de violência redunda em efeito multiplicador, o que acaba por contribuir na construção gradativa de uma cultura do ódio e da violência.

Os afetos – dentre os quais o ódio – estão inseridos organicamente em discursividades. Os afetos constituem discursos e são constituídos por ele em um enlace dialético. E com efeitos pragmáticos, uma vez que transbordam do mundo semântico em direção ao universo da práxis – mundo competitivo em que o cidadão vive uma luta permanente pela autoafirmação e autodeterminação.

Os discursos de ódio favorecem as práticas fascistas e enaltecem os contextos autoritários e até totalitários, corroendo, assim, a democracia e a cidadania plena. Em face dessas ameaças à cena democrática, os agentes dos processos de comunicação devem enfrentar os processos e práticas midiáticas pautadas pelos discursos de ódio, discriminação e violência. Tal enfrentamento ético não implica apenas em resistir, reelaborar ou criticar os conteúdos midiáticos. Trata-se de superar a dualidade mecânica emissor-receptor e desenvolver um sistema de resposta capaz de promover dispositivos sociais de crítica midiática (BRAGA, 2006). Em outros termos, é preciso implantar mecanismos dinâmicos e permanentes de interação social sobre os processos midiáticos. Isso implica um exercício proativo de ética e responsabilidade social tanto por parte dos agentes quanto dos interagentes dos meios de comunicação.

Quais os impactos potenciais da prolongada e intensa exposição aos discursos de ódio e à violência midiática? Pesquisas em diferentes países revelam que os receptores midiáticos podem aprender e apreender comportamentos e atitudes violentos sob a égide da cultura do ódio e da violência. Uma das mais importantes teses neste campo e a Teoria da Orientação. Nesta perspectiva, o conteúdo da mídia oferece uma orientação, uma estrutura de referência que determina a direção do próprio comportamento do sujeito. A mídia estimula e reforça modelos, principalmente entre as crianças. No entanto, esta orientação depende de muitas variáveis: conteúdo da mídia, frequência, enquadramento, formação e experiências passadas, controle social, ambiente familiar, cultura e situação socioeconômica, etc. A exposição intensa a cenas de ódio e violência torna as crianças, em

longo prazo, mais agressivas. Essa agressividade, porém, é maior entre as crianças naturalmente agressivas. Ressalte-se que entre os adolescentes a situação é diferente: depende, em longo prazo, do grau de identificação que estes têm com certos personagens.

Por outro lado, a exploração da violência e dos discursos de ódio na mídia pode provocar um medo exagerado, uma ansiedade incontrolável. Tudo e todos passam a ser suspeitos; a desconfiança passa a ser o código predominante. Entre as crianças, este estado patológico dificulta a distinção entre ficção e realidade. Conforme a psicanalista Raquel Soiler (1981), os teledependentes, sobretudo as crianças, podem estar sofrendo de "televisiosis", uma espécie de patologia da contemporaneidade. O principal distúrbio deste mal seria uma síndrome de neurose, cujos sintomas são a mania de perseguição, a fobia e a desordem mental.

Os discursos de ódio e violência operam-se, assim, um desinvestimento na ideia do outro como parceiro, como sujeito. O outro é um corpo estranho, um elemento, simplesmente um "outro". George Gerbner (apud CARDIA, 1994, p. 71) afirma haver o "efeito cultivação", segundo a qual as pessoas são formadas a partir do bombardeio informativo detonado pelos meios de comunicação. Trata-se de um efeito somatório, isto é, uma exposição excessiva à violência midiática poderia desenvolver certo medo e uma espécie de complexo de vítima.

Por outro lado, as imagens de violência podem acabar funcionando como «válvula de escape», isto é, elas podem contribuir para relaxar as tensões e ansiedades do televidente. As pessoas se distraem, aliviam os conflitos interiores (JEUDY, 1979). O autor entende que tais imagens tendem a neutralizar as tendências agressivas do sujeito. Isso ocorre porque tais tendências são transformadas, no bojo das discursividades midiáticas, em expressão vicária. Neste sentido, as imagens espetaculares de violência podem ocupar um lugar de satisfação imaginária das frustrações reais. Através dessa espetacularização, aliviam-se as pulsões antissociais e agressivas e arrefece-se a carga pulsional do indivíduo. Resulta-se, assim, que tais imagens acabariam, segundo Freud, exercendo uma função catártica, potencialmente terapêutica. O princípio freudiano de catarse baseia-se, portanto, na ideia de evasão das tensões e pulsões, facilitadas ou viabilizadas através de imagens e narrativas simbólicas. Tal imaginário propiciaria uma satisfação (ilusória) capaz de derrotar (provisoriamente) a eterna condição humana de impotência e de frustração.

Mas as formas de representação e o poder simbólico da violência na mídia não são iguais: eles variam quanto à forma, quanto ao conteúdo e quanto ao valor simbólico e ideológico da imagem ou mensagem. Explicando melhor, vamos pontuar a seguir os fatores (WILSON in CARLSSON, 1999, p. 74-77) que interferem no processo de recepção de imagens de violência, a partir de suas representações na mídia: 1) Natureza do perpetrador; 2) Natureza da vítima; 3) Uso de arma; 4)

Extensão e intensidade de violência; 5) Realismo das imagens de violência; 6) Recompensas e punições; 7) Consequências da violência; 8) Humor/sarcasmo. Segundo Bárbara Wilson, há fatores de contexto (explícitos ou implícitos) que podem aumentar a aprendizagem social da violência. Entre tais fatores, citam-se os seguintes: perpetrador atraente, violência justificada, presença de armas, violência explícita, violência real, violência recompensada, violência em clima de humor ou complacência irônica. A violência explícita surge como a mais perniciosa, pois pode provocar tríplice consequência: aprendizagem social da violência, medo e dessensibilização. Entretanto, há imagens e representações simbólicas que podem diminuir essa aprendizagem social negativa: violência não justificada, violência punida e violência em clima de dor, sofrimento, dano e indignação. Neste caso, paradoxalmente, as imagens de violência podem até resultar em uma ação pedagógica de oposição e recusa à cultura da violência.

Outra relevante pesquisa confirma a tese da síndrome do medo. Os pesquisadores Werner Ackermann, Renaud Dulong e Henri-Pierre Jeu (1983) chegaram às seguintes conclusões: a exposição intensa à televiolência pode provocar uma perda de diretrizes éticas e a promoção de uma insegurança e medo generalizados. Essa enxurrada de imagens de violência acabaria deflagrando uma certa espiral de violência na sociedade.

A exposição intensa e prolongada aos discursos de ódio e à violência midiática pode resultar em perda da sensibilidade emocional em relação à violência. A banalização e a espetacularização da violência provocam, potencialmente, indiferença social e política. Neste contexto, a cultura de ódio e intolerância tem contribuído para fomentar o medo e a insegurança entre a população. O pior, entretanto, é o gradual processo de insensibilização decorrente da banalização da violência. Como diz Lasch, os *mass media* facilitam "a aceitação do inaceitável". E mais: "Amortece o impacto emocional dos acontecimentos, neutraliza a crítica e os comentários e reduz mesmo a 'morte do afeto' a mais um slogan ou clichê." (LASCH, 1990).

Assim, o discurso de ódio e de violência vem ganhando cada vez mais ares de normalidade e naturalidade, além de estar alcançando uma crescente aceitabilidade social. Este pode ser um dos mais importantes impactos negativos da atual cultura de ódio, cuja tessitura vem se construindo desde uma abordagem espetacularizada e banalizada da violência. Assim, do ponto de vista da mídia, a violência transparece como “papel celofane” (MICHAUD, 1989): brilhante, atraente e espetacular. E, no entanto, nociva, perniciosa e destrutiva.

Trata-se, sem dúvida, de uma questão ética. Segundo Adolfo Sánchez Vázquez (2004), ética é o conjunto de princípios e valores que devem ser seguidos para que se estabeleça um comportamento moral exemplar. A ética não cria a moral, mas se debruça sobre ela, procurando

definir princípios gerais que orientam o modo de ser e de agir em comunidade. Em face da moralidade existente e vigente, a ética questiona teoricamente os valores e práticas visando orientar as formas de conduta humana sobre o que se deve fazer em sociedade, conciliando responsabilidade e liberdade, equilibrando as esferas do ser, do querer, do poder e do fazer. Neste sentido, podemos afirmar que a ética é sempre reflexiva, crítica, teórica e questionadora dos valores morais, pois ela estabelece juízo de valores, qualificando-os sobre o prisma do bem e do mal, do justo e do injusto, do correto e do incorreto.

A espetacularização e banalização dos discursos de ódio e de violência afrontam gravemente os direitos humanos. Vale ressaltar que os direitos humanos transitam por todos os segmentos sociais, alcançando todos os partícipes da sociedade. São direitos transfronteiras, que ultrapassam limites de nacionalidade e de Estados. Segundo Norberto Bobbio (2004), os direitos humanos são universais na medida em que é um ideal a ser alcançado por todos os povos e nações. Reside no campo da desejabilidade, pois remetem às coisas que desejamos individual ou socialmente, para o sujeito, sua família, sua comunidade, sua nação, seu mundo histórico. São fins que merecem ser perseguidos. Em suma, podemos definir direitos humanos como direitos fundamentais emanados do princípio à vida digna para toda e qualquer pessoa humana, sem preconceito, discriminação ou intolerância, e independentemente de sua classe social, de sua etnia, de seu gênero, de seu nível de escolaridade, de sua religião, de sua nacionalidade, de sua orientação política, de seu posicionamento político-ideológico (CARVALHO, 2004). As discursividades odiosas estão presentes de forma ostensiva nos meios tradicionais e nas mídias digitais. Cabe aos comunicadores enfrentar e combater o preconceito e a discriminação racial, social, religiosa, política ou cultural nas diversas mídias. Devem, portanto, zelar pela conduta ética, pelo respeito aos direitos humanos e aos direitos de cidadania.

SPECTACULARIZATION OF THE HATE AND VIOLENCE SPEECHIN NEWS SITES: THE FACES OF INTOLERANCE

ABSTRACT

This paper analyzes the spectacularization of hate speech and intolerance on news sites and social networks. It is opted for an analysis of the critical discourse from statements posted in the Brazilian media. It seeks to tension the concept of discursive practices of discrimination and violence to the concept of ethics and social responsibility of communication subjects. Hate speech means communicative practices that aim to cause moral and psychological harm to one or more people, seeking to downgrade them due to their characteristics such as race, ethnicity, religion, nationality, political-ideological affiliation, orientation sexual or other discriminating aspect. In Brazil's official legal discourse, this is a crime. The Federal Constitution and federal law completely preclude such practices. Hate is a feeling that refers to certain social and political conditions within a given

historical context and does not necessarily derive from emotions and sensations such as sadness, suffering, pain, loss or irrationality. The concept of hatred is problematized from the concepts of feelings of injustice, resentment and perception of truth. The impact of hateful narratives on the recipients is questioned, seeking to understand the discourse and ways of representing violence in the media. The symbolic representation of the difference in journalism and commentary on news sites reveals a perverse face of intolerance and affront to human rights. In the face of a culture of hatred, we seek ways to build a more ethical and citizen communication that respects human rights and democratic values and citizens.

Keywords: Hate Speech; journalism; human rights; citizenship; intolerance.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos***.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL, Constituição da Republica Federativa. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Brasília, DF: Senado, 1997.

CARDIA, Nancy. Mídia e violência. In: **Comunicação & Política**, v.1, n.2. Rio de Janeiro: dez/94 a mar-95.

CARLSSON, Ulla e VON FEILITZEN, Cecília (orgs.) **A criança e a violência na mídia***.* São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unesco, 1999.

CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**.Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GERBNER, G. e POTTER, W.J. Perceived reality and the cultivation of hypothesis. Journal of Broadcasting and Eletronic Media. 30(2): 159-74, 1986. In: CARDIA, Nancy. Mídia e violência. In: **Comunicação & Política**, v.1, n.2, dez/94 a mar-95.

JEUDY, Henri-Pierre. **La peur et les media: essai sur la virulence**. Paris: PressesUniversitaires de France, 1979.

BARROS, Diana P. Intolerância, preconceito e exclusão. In: LARA, Gláucia P. e LIMBERTI, Rita P. **Discurso e (des)igualdade social.** São Paulo: Contexto, 2015.

LASCH, Christopher. **O mínimo eu** - *Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. (Trad. João Roberto Martins). São Paulo: Brasiliense, 1990.

MICHAUD, Y. **A violência**. (Trad. L. Garcia). São Paulo: Ática, 1989.

NIETZSCHE, F. **Ecce Homo**. Covilha: Lusosofia, 2008.

NIETZSCHE, F. **Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral**. Obras incompletas, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

SOILER, R. **El niño y la televisión**. Buenos Aires: Kapelusz, 1981.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

WILSON, Barbara J. et all. A natureza e o contexto da violência na televisão americana. In: CARLSSON, Ulla e VON FEILITZEN, Cecília (orgs.) **A criança e a violência na mídia**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unesco, 1999.

A ÉTICA NO JORNALISMO LITERÁRIO: AS REPORTAGENS DE TALITA BEDINELLI NO *EL PAÍS*

Maria Fernanda Feminella Campos[74]
Yasmin Meira de Miranda[75]
Élica Luiza Paiva [76]

RESUMO

Neste artigo buscamos entender a ética no Jornalismo Literário ao trazer as duas reportagens biográficas da jornalista Talita Bedinelli, repórter do jornal *El País*, que retratam a guerra por território no Brasil entre facções e moradores de periferia, índios e agricultores, narrando as histórias dos personagens ao usar elementos característicos da linguagem literária. Analisamos a partir de percepções dos elementos textuais literários em cada reportagem considerando se as interpretações obtidas refletiam conflitos éticos embasados no Código de Ética dos Jornalistas (FENAJ, 2007), que orienta a conduta jornalística, e nas reflexões de Francisco José Castilhos Karam (2014), sobre os códigos que se tornam referências para o ofício dos jornalistas. Além disso, buscamos uma compreensão sobre a ética individual e profissional apresentada por Oscar d'Alva Souza Filho (1998). O Jornalismo Literário foi discutido a partir de Antônio Carlos Sardinha e Jorge Kanehideljuim (2009), Carlos Lozano Ascencio e Márcia Franz Amaral (2015), Edvaldo Pereira Lima (2009), Fernando Resende (2014), Leandro Rodrigues Lage (2013) e Mônica Martinez (2012; 2017). Para esse estudo, utilizamos o método de pesquisa de análise de conteúdo de Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2008)ao tratarmos individualmente cada reportagem*, "As execuções à luz do dia na Grande Natal, a quarta região mais violenta do mundo"* (2018), e "*A luta por terras e pelo resgate da memória dos gamela, apagada desde o Brasil colônia"* (2017). Analisamos o texto em linhas gerais bem comocom recortes de trechos das duas reportagens que exemplificam tanto o uso de recursos literários quanto de aparentes conflitos éticos. A partir da análise, com os autores referenciados que ajudaram a fomentar a discussão ética diante dos recortes textuais, percebemos que é possível que relatos jornalísticos de acontecimentos violentos como os apresentados, sigam com ética jornalística mesmo contendo relatos impactantes, como observado por meio da escrita humanizada nas reportagens analisadas. Além disso, a literariedade na linguagem usada pela jornalista pode contribuir para a pluralidade de ângulos em conflitos.

Palavras-chave: Ética jornalística; Jornalismo literário; Reportagens biográficas; Jornalismo.

1 INTRODUÇÃO

O jornalista não está distante da realidade da qual narra, ele faz parte, pois está inserido em sua cultura, em suas normas e diretrizes profissionais. Sua profissão é de natureza social, por isso necessita cumprir códigos sociais. O Código Deontológico de Ética (2007) é uma diretriz que orienta o profissional na produção de conteúdo jornalístico associado ao seu compromisso social por meio da

[74]Estudante do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: nanda_feminella@hotmail.com.
[75]Estudante do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: m.meira.miranda@gmail.com.
[76]Professora doutora do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: paivaelica@yahoo.com.br.

informação e da sua relação com as empresas, colegas e o público. Segundo Francisco Karam (1997), em seu livro *Jornalismo, Ética e Liberdade* (1997), os códigos, no dia a dia do trabalho, podem se tornar ineficazes, mas ainda continuam sendo referências importantes para indicar comportamentos e amparar um "estatuto moral" para os ofícios dos jornalistas.

Na prática da profissão, a ética pode ser vista como algo inatingível seja pela lógica de mercado, pelo cumprimento de ordens, audiência do veículo de comunicação, linha editorial ou até mesmo pela construção de personagens, adjetivando-os, ou pela forma de narrar um determinado acontecimento. As produções jornalísticas biográficas, que tem como objetivo narrar histórias de vida de um indivíduo de maneira relevante ao contexto social, possuem uma maneira própria de construção textual com técnicas especificas.

Analisamos nesta pesquisa, as reportagens *A luta por terras e pelo resgate da memória dos gamela, apagada desde o Brasil colônia* e A*s execuções à luz do dia na Grande Natal, a quarta região mais violenta do mundo*, uma de maio de 2017 e outra de abril de 2018, respectivamente, de autoria da jornalista do *El País,* Talita Bedinelli.

Em ambas, podemos ver a permissão à voz de personagens excluídos social e culturalmente, como moradores de periferia e indígenas, bem como, a narração de violência, morte e preconceitos. Sendo assim, essas duas reportagens foram escolhidas por trazer à tona a discussão sobre disputa de territórios e suas consequências. Compreendemos que essa temática requer sensibilidade e consciência da jornalista para evitar possíveis deslizes éticos tanto para com as fontes, quanto para com os leitores.

Nessa proposta, contamos com o auxílio teórico de Antônio Carlos Sardinha (2009) e Jorge KanehideIjuim (2009), Carlos Lozano Ascencio (2015) e Márcia Franz Amaral (2015), Edvaldo Pereira Lima (2009), Fernando Resende (2014), Leandro Rodrigues Lage (2013), Mônica Martinez (2012; 2017), dentre outros para discutir o Jornalismo Literário e sua relação ética. Ao falar sobre ética no Jornalismo, nos embasamos em Alberto Manuel Vara Branco (2004), Francisco José Castilhos Karam (2014), Oscar d'Alva e Souza Filho (1998) e no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ - (2007).

Para conduzir a pesquisa utilizamos o método de estudo de análise de conteúdo de Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2008). Essa escolha nos possibilita observar características textuais do Jornalismo literário, nas reportagens mencionadas, pois se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação e análise de mensagens. Essa escolha nos possibilita observar características textuais do Jornalismo literário, nas reportagens mencionadas. Ao final, analisamos e

interpretamos o uso desses recursos literários em associação ao exercício da ética jornalística apresentada nas duas reportagens, sob a orientação do Código de Ética dos Jornalistas da Fenaj (2007).

2 A ÉTICA NO JORNALISMO

Para compreender melhor a discussão sobre ética é necessário partir de sua origem etimológica. Derivada do grego, *Ethos*, pode ser entendida como "morada", "abrigo", "caráter" e "hábitos ou costumes", ou seja, é o estudo das atitudes e ações humanas, dinâmicas e conscientes, seja compreendida de forma individual ou em sociedade. A ética não determina normas sobre as ações humanas, mas indica o que é considerado como conduta aceitável nos ambientes sociais.

Ângelo Vitório Cenci (2010, p. 33) afirma que:

> Os parâmetros com os quais a ética geral se ocupa são formais; não prescrevem conteúdos ao indivíduo, ou seja, não dizem o que concretamente, ele tem de fazer em cada situação com que se depara. A ética fornece princípios para que o indivíduo possa discernir e orientar de forma racional sua ação.

Os jornalistas no exercício de sua profissão têm suas ações profissionais orientadas por meio do seu Código de Ética (2007), que, apesar de não conter força de lei, os auxiliam na prática e conduta de sua profissão. Oscar d'Alva e Souza Filho (2004, p.83) fala sobre os valores orientam a ética profissional e acrescenta que:

> Os valores relativos à honestidade, à solidariedade humana, à fraternidade, à fidelidade a seu cliente provirão geralmente da experiência ética e moral que o profissional já vivenciou como indivíduo. Se ele era pessoalmente frio e pragmático levará tais características de conduta para sua prática profissional. Se era solidário e humanista, certamente caracterizará seu agir profissional com tal dimensão.

As políticas éticas funcionam para um melhor fazer da atividade jornalística. Entretanto, a ética não é compreendida somente por meio de um código, mas é a reflexão das escolhas e interpretações de mundo, pois a ética inclui também a reflexão sobre a moral. Conforme Conte-Sponville (2002), a definição da moral, seria a afirmação de ações que o indivíduo impõe ou proíbe para si mesmo. Ações que tem como objetivo considerar os interesses e direitos dos outros, provando sua fidelidade em sua própria humanidade. Ou seja, a moral como uma reflexão ética é levar em consideração o outro devido sua própria humanidade.

> O exercício de uma profissão não tem em conta apenas o ofício em si, o exercício das funções, mas também tem presente a consciência moral do homem, os juízos, os actos, os comportamentos e os direitos do homem, sejam ou não reconhecidos por normas jurídicas vigentes (BRANCO, 2004, p.11).

A ética é o exercício da moral, ou seja, é a preservação dos direitos do outro. Ela está diretamente ligada ao exercício da profissão de jornalista, pois a moral é "a consumação prática de uma determinada ética", segundo Souza Filho (2004, p.44).

Devido a isso, entende-se como é importante para o jornalista dispor de um código que o oriente em relação a seus deveres e direitos. Contudo, cabe ao jornalista estar ético para com o público em cada produção. Seja na publicação de um relato completo, ou, o mais próximo da realidade, na apuração, em sua relação com as fontes, no cuidado com o uso do estereótipo de personagens, no dever de possibilitar informações aos cidadãos e a até mesmo na reflexão que os efeitos que cada matéria ou reportagem possa trazer para quem tiver acesso a ela.

Jorge Kanehideljuim e Antonio Carlos Sardinha (2009) falam sobre o compromisso do jornalista que observa e reflete sobre o mundo e, percebendo-o, expressa sobre ele. Para os autores, ao jornalista "não lhe cabe somente a função técnica, mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade com o público/sociedade – os outros seres humanos" (p.172). Ijuim& Sardinha (2009, p.172) completam dizendo que.

> (...) essa postura reflexiva caracteriza um aspecto indispensável ao jornalista para a sua tarefa de atribuir significados aos fenômenos. Pelo exercício ético, com a elevação do seu nível de consciência, poderá melhor pensar-expressar, compreender e levar à compreensão à audiência, como autor e responsável moral por seus fazeres e compromissos.

Compreendemos a partir disso que é necessário um código que oriente os jornalistas, porém o fazer jornalismo está além de códigos ou regras. Faz necessário ao jornalista uma postura indispensável a ele, estar ético, afirmando seu compromisso com a sociedade, independente de técnica de escrita ou veículo de comunicação que está inserido.

3 JORNALISMO LITERÁRIO

De acordo com Lima (2009), em 1960, surgiu um novo modelo de jornalismo que rompeu com a dicotomia entre as identidades respectivas de jornalista e de escritor. O *new journalism*

produzido em berço estadunidense reabriu as discussões sobre a ligação entre jornalismo e literatura, que apareceram em 1920, seguem por mais de cinquenta anos e já possuem expoentes em vários lugares do mundo. As ferramentas advindas do envolvimento com a literatura permitiram narrativas de não ficção retratarem uma realidade muitas vezes suprimida pela estrutura objetivista da produção jornalística, se aproximando do cotidiano dos leitores e tornando possível uma literatura do real.

> Constataram que os Estados Unidos viviam um momento especial, gerando um formidável campo temático de narrativas. De um lado, uma revolução social de grandes proporções estava em andamento. De outro, perdia-se a inocência, descobrindo-se que no reino de Hamlet também pululavam as mazelas da alma humana; por trás do brilho artificial dos astros do show business ou do discurso publicitário da Quinta Avenida e do paraíso ilusionista de Wall Street existia todo um universo de cidadãos anônimos com suas inquietações cotidianas e suas realizações maravilhosas escondidas no aparentemente banal. Perceberam que tudo isso constituía histórias magníficas a se contar. E descobriram, perplexos, que ninguém estava abordando esse rico território de possibilidades. Pelo menos não no campo literário (LIMA, 2009, p. 149-150).

Truman Capote (1924-1984), Norman Mailer (1923-2007), Tom Wolfe (1930-2018) e Gay Talese (1932-) foram autores que aceitaram o desafio de retratar a efervescência sociocultural dos Estados Unidos nos anos sessenta. Na América de língua espanhola, a paixão pelo gênero teve Gabriel García Márquez (1927-2014) como principal defensor. Como brasileiro, destacamos - ainda que antes dos prelúdios do movimento do *new journalism* - a experiência de Euclides da Cunha (1866-1909) com a Guerra de Canudos, no final do século XIX. Correspondente do jornal O Estado de S. Paulo, na época, a história trágica de Antônio Conselheiro e os residentes do povoado mobilizou o autor a escrever o livro *Os Sertões* (1902).

As obras desses autores não tratam nem de uma literatura de ficção e tão pouco de uma imprensa que transmite as notícias do dia-a-dia. É uma arte que retrata “paisagens humanas e sociais com vigor, [e] continua presente em ilhas de excelência narrativa, fiéis ao compromisso com a realidade” (LIMA, 2009, p. 158). Para Ijuim& Sardinha (2009), a fim de alcançar tal retrato, o jornalista necessita absorver/compreender os fenômenos para poder narrá-los.

Para o Jornalismo Literário do século XXI, Martinez (2012) aponta a utilização de métodos de captação e observação da realidade vindos das Ciências Sociais, nas quais o jornalismo se insere. A autora explica que:

> Uma vez selecionados, esses dados, ressignificados a partir da experiência do profissional, são redigidos com técnicas provenientes da literatura com o objetivo

> de criar um relato não-ficcional envolvente, que permita a compreensão aprofundada do tema (MARTINEZ, 2012, *apud* MARTINEZ, 2017, p.120).

Para Edvaldo Pereira Lima (s.d), um dos grandes nomes da pesquisa sobre Jornalismo Literário no Brasil, os traços básicos que caracterizam esse tipo de escrita são imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos [inclusive metáforas], digressão e humanização, uma característica apontada por Ijuim& Sardinha (2009). Quando trata das narrativas de transformação, Lima (s.d) destaca a fundamental postura proativa do repórter para uma ação transformadora, de modo a não fugir do compromisso do jornalismo com a vida.

Já os estudos de Felipe Pena (2006) trazem o desafio de construir novas estratégias profissionais que rompam com as características da periodicidade e da atualidade. Os recursos da literatura permitem ir além da técnica do lead e tornar a reportagem mais permanente e profunda. Pena (2006) recomenda ainda a diversificação de fontes para ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, os pontos de vista que costumam ser ignorados.

> Cabe ao jornalista o dever de, a partir do singular, produzir relatos verazes, versões verossímeis. A expressão dos sentidos da consciência não se obtém exclusivamente através das versões das fontes oficiais. Ao contrário, na maioria das vezes 'a visão particular sobre as ações humanas' se conquista quando se dá a voz a quem, em geral, é negado este direito – as pessoas comuns, os anônimos (IJUIM & SARDINHA, 2009, p.158).

O Jornalismo Literário oferece uma proposta de narrativa jornalística que permite o uso de recursos que enriquecem o texto e se aproximam do leitor pela estética da literatura. O movimento do *new journalism* exaltou a coragem de jornalistas que, desde a década de 1960, sensíveis à efervescência sociocultural, transcreveram uma literatura do real, indo em busca dos conflitos do cotidiano, ouvindo quem normalmente é ignorado pela objetividade dos textos. Essa nova possibilidade de fazer jornalismo trouxe consigo a necessidade de trabalhar a ética profissional e individual de uma maneira ainda mais cuidadosa, principalmente considerando a proximidade do lidar com histórias de vida de quem as contou e de quem as lerá.

4 A ÉTICA NA DESCRIÇÃO DA GUERRA POR TERRITÓRIO NO BRASIL

"Dos jornalismos, o Literário compartilha a necessidade de apuração criteriosa do fato – não se admite invenção −, bem como a ética nas relações com fontes e leitores" (MARTINEZ, 2017, p.29). A arte de narrar histórias precede do jornalista um ato de compreensão da realidade de forma

consciente e sensível. Essa sensibilidade, ao ser transcrita no texto jornalístico, precisa vir acompanhada de uma ação que respeite os acordos éticos que perpassam os dois sujeitos com os quais o jornalista-narrador media o entrevistado e o leitor. Pois, segundo o Código de Ética dos Jornalistas (2007), capítulo II, artigo 4º, sobre a apuração do fato, "o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação".

Derivada do grego, biografia é composta pela palavra *bio* que indica "vida" e grafia que é traduzida por "escrever", ou seja, biografia significa escrever vidas. Vilas Boas (2004 p. 18 *apud* PEREIRA, 2008, p. 2) define que "em rigor [esse gênero] é a compilação de uma (ou várias) vida (s). Pode ser impressa em papel, mas outros meios, como cinema, a televisão e o teatro podem acolhê-la bastante bem". As biografias podem ser escritas ou audiovisuais. Elas possuem características literárias de não ficção do gênero diversional, classe textual atribuída por José Marques de Melo (2009), e foge da estrutura padrão da produção jornalística tradicional.

Como dito anteriormente, essa pesquisa possui como método de análise de conteúdo, apoiado nas instruções de Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2008). O percurso metodológico partiu da percepção de elementos textuais em cada reportagem que as caracterizam mais próximas de um Jornalismo Literário, seguida de uma apresentação dessas características em ambos os textos. Ainda, retiramos interpretações durante a construção textual das reportagens associando as características literárias e a ética jornalística apresentada nas duas reportagens publicadas no jornal *El País*.

El País é um jornal independente espanhol fundado em 1976, em Madrid, Espanha, com redações, correspondentes e colaboradores espalhados pelo mundo. Talita Bedinelli é repórter brasileira e produz reportagens para o veículo desde 2013. Entre os temas tratados em suas reportagens, estão: política no Brasil - eleições 2018, mais recentemente, crise de segurança pública no Brasil e minorias sociais - moradores de periferia, por exemplo.

Selecionamos as seguintes reportagens intituladas: *As execuções à luz do dia na Grande Natal, a quarta região mais violenta do mundo* e *A luta por terras e pelo resgate da memória dos gamela, apagada desde o Brasil colônia*, produzidas por Bedinelli em abril de 2018 e maio de 2017, respectivamente. A primeira reportagem fala sobre a alta taxa de homicídios nas periferias da capital do Rio Grande do Norte, Natal, que acontecem:

> A qualquer hora e sempre acompanhadas de muitos tiros [...] e é impulsionada pela combinação entre uma inflamada guerra de facções pelo controle do tráfico de drogas — de um lado está a paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) e, de

> outro, a potiguar Sindicato do Crime RN— e o pouco investimento em segurança pública (BEDINELLI, 2018, p. 1).

A segunda mencionada trata do conflito entre os índios gamela e agricultores e a buscam por reconhecimento da identidade indígena, um assunto que se acendeu com um ataque aos gamelas no início do mês de maio de 2017. A reportagem fala sobre "uma luta violenta de quem tem pouco contra quem tem quase nada".

> De um lado estavam indígenas da etnia gamela, que ocupavam uma área que reivindicam pertencer a seus ancestrais, expulsos dali no passado. Do outro, agricultores, alguns donos de uma quantia de gado possível de se contar nos dedos, que pretendem manter seu pedaço de chão para poder plantar. O enfrentamento deixou dezenas de feridos, vários deles com marcas de bala rasgadas pelo corpo. Quatro ainda estão internados em hospitais da capital. Dois indígenas tiveram as mãos quase arrancadas a golpes de facão, em uma cena que lembrou a alguns o tratamento dado, por vezes, a animais que ignoram cercas e entram em terra vizinha. Na pequena cidade, as imagens da barbárie ainda atormentam a população (BEDINELLI, 2017, p. 1).

A seleção foi feita com base na compreensão dessas reportagens como biográficas, pois abordam as histórias de vida das vítimas dos confrontos apresentados e por usarem de uma linguagem um pouco mais próxima da literária para exprimir a sensibilidade do assunto, traço característico do Jornalismo Literário. Nessa perspectiva, as biografias relatadas por meio de testemunhos inseridos no discurso das reportagens, representam traços da identidade e sofrimento dessas pessoas, o que sobrepõe a jornalista a um papel ético ao publicar essas informações.

Esse papel torna ainda mais relevante nesse caso por serem retratadas cenas brutais das guerras por território no país, descrevendo mutilações, tiros, corpos sem vida. Elementos que fazem parte das histórias das pessoas que viveram esses conflitos e que, por meio do texto, são expostos ao leitor.

A primeira reportagem que analisamos foi: *As execuções à luz do dia na Grande Natal*, *a quarta região mais violenta do mundo*. Já no primeiro parágrafo, a autora apresenta a reportagem por meio de uma micronarrativa, trazendo um personagem e narrando o fato de forma descritiva, situando o leitor no tempo e espaço com detalhes que constroem o cenário contado.

> Fábio caiu às 18h40 do sábado, 10 de março. Àquela hora, a praça do bairro de Bom Pastor, na periferia de Natal, capital do Rio Grande do Norte, estava lotada. Seu corpo teve 12 perfurações de bala: cinco na cabeça, uma na mão, uma na perna, duas no abdômen e três nas costas. Os assassinos agiram rápido, assim que ele desceu da moto. No chão, já sem vida, ele deitava ainda de capacete na calçada, ao lado de aparelhos de ginástica da Prefeitura usados como brinquedo

> pelas crianças do bairro. Diversão interrompida, elas agora rodeavam o cadáver (BEDINELLI, 2018, p. 1).

O parágrafo seguinte é uma continuação dessa micronarrativa e usa de uma onomatopeia contida na fala de uma das fontes para ilustrar sons de tiro pá-pá. Pápápápápá. Por mais cinco parágrafos, a linguagem literária é trocada para trazer uma contextualização da situação de violência de uma forma mais informativa, usando fontes oficiais e fazendo referências a outros casos ocorridos. A partir do subtítulo "*Os extermínios"*, a matéria retoma o tom literário, especialmente do terceiro parágrafo em diante.

> O corpo era de José, de 32 anos. Ele deitava de barriga para cima, embaixo de um lençol. Estava havia quase duas horas no meio da via, entre as entradas de um mercadinho e de uma pequena papelaria. Dezenas de homens, mulheres e crianças curiosas o rodeavam. Catador de materiais recicláveis, ele ia de bicicleta até a casa da mãe quando foi surpreendido por dois homens em uma moto, que sem aviso começaram a atirar. Seu corpo foi perfurado seis vezes. Era o terceiro, dentre 12 irmãos, a morrer assassinado (BEDINELLI, 2018, p. 4).

Descrições, micronarrativas, temporalidade, encadeamento de cenas e falas das fontes-personagens foram recursos utilizados durante todo o restante da reportagem. Já ao final do texto, a repórter adiciona um quadro com um texto jornalístico padrão, ou seja, sem características literárias, intitulado "A briga por território de tráfico alavancou os homicídios" que contém a contestação do Governo do Rio Grande do Norte através da delegada Sheila Freitas, secretária de Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte. A delegada questiona a informação utilizada na reportagem, produzida pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça sobre o posto ocupado pela Grande Natal de quarta região mais violenta do mundo, com uma taxa de 107 mortes para cada 100.000 habitantes.

O uso de algumas características literárias e de fontes anônimas ou de pessoas comuns pode ter sido feita de forma que impactasse o leitor, mas, nesse caso, o mais forte é a violência da realidade retratada no texto. Nessa primeira reportagem analisada, a descrição das cenas de extermínio apresenta testemunhos dramáticos e detalhes de cenário que atiçam a indignação de quem lê e foi uma forma usada pela jornalista para relatar o acontecido.

Para Lage (2013, p. 73-74), testemunhos como esses se apresentam como um:

> 'Lugar de problema' para o estudo da comunicação jornalística, especialmente porque [...] fornece pistas para entendermos como determinadas experiências são vividas e sofridas, por nós e por outrem, através da mediação operada por essas narrativas.

O modo como a jornalista escolhe apresentar essas narrativas pode afetar a leitura sobre os fatos e os personagens do texto que, nesse caso, são pessoas reais, que confiaram à jornalista suas histórias.

Lage (2013, p.85) acrescenta que

> O testemunho narrado assume, novamente, um papel central no que tange ao problema da responsabilidade moral intrínseco ao espetáculo do sofrimento. Ao permitir que nos encontremos com sofredores distantes, o testemunho nos coloca o dilema ético da comoção, assim como permite que nos demos conta da distância que nos assegura contra o sofrimento, da qual o outro não pode gozar.

Apesar de a escrita conter depoimentos que impactam, o papel da jornalista foi de trazer à tona o acontecimento, dramático como se apresenta. Karam (1997, p. 94) diz que o jornalismo "deve mostrar tanto aquilo que 'humaniza' quanto aquilo que 'desumaniza' o homem. Deve mostrar tanto a singularidade do movimento cotidiano dos indivíduos quanto os comportamentos particulares dos grupos e culturas e a conexão universal entre cada indivíduo e o grupo com a totalidade social".

O que discutimos neste artigo é a forma como são feitas as descrições dos acontecimentos que envolvem a exposição de vítimas que já se encontram fragilizadas por participarem de um contexto de violência. Questionamos se os recursos da escrita literária, aplicada majoritariamente nessa reportagem para aprimorar a técnica de descrição, se busca informar de uma maneira sensível ou se é simplesmente sensacionalismo.

O Capítulo III, Art. 11º, do Código de Ética do Jornalista (2007), afirma que "o jornalista não pode divulgar informações [...] de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes". Como apresentado, na análise da reportagem *As execuções à luz do dia na Grande Natal*, apesar contar histórias impactantes, não percebemos a escrita jornalística contrariar o Código de Ética do Jornalista (2017).

A luta por terras e pelo resgate da memória dos gamela, apagada desde o Brasil colônia é a segunda reportagem analisada. No primeiro parágrafo, a jornalista utiliza da descrição para apresentar o assunto, encadeando sequencialmente os fatos de forma condensada, como no trecho selecionado para apresentar a reportagem.

Ao longo da reportagem, percebemos uma prioridade do uso de fontes de pessoas comuns do que oficiais, para explicar o que acontecia, sendo essas, em sua maioria, os índios e agricultores que participavam dos conflitos. Sobre isso, Amaral &Ascencio (2015, p. 246) apontam que as testemunhas ajudam a dar dimensão de um desastre.

> Entretanto, é preciso considerar que o discurso jornalístico sobre uma catástrofe também ambiciona o inenarrável, até porque nunca conseguirá refletir o acontecimento em si, nem o acontecimento como um todo e sequer dará conta das narrativas daqueles que morreram. Cabe a ele participar da organização pública do caos e configurar o acontecimento.

Micronarrativas são constantes durante a matéria. A repórter adicionou testemunhos de ambos os lados do conflito, enquanto descreveu as cenas que ela observara. Verificamos a característica da imersão da jornalista de forma mais evidente nesta, tornando o narrador mais presente e acompanhando os fatos à medida que aconteciam. Esse recurso narrativo não subtrai as fontes históricas e oficiais, que são utilizadas para completar as informações dadas pelas demais fontes.

Além disso, percebe-se o equilíbrio do espaço de fala tanto dos índios quanto dos agricultores. Isso está de acordo com um dos artigos do Código de Ética, capítulo II, art. 7º que sugere atitudes que o jornalista deve evitar cometer, como “impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias”. Porém, como o próprio título dá o tom, o enfoque torna-se - especialmente mais próximo do final do texto - a busca pelo reconhecimento da identidade dos gamela dentro de um território disputado historicamente.

> Mas eles afirmam que a luta pelo reconhecimento como povo não pode ser separada da luta pela terra. "A terra para gente não é mercadoria. É nossa cultura. É no rio Piraí, que passa aí na beira, que está a morada dos Encantados, nossos seres espirituais. Como somos apartados desse rio, perdemos a possibilidade de manter nosso modo de vida, nossa religião. As novas gerações já não sabem onde estão os Encantados porque os mais velhos não tiveram como mostrar", explica InaldoSerejo Gamela, uma das lideranças locais e membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT). "Como será possível caçar, pescar, pegar a palha do guarimã para fazer o artesanato se não estamos nesta terra?", questiona (BEDINELLI, 2017, p. 5).

A partir de diferentes pontos de vista, vindos de diferentes histórias de vida que fazem parte de um mesmo campo de conflito, são compostas diferentes representações no processo de mediação. Para Fernando Rezende (2014, p. 221), “é no reconhecimento da diferença desses narrares que enfrentamos melhor o dilema de irmos ao encontro do outro”. O autor afirma que redescobrir a dimensão estética, nesse caso representada também a partir da junção do jornalismo com a literatura, “pode contribuir para que nos façamos aflitos, não necessariamente porque queiramos seguir em busca do verdadeiro, mas, muito provavelmente, porque desejamos conhecer os vários ângulos do mesmo problema” (REZENDE, 2014, p. 221). Assim, o foco da narrativa passa a ser a verdade do acontecimento e não a de quem dele diz.

5 CONCLUSÃO

O Código de Ética dos Jornalistas (2007), nesse artigo, nos serviu de orientação para averiguarmos a conduta jornalística, como também as interpretações que tivemos ao ler as reportagens, ou seja, analisamos a construção textual com o aporte também de diversos autores. Como observado, nas análises das reportagens da jornalista Talita Bedinelli do jornal independente espanhol *El País*, o uso de características literárias precisa ser acompanhado de uma perspectiva ética que evite sensacionalismo e exagero de descrições que, porventura, venham a comprometer a veracidade das informações. Percebemos que a construção literária feita pela jornalista foi realizada de maneira ética, mostrando tanto aquilo que humaniza, quanto aquilo que desumaniza o homem. Evidenciamos ainda que a linguagem com traços literários usada pela jornalista pode ajudar no tratamento do texto ao trazer diferentes ângulos em conflitos.

Nesse sentido, o compromisso social de qualquer jornalista perpassa a ética ao lidar com a melhor compreensão dos fatos e com os princípios de responsabilidade e proteção à fonte. O Código de Ética do Jornalista (2007) existe justamente para indicar o comportamento ideal, ou, aceitável do profissional, e aumentar sua consciência acerca do tratamento do discurso de seu texto, pois o conteúdo produzido pode refletir em diversos grupos sociais que o acessam. Sendo assim, é necessário que cada jornalista elabore com empenho seu fazer jornalístico e sua construção textual para estar ético em suas produções, pois sua profissão tem destinação pública.

Partindo dessas considerações, percebemos que o jornalista, enquanto ser humano, é passível de cometer erros. Contudo, a função que esse indivíduo exerce em uma sociedade mediando conhecimento e fornecendo informações suscetíveis a discussões que afetem realidades, torna-o peça central no exercício de uma democracia. A ética orienta a vida individual e consequentemente interfere no exercício de toda profissão. Portanto, é papel do jornalista se autorregular eticamente, ancorado em princípios universais que dialogam com os direitos humanos, permitindo-o narrar biografias que retratam a verdade ou o mais próximo dela, por meio de testemunhos.

TALITA BEDINELLI'S BIOGRAPHICAL REPORTS IN EL PAÍS

ABSTRACT

In this work we aim to understand the ethics in Literary Journalism by bringing the two biographic reports “The executions at day light in Greater Natal, the fourth most violent region in the world” (2018) and “The fight for land and the rescue of the memory of the gamela people, erased since colonial Brazil”, (2017), from the journalist Talita Bedinelli, reporter from the independent

newspaper El País. We analyzed the perceptions from the textual literary elements in each report considering if the interpretations obtained reflected ethical conflicts, grounded in the Journalists Ethical Code (FENAJ, 2007), which guides the journalistic conduct; in the reflections of Francisco José Castilhos Karam (2014) about the codes that becomes references for the profession of journalists; also by an understanding about the individual and professional ethics presented by Oscar d'Alva Souza Filho (1998). The reports portray the war for territory in Brazil between criminal factions and ghettos residents, indians and agriculturists, narrating the stories of the characters by using typical elements of the literary language. These narratives reveal the high index of violence that it's part of the daily life of the people at scene. The LiteraryJournalismwasdiscussedfrom de Antônio Carlos Sardinha and Jorge KanehideIjuim (2009), Carlos Lozano Ascencioand Márcia Franz Amaral (2015), Edvaldo Pereira Lima (2009), Fernando Resende (2014), Leandro Rodrigues Lage (2013) and Mônica Martinez (2012; 2017). For this study, using the research method of content analysis by Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2008), we treated each report separately, observing the text in general lines, as well as clipping out excerpts from both reports analyzed that exemplifies the use of literary resources and apparent ethical conflicts. The authors referred helped to foment the ethical discussion in front of textual approaches. With the study, we realized that is possible that journalistics reports from violent events, such as the ones we presented, follow with the journalism ethics, even though they contain impactful accounts, as observed through the humanized writing of the reports discussed.

Keywords: Journalistic ethics; Literary journalism; Biographical reports; Journalism.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz; ASCENCIO, Carlos Lozano. Palavras que dão a volta ao mundo: a personalização das catástrofes na mídia. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 130, p. 243-258, 2015. Disponível em

<http://67.192.84.248:8080/handle/10469/10251#.W61OPtd>. Acesso em: 24 de set. 2018.

BEDINELLI, Talita. A luta por terras e pelo resgate da memória dos gamela, apagada desde o Brasil colônia. **El País**, 2017. Disponível em

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/06/politica/1494107739_378228.html>. Acesso em: 24 de set. 2018.

_____ As execuções à luz do dia na Grande Natal, a quarta região mais violenta do mundo. **El País**, 2018. Disponível em

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521236714_432763.html>. Acesso em: 24 de set. 2018.

BRANCO, Alberto Manuel Vara. A Ética e a Informação: o jornalista como profissional e o jornalista como pessoa. **Portugal**, v. 24, p. 9, 2011. Disponível em <http://www.ipv.pt/forumedia/6/9.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2018.

CENCI, Angelo Vitório. **Ética geral e das profissões**. Ijuí: Unijuí, 2010.

COMTE-SPONVILLE, Andre. **A vida humana**. São Paulo: Marins Fontes, 2009.

FENAJ. Código de ética dos jornalistas brasileiros. 2007. Disponível em <http://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-19852007>. Acesso em: 24 de set. 2018.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da et al. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas S.a, 2008. Cap. 18. p. 280-304.

IJUIM, Jorge Kanehide; SARDINHA, Antonio Carlos. Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística... e a busca por um jornalismo humanizado. **Comunicação & Sociedade**, v. 30, n. 51, p. 155-176, 2009. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v30n51p155-176>. Acesso em: 25 de set. 2018.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. Summus Editorial, 2014.

LAGE, Leandro Rodrigues. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. **Contracampo**, v. 27, n. 2, p. 71-88, 2013. Disponível em

<http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17501>. Acesso em: 25 de set. 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. Jornalismo e literatura: aproximações, recuos e fusões. **Anuário Unesco/Metodista de comunicação regional**, v. 13, n. 13, p. 145-159, 2009. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0934/aum.v13n13p145-159>. Acesso em: 25 de set. 2018.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, n. 3, 2017. Disponível em

<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2798>. Acesso em: 26 de set. 2018.

RESENDE, Fernando. Representação das diferenças no discurso jornalístico. **BrazilianJournalismResearch**, v. 10, n. 2, p. 206-223, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.749>. Acesso em: 24 de set. 2018.

SOUZA FILHO, Oscar d'Alva. Ética individual e ética profissional: princípios da razão feliz. **Fortaleza: ABC Fortaleza**, 1998.

UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS MANCHETES DO JORNAL *O DIÁRIO DA MANHÃ* FRENTE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

Ana Paula de Castro Neves[77]
RakellDhamarys Moreira[78]
Beatriz de Oliveira[79]
Maryana Souza Borges[80]
Aldevina Maria dos Santos[81]
Angelita Pereira de Lima[82]

RESUMO

No presente artigo analisamos as manchetesrelacionadas à violência de gênero contra as mulheres nas notícias da edição impressa do jornal Diário da Manhã. Nesse contexto, procuramos identificar como essas violências são enunciadas pelo discurso jornalístico. Este artigo deriva de uma pesquisa desenvolvida na FIC/UFG intitulada "*A culpabilização das mulheres nas narrativas sobre violência de gênero nos boletins de ocorrência e nos jornais diários de Goiânia",* e parte do pressuposto de que as mulheres em situação de violência são invisibilizadas como sujeito e, assim sendo, que a abordagem jornalística desconsidera as questões de gênero. De tal modo, nesta pesquisa é investigado como os títulos/manchetes contribuem para a reprodução no campo simbólico de uma sociedade desigual, que tem a violência contra mulher como uma ação naturalmente indissociável da sua cultura de punir, típicas da estrutura social patriarcal, que inferioriza a mulher na sua condição de gênero. O objetivo geral do estudo é identificar os conteúdos das manchetes e verificar a representação da violência de gênero no jornalismo goiano. Utilizou-se, para tanto, da análise de conteúdo do material empírico coletado, isto é, das notícias e reportagens publicadas nos anos de 2016 e 2017 pelo referido jornal. Desse modo, tendo em vista os dados coletados nas notícias relacionadas à violência contra a mulher no período citado, concluiu-se por meio da análise de conteúdo que as manchetes mantêm marcas ideológicas de opressão, contribuindo para a construção de uma visão de grupo inferiorizado, que naturaliza a cultura patriarcal, em que a mulher é propriedade do homem, e que esse tem o direito de dispor do seu corpo e da sua vida como bem entender. Acrescente-se que a mídia impressa analisada não aborda a violência contra a mulher de modo que permita um conhecimento do fenômeno da violência de gênero em suas manchetes, em conformidade aos direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: Direitos humanos; Violência contra as mulheres; Jornais diários; Comunicação e cidadania.

[77]Mestranda em Direitos Humanos do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG,apcastro_1@hotmail.com.
[78]Mestranda em Direitos Humanos do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG, adv.rakelldhamarys@gmail.com.
[79]Estudante de graduação em Jornalismo,FIC/UFG, participante do programa voluntário de iniciação científica da PRPI/UFG, beatrizoliveira1992@gmail.com.
[80] Estudante de graduação em Jornalismo, FIC/UFG, bolsista do programa de iniciação científica da PRPI/UFG, mareanasouza@gmail.com.
[81]Doutoranda em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, UFBA, aldevinamariadossantos@gmail.com.
[82]Doutora, FIC/UFG, angelitalimaufg@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho examinamos as questões de gênero presentes nas manchetes de notícias e reportagens sobre violência contra a mulher. Realizamos uma análise de conteúdo de vinte e oito manchetes de matérias da edição impressa do jornal goiano Diário da Manhã, veiculadasentre 2016 e 2017, com o objetivo de aferir se existe relação entre as expressões publicadas e a opressão das mulheres, enquanto elementos reprodutores da desigualdade e da violência.Por essa razão, faz-se necessário verificar a representação que tais referências dão à violência contra a mulher, enquanto violência de gênero, e a partir desse ponto compreender também a importância e os destaques atribuídos à identificação da matéria nos conteúdos dessas manchetes.

Ressalta-se, para fins desta pesquisa, que os jornais, enquanto meios de comunicação em massa, possuem uma dimensão simbólica inerente: “eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que *são significativos* para os indivíduos que os produzem e os recebem” (THOMPSON, 1995, p. 19). Considera-se também que as notícias contribuem para a construção da própria realidade, e que a linguagem neutra não é possível (TRAQUINA, 2005). Portanto, a pesquisa justifica-se pela influência que os meios de comunicação, sendo um poder simbólico (THOMPSON, 1995), têm no âmbito social. As escolhas das palavras por meio das informações jornalísticas assumem força política, podendo favorecer ou não a desigualdade de gênero, bem como contribuir para a invisibilização da mulher em situações de violência, incentivando, por esta via, o preconceito, a discriminação e a manutenção de comportamentos machistas e violentos.

No percurso metodológico foi realizado levantamento bibliográfico/documental, que possibilita uma análisequalitativa por meio da coleta das notícias e reportagens sobre violência contra as mulheres, veiculadas no jornal impresso goiano Diário da Manhã no período de dois anos, a saber: 2016 e 2017.Adotou-se a análise de conteúdo para verificar a abordagem das manchetes e estabelecer uma relação com as categorias de gênero e os direitos humanos das mulheres.

Este artigo é resultado parcial de uma pesquisa realizada no âmbito do grupo Benedita Tatu, da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, intitulada *“A culpabilização das mulheres nas narrativas sobre violência de gênero nos boletins de ocorrência e nos jornais diários de Goiânia”*, cujo objetivo é comparar as narrativas jornalísticas e dos boletins de ocorrência policiais sobre violência de gênero contra as mulheres, para verificar o nível de influência dos boletins de ocorrência sobre as notícias e reportagens.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL

O movimento feminista, de forma organizada, surgiu no final do século XIX e início do século XX, ante o cenário de desigualdade de gênero há muito tempo instalado e que se revelava acentuado ante o contexto histórico. As lutas feministas se empenharam além de objetivos específicos concernentes aos direitos civis e humanos, e no sentido amplo em temáticas como liberdade de pensamento, de associação, pelo fim da abolição da escravatura e pela paz.

A chamada primeira onda feminista caracteriza-se pela luta das mulheres por diretos políticos; um exemplo é o sufragismo, movimento que surgiu na Europa e nos Estados Unidos no final dos anos 1880 e que reivindicava para as mulheres o direito ao voto.

As mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1934, e no ano de 1962 foi publicado o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.212/62), que proporcionou às mulheres direitos como a guarda dos filhos em caso de divórcio e o direito ao trabalho sem autorização do marido (BRASIL, 1962).

Na segunda onda do feminismo as reivindicações feministas foram abraçadas por outras minorias como negros e homossexuais, sendo considerada a fase do feminismo radical de luta pela libertação das mulheres. Saffioti (2004, p.37) considera que o tema da diferença entra na pauta das mulheres reclamando a multiplicidade do sujeito, e com isso elas passam a reclamar a aceitação das diferenças. A autora entende ainda que a primeira onda feminista buscou resgatar a identidade da mulher e a segunda onda, os direitos das mulheres.

No Brasil, a segunda onda feminista ocorreu após 1975, quando as mulheres emergiram na cena pública, ou seja, quando passaram a lutar por direitos como creches locais e salários iguais aos homens que atuavam nos mesmos ofícios. No período compreendido como a ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, o movimento feminista desempenhou um papel de resistência na luta contra o governo ditatorial, fundando associações e protestando por direitos e contra a ditadura militar.

No ano de 1977 no Brasil foi publicada a chamada Lei do Divórcio (Lei 6.515/77), que garantiu o direito às mulheres de não permanecer em relações indesejadas. Todavia, o procedimento era muito moroso, já que incluía o afastamento do lar e a separação de corpospara, só então, a decretação oficial do divórcio (BRASIL, 1977).

Por conseguinte, no ano de 1985, foi conquistada a criação da primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM). A unidade foi inaugurada no estado de São Paulo em 6 de agosto de 1985, durante o governo Franco Montoro.

A partir de 1990, a terceira onda feminista foi marcada por lutas pela liberdade total das mulheres no mundo, referindo-se a todos os aspectos da vida da mulher, em especial, no tocante ao domínio sobre o corpo, destacando-se, nesse contexto, o uso dos contraceptivos, que conferiu à

mulher maior liberdade em sua vida sexual, bem como permitiu que planejasse melhor a construção familiar, a partir do controle da taxa de natalidade.

Outrossim, urge observar que a terceira onda ampliou o debate acerca das temáticas de gênero, em especial, no tocante à ideia de interseccionalidades, asseverando que, em matérias dessa natureza, é preciso atentar-se aos cruzamentos das diferenças. Ou seja, se o sujeito vitimado for uma mulher, ela sofrerá o estigma do gênero, se a mulher for pobre, negra, imigrante, à vulnerabilidade de gênero somar-se-ão outras, ocorrendo, assim, uma sobreposição de violências.

No Brasil nos anos de 1990 os movimentos feministas começam a organizar-se por meio da atuação política contra a discriminação no mercado de trabalho, em defesa das vítimas por meio de violências machistas. Posteriormente, foi criado um sistema de cotas eleitorais, pela lei 9.504 de 1997, que obriga as chapas partidárias a cumprirem o percentual de candidaturas de no mínimo 30% e máximo 70% por sexo, para estimular e garantir candidaturas de mulheres às eleições proporcionais (vereadora, deputadas estadual e federal). A lei não vale para chapas de candidaturas executivas: prefeitos, governadores, senadores e presidentes (BRASIL, 1997).

Portanto, observados os momentos primordiais da luta feminista no Brasil e a luta das mulheres em busca de reconhecimento e a proteção de seus direitos, adveio a Lei 11.340/06 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha. Considerada uma conquista de grande significado para o movimento feminista, a Lei promove a proteção ao combate de violências contra as mulheres. Destaca-se também a lei nº 13.104/15, que qualifica o homicídio contra as mulheres e altera o Código Penal, classificando-o como feminicídio (BRASIL, 2015).

3 A PROTEÇÃO LEGAL DA MULHER: SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E DA LEI MARIA DA PENHA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que delineia os direitos humanos fundamentais foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Em seu preâmbulo reconhece a igualdade do homem e da mulher, sendo que no seu texto exclui quaisquer discriminações, inclusive a de ordem sexual, e preconiza que homens e mulheres gozam de direitos iguais no casamento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Nessa linha, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais dispõem que os Estados se comprometem a assegurar a homens e mulheres igualdade de gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 07 de novembro de 1967, por meio da Resolução nº 2.263, proclamou a Declaração no artigo 1° que “A discriminação contra a mulher, porque nega ou limita sua igualdade de direitos com o homem, é fundamentalmente injusta e constitui uma ofensa à dignidade humana” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1967).

Em 1979,na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU adotou a Convenção sobre eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, reafirmando o princípio da igualdade.

Na perspectiva de Chauí:

> Conceber a violência contra as mulheres como consequência de uma ideologia que define a condição feminina como inferior à condição masculina desembocando em desigualdades hierárquicas que se impõem por meio de discursos masculinos sobre a mulher, os quais se direcionam, também, ao corpo da mulher (CHAUÍ, 1985, p.47).

É importante ressaltar que em 1993 a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, definida como sendo qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou em sofrimento para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, podendo ocorrer na esfera pública ou privada (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993). A partir dessa declaração, a violência contra as mulheres é compreendida como uma violação de direitos humanos (PIOVESAN, 2009).

Na questão da violência contra a mulher, a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993, e a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, de 1995, constituem importante reforço na proteção dos direitos humanos das mulheres (PIOVESAN, 2009).

Nesta premissa, ao tratar dos direitos das mulheres como direitos humanos, prioriza seu tratamento, inserindo-os entre as principais atividades do sistema das Nações Unidas que evidencia também, de forma expressa, que a violação dos direitos humanos pode dar-se não somente pelo Estado nos espaços públicos, mas também nos espaços domésticos e privados (LAVORENTI, 2009, p. 17).

A OEA adotou em 1994 a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará. O Brasil ratificou essa Convenção em 1995. A iniciativa de elaboração dessa norma partiu das integrantes da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), órgão técnico especializado de assessoramento nas questões referentes aos direitos das mulheres na OEA, que incorporou em sua pauta a preocupação advinda dos movimentos contemporâneos feministas nas Américas que denunciavam a existência desse problema social grave, que atingia as mulheres e a omissão do Estado nessa questão. Segundo a Comissão Interamericana de Mulheres, a adoção da Convenção de Belém do Pará, assim conhecida pelo local onde foi adotada, refletiu um poderoso consenso entre atores, estatal e não estatais.

Para as integrantes da CIM, a violência compreende a agressão física, sexual e também a psicológica contra as mulheres. Não se resume apenas ao espaço privado, da família, mas em todos

os setores da sociedade. Pela primeira vez, passa a constar de uma Convenção, com natureza obrigatória para os países que a assinam e a ratificam, que a violência contra as mulheres é uma violação de direitos humanos. Além disso, converte-se essa Convenção em uma verdadeira redefinição do direito interamericano sobre direitos humanos para aplicá-lo com uma orientação concreta de gênero.

A adesão ao sistema internacional e regional de direitos humanos é voluntária, mas uma vez ratificada a Convenção ou outro ato internacional, o país se vincula à comunidade internacional, gerando a obrigação de cumprimento das normas acordadas. Cada ato internacional de direitos humanos vincula-se a um Comitê de monitoramento e fiscalização que trabalha a partir de solicitação de Informes aos Estados acerca da situação de direitos humanos no País.

O sistema de proteção internacional gradativamente incorporou normativas de proteção aos direitos humanos das mulheres. Esses mecanismos, somados ao constante monitoramento, têm sido essenciais para a cobrança de mudança da legislação e políticas públicas de prevenção e proteção às mulheres em situação de violência, como são exemplos a criação das delegacias especiais de atendimento à mulher, Centros de Referência, Casas Abrigo e a promulgação da Lei Maria da Penha.

Posto isso, a Lei Maria da Penha é um importante instrumento de proteção para as mulheres no Brasil. A referida lei surgiu a partir de um caso de violência doméstica grave sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes. A criação da lei foi uma resposta do governo brasileiro a esta condenação, na tentativa de diminuir e combater os casos de violência doméstica no país. Como consequência do processo que buscava a condenação do agressor o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por não ter meios suficientes para combater a violência contra as mulheres(TODA POLÍTICA, 2019).

A Lei Maria da Pena foi promulgada como meio de reprimir a violência sofrida por mulheres no âmbito familiar, doméstico, e a sua criação surge para atender as normas previstas nos Tratados internacionais em que o Brasil é signatário, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (1979), e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994).

Ressalta-se que a Lei Maria da Penha privilegiou especialmente as condutas que mais engrossam as estatísticas da violência contra a mulher, com base no gênero, que ocorrem nas relações domésticas, familiares e nas relações afetivas, atuais ou passadas, consoante art. 5º de sua redação:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015) I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar,

> inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006).

Um dos grandes avanços da Lei Maria da Penha foi contemplar a importância das equipes multidisciplinares nas intervenções judiciais e extrajudiciais envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher. Essas intervenções, realizadas pelas equipes multidisciplinares de acompanhamento psicossocial, jurídico e de saúde, têm função de subsidiar a atuação dos juízes, promotores de justiça, advogados e defensores públicos, muitas vezes problematizando as relações hierárquicas de gênero.

4 A MULHER E SEUS CONTEXTOS DE VIOLÊNCIAS

Ao longo da história da humanidade, a das mulheres é marcada por violências específicas por sua condição sexual e de gênero. Assim é necessário especificar alguns dos casos específicos dos atos de violência sofrida pelas mulheres, o que é considerada como violência de gênero no artigo 5º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (que consagra o direito da integridade pessoal), como na Convenção de Belém do Pará (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994).

Ambas as Convenções pontuam a definição de violência contra as mulheres, no artigo 2º da Convenção de Belém do Pará ressalta a violência sexual, física, psicológica que pode ocorrer no seio familiar, na comunidade e ainda, aquela que pode ser tolerada ou perpetuada pelo Estado e seus agentes públicos.

Neste prisma, a violência contra mulher como uma definição de violência de gênero pode ser considerada a violência contra o direito à integridade pessoal (dignidade humana), a violência física, sexual, psíquica e moral, e nos casos de morte, o direito à vida. Assim, deve ser considerado que violência sexual vulnera os aspectos essenciais da vida privada das mulheres, o que anula seu direito de escolha das suas relações pessoais, determinando assim a completa perca de controles sobre as deliberações pessoais e íntimas sobre as funções corporais básicas.

Ressalta ainda que, o artigo 11 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (proteção da honra e da dignidade) inclui também a proteção da vida privada, entre outras áreas protegidas, a vida sexual e o direito de estabelecer e desenvolver relações como outros seres humanos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

No âmbito nacional a Lei Maria da Penha apresenta um dispositivo legal para combater e punir as situações de violência contra mulheres, e também oferecer meios de proteção cautelar as diversas vítimas de violência de gênero.

Dispõe o artigo 2º, da Lei Maria da Penha:

> Art. 2º Toda mulher independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidade e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

Assim, a violência baseada no gênero enquanto herança cultural pode ser considerada como aquela predominante na sociedade coletiva, consequência da permanência de uma estrutura de poder patriarcal que ainda predomina nas relações atuais, seja nas atividades íntimas ou privadas, nos espaços públicos, ou até mesmo nos espaços de lazer.

Saffioti, tendo por base a compreensão da violência contra a mulher como expressão do patriarcado e incorporando também às suas reflexões o conceito de "gênero", contribuiu de forma decisiva para a definição das diversas formas de violência contra a mulher, conforme consta abaixo:

> Violência familiar - aquela que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar - extrapola os limites do domicílio. A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar, podendo também atingir pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregados e empregadas(os) domésticas(os). Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. (SAFFIOTI, 1999, p. 83)

Incluindo na definição de violência os comportamentos que têm lugar dentro do seio familiar ou doméstico, ou em qualquer outro relacionamento interpessoal, a Convenção de Belém do Pará rompe com dicotomia da esfera pública e privada, que tradicionalmente dificultava a proteção plena e efetiva das mulheres contra o fenômeno da violência de gênero (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994).

Na introdução da Declaração tem se reafirmado a necessidade de combater as diversas formas de violência, discriminação das quais as mulheres são expostas no mundo.

No item 18, parte I da Declaração afirma que:

> Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais, na vida política, civil, econômica, social e cultural em níveis nacionais, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação sexual são objetivos prioritários da comunidade internacional. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994).

O referido item ainda reforça que a violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas, por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994).

Desse modo, ao afirmar que a violência doméstica é considerada uma violência de gênero contra os direitos humanos das mulheres, estabelece também que os atos violentos dentro da família podem gerar responsabilidade para o Estado quando este não programar medidas preventivas cabíveis, não investigar devidamente os fatos e não punir os responsáveis conforme estabelecido nas Convenções Americana sobre Direitos Humanos e de Belém do Pará (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994).

Neste contexto, quando a mulher tem a violência sofrida exposta nas manchetes dos jornais permeadas e potencializadas pelas desigualdades sociais, não apenas provoca a luta pela efetivação de Direitos Humanos, mas a exige como imprescindível.

Angelita Lima (2001), em sua pesquisa *A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia,* constatou que “a divulgação da violência contra a mulher através das mídias tende a reforçar as desigualdades de gênero, ou seja, quando a mulher tem sua vida exposta, esta é submetida a mais uma forma de violência, como manchetes e fotos”.

Acrescente-se que as manchetes jornalísticas que veiculam e expõem as mulheres de forma estereotipada tornam-se incompatíveis com a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Mulheres doqual o Brasil é signatário, que tem como cerne na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1996).

Neste contexto, os Direitos Humanos das Mulheres é uma questão que cabe a toda sociedade colocar em prática, e principalmente aos grupos responsáveis pelas narrativas relacionando as mulheres e a violência.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

A Análise de Conteúdo (AC) é uma técnica de pesquisa apropriada para o estudo das comunicações, pois permite acessar conteúdos manifestos (explícitos) e latentes (simbólicos) nas

notícias e reportagens. Para Franco, citado por Gomes Campos (2004), a razão de ser da AC é produzir inferências sobre o texto objetivo.

Desse modo, Herscovitz sugere que a AC pode ser empregada em estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios:

> Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo, tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados. (HERSCOVITZ, 2007, p. 127)

Bardin (2016) assinala que as diferentes fases da AC organizam-se em três pólos cronológicos: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, com a inferência e a interpretação.

O desenvolvimento deste trabalho ora apresentado baseou-se empiricamente no levantamento documental de todos os exemplares do jornal Diário da Manhã, no estado de Goiás, dos anos de 2016 e 2017. Após leitura, foram encontradas e selecionadas 28 (vinte e oito) notícias ou reportagens, sendo uma delas suíte[83], sobre violência contra as mulheres.

Após a coleta e quantificação das notícias e reportagens, iniciou-se a abordagem qualitativa em que se utilizou o método da análise de conteúdo das manchetes, para a identificação do título principal, de maior destaque, no alto da primeira página de jornal, alusivo a mais importante dentre as notícias contidas na edição, utilizada por definir o assunto da notícia relacionada à violência, objeto empírico deste estudo.

Neste contexto, a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social.

Como aponta Fonseca Junior, a análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões (LOZANO apud FONSECA JUNIOR, 2005, p. 286).

Por fim, os dados foram sistematizados e analisados envolvendo as ideias das manchetes, em diálogo com literatura referencial do padrão narrativo das categorias de gênero e os Direitos Humanos das Mulheres.

[83]No jornalismo é uma reportagem que explora os desdobramentos ou a sequência dos fatos noticiados pela edição anterior.

6 RESULTADOS

Os casos de violência contra mulher representados na mídia impressa do jornal Diário da Manhãno período citado apresentou incidência de crimes como: estupro, feminicídio, lesão corporal, crimes sexuais, cárcere privado, tortura, violência psicológica e ameaça. Conforme foi verificado na análise, a incidência maior de crimes foi o feminicídio e o estupro, sendo que as vítimas foram mulheres de diferentes faixas etárias e níveis sociais.

Ainda nos casos verificados notou-se que os crimes praticados contra mulheres entram na pauta dos jornais mesmo quando o ato é violento e perpetrado com crueldade. A manchete (título) indicou, na maioria dos casos, o homem como agente principal da frase. Outra parte dos agrupamentos citou no título o mote policial e da justiça, incluindo um sobre feminicídio e outro sobre violência. Outros títulos apresentaram mulheres como sujeito da frase e/ou da ação.

Ainda ressalta-se que os casos analisados não fizeram referência à violência contra as mulheres ou violência de gênero, conforme quadros a seguir:

Quadro 1 – Dados sobre as Matérias dos Casos de Violência Identificados no Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 2016.

DATA	CAPA		PÁGINA	FOTO		TIPO DE MATÉRIA		RETRANCA	MANCHETE
	SIM	NÃO		SIM	NÃO	NOTÍCIA	REPORT		
23/01/2016	X		3	X			X	Crime	Homicida procurado pela polícia
12/03/2016		X	4		X	X		Semana da Mulher	Homem condenado a 17 anos pela morte da ex-mulher
17/03/2016	X		2	X		X		Violência	Marido e amigos estupram mulher
02/05/2016		X	4	X		X		NI	Marido e amigos estupram mulher
26/05/2016		X	2		X	X		Factual	Homem queima amante com soda cáustica
12/06/2016		X	2		X	X		Factual	Homem queima amante com soda cáustica (SUÍTE)
09/08/2016		X	3	X			X	Crime	Violência sem limite
15/08/2016		X	3		X	X		Crime	Homem é preso dentro de casa após matar a mulher a facadas em Goiânia
16/08/2016		X	4	X		X		Justiça	Usuário de drogas suspeito de matar a mulher asfixiada é preso
11/10/2016		X	4		X	X		Violência	Mulher diz ter sido estuprada e jogada de moto em movimento

DATA	CAPA		PÁGINA	FOTO		TIPO DE MATÉRIA		RETRANCA	MANCHETE
	SIM	NÃO		SIM	NÃO	NOTÍCIA	REPORT		
14/10/2016		X	2	X		X		Violência	Mulher mantida em cárcere privado pelo marido é resgatada em Anápolis
16/10/2016		X	2	X		X		Crime	Homem se entrega e diz que namorada morreu acidentalmente
Subt	2	10	-	7	5	10	2	-	-
Total	12 notícias/reportagens								

Fonte: Jornal Diário da Manhã 2016. Autoria: Grupo de pesquisa Benedita Tatu

Quadro 2 – Dados sobre as Matérias dos Casos de Violência Identificados no Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 2017.

DATA	CAPA		PÁGINA	FOTO		TIPO DE MATÉRIA		RETRANCA	MANCHETE
	SIM	NÃO		SIM	NÃO	NOTÍCIA	REPORT		
06/01/2017		X	2		X		X	NI	Empresária é morta a facadas dentro de pet shop
07/02/2017		X	6	X		X		Morrinhos	Polícia resgata mulher mantida em cárcere privado
08/02/2017		X	6	X		X		Aparecida de Goiânia	Investigações de feminicídio Concluída
26/04/2017		X	5	X		X		Crime	Marido confessa que matou mulher que estava desaparecida
28/04/2017		X	8	X		X		Violência	Homem suspeito de matar professora para comprar moto
12/05/2017		X	5	X		X		Goiânia	Homem é preso suspeito de matar namorada e esconder corpo
24/05/2017	X		2		X	X		Violência	Homem invade casa e abusa sexualmente de idosa em Aparecida de Goiânia
19/07/2017	X		2	X		X		Caldas Novas	Mistério em morte de enfermeira
25/07/2017		X	6	X		X		crime	Mulher é torturada com facão e pimenta no órgão genital
18/08/2017	X		4	X		X		Crime	Professor da UFG é denunciado por crimes sexuais
30/08/2017		X	2	X		X		Violência	Policial é preso após fazer própria mãe refém dentro de casa
07/09/2017		X	2	X		X		Rio Verde	Suspeito de matar mulher e esconder

DATA	CAPA		PÁGINA	FOTO		TIPO DE MATÉRIA		RETRANCA	MANCHETE
	SIM	NÃO		SIM	NÃO	NOTÍCIA	REPORT		
									corpo dentro de mala é preso
13/09/2017		X	2	X		X		Violência	Genro que matou sogra é preso em Goiânia
30/09/2017	X		5	X		X		Criminalidade	Doméstica está assustada: "Se ele sair, ele me mata"
28/11/2017		X	2	X		X		Violência	Ex-maridoperseguemulher e ameaça matar ela e sua família
14/12/2017		X	2		X	X		Justiça	Pai é condenado por dar chineladas nas nádegas da filha de 26 anos
Subt	4	12	-	13	3	15	1	-	-
Total	16 notícias/reportagens								

Fonte: Jornal Diário da Manhã 2017. Autoria: Grupo de pesquisa Benedita Tatu

Dessa forma, verifica-se que dentre as manchetes publicadas em 2016, em apenas duas as vítimas estão em primeiro plano; nas demais os assassinos ou agressores estão em primeiro plano das chamadas. O mesmo ocorre em 2017, quando em dez das dezesseis manchetes os agressores e assassinos estão em primeiro plano. Interessante perceber que para constituir uma análise de tendência, quando a mulher é sujeito da informação (quando ela é a fonte), a manchete gera uma espécie de suspeita ao seu depoimento ou à sua palavra.

Vejamos a chamada do dia 11/10/2016: "*Mulher diz ter sido estuprada e jogada de moto em movimento".* Neste caso, a manchete dá abertura ao imaginário e senso comum quando utiliza o verbo *"dizer"* para citar o depoimento da fonte. Esse verbo remete a uma ideia de fofoca, invenção ou mentira que, por uma questão de gênero, são *"qualidades"* atribuídas às mulheres. Pode-se afirmar que tal manchete desqualifica a vítima, como fonte de informação do estupro, o que é comum, também, nas narrativas cotidianas quando as mulheres denunciam as violências sexuais que sofrem, sobretudo no âmbito doméstico.

Outro elemento de análise que merece destaque é o fato de que, apesar da Lei do Feminicídio em vigor desde 2015, do total das manchetes publicadas, apenas uma, no ano de 2017, faz referência ao crime de feminicídio, permitindo que as violências e os crimes contra as mulheres sejam lidos de forma banal, sem a devida compreensão das especificidades da violência de gênero. Isso, sem dúvida contribui para a banalização e a perpetuação das violências contra as mulheres.

Neste contexto, pode-se perceber que apesar dos altos índices de violência de gênero no Estado de Goiás, as informações nas manchetes publicadas no jornal Diário da Manhã tenderam à superficialidade, sem aprofundamento ou contextualização da questão social da violência de gênero.Portanto, pode-se afirmar que alguns fenômenos da reprodução cultural, que por vezes contribuem para opressão de gênero, são corriqueiramente disseminados pela mídia impressa, como no caso das manchetes, que por tais expressões contribuem para legitimação de comportamentos agressivos. Esse reforço se dá a partir dos estereótipos, bem como o padrão do pensamento machista como normal e aceitável pela sociedade.

7 CONCLUSÕES

O principal objetivo que orientou este trabalho foi analisar a representação da violência de gênero conta as mulheres, por meio da leitura das manchetes do jornal Diário da Manhãdo Estado de Goiás. Assim, pretendeu-se não só conhecer as palavras usadas para definir o assunto – manchete –, como também avaliar a importância que o jornal impresso vem atribuindo no decorrer dos anos, a violência de gênero contra as mulheres.

Buscou-se ainda, por meio desse trabalho, refletir sobre o papel dos veículos de comunicação nas questões sociais junto aos seus leitores. Para tanto, tomou-se como pressuposto que as manchetes das notícias relacionadas à violência contra mulher do jornal Diário da Manhã privilegia o sensacionalismo ao citar o acontecido, em sua maioria, como meros atos de violência, de crime qualquer; são enunciados marcados pelo emprego de discursos sensacionalistas, que recebem maior destaque para chamar a atenção do leitor do que a gravidade em si, reforçando a banalização da violência de gênero como algo corriqueiro, o que em nada contribuiu para despertar no público uma reflexão sobre a informação que a manchete aborda, ou alerta sobre as necessidades para reduzir os índices de violência de gênero contra mulheres.

Pode-se afirmar que as manchetes das coberturas jornalísticas feitas à violência de gênero contra as mulheres pela mídia escrita do jornal *O Diário da Manhã* revelou-se deficitária no sentido de contribuir, informar aos leitores sobre o conhecimento do problema social que perpassa no Estado de Goiás, em relação ao alto índice de violência de gênero contra as mulheres. Neste contexto, a mídia não cumpre seu papel pedagógico ao naturalizar e banalizar a violência de gênero como mero acaso, contribuindo para a sustentação de uma cultura patriarcal em que a mulher é propriedade do homem, e esse tem o direito de dispor do seu corpo, da sua vida, como bem entender.

Por fim, por meio da análise das manchetes pelo jornal Diário da Manhã pode-se concluir que a mídia impressa estudada não aborda a violência contra mulher de tal maneira que permita

um conhecimento do fenômeno da violência de gênero, quanto à violação de Direitos Humanos das Mulheres.

A CONTENT ANALYSIS OF THE HEADLINES ABOUT VIOLENCE AGAINST WOMEN FROM THE BRAZILIAN NEWSPAPER O DIÁRIO DA MANHÃ

ABSTRACT

In this article we analyze the headlines related to gender violence against women in the daily newspaper Jornal da Manhã. In this context, we seek to identify how this type of violence is enunciated by journalistic discourse. This article derives from a researchentitled “The blaming of women in narratives about gender violence in daily newspapers of Goiânia”, and starts from the assumption that women in situations of violence are invisible and the journalistic approach disregards gender issues. Thus, in this research it’s put into question that the titles / headlines contribute to the reproduction in the symbolic field of an unequal, alienated and sexist society, which has violence against women as a naturally inseparable action of its culture of punishing. The general objective of the study is to identify the contents of the headlines and verify the representation of gender violence in Goiás’ journalism. For that, we did a content analysis of the collected empirical material, that is, the news and reports published in 2016 and 2017 by the referred newspaper. Therefore, in view of the data collected in the news related to violence against women in the period mentioned, it was concluded through content analysis that the headlines maintain ideological marks of oppression, contributing to the construction of an inferior group view, which naturalizes the patriarchal culture, in which women are the property of men, and men have the right to dispose of their bodies and their lives as they see fit. In addition, the analyzed print media do not address violence against women in such a way as to provide insight into the phenomenon of gender-based violence in its headlines regarding the violation of Women's Human Rights.

Keywords: Human Rights. Violence against women. Newspaper. Content analysis. Communication andcitizenship.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, 1962.

BRASIL. Lei nº 6515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Presidência da República, Brasília, Brasil, Diário Oficial da União de 10 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Lei Maria da Penha – Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: SPM, 2006.

CAMPOS, Amini Haddad; CORRÊA, Lindinalva Rodrigues. Direitos Humanos das Mulheres: Doutrina, Prática, Jurisprudência, Modelos, Direito Comparado, Estatísticas, Estudo de Casos, Comentários à Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), Legislação Internacional e Coletânea de Normas: Juruá, 2012. 848 p.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, DF, 2004.

CEDAW. Relatório Nacional Brasileiro: convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, protocolo facultativo. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, São Paulo: Zahar Editores, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível.Folha de S. Paulo, Sao Paulo, 14 mar. 1999, Caderno Mais! p. 5-3.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência Doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), comentada artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2008.

DINIZ, Maria Helena.Dicionário Jurídico. São Paulo: Saraiva, 1998.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J. e BARROS, A. (org) Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

HERSCOVITZ, HeloizaGolbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LAVORENTI, Wilson. Violência e Discriminação Contra a Mulher: Tratados Internacionais de Proteção e o Direito Penal Brasileiro. Campinas, SP: Millennium, 2009.

LIMA, A. P. A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia. Dissertação(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2001. 112 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos.Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. Proclamada pela Assembléia Geral na Resolução 2263 (XXII), de 7 de novembro de 1967. 1967.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres. 1993.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.RELATÓRIO N° 54/01, CASO 12.051, MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES, BRASIL, 4 de abril de 2001 Disponível em: http://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm Acesso em: 30 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de San José. Costa Rica, 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/pactoSanJose.pdf>Acesso em: 30 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 junho de 1994, no XXIV Período de Sessões da Assembleia Geral da OEA. Brasil, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> Acesso em: 25 set. 19.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>.Acesso em: 30 jul. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuição feminista para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, São Paulo, (16), p.115-136. 2001.

SAFFIOTTI, H.I.B. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. Gênero e Cidadania,Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero. Campinas: Unicamp, 2004. p.59-69.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976. [2ªedição].

SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista realizada em 20/07/2008. In: MÉNDEZ, Natalia Pietra. Com a palavra o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2008.

SANEMATSU, M. Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística. Coordenação VeetVivarta. Brasília, DF: ANDI, Instituto Patrícia Galvão, 2011.

SANTOS, Sydney Francisco Reis dos. Mulher: Sujeito ou Objeto de Sua Própria História? Um Olhar Interdisciplinar na História dos Direitos Humanos das Mulheres. Florianópolis: OAB/SC, 2006. 264 p.

SENADO NOTÍCIAS. Lobby do Batom: marco histórico no combate à discriminações. Disponível em: <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/552686359/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 01 ago. 2019.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Ed. UNB, 1999.

THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TODA POLÍTICA. O que é a Lei Maria da Penha?. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 1 v.

MICROPODERES E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO NARRATIVO DO *CORREIO BRAZILIENSE* ACERCA DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA.

Milena dos Santos Marra[84]
Magno Luiz Medeiros da Silva[85]

RESUMO

No Brasil, a violência apresenta-se como um complexo fenômeno sociocultural cujo debate rompe as tradicionais fronteiras disciplinares. No que tange à comunicação, este trabalho analisa o tratamento dado pelo jornal *Correio Braziliense*ao conteúdo relacionado à população carcerária. Para isso, o pensamento de Michel Foucault (2005) e de Pierre Bourdieu (2005), assim como seus respectivos conceitos de micropoder e violência simbólica, formam o quadro teórico nuclear deste trabalho. Como ferramenta metodológica de investigação, optou-se por utilizar a análise de conteúdo clássica, comum em pesquisas em jornais e noticiários. Trata-se de uma análise que se constrói sobre um material empírico e objetiva a compreensão das características que constituem a construção do discurso narrativo acerca do cárcere e, principalmente, da violência.

Palavras-chave: Jornalismo, Discurso Jornalístico, Violência, Cárcere

1 INTRODUÇÃO

Hoje, a comunicação é considerada um dos mais relevantes pilares da sociedade contemporânea. Junto a isso, tem-se a compreensão de que o fazer comunicacional, de um modo geral, deve seguir uma lógica de responsabilidade e comprometimento ao lidar com diversas questões sociais: entre elas, a situação de cárcere. Considerando a amplitude e a complexidade do problema da violência no Brasil, entende-se que a abordagem desempenhada pela mídia deve ser objeto de pesquisa acadêmica de modo permanente.

Cabe mencionar a dificuldade de questionar o discurso jornalístico quando se trata da população carcerária. Em um contexto como o brasileiro, a desigualdade incessante faz com que indivíduos permaneçam historicamente à margem de seus direitos. Quando se fala sobre esses indivíduos marginalizados, falar sobre o tratamento dado à população carcerária brasileira apresenta-se como um desafio, sobretudo no que diz respeito à comunicação. A situação do preso, hoje, continua sendo de marginalização e exclusão.

No Brasil, os assuntos vinculados aos Direitos Humanos ainda são percebidos como privilégios que devem ser restrito a “humanos direitos”. Geraldes et. al (2016) esclarecem que, no

[84]Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduou-se em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB). Bolsista Capes. E-mail: milena.bmarra@gmail.com
[85]Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), linha de pesquisa Mídia e Cidadania, e do Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG, linha de pesquisa Práticas e Representações Sociais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. E-mail: magno@ufg.br

âmbito da Comunicação, isso não é diferente. “O primeiro limite é sua aspiração à universalidade, num mundo marcado pelas diferenças, tensões e conflitos, ocultando o seu DNA ocidental, europeu e branco” (p.20). Os autores explicam que, apesar dos limites legais, as conquistas proporcionadas pelos Direitos Humanos são frequentemente inferiorizadas e ocultadas. Sobretudo entre as classes sociais menos favorecidas e mais vulneráveis, junto a esse ocultamento está uma noção problemática de que “eles são ineficazes e inócuos diante da demanda por respostas rápidas e diretas para a violência e para a falta de oportunidades” (GERALDES et, al, 2016, p. 20).

É preciso reconhecer que a violência no Brasil é um problema persistente que atinge direta ou indiretamente toda a população. Ao analisar os discursos sobre a população carcerária, portanto, não há uma intenção de vitimizá-la ou de desconsiderar o caráter complexo da criminalidade no país, mas identificar características que produzem o discurso sobre estas questões. Ou seja, uma reflexão sobre os mecanismos que estruturam os discursos midiáticos e, nesse sentido, pretende-se mais a compreensão que a vigilância.

As discussões acerca desta temática proporcionam uma crítica sobre a função, a importância e os desdobramentos proporcionados pelos discursos midiáticos. Acresce-se a isto o aspecto de que a comunicação de massa e, em especial o jornalismo, possuem lugar privilegiado na construção de sentido da realidade. Para este trabalho, parte-se do pressuposto de que há todo um processo de hierarquização, discriminação, exclusão e desmedida violência simbólica presentes no discurso midiático e, sobretudo, o jornalístico. Trata-se de um assunto que requer observações, especificamente, sob perspectivas mais justas e igualitárias.

Cabe ressaltar que a noção de violência simbólica compreende, segundo as ideias de Bourdieu (2005, p.11), todo e qualquer instrumento de comunicação e de conhecimento que fortaleça a operacionalização ou legitimação de uma determinada dominação presente no conflito de classes. Para a compreensão dessa dimensão simbólica, o autor aponta uma correlação entre o campo de produção simbólica (constituído por narrativas, representações, sanções, leis, normas) e o campo da luta de classes (antagonismo político-ideológico, segregação e exclusões sociais, econômicos, étnico-culturais). A violência simbólica nada mais é que uma violência suave insensível e invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento (BOURDIEU, 2005).

Há, então, diferentes níveis, dimensões e patamares de violência. Para este trabalho, interessa o possível exercício da violência simbólica que se dá por meio de construções narrativo-discursivas que imponham universalidades e unicidade de interpretação. Ou seja, a problemática dessa questão está no fato de que a violência simbólica só pode ser concebida em detrimento da

pluralidade de pontos de vista e, portanto, oculta toda uma diversidade de outras narrativas existentes sobre determinada questão.

No âmbito do discurso jornalístico, a justificativa para essa discussão apresenta-se no entendimento de que, como formador de opinião, este influencia diretamente a realidade social na qual está inserido. Isso porque, segundo Bourdieu (1996), a violência simbólica é exercida com o conluio daqueles que a sofrem e "também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer" (p.16).

Quando se fala em discurso, também cabe destacar que a noção empregada neste trabalho é a foucaultiana. Para Foucault (2005), discurso significa um conjunto de enunciados, sob uma dada formação discursiva adotada ao longo do tempo. Nesse sentido, o discurso apresenta-se sempre associado às práticas, às estruturas e aos processos sociais, também construídos a partir de tais significados. Segundo o autor, há muitos modos de interpretar um discurso e seus desdobramentos no cotidiano social: desde uma noção repressiva de discurso, por exemplo, à formulação de determinadas verdades e/ou mentiras.

Pode-se dizer, então, que essa discussão surge de uma perspectiva que situa o discurso jornalístico como resultante de toda uma conjuntura complexa de interação social entre diversos agentes. Suzana Varjão (2008) explica que estes são resultantes de toda uma lógica proporcionada pelo contexto social, mas também o influenciam. Ou seja, os discursos delineiam práticas sociais e por elas também são delineados. Os discursos são, eles próprios, práticas sociais.

Para este trabalho, além da noção de discurso, o pensamento de Michel Foucault (2005) torna-se importante a outras questões. De início, suas ideias são fundamentais ao entendimento da organização e do funcionamento de instituições totalitárias como as penitenciárias, no que diz respeito à presença de mecanismos de poder disciplinar. Depois, pensar o binômio comunicação-violência também significa pensar o que o autor chama de funcionamento e problemas do aparelho repressivo do Estado. Em seguida, a análise da produção noticiosa relativa à população carcerária leva, inevitavelmente, à discussão sob a ótica do conceito foucaultiano demicropoderes.

Dentre as apropriações teóricas permitidas pela temática deste trabalho, está a ideia de que o exercício de poder está em toda parte. Logo, a força dos poderes pode ser percebida além dos tradicionais aparelhos de Estado, uma vez que se trata de característica inerente às relações sociais. Este trabalho considera, portanto, o conhecimento dos mecanismos de poder que circulam no tecido social como determinantes-base das transformações culturais - o que inclui as relações midiáticas. Diante disso, faz-se necessária a identificação dos pequenos focos de poder, ou micropoderes, que, para Foucault (2005), "podem ser um pequeno chefe, um guarda de H.L.M, um diretor de uma prisão, um juiz, um responsável sindical, um redator-chefe de um jornal (p.75)".

A necessidade de se problematizar a potencialidade do discurso-narrativo midiático como influenciador direto do contexto no qual é proporcionado acentua-se, sobretudo quando se trata de minorias e de pessoas em situação de vulnerabilidade social. As narrativas sobre a situação das penitenciárias, sobre o cárcere e sobre a população carcerária brasileira exigem a atenção da comunicação não só para reafirmar a importância de noções como *micropoder* e *violência simbólica*, mas para o entendimento da responsabilidade jornalística em um mundo de exclusões.

Como ferramenta nuclear de investigação, optou-se por utilizar a análise de conteúdo, trata-se de uma metodologia clássica para pesquisas em jornais e noticiários. Como descreve Bardin (2006), trata-se de uma metodologia que possui um caráter essencialmente qualitativo, embora possa utilizar de parâmetros estatísticos para apoiar as interpretações dos fenômenos da comunicação. O autor explica que a análise de conteúdo é não só um instrumento, mas um conjunto de técnicas de análise da comunicação:

> Mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (2010, p. 31).

A análise de conteúdo apresenta-se como legítima nas pesquisas qualitativas porque, apesar de ser apenas uma das abordagens metodológicas possíveis, possui grande importância em virtude da preocupação com a criticidade das interpretações. Nesse sentido, Bardin (2006) refere que "a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (...) que recorrem por meio de indicadores (quantitativos ou qualitativos)" (p.38).

Ao definir a análise de conteúdo como procedimento de análise mais adequado a este trabalho, considera-se o material a ser analisado, os objetivos da pesquisa e, principalmente, a relevância da temática em questão. No âmbito deste trabalho, a análise de conteúdo permite uma de suas principais potencialidades: a de "extrair sentido dos dados de texto e imagem" (CRESWELL, 2007, p.194).

Como a análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha sobre os dados coletados, é possível interpretar criticamente o conteúdo, o sentido e as significações do material textual. Portanto, em relação a este trabalho, percebe-se que a análise de conteúdo permite transpor uma leitura superficial da matéria jornalística, enriquecendo-a com dados coletados e permitindo inferências mais com rigor científico.

Diante de tudo isso, este trabalho analisa uma matéria publicada no *Correio Braziliense*[86]*, em 2019*, cujo título é *Papuda abriga 300 membros de facção*[87]*.* A justificativa para a escolha desta matéria está em seu conteúdo: em relação às outras matérias publicadas sobre o assunto no jornal, esta é a que possui o conteúdo mais expressivo. O objetivo principal é o de identificar as características existentes na narrativa discursiva do jornal acerca da população carcerária brasileira: suas particularidades, suas exceções e objeções.

Imagem 1 -Matéria a que este trabalho se refere

Cidades
+ política e economia no DF

Editores: José Carlos Vieira (Cidades) e Ana Maria Campos (Política)
josecarlos.df@dabr.com.br e anacampos.df@dabr.com.br
Tels.: 3214-1119/3214-1113/Fax: 3214-1185
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

CRIME ORGANIZADO / Sistema carcerário do DF tem integrantes de duas organizações com atuação no país e no exterior e de uma criada em Brasília. Autoridades estão preocupadas com a transferência dos líderes das duas primeiras para o presídio federal

Papuda abriga 300 membros de facções

» ISA STACCIARINI

Três facções criminosas contam com ao menos 300 integrantes no sistema carcerário do Distrito Federal. Eles são filiados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e Comboio do Cão. Esta última surgiu em Brasília, com seguidores no Riacho Fundo, no Recanto das Emas e em Ceilândia. Entre os faccionados, duas são mulheres e estão isoladas na Penitenciária Feminina, a Comeia. Os outros estão trancafiados na Penitenciária I e II (PDF I e PDF II) do Complexo Penitenciário da Papuda.

Os que têm mais influência e são apontados como líderes são levados para o Pavilhão de Segurança Máxima (PSM). A tentativa dos agentes de segurança é evitar uma articulação e impedir que mais seguidores sejam cooptados — na linguagem do crime, "batizados". Mas sem capacidade para deixar um detento por cela, os seguidores das organizações sem cargo de chefia ficam no mesmo ambiente de outros presos, mas em uma ala de internos perigosos.

Intramuros, eles tentam se comunicar por meio de cartas (trocadas ilegalmente) ou no grito. Para conseguir contato com o mundo externo, enviam recados por meio das visitas e recebem retornos verbais. Subsecretário do Sistema Penitenciário do DF (Sesipe), o dele-

Breno Fortes/CB/D.A Press – 28/8/12

Complexo Penitenciário da Papuda, em São Sebastião: apesar do rigor imposto pelos agentes, integrantes das facções conseguem se comunicar por cartas e visitas

Iano Andrade/CB/D.A Press – 10/7/07

[86]O Correio Braziliense é um jornalbrasileiro com sede em Brasília, Distrito Federal, pertencente aos Diários Associados, do qual faz parte outro jornal (Aqui DF), além da rádio Clube FM, a TV Brasília e os portais Correio Braziliense e Correio Web. Ao lado de Folha de S. Paulo, Estado de Minas, Zero Hora, O Globo e O Estado de S. Paulo, entre outros, forma o grupo dos principais jornais de referência do Brasil.

[87]Disponível também em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/06/06/interna_cidadesdf,760568/sistema-carcerario-do-df-abriga-300-presos-de-faccoes-criminosas.shtml

cupação com as facções nas cadeias. "Os faccionados têm força dentro da massa e são capazes de transformar a situação dentro da cela", revela.

Contatos

Por causa das tentativas de expansão, a Divisão de Inteligência Penitenciária (DPI) e a Polícia Civil monitoram os presos influentes. A maioria evita falar que integra facções para não ficar isolado. "Eles estão sempre se articulando, principalmente por meio de visitas, e isso desperta a nossa preocupação diuturnamente, porque se descuidar, é fatal. Temos um sistema seguro, que não entra celular, mas eles tentam todos os dias manter contato", conta Adval.

Quando alguma carta é encontrada, a Sesipe aciona a Polícia Civil. Investigadores abrem inquérito e passam a monitorar o caso. Essa atribuição é da Coordenação Especial de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e aos Crimes contra a Administração Pública (Cecor).

Diretor da Divisão de Repressão às Facções Criminosas (Difac) ligada à Cecor, o delegado Maurilio Coelho confirma que, desde 2012, foram presos aproximadamente 300 membros do PCC no DF e Entorno. "Quando o acusado já está no sistema, ele perde os benefícios e volta a ficar um bom tempo no regime fechado. Nosso objetivo é sempre desestimular as organizações criminosas, impedindo que os investigados continuem integrando as facções", ressalta.

Em liberdade, esses criminosos se concentram nas cidades de Santa Maria, Gama, Ceilândia e Samambaia. No Entorno do DF, eles vivem, principalmente, em municípios goianos mais ao sul, como Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia.

Contaminação

A 500 metros da Papuda, a Penitenciária de Segurança Máxima em Brasília recebeu pela terceira vez líderes de facções com atuação em todo o país. Semana passada, chegaram nove integrantes da Família do Norte (FDN), que lideraram os massacres nos presídios de Manaus (AM). Em 22 de março, o número um do PCC, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, foi transferido para a capital do país. O irmão dele desembarcou um mês antes, em 13 de fevereiro.

Para o subsecretário do sistema local, embora esses mandatários não entrem nas cadeias do DF, eles exercem influência na massa carcerária. "Para os presos daqui, esses líderes são ídolos. Por isso, eles tentam fazer com que as famílias, de alguma forma, se unam, com a esperança de poder, em algum momento, alcançar a liberdade ou promover uma fuga", comenta Adval Cardoso.

Consultor em segurança pública, George Felipe Dantas alerta para os riscos. "Quando se faz um presídio de segurança máxima, vêm advogados, familiares e seguidores que se estabelecem com pontos de suporte para essas pessoas (os presos). Eles agem como uma comunidade que se dispersa no entorno da penitenciária e constitui perigo."

Mas, na visão do professor, antes da criação da penitenciária de segurança, o entorno da Papuda já estava ameaçado devido à proximidade do complexo com a área urbana. "O risco à população é imediato, porque o perímetro do presídio se estreitou ao longo dos anos. Mesmo sem a penitenciária federal, trata-se de uma área já urbanizada ao redor. Acresça a isso o surgimento de um presídio federal."

George Felipe reforça a superlotação como um fator de preocupação. "Na medida em que adensa a população carcerária, isso gera algum conflito, porque é muita gente junta. Estamos há muito tempo sem registros de rebelião pela ação decisiva dos órgãos de monitoramento e controle do sistema penitenciário local."

A última rebelião no sistema ocorreu em 18 de outubro de 2001, após a passagem de Marcola pela Papuda. Ele criou um braço do PCC na unidade candanga, denominado Paz, Liberdade e Direito (PLD), que encabeçou a revolta. Dois morreram e 10 ficaram feridos, entre eles, um policial militar e outro civil. Na mesma noite, representantes da segurança pública informaram que a situação estava sob controle.

Penitenciária feminina: duas lideranças estão isoladas na unidade para inibir a atuação da organização criminosa

Para saber mais

Estatuto define regras

Com poderio econômico forte, ramificações no Brasil e até no exterior, as maiores facções criminosas agem com intuito de ampliar cada vez mais a sua área de atuação, com o recrutamento de bandidos, a compra de armamento e a diversificação dos crimes. A partir de um estatuto, distribuem tarefas, mantêm uma rede de contatos onde todos os criminosos se ajudam e contribuem financeiramente com o fortalecimento da organização.

Em Brasília os integrantes do PCC, por exemplo, são isentos de pagar uma mensalidade para a cúpula da facção, conhecida no dialeto do crime como cebola. O dinheiro serve para custear benefícios ao líder, como advogados, se ele for preso. Mas, mensalmente, há a cobrança de uma rifa. O preço médio é de R$ 30 para sorteio de celulares, televisões, motos e até carro.

Entre os crimes mais cometidos pelos integrantes das facções estão roubo, tráfico de drogas e homicídio quando envolve integrantes de organizações criminosas rivais.

Muito preso para pouco agente

A superlotação do sistema carcerário do Distrito Federal expõe a fragilidade de um complexo que opera 125% a mais do que o limite e ocupa o terceiro lugar da maior massa carcerária do país. São 7.398 vagas para 16.707 internos. Em celas que deveriam ter entre oito a 10 internos, há entre 30 e 40.

Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do DF (Sindpen-DF), Paulo Rogério da Silva reforça que são aproximadamente 1,7 mil servidores em atuação. Significa que são nove presos para cada agente, enquanto a recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) sugere a proporção de um servidor para cada cinco detentos por turno de serviço. "Com baixo efetivo e condições de trabalho precarizadas, acaba que a qualidade do serviço é inferior ao que poderíamos estar prestando. Existe uma sobrecarga de função."

Para Paulo, uma alternativa é a instituição da polícia penal, que faz com que os agentes possam ter poder de investigação. "É uma estrutura de polícia penitenciária que cria mecanismos de investigação e repressão nos moldes da polícia penitenciária italiana e soma no combate ao crime organizado. Dará um ciclo de segurança e inteligência dentro do sistema", defende.

Mais presídios

Estão em construção quatro Centros de Detenção Provisória (CDPs), com 3,2 mil novas vagas — 800 em cada. A previsão é de que fiquem prontas em um ano. Também está em andamento a reforma do bloco 3 do Centro de Progressão Penitenciária (CPP), com 625 vagas. A previsão de conclusão das obras é para o segundo semestre deste ano.

Há ainda um projeto para Penitenciária III do Distrito Federal, com 600 vagas. O início das obras depende de abertura de licitação que será feita após a conclusão dos projetos complementares de engenharia. Eles estão sendo elaborados por empresa contratada pela Novacap.

A Secretaria de Segurança Pública garante que "devido à capacitação dos servidores e protocolos de segurança, o DF possui o sistema mais seguro do país, mesmo com a terceira maior massa carcerária do Brasil."

Desse modo, as informações das matérias foram extraídas e, a partir disso, proporcionaram algumas inferências. Com ênfase no texto, buscou-se perceber repetições, palavras que causam estranhamento, além da lógica de produção da matéria. Moraes (1999) explica que, por meio da análise de conteúdo, são possíveis descrições sistemáticas que "ajudam a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (p. 2)".

2 A POPULAÇÃO CARCERÁRIA SEGUNDO O *CORREIO BRAZILIENSE*

O trecho *Papuda abriga 300 membros de facção* transcrito da matéria analisadacorresponde ao título que abre o caderno Cidades da edição de 06 de junho de 2019 no jornal Correio Braziliense, impresso de maior circulação do Distrito Federal. Tal título vem no alto da página abaixo do trecho

“CRIME ORGANIZADO / Sistema carcerário do DF tem integrantes de duas organizações com atuação no país e no exterior e de uma criada em Brasília”. A matéria é assinada e dispõe, simultaneamente, de recursos visuais (fotos, capitulares e um infográfico), além de outros diferenciais como legendas e intertítulos.

Aliado ao título do texto, no trecho “as autoridades estão preocupadas com as transferências dos líderes” têm-se uma percepção de um discurso que provoca medo. Como os relatos de crime despertam naturalmente a curiosidade da população, o discurso jornalístico atua explorando essa fragilidade humana e estimulando a sensação de insegurança. Bayer (2014) diz que discursos desse tipo são capazes de induzir ao pânico, reforçar uma falsidade à política criminal e promover a criminalização e a repressão. Tudo isso, segundo o autor, “oferece ao sistema penal uma legitimação para uma intervenção cada vez mais repressiva, criando um verdadeiro Estado Penal (p.2)”.

Para compreender o porquê da estigmatização que permeia essa questão, é possível retomar o pensamento de Foucault (1987) acerca do funcionamento das organizaçõesquando diz que a cadeia possui rituais políticos. Inquestionáveis, quando aplicados aos detentos são parte da mesma estrutura de perpetuação do poder vista do lado de fora das penitenciárias. Eles fazem parte “mesmo de um modo menor, das cerimônias pelas quais se manifesta o poder [na sociedade]” (p.41).

Outra fragilidade percebida na matéria está na informação sobre o envio e recebimento de cartas[88] como uma ilegalidade. Na verdade, as correspondências fazem parte de uma garantia prevista no artigo 41 da Lei de Execução Penal nº 7.210/84, que trata dos direitos não atingidos pela sentença do preso(a). Em seu inciso XV, a lei diz que as pessoas presas possuem o direito ao “contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes”.

Pela teor da matéria, deduz-se que a intencionalidade era de informar sobre cartas enviadas por um processo ilegal ou com conteúdos de cunho criminoso. Nesse sentido, a informação gera a ambiguidade de entendimento e colabora para noção de que o envio de cartas seja percebido pela população não como um direito, mas de forma filantrópica: uma ajuda dada pelo Estado; um favor; uma caridade.

Por outro lado, reconhecer os equívocos na narrativa acerca das correspondências não significa que este trabalho encara esse envio de forma simplista, mas que entende a informação precisa como fundamental à construção de imaginário que o discurso jornalístico provoca. Do

[88]Toda essa noção sobre o envio e recebimento de correspondências escritas no âmbito do sistema carcerário deve-se à realização de uma pesquisa, em 2017, cujo tema tratava dos Catataus e choronas: a comunicação por meio de bilhetes e cartas nas penitenciárias do DF de mesma autoria deste trabalho.

mesmo modo, este trabalho não está discutindo a necessidade da prisão ou definindo níveis de periculosidade, mas refletindo e contribuindo para compreender toda essa temática. Trata-se, portanto, de pequenos subsídios de relevantes questões para pensar a potencialidade do discurso e a sua responsabilidade na produção da ordem – ou da desordem – social.

No texto, pratica-se o que, para efeito desta análise, é considerado como ausência de problematização. Apresenta-se uma narrativa que diz respeito às consequências de um problema social mais amplo, porém sem discuti-lo. São distorções que expoẽm apenas uma ponta do sistema de segurança pública cujas origens não se resumem às penitenciárias ou à reclusão. Origens, aliás, que não são objeto de análise deste trabalho, mas que não podem ser ignoradas por estarem diretamente relacionadas à legitimação dos discursos midiáticos.

Na matéria, outro detalhe interessa à comunicação: um dos intertítulos nomeados como “contaminação” trata da influência das pessoas integrantes de organizações consideradas de alta periculosidade pela Segurança Pública sobre a população nomeada como “massa carcerária”. Na literalidade, contaminação significa a transmissão de germes nocivos ou de doença infecciosa, esse termo gera uma percepção que considera aspessoas presas como anormalidades. Do mesmo modo, um dos fatores que pode auxiliar a construção imagética dessa noção está no termo “trancafiados” utilizado na matéria: impregnado de conotações negativas.

Também ao longo do texto, a recorrência de alguns termos como “bandidos” ou “massa carcerária”, “se descuidar, é fatal” ou “o risco é imediato” revela a influência do jargão policial no discurso midiático do jornal em questão. Ainda que não se possa mensurar essa associação ou falar desses campos como se fossem homogêneos, são várias as implicações da relaçãoexistente entre jornalistas e estes profissionais. Trata-se de todo um *modus operandi* que exige atenção. A utilização de fontes oriundas da Segurança Pública como única e legítima fonte oficial de informação da matéria também representa uma supremacia das fontes policiais sobre as não-policiais o que, de certo modo, retoma aquilo que Bourdieu (2005) chama de violência simbólica.

É natural que haja todo um sistema nas rotinas produtivas jornalísticas em que a contribuição das autoridades de segurança seja de exímia importância. Contudo, deve-se ressaltar que o Estado é a posse do monopólio da violência física e simbólica. Bourdieu (1996, p. 15) descreve que:

> O Estado é o que funda a integração lógica e a integração moral do mundo social e, por aí, o consenso fundamental sobre o sentido do mundo que é a condição mesma dos conflitos a propósito do mundo social.

Além disso, do ponto de vista microssociológico, considera-se a forte influência proporcionada pelas teorias organizacionais que reconhecem os impactos causados pelos aspectos

organizativos do trabalho e pelas rotinas produtivas noticiosas. A partir disso, entende que apesar da autonomia dos profissionais e dos diversos macrocontroles, tais narrativas (re)produzem a *violência simbólica* e as ideologias dominantes.

A violência simbólica serve, para Bourdieu (2005), como instrumento de dominação. Para ele, as diferentes classes sociais se envolvem em uma luta também simbólica para imporem a definição de um mundo social conforme os seus interesses e suas expectativas. Nesse sentido, os indivíduos são estimulados a perceberem seus espaços socioeconômicos e culturais a partir de um sistema de valores materiais e imateriais nos quais eles não são, de fato, representados.

Por meio do conceito de Bourdieu (2005), ainda há outras manifestações de *violência simbólica*perceptíveis: as exclusões presentes na construção narrativo-discursivas, a supressão de determinadas questões sociais. O discurso jornalístico é, de certo modo, um discurso de poder simbólico estruturado e estruturante da realidade. Ele cumpre uma função política que impõe e legitima a dominação de uma classe sobre a outra. Desse modo, nos jornais, há também a ausência de reconhecimento de segmentos da população e a negligência de direitos individuais e sociais básicos que estes possuem.

O discurso informativo factual hegemônico presente na matéria é resultante de toda essa lógica maior de dominação: de modo estruturado na sociedade, reproduz as violências simbólicas de uma classe (dominadora) contra outra (dominada); violências que talham estampas no imaginário social (CUNHA, 2006). “Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados (BOURDIEU, 2005, p.12)”. Portanto,é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social).

Chama a atenção a indiferença com que a cadeia é encarada e a relativa naturalização da violência no discurso jornalístico presente. A reabilitação, a função educativa da reclusão, a problemática dos Direitos Humanos no cárcere do Brasil e os diversos desdobramentos existentes nessa temática não são questionados na matéria analisada. Ao evidenciar a violência como algo natural e intrínseco ao processo de reclusão, pode-se dizer que as narrativas midiáticas contribuem para omissão do caráter educativo e reabilitativo da prisão.

Além disso, toda essa questão fortalece o medo e uma estigmatização em relação à população carcerária, criando uma sensação de que presos(as) não-pertencem cotidianamente à população brasileira. Considerando que o sistema penitenciário brasileiro necessita de uma reestruturação e que os direitos humanos dos presidiários são constantemente violados, torna-se necessária a reflexão sobre a consequente *violência simbólica* que discursos como esse propiciam. No que tange às suas vidas, relatos desse tipo constroem, imaginária, cultural e socialmente, a noção

de que a saída da população carcerária da instituição na qual cumprem suas penas representa um momento de risco à população e de fracasso social.

Há outra debilidade que pode ser apontada na análise desta matéria, trata-se não só do predomínio de determinadas fontes e falas, mas também pela ausência de outras. Na matéria que fala sobre o cárcere, as fontes são exclusivamente ligadas ao Estado e à Polícia. Isso pode ser percebido nos trechos que dizem que “o risco à população é imediato” e que “os faccionados têm força dentro da massa”. De certa forma, todas as falas reforçam uma noção de população perigosa que deve ser altamente temida.

Mais uma vez, em relação à matéria analisada, há todo um detalhamento do funcionamento das organizações criminosas e, após citados, uma preferência para a utilização do apelido dos internos. Desde o nome “Marcola” à “cebola”, nota-se um descuido em relação à ética jornalística, pois há um relativo consenso de que as narrativas mal-traçadas que discriminam, hierarquizam e discriminam determinado segmento social contribuem para a produção e reprodução social de uma violência cotidiana.

A substituição acrítica do nome das pessoas presas por seus respectivos apelidos, por exemplo, apontam para a existência de mecanismos vinculados a fatores socioeconômicos e culturais desfavoráveis. Entende-se que a lógica de reconhecimento dessas pessoas por meio de apelidos se dá de forma acrítica, o que contribui para estigmatizar essa população e restringir sua existência ao âmbito do crime.

Da mesma forma como ocorre na sociedade, há um modus operandi de produtores e difusores de informação sobre violência que esboça uma narrativa frágil em relação à população carcerária na matéria analisada. Matéria esta que, ancorada pela situação de vulnerabilidade existente no cárcere,acaba por legitimar um discurso estigmatizado baseado em características socioeconômicas.

As pessoas pobres são as vítimas preferenciais da atuação midiática, enquanto a cura jornalística é mais refinada em relação aos indivíduos melhor situados social e financeiramente (VARJÃO, 2016). Trata-se, portanto, de um espaço desproporcional influenciado por questões raciais, sociais e econômicas. A autora diz que:

> A aplicação dessa espécie de regra implícita nas rotinas de produção da notícia deve ser debatida à forma com que se dá a banalização da violência em sua dimensão ideológica. É banal, natural, esperada quando praticada por indivíduos considerados supérfluos e quando os mesmos vitimam outros sujeitos igualmente desnecessários à referida ordem (idem, p.15).

Sem dúvidas, o *status* de credibilidade que o discurso jornalístico possui é um dos determinantes para que possa existir tanto uma relação de *micropoder* quanto expressões de *violência simbólica*. Em relação ao pensamento de Bourdieu (2005), isso pode ser associado ao que ele cita como a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronunciam, o que fortalece, portanto, o poder de manter a ordem ou de subverter. A *violência simbólica* presente no discurso-narrativo jornalístico não se dá por meio do que há nas palavras em si mesmas, mas sobretudo, pela legitimidade que elas conferem aos que falam frente aos que escutam.

Do mesmo modo, segundo o pensamento foucaultiano (2005), o poder não age necessariamente por violência, repressão e ideologia. Para o filósofo, o poder produz o real por meio de uma transformação dos indivíduos. “O poder deve ser analisado como algo que circula, que funciona em cadeia. Nunca está localizado em determinado local, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem” (FOUCAULT, 1987, p. 183). O poder não é necessariamente repressivo (já que não é um atributo); ele se exerce antes de se possuir: passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças de relação).

É importante ressaltar que, na produção jornalística, é comum que determinados eventos possuam um discurso mais cortês em contraposição a outros para os quais é destinado zelo sumário. Entretanto, na conjuntura desta análise, observa-se que o discurso jornalístico sugere uma apreciação a partir de um tratamento desigual por ela dispensado. Em particular, apesar de trazer dados acerca da superlotação das cadeias brasileiras, não se registra a presença de falassobre importância dos direitos básicos dos sujeitos que são mantidos encarcerados.

Não se pode afirmar de modo maquiavélico que há uma intencionalidade do jornal em associar a população carcerária a alguns dos fatores negativos citados anteriormente. Além disso, nem o uso proposital de termos pejorativos, nem a imprecisão de informações e nem algum interesse direto são verificados na matéria. Isso porque o próprio Bourdieu (2005) determina que a *violência simbólic*a pode ser exercida com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem.

No âmbito desta análise, portanto, a observação que mais importa é o uso rotinizado e naturalizado que os termos citados anteriormente (além de suas significações) podem ter no discurso jornalístico. São mecanismos que foram incorporados e automatizados no fazer comunicacional a partir de *micropoderes* formados por fontes e jornalistas sobre a população carcerária e a violência. São mesmo os “dispositivos de dominação” de Foucault (2005, p.51) e servem para manter as relações de poder no campo da comunicação midiática.

Pode-se dizer que o texto analisado traz indícios de que, no dia-a-dia da rotina produtiva dessa notícia, houve uma espécie de poder. Inevitavelmente, nota-se a rede de micropoderes existentes em uma intersecção do trabalhode policiais e repórteres na construção da notícia. São restrições, silenciamentos, exclusões do texto que caracterizam todo um senso hierarquizado de justiça, além de sugerir a existência de um esquema de classificação previamente estabelecido em que o jornal se pauta.

A matéria noticia a população carcerária exclusivamente sob a perspectiva do Estado: um ponto de vista único, central e dominante, em detrimento da pluralidade de pontos de vista coexistentes. O texto privilegia um discurso-narrativo simplista e unilateral quanto às questões múltiplas e complexas que permeiam a situação de cárcere no Brasil. Isso acontece quando há, na mesma realidade, discursos diferentes e, às vezes, inconciliáveis ou diretamente concorrentes (BOURDIEU, 2005).

Entende-se que a violência simbólica deve ser descoberta onde ela menos se deixa ver, onde torna-se naturalizada e ignorada. Sua força vem de uma imposição de um habitus legitimado por meio dos discursos da mídia - do estado, da escola, do partido, da ordem, etc, enfim do discurso do emissor, “capaz de transformar a visão de mundo e o sistema de imagens dos receptores, efetivando-se nas novas formas de fazer ver e de fazer crer” (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Na condição de produtor de informação, o discurso jornalístico encarrega-se de criar uma imagem acerca de determinadas temáticas noticiadas: produz uma impressão sobre a realidade, que se faz em detrimento de outras incontáveis possibilidades de leitura. Dessa forma, no âmbito desta análise, a legitimação da violência simbólicapor meio do discurso jornalístico se dá a partir da função de mediação cujas estratégias discursivas produzem uma realidade aprisionada em valores dominantes: estigmatizados e estigmatizadores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de diversos fatores que determinam a situação de cárcere no Brasil, a questão da violência-comunicação não pode ser circunscrita apenas ao âmbito da violência simbólica e dos micropoderes. Contudo, demonstra a força desses dois fatores e o papel que possuem na legitimação e no retardamento de uma ordem social, além de provocar injustiças e desigualdades sociais.

Como evidenciado na presente análise, circulam os micropoderes na construção do discurso midiático. São mecanismos naturalizados, já automatizados e incorporados às atividades jornalísticas que, de certa forma, representam dispositivos de dominação. Todo esse cenário caracteriza uma

violência simbólica, no caso desta análise, em relação à população carcerária. Trata-se de um discurso-narrativo desempenhado a favor de uma legitimação e, portanto, do fortalecimento de uma ordem social injusta e excludente.

Entende-se que a análise dessa matéria demonstra a produção de um noticiário sobre violências contra pessoas que já estão em situação de vulnerabilidade social, favorecendo uma dominação verificada em nível de micropoderes: o vocabulário, as escolhas e as exclusões.É indispensável que se possa repensar essa lógica de estruturação presente no discurso jornalístico, tendo em vista que ela provoca todo um imaginário que estigmatiza a população carcerária brasileira. Para isso, torna-se fundamental encarar a dimensão política da prática jornalística e dos meios de comunicação, o que requer uma percepção desses campos como determinantes da luta ideológica na atualidade.

Por fim, ressalta-se que a análise evidencia reflexos de uma ordem que todos aqueles que se posicionam a favor de uma sociedade mais justa devem aspirar a combater. Nesse sentido, todas as fragilidades apontadas anteriormente merecem ser observadas futuramente sob outras perspectivas e, nesse sentido, novas pesquisas são imprescindíveis.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.* Tradução de Mauro W. Barbosa. 2007.

ARENDT, Hannah. *Condição Humana.* 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BARDIN, Laurence. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).

BAYER, Diego Augusto. *A formação de uma sociedade do medo através da influência da mídia.* Justificando, 2014. Disponível em: http://justificando.cartacapital.com.br/2014/12/12/a-formacao-de-umasociedade-do-medo-atraves-da-influencia-da-midia/> Acesso em: 18 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual e projeto criador.* In: POUILLON, Jean (Org.). Problemas do estruturalismo, Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BOURDIEU, Pierre.. O poder simbólico. 8.ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CRESWELL, John. W. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto (2a ed., L. de O. Rocha, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 2003).

CUNHA, Eneida Leal. *Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Tradução de Roberto Machado. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987, 288p. Disponível em https://comunicacaodasartesdocorpo.files.wordpress.com/2013/11/foucault-michel-vigiar-e-punir.pdf

GERALDES, Elen Cristina et al (Org.). O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito à Comunicação. 8. ed. Brasília: Fac Livros, 2017. p. 20-43.

HALL, Stuart. *Representation.* LONDON: SagePublications: The Open University Press, 2000b.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Fernando. *A MÍDIA, O CAMPO, A ORDEM E O DISCURSO: Molduras do Poder Simbólico.* 2009. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009 Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. "RAMOS, Murilo; GERALDES, Elen (Orgs. Et al)." *Introdução Crítica ao Direito à Comunicação e à Informação: O Direito Achado na Rua 8.2016.*

TAVARES, José Vicente. *A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais.* Revista Crítica de Ciências Sociais, 108 | 2015, 183-190. Disponível em https://journals.openedition.org/rccs/6169#text.

VARJÃO, Suzana. *Micropoderes, macroviolências [online].*Salvador: EDUFBA, 2008. 214 p. ISBN 978-85-232-0919-3. AvailablefromSciELOBooks .

CONVERGÊNCIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS

Coordenadora Nélia Del Bianco

JORNALISMO AMBIENTAL NA ERA DIGITAL: UM ENSAIO SOBRE AS INICIATIVAS INDEPENDENTES ATUANTES NO BRASIL

EulaLôbo Netto Vila Verde[89]

RESUMO

Experiências e práticas jornalísticas atuantes no ecossistema digital emergem no mundo todo. A maioria destas iniciativas é liderada por jornalistas, em padrões de autogestão e com modelos de negócio que desfazem com a exclusividade dos anúncios. Apresentam uma linha editorial autônoma que, em sua grande maioria, rompe com os 'não-ditos' da imprensa convencional. Estas expressões jornalísticas emergentes podem ser consideradas como independentes, apesar de não haver consenso sobre este conceito. Este ensaio cita oito experiências digitais de jornalistas, em contexto brasileiro, que se propuseram a levantar exclusivamente a temática ambiental e as discute do ponto de vista de conteúdo, formato e viabilidade econômica. Trata-se de uma pesquisa exploratória inicial com o levantamento das produções acadêmicas sobre o tema, sendo assim, inicia-se uma discussão a respeito do jornalismo ambiental atuante no digital e até que ponto se mantém como independente. Pioneirismo no digital e alinhamento aos recursos multimidiáticos e interativos são os principais apontamentos das experiências digitais exclusivas as coberturas ambientais analisadas neste trabalho. Este é um ensaio para uma pesquisa mais robusta que investiga a possibilidade do jornalismo independente e digital quebrar o silenciamento de debates profundos e complexos, distanciando-se de uma cobertura que foca em desastres naturais ou acidentes ambientais.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Digital; Independente; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Mais de 200 iniciativas estão catalogadas no Mapa do Jornalismo Independente[90] conduzido pela Agência Pública - Agência de reportagem e jornalismo investigativo no Brasil. Um número expressivo de iniciativas jornalísticas exclusivamente digitais e que se consideram independentes. Um levantamento que provoca a reflexão sobre o sentido de independência no jornalismo dos dias atuais.

O recorte sobre a temática 'meio ambiente' possibilita averiguar como o jornalismo especializado tem se comportado diante deste novo cenário contemporâneo, fortemente marcado pelo digital. Oito experiências inerentes ao Mapa da Agência Pública são citadas e brevemente detalhadas: Amazônia Real, #Colabora, Conexão Planeta, Ecodesenvolvimento, Envolverde, Infoamazônia e o Eco. Soma-se a este grupo, o projeto jornalístico "Por trás do alimento", ainda não citado pelo Mapa da Agência Pública.

---

[89] Jornalista, mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). eulalobo@gmail.com

[90] AGÊNCIA PÚBLICA, Mapa do Jornalismo Independente, 2019, Disponível em <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

Referências bibliográficas dão suporte para a análise dos cases jornalísticos e contribuem para as considerações de um jornalismo ambiental atuante na contemporaneidade. Há apontamentos sobre a independência, enquanto ideal ao jornalismo que busca distanciar-se do *mainstream,* e também o questionamento a respeito de sua viabilidade econômica. Este artigo trata-se de um trabalho preliminar de uma pesquisa mais robusta e detalhada a ser desenvolvida.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 REFLEXÕES ACERCA DO JORNALISMO INDEPENDENTE DIGITAL

A condução do conceito de jornalismo independente passa por uma linha editorial autônoma, independente das convenções da imprensa tradicional. Marques de Melo (2003) explica linha editorial como a seleção de notícias, em que há a preferência por certos assuntos e fontes. Possuir uma linha editorial autônoma não é condição suficiente para preencher os requisitos do jornalismo independente. Novos formatos econômicos sempre foram a grande questão. O modelo de anúncios ou os classificados, na maior parte dos casos, deixam um rastro de atrelamento às corporações e até mesmo ao Estado. A viabilidade econômica do jornalismo independente ainda está por demonstrar.

Reis (2017) considera que o jornalismo independente sempre foi o contraponto aos tradicionais veículos midiáticos e, por ser assim, reconhece-o como jornalismo em transição. Nas últimas décadas, por meio da internet, constata-se a existência de projetos jornalísticos digitais que se denominam independentes e são liderados e elaborados por jornalistas, que buscam construir um conteúdo distante dos *mainstream media*.

> Em um aspecto normativo, independência pode se referir ao que Habermas chamou de “autonomia da esfera pública”. Mas o termo também pode ser compreendido como uma maneira de se distanciar da imprensa ou da indústria convencional (mainstream). Esse distanciamento se daria não apenas no formato, mas nas práticas e rotinas de produção, um jeito diferente de fazer o jornalismo, onde as regras do mercado e da indústria convencional não aprisionariam a criatividade e a liberdade autoral dos produtores. (ASSIS, et al., 2017, p. 6 e 7)

Não há consenso entre pesquisadores sobre se a prática do jornalismo emergente se enquadra no conceito de independência, uma vez que há experiências atemporais sobre práticas em oposição ao *mainstream*. Para Chorilli (2012, p.8), o “Pasquim foi representante de um jornalismo híbrido e de certa forma experimental, e continua a ser sem precedentes até para os dias atuais”.

Correia (2003) utiliza a expressão comunidade noticiosa por entender que há sim expressões profissionais jornalísticas realizadas desde que com algum tipo de mediação e que impliquem a existência de dados e fontes. Em sua grande maioria, ocupam espaços na internet para sua realização, principalmente por seu caráter independente dos oligopólios da informação.

> Provavelmente, este registro, em que há abertura à causa e à opinião dos públicos, é balanceado pela existência de uma tematização, de uma ética e de formas de mediação mínimas, poderá dar origem a um eventual novo formato jornalístico: em vez do jornal, a comunidade noticiosa, hipermediática, centrada em causas ou temas que constituem a razão de ser da sua existência, extremamente aberta à participação dos públicos que podem mesmo participar na elaboração do material editado, mas com critérios que têm a ver com a própria razão de ser da comunidade noticiosa. (CORREIA, 2003, p.16)

Assim, não há concisão em relação ao jornalismo independente. Seu termo remete-se a uma iniciativa de comunicação que se estabelece em oposição à agenda midiática que pode ser encontrada nos veículos de imprensa convencional. Organizam-se da maneira mais horizontal possível e partem de pautas engajadas às causas que lhe parecem legítimas. Existem exemplares de jornalismo independente ao longo das últimas décadas, mas agora há uma reorganização via digital, em novas experiências.

2.2 JORNALISMO INDEPENDENTE E DIGITAL NA AMÉRICA LATINA: A PRESENÇA NO BRASIL

Schmitz Weiss et al. (2017) conduziram um estudo fundamentado em uma série de grupos focais que ocorreu entre junho e julho de 2015 com a participação de 16 organizações empreendedoras de jornalismo independente da América Latina. Representantes de nove países, Argentina, Brasil, Chile, El Salvador, México, Nicarágua, Peru e Venezuela, foram selecionados. A equipe reitera que existe um "*boom*" de iniciativas empreendedoras de mídia, na América Latina.

Para selecionarem seus objetos de estudos, Schmitz Weiss et al. (2017) elencaram cinco critérios: usar diversas técnicas de contar histórias e captar notícias; utilizar ferramentas e tecnologias; incorporar diferentes processos; procurar caminhos para engajar a audiência e, por último, trabalhar com novos modelos de negócios que se distanciam da convencionalidade dos anúncios e classificados.

Em 2019, no Brasil, existe o Mapa do Jornalismo Independente conduzido pela Agência Pública - Agência de reportagem e jornalismo investigativo. São mais de 215 iniciativas catalogadas (dado conferido e colocado em planilha no dia 9 de abril de 2019). De acordo com o *site*, para a seleção ao Mapa do Jornalismo Independente, os projetos devem ter atuação na web e se desenvolverem a partir da cobertura jornalística, além de não serem ligados aos grandes grupos de mídia.

Em um cenário brasileiro em que a mídia se estruturou em todo século XX nas mãos de grupos familiares, na máxima de um grande e poderoso domínio dos meios de comunicação de massa, é relevante a existência de mais de 200 iniciativas catalogadas como jornalismo independente na web. Temas como direitos humanos, cultura, meio ambiente, política e regionalismos ocupam quase todas as temáticas dos projetos.

Com suas dimensões territoriais e multitemáticas, seria impossível a mídia convencional brasileira cobrir tudo e com plenitude. Equipes reduzidas são comuns nas redações, assim como linhas editoriais específicas com suas rígidas determinações. Em Edy (2014) verifica-se que a ausência de alguns temas no ecossistema de meios de comunicação trouxe a insurgência de algumas memórias. Palácios (2010, p. 40) esclarece que "para a (re)construção histórica pode ser tão importante aquilo que se publica nos jornais e se diz no rádio e na TV, como aquilo que não se publica".

Em decorrência, estes 'não-ditos', ou assunto não publicados, podem explicar desconfortos dos jornalistas que levaram suas pautas para as redações em que trabalhavam e lhes eram negadas em seu exercício profissional. Este mal-estar entre alguns jornalistas, somado às crises financeiras das empresas convencionais de comunicação, é uma das hipóteses para o alto número de empreendimentos jornalísticos ditos independentes surgidos nos últimos anos, principalmente na América Latina. Há ainda o acesso à internet – que oportuniza publicações que antes eram somente viabilizadas via impresso ou pelos meios eletrônicos de transmissão, tais como rádio e televisão.

Muitas vezes os jornalistas que atuam no ecossistema independente legitimam uma causa que consideram justa e abrem espaço para a discussão, porém com técnicas e regras jornalísticas. Ainda é um problema por resolver a sobrevivência financeira destes projetos, principalmente quando o foco é continuar a ter autonomia em suas linhas editoriais.

A prevalência do factual nos veículos de comunicação de massa tradicionais comumente leva os desastres e acidentes naturais como pautas ambientais. Existem, então, os não-ditos ou os considerados silenciamentos da imprensa principalmente frente aos problemas socioambientais e a complexidade destes assuntos (LOOSE; CAMANA; BELMONTE, 2017). No momento atual, com experiências digitais independentes, há a possibilidade de compreender como se tem elaborado o jornalismo ambiental em um contexto emergente e digital.

> Já o Jornalismo Ambiental, que é jornalismo em primeiro lugar, caracteriza-se por produtos (veículos, de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que atuam na imprensa. Ele está definido tanto pelas matérias/colunas/editorias/cadernos sobre meio ambiente publicados na mídia de massa (imprensa de informação geral ou especializada) como nos veículos ou espaços (de produção jornalística) exclusivamente destinados ao meio ambiente (são exemplos a Revista do Meio Ambiente, a Ecoagência e o site Jornalistas Ambientais, a revista digital da Envolverde, o jornal digital do Ambiente Brasil, os programas Repórter Eco ou Globo Ecologia e mesmo todas as mensagens que são trocadas na Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais). (BUENO, 2007, p.34)

Bueno (2007) citou algumas iniciativas de uma produção jornalística digital independente sobre meio ambiente. Hoje, permanecem uma destas experiências, a Revista Envolverde, o que demonstra o pioneirismo digital das expressões jornalísticas que cobrem meio ambiente no Brasil.

Fahy (2018) traz a discussão de que o jornalismo ambiental desde a década de 60 se posiciona de maneira imparcial e tornou-se então precursor em iniciativas independentes que lhe permitem uma atuação profissional diante de causas que lhe parecem justas. Sendo assim, organizam-se para elaboração de conteúdos especializados e para públicos fragmentados e ativos desde muito antes da discussão sobre a imprensa nativa digitalmente. Um exemplo citado foi o trabalho "Dot Earth" do New York Times, publicado entre 2007 e 2016 que provocou uma discussão sobre as mudanças climáticas, com a participação ativa de especialistas e a comunidades de leitores (FAHY, 2018, p. 859, 860).

2.3. JORNALISMO DIGITAL INDEPENDENTE E A COBERTURA AMBIENTAL

Dentre 215 instituições catalogadas na Agência Pública, em seu Mapa do Jornalismo Independente no Brasil, foram selecionados os projetos com foco na cobertura ambiental. Amazônia Real, #Colabora, Conexão Planeta, Ecodesenvolvimento, Envolverde, Infoamazônia, O Eco e Plurale são as iniciativas jornalísticas independentes filtradas com temática ambiental dentre o Mapa do Jornalismo Independente. Nos dias 9 e 10 de abril, foi realizado um estudo prévio a partir da análise do site de cada projeto e foram averiguadas as informações principalmente dos campos institucionais.

1. Amazônia Real[91]

Atuante desde outubro de 2013, duas experientes jornalistas, com mais de 20 anos de atuação, Elaize Farias e Katia Brasil, lideram um time com mais oito colunistas e colaboradores. O *site* não menciona a expressão jornalismo independente, mas declara-se comprometido a fazer um jornalismo diferente do *mainstream*. Afirma-se como ideal editorial a busca por grandes histórias da Amazônia. O conteúdo está atualizado e realmente há um foco nas regiões norte do país, onde se concentra a maior parte da floresta amazônica. Verifica-se a predominância de pautas relacionadas ao meio ambiente, vida indígena, riscos ambientais e outros.

Destacam-se os detalhes sobre o modelo de negócio e a sustentação financeira da plataforma entre as vias: 1. Doação de leitores, desde que não sejam envolvidos com crime ambiental; 2. Parceria com empresas privadas que tenham responsabilidade socioambiental com a floresta amazônica; 3.

[91]AMAZÔNIA REAL. **Site oficial.** Disponível em <https://amazoniareal.com.br/> . Acesso em 20 de setembro de 2019.

Parceria com instituições por meio de projetos e 4. Não recebe recursos públicos diretamente vindos do Estado.

2. #Colabora[92]

Fundado em novembro de 2015, se auto intitula como um website jornalístico brasileiro voltado para as questões da sustentabilidade. É publicado pelo Ecoverde Produções Jornalísticas e Editorias, idealizado pela professora doutora Adriana Barsotti Vieira da Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM) e seu marido Agostinho Vieira, jornalista com carreira nas organizações Globo, especialista na cobertura ambiental e que foi executivo de negócios da InfoGlobo.

Considera-se com um modelo de negócio misto, pois tem o patrocínio de algumas marcas, realiza eventos, tem doação de fundação (Instituto Phi – uma organização que faz a gestão da filantropia no Brasil) e ainda experimenta a contribuição de seus leitores via *crowdsourcing*.

É um projeto sem fins lucrativos, mas que paga seus funcionários e a manutenção do site. Em seu site há a informação de 297 colaboradores frente aos seus 24 *posts*. Em 2017, recebeu o Prêmio Petrobras de Jornalismo na categoria Sustentabilidade.

3. Conexão Planeta[93]

Mônica Nunes, Suzana Camargo e Marina Maciel são três jornalistas que trabalharam juntas no antigo portal da Editora Abril, Planeta Sustentável. Após o fim do projeto corporativo, as profissionais tomaram a decisão de seguir com uma iniciativa própria sobre a área de sustentabilidade.

O Conexão Planeta, que hoje tem cerca de 19 colaboradores entre jornalistas, fotógrafos e designers, foi lançado em 2015. Inovação, mobilidade urbana, estilo de vida, biodiversidade, proteção ao meio ambiente e alimentação saudável são alguns dos temas das editorias e blogs do Conexão Planeta.

Não há menção direta ao modelo de negócio, porém em seu material institucional são enfatizadas as parcerias com instituições como *BelieveHearth*, Palas Athenas, Ipê, AFNatura, *WWF*, Fundação Amazonas Sustentável e outras.

4. Ecodesenvolvimento[94]

O site Ecodesenvolvimento tem a particularidade de ser elaborado a partir de uma ONG – o Instituto Eco. A proposta passa pela criação de uma plataforma de comunicação, com conteúdo livre, elaborado a partir do jornalismo com linguagem descritiva e direta. O site menciona ser independente e

[92]COLABORA. **Site oficial.** Disponível em <https://projetocolabora.com.br/>. Acesso em 20 de setembro de 2019.
[93]CONEXÃO PLANETA. **Site oficial.** Disponível em <http://conexaoplaneta.com.br/> . Acesso em 20 de setembro de 2019.
[94]ECODESENVOLVIMENTO. **Site oficial.** Disponível em <http://www.ecodesenvolvimento.org/>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

a importância disto para sua autonomia no posicionamento e geração de conteúdo. Sua última publicação é datada de novembro de 2018, o que permite considerá-lo desatualizado.

A data de fundação do Ecodesenvolvimento se deu em novembro de 2008. Há a exposição quanto ao seu modelo de negócio, que possibilitou por muitos anos a viabilidade econômica do site. Além do próprio apoio do Instituto ECO D, existem parcerias com pessoas físicas através de doações e também palestras sobre sustentabilidade como forma de remuneração ao site.

5. Envolverde[95]

O portal Envolverde é uma das mais antigas iniciativas do jornalismo digital no Brasil, fundado em janeiro de 1998. Sua linha editorial manteve-se ao longo destes 20 anos que é ser um projeto jornalístico especializado em meio ambiente. No início tinha como ideal ser uma agência de notícias, hoje considera-se um canal independente de informações. Viabiliza-se economicamente através de anúncios e projetos de geração de conteúdos para outras instituições com caráter ambiental.

Em sua trajetória, o portal Envolverde transitou de pessoa jurídica para Organização Não-Governamental (ONG). Recentemente, firmou parceria com a Revista Carta Capital via replicação e produção de reportagens ambientais. Atualmente está com campanha de financiamento coletivo na internet a fim de viabilizar a perpetuação do portal Envolverde.

6. Infoamazonia[96]

Trata-se de um projeto que mescla a transmissão de dados, atualizados em tempo real por satélites, com informações elaboradas em formato jornalístico. São veiculados projetos especiais aproximando-se do gênero reportagem com características multimídia, sendo que os infográficos animados obtêm destaque. Portanto, dados e notícias sobre a Amazônia, o que inclui o levantamento sobre os nove países que a abarcam.

O projeto é viabilizado principalmente por meio de iniciativas internacionais, entre elas a *Knight International* e a *ClimateandDevelopmentKnowledge Network, que lançaram o site em 2012*. Existem treinamentos para que os jornalistas locais utilizem as ferramentas disponíveis e assim manejem as bases de dados, que sempre estão disponíveis para download. Um comportamento que convida outros profissionais para a interação direta à plataforma, bem como a produção colaborativa.

7. O Eco[97]

[95] ENVOLVERDE. **Site oficial.** Disponível em <https://envolverde.cartacapital.com.br/> Acesso em 20 de setembro de 2019.
[96] INFOAMAZONIA. **Site oficial**. Disponível em <https://infoamazonia.org/pt#!/map=49> Acesso em 20 de setembro de 2019.
[97] O ECO. **Site oficial.** Disponível em <https://www.oeco.org.br/>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

O portal O Eco, em atuação desde agosto de 2004, é uma iniciativa paralela às atividades da Associação O ECO, que é uma organização não governamental (ONG) criada a partir da doação da Fundação Avina, que apoia mais de mil projetos de interesse social ou ambiental em nove países da América Latina.

Hoje, a Associação tem como principal apoiador o Grupo Boticário. Mas já recebeu apoio da Fundação *Blue Moon*, *Google*, Porticus, Fundação *Hewlett* e patrocínios de diversas empresas. Também recebeu financiamento da Fundação *Gordon e Betty Moore*.

Criado em 2004, em seus primeiros anos, o portal O Eco teve como precursores os jornalistas Marcos Sá Correa, Kiko Brito e Sérgio Abrandes. Hoje possui uma rede de jornalistas e especialistas, muitos voluntários. A cobertura ambiental se mantém como linha editorial e o portal está atualizado. Em suas páginas institucionais, expõe como um de seus valores a independência.

8. O projeto jornalístico Plurale é uma iniciativa independente, porém não exclusiva ao meio digital como os outros aqui citados. Portanto, distancia-se da comparação, bem como, contradiz os critérios da Agência Pública para a seleção.

Não catalogado no Mapa de Jornalismo Independente da Agência Pública está a reportagem no formato multimídia Por trás do Alimento[98], lançada em 2019. Organizada e elaborada por instituições sem fim lucrativos, que atualizam seu conteúdo semanalmente e fazem a gestão de perfis em redes sociais homônimas. Acompanham a temática sobre a produção de alimentos no Brasil com o foco da nação ser a maior consumidora de agrotóxicos do mundo e o acompanhamento das políticas públicas em torno do tema.

3 CONCLUSÃO

Ao analisar as experiências jornalísticas citadas anteriormente existe um alinhamento ao posicionamento de Correia (2003). As expressões jornalísticas emergentes atuantes na web aproximam-se de uma comunidade noticiosa, em que há o resgate aos gêneros jornalísticos, seja ao apresentar a notícia enquanto matéria-prima do jornalismo (ERBOLATO, 2008), mas principalmente a reportagem, o gênero vasto e potente do jornalismo em detalhar os acontecimentos.

[98] POR TRAS DO ALIMENTO. **Site oficial.** Disponível em <http://portrasdoalimento.info/> . Acesso em 23 de setembro de 2019.

Os cases jornalísticos com a temática ambiental aqui apresentados não se tratam de um jornal e, portanto, não tem as especificidades do *dead-line* e de rígidos formados, mas há a versatilidade dos recursos multimidiáticos que garantem novas possibilidades ao webjornalismo (CANAVILHAS, 2014).

Em Infoamazonia, pode-se perceber a inovação jornalística ao optar por infográficos animados, robusto de dados e que são atualizados em tempo real. Isto nos traz clareza dos recursos multimidiáticos e da interação que se é muito mais averiguável no digital (ROST, 2014). Sendo assim, existe no digital mais estrutura para uma criação de conteúdo atrativa e participativa.

Desta maneira, é possível ter como consideração que as experiências de jornalismo digital podem resgatar uma profundidade das questões ambientais, muitas vezes inviabilizadas ou resumidas no jornalismo tradicional. É uma questão técnica, o aparato digital oferecer mais espaço e recurso, entretanto faz-se necessário investigar as linhas editoriais.

Para apurar melhor as linhas editoriais dos projetos jornalísticos citados, novas etapas estão no cronograma desta investigação. Estão planejadas entrevistas com questionários guiados aos líderes de cada projeto citado, bem como análise de enquadramento dos conteúdos.

Técnicas que darão suporte para compreender as intenções do jornalismo praticado, pois conforme adiantado por Trigueiro (2008, p. 73), a discussão ambiental resgata o sentimento holístico e nos induz a uma leitura de realidade em que tudo está conectado, interligado e relacionado.

É perceptível que há um pioneirismo da pauta ambiental em jornalismo digital dito independente, visto que o projeto Envolverde, com 20 anos de atuação na web, é um dos precursores no Brasil. Vilas Boas (2004, p. 80,81), apesar de escrito há mais de uma década, indica que o caminho do jornalismo ambiental é mergulhar na complexidade nas várias facetas que a biodiversidade tem e em como podem ser capturadas pelo jornalismo do século XXI.

A conceituação do independente ainda fica por esclarecer, principalmente por não haver concisão sobre a viabilidade financeira e os novos formatos econômicos destes projetos que se consideram independentes. Há a percepção de fundos de investimentos, linhas de apoio internacional, prestação de serviços voluntários, porém, os anúncios ainda são uma importante fonte de renda. Portanto, este é um aspecto a ser expandido nos próximos passos da pesquisa.

ENVIRONMENTAL JOURNALISM IN THE DIGITAL AGE: A ESSAY ON INDEPENDENT INITIATIVES IN BRAZIL

ABSTRACT

Journalistic experiences and practices in the digital ecosystem emerge worldwide. Most of these initiatives have been led by journalists in self-management standards and business models that undo the exclusivity of ads. They feature an autonomous editorial line that, for the most part, breaks with the 'unspoken' of the mainstream press. These emerging journalistic expressions can be considered as independent, although there is no consensus on this concept. This essay cites eight digital experiences of journalists, in a Brazilian context, that purported to raise exclusively the environmental theme and discuss them from the point of view of content, format and economic viability. This is an initial exploratory research with the survey of the academic productions on the subject, thus starting a discussion about the environmental journalism acting in the digital and to what extent it remains independent. Pioneering in digital and alignment with multimedia and interactive resources are the main notes of the unique digital experiences the environmental coverage analyzed in this work. This is an essay for more robust research that investigates the possibility of independent and digital journalism breaking the silencing of deep and complex debates, distancing itself from coverage that focuses on natural disasters or environmental accidents.

Keywords: Environmental Journalism; Digital; Independent; Brazil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA, **Mapa do Jornalismo Independente**, 2019. Disponível em < https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/ >. Acesso em 20 de setembro de 2019.

AMAZÔNIA REAL. **Site oficial.** Disponível em <https://amazoniareal.com.br/> . Acesso em 20 de setembro de 2019.

ASSIS, Evandro; CAMASAO, Leonel; SILVA, Mariana Rosa; Christofoleti, Rogério. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea i**Revista Pauta Geral**-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p.3 - 20, Jan/Jun 2017. Disponível em <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899>, acesso dia 21 de setembro de 2019.

BUENO, Wilson da Costa, Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito, in **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente** n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR. Disponível em https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>, acesso em 21 de setembro de 2019.

CANAVILHAS, João (Org.). (2014). **Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença**. Covilhã: UBI, LabCom, Livros LabCom. Disponível in <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pd>f, acesso em 21 de setembro de 2019.

CHORILLI, Giuliana. Underground: O Jornalismo Contracultural e a possibilidade da inserção de uma nova modalidade de jornalismo por meio do Pasquim. In: – VII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. –

Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012. **Anais Eletrônico.** Disponível em: < http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2033-1.pdf

>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

COLABORA. **Site oficial.** Disponível em <https://projetocolabora.com.br/>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

CONEXÃO PLANETA. **Site oficial.** Disponível em <http://conexaoplaneta.com.br/> . Acesso em 20 de setembro de 2019.

CORREIA, João Carlos. Novo Jornalismo: CMC e Esfera Pública. In: CORREIA, J.C., FIDALGO, A., SERRA, P. (Orgs.) **Informação e Comunicação Online.** V. 3. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. Disponível em <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/77>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

EDY, Jill A. Collective memory in post-broadcast world**.** In: TENENBOIM-WEINBLATT, Keren; ZELIZER, Barbie (eds.). **Journalism and memory.** London: Palgrave Macmillan. Edição Kindle, 2014.

ECODESENVOLVIMENTO. **Site oficial.**Disponível em <http://www.ecodesenvolvimento.org/>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

ENVOLVERDE. **Site oficial.** Disponível em <https://envolverde.cartacapital.com.br/> Acesso em 20 de setembro de 2019.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**, São Paulo: Ática, 2008.

FAHY, Declan. Objectivity as Trained Judgment: How Environmental Reporters Pioneered Journalism for a "Post-truth" Era**.**In **Environmental Communication** 2018, VOL. 12, NO. 7, 855–861 https://doi.org/10.1080/17524032.2018.1495093. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17524032.2018.1495093>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

INFOAMAZONIA. **Site oficial**. Disponível em <https://infoamazonia.org/pt#!/map=49> Acesso em 20 de setembro de 2019.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Angela; BELMONTE, Roberto Villar. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo in **Revista Famecos, mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 24, setembro a dezembro de 2017, ISSN: 14150549 e ISSN: 1980-3729. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/26545/15688> . Acesso em 21 de setembro de 2019.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**. 3. ed. Campos do Jordão – São Paulo: Mantiqueira de Ciência e Arte Ltda, 2003. v. 1. 238 p.

O ECO. **Site oficial.** Disponível em <https://www.oeco.org.br/>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

PALÁCIOS, Marcos. Convergência e Memória: Jornalismo, Contexto e História, in **Revistas Matrizes**, Ano 4 – Nº 1 jul./dez. 2010 - São Paulo - Brasil –p. 37-50. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38274/41083/>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

POR TRÁS DO ALIMENTO. Disponível em < http://portrasdoalimento.info/> . Acesso em 23 de setembro de 2019.

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil, in **Revista Vozes & Diálogos**, Itajaí, V. 6, jan/julho 2017. Disponível em https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9455>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências (Capítulo 3) in (2014). **Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença.**Covilhã: UBI, LabCom, Livros LabCom. Disponível in http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf, acesso em 21 de setembro de 2019.

SCHMITZ, Amy Weiss; DE MACEDO HIGGINS JOYCE, Vanessa; HARLOW, Summer; ALVES, RosentalCalmon. Innovation and Sustainability: A Relationship Examined Among Latin American Entrepreneurial News Organizations in **CUADERNOS.INFO**, No 42, ISSN 0719-3661, 2018. Disponível em <http://www.cuadernos.info/index.php/CDI/article/download/cdi.42.1266/pdf_65> . Acesso em 21 de setembro de 2019.

TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na idade mídia. In: **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 5. ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008.

VILAS BOAS, Sérgio. **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados eleigos**. São Paulo: Summus. 2004.

O *SMARTPHONE* COMO EXTENSÃO DO HOMEM A PARTIR DOS CONCEITOS DE MARSHALL MCLUHAN

Bárbara Mendes Falcão[99]
Ana Carolina Temer[100]

RESUMO

A proposta deste trabalho é refletir acerca do*smartphone,* ou "telefone inteligente" enquanto extensão do homem sob a perspectiva do teórico Marshall McLuhan. A análise se dá a partir da concepção da Escola Canadense sobre o impacto dos meios tecnológicos nas sociedades e considerando as ideias de Martino e Castells a respeito do que vem a ser comunicação. Paraentender de que forma o impacto causado por esse meio interfere no ritmo de vida das pessoas, foi feita uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico sobre os conceitos trabalhados, além da exposição de exemplos de atividades cotidianas. A conclusão a que se chega é de que o *smartphone*, enquanto extensão do homem, exerce impacto considerável na vida das pessoas, promovendo uma mudança de cadência e padrãoe influindo em diversas esferas, desde tarefas corriqueiras até outras mais complexas como a participação política e o exercício democrático e cidadão.

Palavras-chave: *Smartphone*; McLuhan; extensão do homem.

1 INTRODUÇÃO

Na segunda parte de *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*, McLuhan (1964) divide os capítulos em aforismos e metáforas para tentar definir os meios a partir de seus impactos na sociedade. O rádio é o tambor tribal, o relógio é a fragrância do tempo, a fotografia é o bordel sem paredes, a televisão é o gigante tímido, o telégrafo é o hormônio social e assim o autor segue, ancorado em conceitos aparentemente curtos, mas revolucionários para a época, apresentando sua teoria de que o meio é a mensagem. Para McLuhan (1964, p. 22), "a 'mensagem' de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas", ou seja, a programação da televisão importa menos do que a mudança que sua presença em uma casa impõe à rotina de uma família.

Desde 1964, ano de publicação da obra, o desenvolvimento tecnológico provocou mudanças significativas nos meios, que entraram cada vez mais nos lares e nas atividades simples do cotidiano. O computador e a Internet como conhecemos hoje não eram parte da realidade de McLuhan, e

[99]Jornalista e mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisa mídia sonora, radiodifusão, *podcast* e novas tecnologias; e-mail: bmfalcao8@gmail.com
[100]Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Mídia e Cidadania; e-mail: anacarolina.temer@gmail.com

naturalmente surgiram especulações acerca do lugar dos novos meios no paradigma da Escola Canadense, corrente teórica na qual o autor se insere. Diante do espaço de reflexão que surge com esses novos meios, este trabalho discorre sobre o papel dos *smartphones* enquanto ferramentas de comunicação sob uma perspectiva mcluhaniana, a partir do entendimento de que é impossível se falar em comunicação e em ritmo de vida sem levar em conta o espaço ocupado por esses aparelhos na vida do homem no século XXI, e considerando que o *smartphone* é hoje o principal meio de acesso à Internet no Brasil[101].

Para esta análise, partiremos da concepção canadense, segundo a qual as sociedades são moldadas pelos meios que utilizam para se comunicar. Faremos uma breve explanação sobre os *smartphones* em contraste com os primeiros celulares comercializados e, posteriormente, estabeleceremos uma relação como conceito de Martino (2011) de comunicação enquanto compartilhamento intencional de um objeto de consciência e com Castells (2013) e sua "autocomunicação de massas". O propósito é descobrir em que medida o *smartphone* pode ser considerado uma extensão do homem e qual o tamanho do impacto que tem na vida das pessoas.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico com base na obra de Marshall McLuhan, especialmente *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. Essa modalidade de pesquisa, segundo Gil (2008, p. 27) "tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". A intenção é somar à concepção de McLuhan (1964) dados e percepções atualizadas sobre os *smartphones* e o consumo de Internet no Brasil e estabelecer, por meio desses dados, relações entre as novas extensões do homem.

2 CELULAR VERSUS *SMARTPHONE*

Qual a diferença entre um celular e um *smartphone*? Para responder a essa pergunta, basta olhar para os motivos que levaram as pessoas a adquirir celulares quando o aparelho surgiu, no fim do século XX, e agora, em 2019. Comprar um celular cuja única finalidade é realizar ligações telefônicas tornou-se uma tarefa complicada. Em *Cultura da Convergência*, Jenkins (2008, p. 31) relata que passou por essa experiência: "Só queria um telefone. Os vendedores me olharam com escárnio; riram de mim pelas costas. Fui informado, loja após loja, de que não fazem mais celulares de função única. Ninguém os quer". Para ele, a dificuldade deixou clara o quanto o os celulares se

[101] Segundo o IBGE, em 2017, 97% dos usuários que acessaram a Internet o fizeram por meio de telefones móveis, enquanto 56,6% utilizaram o computador para este fim. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em: 10 jul 2019.

tornaram primordiais no processo de convergência midiática[102]. Essa convergência "representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos" (JENKINS, 2009, p. 30). Mais do que uma questão tecnológica que tem como foco os aparelhos, ele ressalta que esse processo diz respeito a novas formas de consumo e compartilhamento de conteúdo entre os indivíduos.

Para além das possibilidades de conteúdo, a diferença entre os primeiros aparelhos e os atuais é evidente quando observamos tamanho e aparência. A tecnologia *touchscreen*, com telas sensíveis ao toque, praticamente dispensou o uso de teclas e os equipamentos são cada vez mais leves e resistentes, muitos já vêm de fábrica com proteção à prova d'água, por exemplo. Conforme Mantovani (2005, p. 3), a estética inicial de um celular é distante do que conhecemos hoje:

> O primeiro aparelho comercial foi criado em 1983 e difere-se bastante dos modelos atuais, tanto em sua aparência externa, como em suas funcionalidades. O *DynaTAC* 8000X pesava aproximadamente 1 kg, tinha 25 cm de comprimento, 7 cm de largura e 3 cm de espessura. Um ano após a sua criação - 1984 - tornou-se disponível para os consumidores. Porém, o custo do aparelho, bem como das ligações era bastante elevado. (MONTAVANI, 2005, P.3)

Do inglês, *smartphone* significa telefone inteligente ou esperto[103]. Tecnicamente, o diferencial entre um *smartphone* e um celular comum é a presença de um sistema operacional, que é responsável pelo funcionamento do aparelho. Os recursos do celular se limitam a ligações, mensagens de texto, câmera de baixa resolução e conexão 2G e 3G. Já os *smartphones* oferecem chamadas de vídeo, câmeras de alta qualidade, aplicativos diversos (incluindo jogos, editores de fotos e leitores de documentos) e conexão 3G e 4G. O acesso às funcionalidades também depende diretamente do modelo do aparelho. (SAMSUNG, 2018). *Android*, *iOS*, *BlackBerry* e *Windows* são exemplos de sistemas operacionais.

Em 2017, segundo o IBGE, 93,2% dos domicílios brasileiros possuíam telefone móvel celular. Em 98,7% das residências o celular era o principal meio de acesso à Internet, com destaque para os 38,6% da população que acessaram a rede apenas por meio do telefone móvel. A principal finalidade de acesso foi enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos; conversar por voz ou vídeo e assistir vídeos. Este retrato, apesar de sofrer variações diárias, mantém uma

[102] "A convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana". (JENKINS, 2009, p. 31)

[103] Tradução livre.

tendência, mostrando que ligações telefônicas convencionais não são mais o motivo principal para a compra de um celular, embora ainda sejam uma característica que o define enquanto telefone móvel.

Chamar um táxi, comprar comida ou quaisquer outros produtos, fazer cálculos, tirar fotos, reservar hotéis, fazer transferências bancárias, medir os batimentos cardíacos, controlar as horas de sono, ouvir rádio e outras mídias sonoras, assistir televisão e outras mídias em vídeo, produzir conteúdo, disparar conteúdo, compartilhar conteúdo, descobrir um trajeto, calcular o tempo de chegada a um local, medir o ângulo de inclinação da parede, controlar a localização de outra pessoa em tempo real, fazer parte de sites de relacionamentos, apostar na loteria, pagar contas, fazer transferências bancárias, experimentar jogos online, aprender uma receita culinária, ter acesso à versão impressa de um jornal digitalizada – tudo isso faz parte das funcionalidades oferecidas por um *smartphone* e poderíamos multiplicar essa lista se considerássemos todos os aplicativos disponíveis aos usuários.

Cada um usa o que lhe convém, mas diante de tantas possibilidades não há dúvidas de se trata de um meio de comunicação convergente que, sob a ótica mcluhaniana, tem se tornado uma extensão cada vez maior do homem. A tendência, com a emergência da chamada Internet das Coisas (do inglês *Internet ofThings ou IoT)* é de que a cada dia, realizemos pequenas ações, como ligar a luz, por meio da Internet.

> A Internet das Coisas, em poucas palavras, nada mais é que uma extensão da Internet atual, que proporciona aos objetos do dia-a-dia (quaisquer que sejam), mas com capacidade computacional e de comunicação, se conectarem à Internet. A conexão com a rede mundial de computadores viabilizará, primeiro, controlar remotamente os objetos e, segundo, permitir que os próprios objetos sejam acessados como provedores de serviços (SANTOS et al., 2016, P. 2)

Para além das atividades simples e cotidianas, ainda cabe a reflexão sobre os impactos mais subjetivos do *smartphone* na esfera política, na sociabilidade, na economia e na educação e nos aspectos estruturais de uma sociedade.

3 COMUNICAÇÃO: MEIO E CONSCIÊNCIA

Marshall McLuhan é o principal nome da Escola Canadense. Seu precursor foi o pioneiro Harold Adams Innis, que criou a Teoria da Matéria-Prima. Para Innis, a adoção de novos modelos políticos e culturais surgem a partir do contraste entre suportes duráveis, como pedra e argila, e não duráveis, como papiro e papel. Essa corrente valoriza o caráter subliminar dos meios de

comunicação, admitindo que sociedades inteiras podem mudar a partir de impactos que podem não ser percebidos pelos sentidos, mas exercem forte influência através do subconsciente. (NERY, TEMER, 2010, p. 113-114)

Ao invés de investigar o conteúdo dos meios, a Escola Canadense se dedica a estudar o efeito desses meios na vida das pessoas. McLuhan (1964, p. 33) considera que " o 'conteúdo' de um meio é como a 'bola' de carne que o assaltante leva consigo para distrair o cão de guarda da mente. O efeito de um meio se torna mais forte e intenso justamente porque o seu conteúdo é um outro meio". Ele defende, portanto, que há molduras ou janelas pelas quais as pessoas enxergam do mundo e que elas que são constituídas não apenas do conhecimento e das crenças pessoais, mas das formas de ambiência tecnológica às quais essas pessoas estão sujeitas (MCLUHAN, 1990).

Tendo em vista que os estudos da Escola Canadense se dedicam principalmente aos meios de comunicação e seus efeitos, consideramos pertinente estabelecer uma relação com Martino (2011, p.14-15), na parte que trata especificamente da essência do processo comunicativo, considerando o mesmo como "uma relação entre consciências" ou como "o compartilhamento de um mesmo objeto de consciência". Para o autor, esse processo deve ser intencional e deve conter elementos capazes de romper com o isolamento. Apesar da escolha, é importante lembrar que Martino tem ideias que divergem da concepção mcluhaniana de que o meio é a mensagem. Ele afirma (2011, p.16) que "não se pode confundir a mensagem com o papel ou com a tinta (...) Para que a página de um livro se transforme em mensagem é preciso reunir tanto a atividade do leitor, quanto o produto da atividade do escritor. Consequentemente, um livro na estante não é comunicação (...)".

Tendo ciência dessa diferença conceitual, faremos uso, portanto, somente da parte que pode ser útil para compreender o *smartphone* como um meio de comunicação ou uma extensão do homem por meio da qual se compartilha objetos de consciência. As contradições entre as teorias diminuem se pensarmos que a interação, que para Martino (2011) é essencial no processo comunicacional, ganhou novos moldes com as ferramentas oferecidas pelos *smartphones* a partir de funcionalidades e aplicativos de redes sociais. Essa interação pode ocorrer em tempos diferentes, não simultâneos e isso não inviabiliza a comunicação. Da mesma forma, um livro na estante pode ser considerado uma mensagem a partir do momento em que é usado como elemento de uma imagem publicada em uma rede social digital. Ainda que o autor da foto não esteja lendo um livro, a imagem do livro na estante, sendo intencional, é uma tentativa de compartilhar um objeto de consciência.

Para finalizar a parte conceitual comunicacional, destacamos também da diferenciação feita por Castells (2013) entre comunicação interpessoal e comunicação social. A primeira refere-se ao processo com emissores e receptores específicos, enquanto a segunda permite a difusão do

conteúdo para a sociedade e é classificada pelo autor como comunicação de massas. Ele fala ainda de uma terceira comunicação, que surge a partir do desenvolvimento tecnológico dos meios:

> Com a difusão da Internet, surgiu uma nova forma de comunicação interactiva caracterizada pela capacidade para enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou num momento concreto, e com a possibilidade de usar a comunicação ponto-a-ponto, sendo a amplitude da sua difusão em função das características das práticas de comunicação exercidas. A esta nova forma histórica de comunicação dei-lhe o nome de autocomunicação de massas. (CASTELLS, 2013, p. 97-98)

Nosso objeto de estudo, conforme veremos, permite as três concepções comunicacionais de Castells (2013), seja como telefone convencional, mediando o contato entre duas pessoas, seja como meio de disparar um conteúdo de grande alcance, seja pela possibilidade que dá ao usuário de definir os receptores e selecionar o conteúdo que deseja acessar. Conforme pontua o autor, as três formas não pretendem se sobrepor, mas coexistem e interagem entre si.

4 ENTENDENDO A EXTENSÃO

Partindo da premissa de que o *smartphone* é um meio de comunicação e consequentemente uma extensão do homem, resta-nos saber qual a dimensão de seu impacto sobre a vida das pessoas. Seguindo o critério de McLuhan (1964, p.22), o primeiro questionamento a ser feito é a respeito da mudança de “escala, cadência ou padrão” que esse novo meio introduziu nas coisas humanas. Também devemos nos perguntar sobre os tipos de cidades, trabalho e lazer que acompanharam seu surgimento, para além das mudanças estruturais e subjetivas na sociedade.

Não há dúvidas de que houve uma aceleração no ritmo das coisas humanas uma vez que os contatos, que antes demoravam dias, passaram a ser imediatos e os meios se tornaram, cada vez mais, um prolongamento do sistema nervoso central, conforme pontua McLuhan (1964). Mas essa velocidade e disponibilidade em tempo real tem seu preço. Canclini (2008) diz que não somos nós que ganhamos de presente o celular, longe disso, nós somos o presente ofertado ao aparelho, uma vez que nossa vida que passa a girar em torno dele.

Em uma comparação com o relógio, que exige atenção especial ao andamento das horas, o autor discorre sobre as necessidades que criamos a partir da presença de um equipamento que nos impõe novos hábitos e limitações.

> Você também recebe de presente a facilidade de iniciar conversas a partir de lugares remotos, a necessidade de ficar dependente dos chamados, a pressa de ligar o celular antes de sair do cinema quando mal acaba de passar o fim do filme para saber o que há de novo: o celular é o outro espetáculo, as ilusões da tela grande competem com os entretenimentos da íntima. Você recebe de presente a pergunta 'onde você está, que costuma principiar as conversas pelo celular, (...) a possibilidade de que o chefe ligue às onze da noite e mande fazer um trabalho urgente. (CANCLINI, 2008, P. 41)

O questionamento de Canclini, feito há mais de dez anos, continua atualíssimo - somos poderosos quando temos a possibilidade de nos conectar ou quando somos livres para nos manter desconectados? A seguir, elencamos pontos que provam a influência dos *smartphones* nas mais diversas áreas do cotidiano e da sociedade, tornando a possibilidade de desconexão cada vez mais difícil.

No trabalho, a impossibilidade de desconexão é tamanha que há um entendimento do Tribunal Superior do Trabalho de que o uso de celular para fins profissionais fora do ambiente de trabalho configura hora extra e diversas ações judiciais tramitam nesse sentido, geralmente contra patrões e empresas que acionaram seus funcionários fora do expediente. Na mesma linha, surgiram novos modelos de trabalhocomo transporte particular por aplicativo e delivery de comida que exigem um *smpartphone* como intermediário entre as relações. A *Uber*, que oferece os dois serviços, possui mais de 600 mil motoristas cadastrados no Brasil e mais de três milhões no mundo.[104]

Nas relações de consumo, também houve mudanças, não apenas com o surgimento do comércio *online*, que eliminou a necessidade de ir à loja e possibilitou a compra de qualquer produto por meio do pequeno aparelho na palma da mão, mas também a partir da publicização das experiências dos consumidores com determinadas marcas ou locais. A avaliação do atendimento ou da qualidade de um produto ocorre em tempo real e incentiva empresas a adotar posturas diferentes para conservar o *status* e a credibilidade de seu produto.

Em relação ao entretenimento, a chegada do *smartphone*muda não apenas a forma de distração das pessoas, mas o próprio conceito de lazer, com o surgimento de um "entretenimento digital, ligado principalmente ao acesso às redes sociais. Um relatório[105] global de 2018 feito pelas empresas de marketing digital *We Are Social* (Reino Unido) e *Hootsuite*(Estados Unidos) mostra que o Brasil ocupa a segunda colocação no ranking de acesso à Internet por dispositivos móveis, com uma média de quatro horas e 21 minutos por dia, atrás apenas da Tailândia.

[104] Dados atualizados pela própria empresa em maio de 2019. Disponível em https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/. Acesso em 14 jul 2019.
[105] Disponível em: https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018. Acesso em 14 jul 2019

O consumo de notícias e naturalmente o jornalismo também foram fortemente impactados pelos celulares, seja no quesito de intensificação das interações entre produtores e receptores, seja nas possibilidades de o cidadão comum desempenhar o papel do repórter, seja na forma de distribuição e produção da notícia. Para Ramonet (2013), a explosão do digital é responsável por uma crise no jornalismo, que obriga os profissionais a repensarem a prática.

> Cada cidadão, com um simples telefone inteligente, um *notebook* ou um *iPad*, já pode enviar mensagens, corrigir as informações dadas pelos meios de comunicação centrais ou completá-las com imagens, textos, vídeos. Há uma ruptura de papéis que eram fixos: o emissor, de um lado, e o receptor, de outro; o emissor, que era ativo, e o receptor, passivo. (RAMONET, 2013, p. 94-95)

A diversidade na forma de oferecer o conteúdo, mais que um luxo, tornou-se uma necessidade e essa diversidade provoca mudanças na cognição e assimilação que as pessoas têm dos fatos. Novamente, recorremos a Jenkins (2009), que afirma que essa convergência "representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos" (JEKINS, 2009, p. 30). Mais do que uma questão tecnológica que tem como foco os aparelhos, ele ressalta que esse processo diz respeito a novas formas de consumo e compartilhamento de conteúdo entre os indivíduos:

> A convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. (JEKINS, 2009, p. 31)

A mudança na forma de compreender a vida cotidiana afeta também as relações humanas e a estrutura da sociedade, seja no que se refere à participação política ou ao exercício da cidadania. Conforme apontam Maineri e Romani (2016, p.183), "mesmo não sendo a única condição para a cidadania, a questão do acesso à informação se torna importante e o papel dos meios de comunicação ganha destaque". Embora os autores se refiram a Internet no geral e não apenas aos dispositivos móveis, é por meio desses aparelhos que a informação é obtida em tempo real, em qualquer lugar, ampliando, portanto, essa possibilidade de cidadania. A ressalva é para a desigualdade que tende a aumentar na sociedade entre as pessoas que têm e as que não têm acesso aos *smartphones*.

Assim como ocorre com o exercício cidadão, o exercício democrático também tem as perspectivas ampliadas com a ascensão da Internet e dos *smartphones,* seja por meio da facilidade do acesso à informação, seja pela nova configuração da participação política.

> A Internet oferece uma grande variedade de informações, e não apenas material de origem oficial. Reduz os custos da participação política e permite envolver diferentes parceiros de interlocução, desde a troca de *e-mails* numa base cidadão-cidadão, *chats* e grupos eletrônicos de discussão, até amplas conferências. Isso significa um potencial de interação inédito, se comparado com os veículos de comunicação tradicionais. A rede pode proporcionar um meio pelo qual o público e os políticos podem comunicar-se, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos. (MAIA, 2008, P.277)

Prova cabal da interferência dos *smartphones* na política, são os estudos que têm se desenvolvido a respeito da influência do aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp* nas eleições, no Brasil e em outros países. Por meio de grupos que se formam nesse "ambiente virtual" surgem diversas mobilizações, sejam presenciais ou não, em favor de determinado político ou corrente política. Esse ambiente também é terreno fértil para a disseminação de notícias falsas, ou *Fake News,* que muitas vezes são intencionais, surgindo a partir de sujeitos que têm conhecimento aprofundado da dinâmica do meio.

Conversas intermediadas por *smartphones* são consideradas provas judiciais e uma troca de mensagens em um aplicativo tem o mesmo valor de uma interceptação telefônica. Igualmente, um furo de reportagem pode ocorrer a partir de conversas comprometedoras que envolvam autoridades ou algum tipo de crime, como já ocorreu diversas vezes. Na contramão, os desenvolvedores e empresas do ramo trabalham cada vez mais para garantir a segurança e a privacidade dos usuários, ainda que suas atitudes protecionistas possam violar princípios de ética e legalidade, mas esse é um debate sobre o qual não vamos nos aprofundar.

Tantos exemplos são prova suficiente de que a vida do homem passou por uma mudança de padrão com a popularização dos *smartphones*. Provavelmente, se tivesse acompanhado esse movimento, McLuhan o analisaria, assim como fez quando analisou os impactos da criação do alfabeto fonético, da roda, da fotografia, do rádio, da televisão, do cinema, da imprensa, do automóvel e de tantos outros meios que mexeram na "cadência" da existência.

É difícil dizer quantos aforismos de McLuhan caberiam no *smartphone*, uma vez que, embora ele reúna tantas possibilidades, sua forma teria mais importância do que seu conteúdo, já que "o

meio é a mensagem". Uma marca, uma capa específica, a forma de manusear o aparelho, tudo isso tem um significado, tudo isso passa uma mensagem.

Provavelmente ele não se contentaria com os exemplos acima e partiria para o impacto que talvez seja o mais profundo dos *smartphones*: a mudança nas relações humanas. Mais do que as pequenas mudanças em atividades corriqueiras, esses aparelhos mudaram a forma com que as pessoas se relacionam inclusive consigo mesmas, enfatizando o caráter narcísico de alguém que se sente hipnotizado pela extensão de seu próprio ser em uma nova forma.

> O que importa neste mito é o fato de que os homens logo se tornam fascinados por qualquer extensão de si mesmas em qualquer material que não seja o deles próprios. Tem havido cínicos que insistem em que os homens se apaixonam profundamente por mulheres que reflitam sua própria imagem (...). É claro que seus sentimentos a respeito da imagem refletida teriam sido bem diferentes, soubesse ele que se tratava de uma extensão ou repetição de si mesmo. E não deixa de ser um sintoma bastante significativo das tendências de nossa cultura marcadamente tecnológica e narcótica. (MCLUHAN, 1964, p. 59).

"Celulares são para pessoas em movimento" (BAUMAN, 2004, p. 54). O *smpartphone*impõe um novo ritmo às pessoas. Um ritmo frenético, que exige atenção, velocidade e conexão. Ainda que as conexões sejam transitórias, frágeis e desgastantes, elas constituem uma espécie de refúgio simbólico para os indivíduos.

> Dentro da rede, você pode sempre correr em busca de abrigo quando a multidão à sua volta ficar delirante demais para o seu gosto. Graças ao que se torna possível desde que seu celular esteja escondido com segurança no seu bolso, você se destaca da multidão — e destacar-se é a ficha de inscrição para sócio, o termo de admissão nessa multidão. (BAUMAN, 2004, p. 55)

E aqui chegamos ao último ponto da análise, que é refletir sobre em que medida o conteúdo do meio nos cega para sua natureza e sobre como ele interfere na noção de tempo e espaço. No trecho que se segue ao exposto acima, Bauman (2004, p. 55) cita justamente esse efeito inverso provocado pelo meio, que permite aos que se mantém à parte permanecer em contato e aos que permanecem em contato se manter à parte. Pode-se estar no meio de uma multidão e ainda assim, isolado em si mesmo no aparelho celular. Do mesmo modo, pode-se estar sozinho em casa, mas sentir-se parte de uma multidão.

Fazer parte de redes sociais, estar em contato constante com pessoas distantes, compartilhar experiências em tempo podem gerar a impressão de fortalecimento dos laços interpessoais, de maior interação entre os indivíduos e de aproximação. No entanto, essa impressão é ligada ao

conteúdo do *smartphone*, que, para McLuhan, conforme vimos anteriormente, não passa de distração.

Se levarmos em conta a forma do aparelho e o fato de que seu manuseio é individual e pessoal, naturalmente essa impressão de aproximação social cai por terra, uma vez que o pré-requisito para se utilizar um *smartphone* é a dedicação da atenção exclusivamente a um objeto e não a uma pessoa. Um dos grandes paradigmas da sociedade atual é justamente o distanciamento das pessoas e a aproximação dos meios tecnológicos. Até que ponto isso é, de fato, positivo? Como não pretendemos defender nenhum extremo, pessimista ou otimista, nos limitaremos ao questionamento sobre a balança que pesa as vantagens e desvantagens *smartphone* enquanto meio que interfere no desenvolvimento de uma sociedade. De todo modo, a intenção desse trabalho é mostrar que sim, estamos diante de uma nova extensão do homem, considerando a perspectiva de Marshall McLuhan.

5 CONCLUSÃO

À medida que a tecnologia tenta submeter cada vez mais o planeta como um todo, como também o conteúdo da consciência aos propósitos da inteligência factiva do homem, cumpre-nos examinar o processo inteiro da transformação mágica, aguda e extensivamente. Até que ponto devemos permitir que nosso ritmo seja ditado pelos meios que nos envolvem? Muito embora seja praticamente impossível abrir mão deles, é preciso resistir ao envolvimento cego cuja consequência é uma robotização cada vez maior da existência.

Se desconectar é mais desafiador do que se conectar. Permanecer só, discreto ou distante das intensas interações com o outro é mais difícil do que publicizar cada passo de nossa rotina. Saber o que se passa na Coreia do Norte é mais corriqueiro do que conhecer o vizinho do andar de baixo. Nos sentimos poderosos por romper barreiras de tempo e espaço, mas não percebemos quanto tempo dedicamos inconscientemente à dependência desse pequeno aparelho.

Tudo isso ocorre não pelo conteúdo fornecido pelos *smartphones per si*, mas pelas, aparentemente simples, características do aparelho, que é portátil; fornece fácil, barata e rápida conexão à internet; é distribuído por marcas que imprimem status a quem as porta, tendo se transformado em objetos de desejo e ostentação; é a distração das crianças e a companhia dos idosos; e é colocado como indispensável nos momentos mais importantes de nossas vidas, para um registro que em outros tempos estaria a cargo de terceiros.

Assistimos shows e espetáculos pela tela dos celulares, filmando algo que nunca iremos assistir, pelo injustificado pavor de não ter aquele momento registrado. Diante de uma tragédia, nos

furtamos à ajuda, mas permanecemos no local, registrando tudo para falar que estivemos ali. Deixamos nossa vida de lado para acompanhar vidas de pessoas que sequer conhecemos. A reflexão que fica é a mesma feita por McLuhan (1990) ao final de *Visão, Som e Fúria* – os valores humanos devem permanecer acima de qualquer tecnologia e nosso papel diante da tentativa de transformação do homem e do meio é nos manter vigilantes e inspecionar a defesa desses valores dentro da própria consciência.

Ademais, não podemos ignorar que as mudanças provocadas pelos *smartphones*, principalmente no que diz respeito à política e ao exercício da cidadania, devem ser investigadas e aprimoradas, para que, cada vez mais, os meios não se tornem barreiras entre o cidadão e a verdade, para que não se tornem instrumento de desigualdade, mas sim uma ferramenta que possibilite uma formação de cidadãos e políticos mais conscientes, com a certeza de que as informações corretas estão disponíveis na palma da mão.

THE SMARTPHONE AS AN EXTENSION OF MAN FROM THE CONCEPTS OF MARSHALL MCLUHAN

ABSTRACT

This paper proposes the reflection on the smartphone, or "smart phone" as an extension of man from the perspective of theorist Marshall McLuhan. The analysis is based on the Canadian School's conception of the impact of technological means on societies and considering Martino and Castells' conceptions of what communication is. The intention is to measure the size of this extension from the intensity of the impacts of this medium on people's rhythm of life and to discuss the extent to which they are responsible for dictating the pace of one's activities.

Keywords: Smartphone; Communication; Marshall McLuhan.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2004

CANCLINI, N. G. **Leitores, espectadores e internautas**. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas.** São Paulo: Paulus, 2008.

HOHLFELD, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (orgs) **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

MAINERI, Tiago; ROMANI, Douglas. Comunicação, Internet e Contra-hegemonia: o interesse público na sociedade midiatizada. In: MORAES, A.T.; SIGNATES, L. (orgs). **Cidadania comunicacional:** teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: FIC/UFG, 2016.

MANTOVANI, Camila. **Telefonia Celular: Informação e Comunicação em Novo Espaço de Fluxos.** Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/79903392067139223359944593220619405378.pdf. Acesso em 12 jul 2019

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MCLUHAN, Marshall. Visão, Som e Fúria. In LIMA, L.C. **Teoria da Cultura de Massa**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. P. 145 – 156.

NERY, V. C. A.; TEMER, A. C. R. P. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: EDUFU, 2009

SAMSUNG. Disponível em: https://www.samsung.com/br/support/mobile-devices/what-is-the-difference-between-smartphone-and-mobile-phone/. Acesso em 12 jun 2019.

SANTOS et al.,**Internet das coisas: da teoria àprática**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://homepages.dcc.ufmg.br/~mmvieira/cc/papers/internet-das-coisas.pdf. Acesso em 13 jul 2019

RAMONET, Ignácio. A explosão do jornalismo na era digital. MORAES, Dênis de; SERRANO, Pascual; RAMONET, Ignácio. **Mídia, Poder e Contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. Tradução Karina Patrício. São Paulo: BOITEMPO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 92 – 112

DESLOCAMENTO DE FALA: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO NO TWITTER

Rafael borges Marques
Tiago Mainieri

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo elucidar e discutir quais são as estratégias discursivas do presidente Jair Bolsonaro, por meio da análise do seu perfil na rede social Twitter. A campanha de Bolsonaro à presidência é notoriamente conhecida pela utilização da lógica de compartilhamento de discursos na internet em seu favor. Mesmo depois de eleito, o presidente continua utilizando de suas páginas pessoais em redes sociais como Facebook e Twitter para se comunicar com seus eleitores, onde praticamente não existe barreira entre os discursos do presidente e seus seguidores. Ao contrário de um perfil oficial do cargo, que é um braço da comunicação governamental e, portanto, deve seguir as diretrizes que norteiam a comunicação feita pelo Estado, o perfil pessoal está somente sujeito às regras de utilização da plataforma. O agravante nesta dinâmica é que Bolsonaro, que já contava com grande número de seguidores nas redes socais, utiliza seus perfis pessoais para falar como presidente, frequentemente dando notícias de governo em primeira mão através delas, por exemplo. A pesquisa se configura em pesquisa exploratória e possui como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, de acordo com a definição de Gil. São acionados os conceitos de discurso, poder, redes e comunicação, pelas perspectivas de Orlandi, Castells, Van Dijk dentre outros autores para fortalecer a discussão. Realiza também uma análise do discurso do perfil do presidente no Twitter, a partir de tweets selecionados por sua pertinência ao argumento deste trabalho durante o período de novembro de 2018, data da eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República, até julho de 2019, quando se completou o primeiro semestre de seu governo. Em suma, percebe-se que Bolsonaro desloca o local de discurso institucional da Presidência para seu perfil pessoal de forma que tenha liberdade de enunciação sem obrigação de cumprimento dos princípios legais que regem a comunicação governamental.

Palavras-chave: Twitter; Bolsonaro; Sociedade em rede; Discurso.

1 INTRODUÇÃO

Falar dos impactos que a internet trouxe à sociedade parece maçante, até tautológico. Ela é tão presente em nossas vidas que parecemos tomá-la como natural. A geração Z com certeza o faz. Porém, assim como toda tecnologia que impacta a sociedade desta maneira, como o foram a máquina a vapor ou a eletricidade, por exemplo, essa naturalização traz consigo uma série de novas consequências. Enquanto testemunhamos uma nova forma de sociedade surgir, sofremos com novos problemas que ela gera.

As instituições, de forma conservadora, se norteiam por verdades estabelecidas e talvez debatidas socialmente, por um consenso do que deve ser feito a partir da experiência e quiçá visando o interesse público. Porém, novos fenômenos sociais por vezes não encontram enquadramento devido no arsenal de reações destas instituições. Violações de dados pessoais,

desinformação e a capacidade de linchamento de reputações são exemplos de fenômenos oriundos da existência da internet com os quais as instituições têm de lidar.

Geralmente, o Estado é o maior responsável pela ordem social e pelo zelo com o bem-estar da sociedade. Sua estrutura é gerida por governos que, norteados por determinados objetivos, conduzem municípios, estados e países com o compromisso de respeitar suas instituições constituintes, físicas e imateriais. O Ato de governar, portanto, deve ser norteado pela probidade[106] – pelo menos é o que se é esperado. Porém, como sabemos, a gestão de territórios democráticos no mundo contemporâneo se torna impossível sem o uso de meios de comunicação de massa desde o século XX. O Estado necessita informar aos cidadãos sobre a coisa pública. Mais ainda, os cidadãos e diversas instituições demandam não só informação, mas também comunicação com o Estado.

Se a lógica dos meios de comunicação de massa, como bem demonstra Thompson (1998), foi marcada por uma concentração de poder simbólico na mão dos proprietários dos meios, a internet rompeu essa lógica ao proporcionar um meio de acesso à informação e diálogo que era independente destas empresas tradicionais. A internet, então, pareceria uma utopia comunicacional aos olhos dos espectadores de seu surgimento. Na verdade, a democratização de acesso a informação proporcionada pela internet ameaçou o poder do jornalismo:

> Se ninguém controla o jornalismo nas sociedades democráticas, as novas capacidades que a internet oferece aos jornalistas e ao público na obtenção de dados e de acesso à informação, a proliferação de canais e a explosão de locais de comunicação e de informação, nomeadamente os milhares de sites no ciberespaço, as novas oportunidades de acesso aos jornalistas para as vozes alternativas da sociedade, são fatores que apontam para a debilitação do controle político do jornalismo e para a existência dum campo jornalístico que é cada vez mais uma arena de disputa entre todos os membros da sociedade (TRAQUINA, 2005, p. 210).

Poderíamos argumentar que essa democratização empoderou o cidadão ao eliminar intermediários, *gatekeepers* que decidiam sobre o que e como seu público deveria saber da realidade. Poderíamos argumentar também que a conexão direta entre cidadãos e governos, antes intermediada através de publicidade governamental nestes meios tradicionais, agora tornaria mais fácil a prestação de contas da coisa pública, a disseminação de informação de interesse público e o diálogo entre Estado/governo e sociedade. Estas afirmativas tem sua parcela de verdade, sim, mas

[106] Item V, Seção III, Capítulo II da Constituição Federal de 1988. Trata das Responsabilidades da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24/08/2019.

são ingênuas ao ignorar a relação íntima da comunicação com o poder, e que onde quer que haja mecanismos de poder há a disputa para tê-los.

A presidência da república é o cargo de maior destaque da política brasileira. Como bem observado por Carvalho (1996), o executivo é historicamente percebido e exercido de forma paternalista e soberana. Talvez resquício de uma monarquia, o presidente é visto como maior responsável pelo país e, consequentemente, pelos seus problemas e sucessos. Aos órgãos parlamentares não sobram tantos holofotes.

O presidente atual do Brasil, Jair Bolsonaro, adotou uma estratégia de comunicação com seus públicos que obedeceu à mesma que o elegeu, usando redes sociais para informar e dialogar com seus eleitores. A apropriação de mídias digitais pelos governantes não é um problema, pelo contrário, governantes devem acompanhar os hábitos sociais vigentes para conseguir dialogar com sua população. Comunicação pública pode ser alcançada através da internet.

Porém, há de se questionar essa apropriação, se ela obedece aos princípios constitucionais. Segundo a Constituição Federal de 1988, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo proibida a inclusão de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (BRASIL, 1988, CF). Também na Lei da Administração Pública, que em seu Artigo 2º trata da obrigação do serviço público de se guiar pelo interesse público e exige "objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades" (BRASIL, 1999, Lei nº 9.784). Quaisquer tentativas de burlar estes princípios em novas mídias ainda não regulamentadas por lei devem ser combatidas.

Mas as instituições e, consequentemente, a legislação, por vezes não conseguem lidar com problemas oriundos de novos fenômenos sociais. E é de um destes problemas que surge este trabalho. O presidente Jair Bolsonaro utiliza, simultaneamente, as contas em redes sociais oficiais de seu cargo e suas contas pessoais. Porém, a lógica de utilização parece demonstrar uma prioridade comunicacional de suas redes pessoais em detrimento das redes oficiais. Em outras palavras, o presidente, desde eleito, continua usando suas contas pessoais para tratar de assuntos de governo e de interesse público, não de forma excludente, mas em detrimento das contas oficiais do Planalto nestas mesmas redes.

O deslocamento do discurso da presidência, enquanto instituição, de uma conta oficial, que está sob a égide da legislação, para sua conta privada, que está sob a proteção de privacidade e liberdade concedidas a qualquer usuário, é um fato bastante significante. Buscando compreender a

natureza deste deslocamento, e tomando como recorte a plataforma do Twitter, este trabalho busca identificar e discutir as estratégias discursivas de Jair Bolsonaro nessa rede social.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DISCURSO E PODER

Os discursos não são somente um compilado de frases em um enunciado. Tampouco são nossos os seus sentidos. Como afirma Orlandi (1994, p. 53), o discurso deve ser compreendido dentre sua história, linguagem e contexto, através do seu efeito entre os indivíduos. O discurso parte de um contexto, com um locutor organizando elementos da linguagem, com esperança que seus interlocutores a dominem, para enunciar algo sobre o mundo.

Esta perspectiva traz a noção de que a intermediação dos indivíduos com a realidade se dá através de discursos. Usamos a linguagem para estruturar discursos para interpretar o mundo. Estas interpretações de mundo, segundo Foucault (1970) se guiam por uma busca da verdade, uma perspectiva do mundo que siga parâmetros institucionalizados e sejam majoritariamente aceita entre aqueles com poder de discurso. Nesta capacidade de predominância de discursos sobre discursos, de verdades sobre verdades, reside uma das mais importantes faces do discurso que se cruzam com o poder. Segundo Castells (2015), poder é:

> [...] a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder. O poder é exercido por meio de coerção (ou a possibilidade de coerção) e/ou pela construção de significado com base em discursos por meio dos quais os atores sociais orientam suas ações (CASTELLS, 2015, p. 57).

Para Foucault (1970), em toda sociedade a produção do discurso é eixo central da disputa de poder, pois criam-se mecanismos de exclusão dos indivíduos do ato discursivo a fim de mantê-los nas mãos outros indivíduos. A questão do acesso ao poder também é debatida por Van Dijk (2008, p. 88-89), que afirma que a restrição de acesso ao discurso é uma forma de violência de poder, já que o discurso dominante tem a capacidade de influenciar as estruturas de texto e de fala e, como resultado, o conhecimento, as ideologias, as atitudes, as normas e valores dos receptores daquele discurso. O cerne da questão é o acesso ao discurso, que frequentemente está nas mãos de grupos

dominantes nas diversas esferas sociais, e que reproduzem e mantêm discursos que beneficiem eles mesmos.

2.2 REDES E COMUNICAÇÃO

Ambiente genitor da temática deste artigo, a internet influencia as relações de poder. Manuel Castells (1999) também entende que a tecnologia tem papel central na construção da sociedade, embora não a defina imperativamente. O autor (ibid., p. 51-53) aponta três fundamentos que a definem e são diretamente impactadas pelas revoluções tecnológicas: produção, experiência e poder. Produção é a ação da humanidade sobre a natureza, para apropriar-se dela e transformá-la para quaisquer fins. Experiência é a ação dos sujeitos sobre si mesmos, determinada pela interação entre suas identidades (biológicas e/ou culturais) em relação a seus ambientes (sociais e/ou naturais). Poder é a relação entre os sujeitos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial (ou real) de violência física ou simbólica.

Na nova revolução tecnológica, cerne do que o autor chama de Era da Informação, Castells (1999, p. 53-54) identifica um novo modo de desenvolvimento, o informacional, onde a fonte da produtividade baseia-se em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) para gerar conhecimentos, processar informações e comunicar símbolos. Esta lógica de rede da internet, segundo o autor (ibid., p. 89), cria uma lógica que pode ser aplicável a todo elemento que pode ser conectado eletronicamente, culminando no que o autor chama de Sociedade em Rede.

O novo paradigma da tecnologia desta Sociedade em Rede, segundo Castells (1999, p. 107-109), é marcado por cinco características: 1) A informação é sua matéria-prima, são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia; 2) A penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados pelo novo meio tecnológico; 3) A lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações contemporâneas, usando essas novas tecnologias da informação; 4) A flexibilidade: processos, organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização de seus componentes; e 5) A crescente convergência: de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir separadamente.

Em outra obra, Castells (2015, p. 58-65) analisa as relações de poder na Sociedade em Rede, e identifica o papel central da comunicação na Era da Informação. Entendendo que a dominação se

dá através das instituições, mas o poder é relacional e transcende toda instituição, Castells (2015) afirma:

> Nosso contexto histórico é caracterizado pelos processos contemporâneos de globalização e pelo surgimento da sociedade em rede, ambos dependentes das redes de comunicação que processam o conhecimento e as ideias para criar e destruir a confiança, a fonte decisiva do poder. (CASTELLS, 2015, p. 63).

A confiança, portanto, seria a base para estratificar discursos que legitimam o poder. E, segundo o autor (ibid., p. 62) o poder legitimado através da confiança é muito mais eficiente do que a força ou o dinheiro. Entender esta dinâmica é valiosa para se analisar as disputas de poder entre instituições estabelecidas e discursos ou redes de contra-poder. Nesta perspectiva, o poder na sociedade em rede é o poder da comunicação, pois vivenciamos uma sociedade hiperconectada que vive uma quase onipresença da internet, onde redes de comunicação podem ter o poder de eleger um presidente, por exemplo.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE

A questão-problema que norteou a execução deste trabalho foi: quais são as estratégias discursivas do presidente Jair Bolsonaro no Twitter[107]? O objetivo é elucidar e discutir estas estratégias, tomando como recorte o perfil pessoal de Jair Bolsonaro. O corpo de pesquisa foram os tweets no perfil pessoal de Bolsonaro que possuíam conteúdo relevante ao argumento deste trabalho. O recorte foi de novembro de 2018, quando Bolsonaro foi eleito, até julho de 2019, quando se concluiu seu primeiro semestre como Presidente da República. Classificamos esta pesquisa como exploratória que, de acordo com a definição de Gil (2002, p.41), objetiva proporcionar uma maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito. A metodologia foi de pesquisa bibliográfica (Gil, 2008), com a pesquisa dos conceitos relacionados ao tema em suas inter relações.

Para analisar os perfis, utilizamos a metodologia de análise do discurso, que, segundo Orlandi (2009, p. 26) objetiva compreender como um objeto simbólico produz sentidos, e como ele possui significância para sujeitos e por sujeitos. A análise do discurso, portanto, analisa o texto além dele mesmo, de acordo com suas condições e mecanismos como partes constituintes de sua significação. Segundo Praxedes (2011):

> A Análise de Discurso preocupa-se com o sujeito do discurso e com o discurso do sujeito, levando em consideração a textualidade produzida (sentidos) em condições materiais históricas e ideológicas, articulando assim [...] o linguístico, o social e o histórico, dando ênfase não somente ao que está

[107] O Twitter é uma rede social criada em 2006 que permite aos seus usuários a publicação, visualização e compartilhamento de pequenos textos de até 140 caracteres além de imagens e vídeos. Saiba mais sobre em: https://twitter.com/. Acesso em 23/08/2019.

> dito, mas também o que está implícito no texto: aquilo que não está dito e que também está significando (PRAXEDES, 2011, p. 61).

Para iniciar a análise dos perfis, devemos considerar as condições de produção, para compreender os sujeitos e contexto. Em relação ao contexto imediato, apresentaremos as circunstâncias de enunciação de cada perfil, de acordo com Orlandi (2009).

Em primeiro lugar, o perfil do Palácio do Planalto, que foi criado em 2009 e possui 940 mil seguidores. Sua descrição no perfil é: "Perfil oficial. Acompanhe em tempo real notícias e bastidores do Palácio do Planalto e da Presidência da República". A pré-existência do perfil já indica que ele é uma instituição pública, pertencente ao Estado e semi-independente de governantes. Sua data de criação nos mostra que foi criado no primeiro mandato de Dilma Rousseff e foi utilizado nos dois mandatos da mesma, e também por Michel Temer, que assumiu a presidência após o *impeachment* de Dilma, em 2016, e hoje é utilizado por Bolsonaro. A descrição do perfil já informa sua função, que é informar notícias das instituições Palácio do Planalto e Presidência da República. A foto de capa na Figura 1[108] traz uma arte comemorativa dos 200 dias completos de governo.

Figura 1: *Printscreen* do perfil do Palácio do Planalto no Twitter.

Fonte: Twitter.

Em segundo lugar, o perfil de Jair Bolsonaro, que foi criado em 2010 e possui mais de 4 milhões de seguidores. Sua descrição no perfil é: "Capitão do Exército Brasileiro, eleito 38° Presidente da República Federativa do Brasil". Bolsonaro possui mais de duas décadas de carreira política e o perfil na rede existe desde 2010, provando que o perfil é pessoal, se mantendo o mesmo independentemente dos cargos ocupados pelo político. A descrição do perfil reafirma este caráter de

[108] Disponível em: https://twitter.com/planalto. Acesso em 12/07/2019.

perfil privado ao também informar que Bolsonaro é militar reformado. A foto de capa do perfil, mostrada na Figura 2[109], traz o slogan de campanha de Bolsonaro, e a sua titulação.

Figura 2: Printscreendo perfil de Jair Bolsonaro no Twitter.

Fonte: Twitter.

Outra instância da análise é o contexto amplo que, para Orlandi (2009, p. 31), é o que "traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições". O perfil do Planalto, como pertencente à administração pública, deve seguir os princípios constitucionais da impessoalidade, da imparcialidade e do interesse público. Além disso, ele está sob constante vigilância da mídia, da sociedade, do terceiro setor e de outros órgãos do Estado, o que traz responsabilidades e deveres com as informações e notícias que ele veicula. Diversos discursos de contra-poder procuram nas falhas de discurso das instituições estabelecidas, como a Presidência da República, para disputarem o poder.

Em relação ao contexto amplo do perfil pessoal de Bolsonaro, ele somente deve obedecer às regras de uso da plataforma[110], que é uma empresa privada. Estas regras vetam a promoção, incentivo e/ou glorificação de violência, terrorismo, exploração sexual de menores, assédio, conduta de ódio, violência explícita, conteúdo sexual, produtos/serviços ilegais ou regulamentados, divulgar informações pessoais de outrem. Também é proibido manipular a plataforma, inclusive para influenciar eleições, usar de falsa identidade e violar direitos autorais ou de marca.

A lógica de rede da internet cria empresas que se adaptam muito facilmente a novas condições, de forma que algumas destas políticas foram criadas graças a problemas gerados recentemente pelo mau uso da plataforma. Não objetivamos aqui] analisar o intradiscurso dos*tweets* de Bolsonaro para apontar os casos em que ele pode ter violado as regras de uso do

[109] Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro. Acesso em 20/08/2019.
[110] Disponível em: https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/twitter-rules. Acesso em 20/07/2019.

Twitter, enquanto usuário, mas, talvez, o caso mais infame tenha sido aquele em que o político veiculou um vídeo de conteúdo sexual para criticar foliões no carnaval, mostrada na figura 3[111].

Figura 3: Print do perfil pessoal de Bolsonaro com conteúdo sexual.

Fonte: Twitter.

Para além do intradiscurso, o que é de fato dito, Orlandi (2009) trata do interdiscurso, que é a memória discursiva, ou "o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra" (ORLANDI, 2009, p. 31). O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa. Tomemos por exemplo o caso recente de uma manifestação preconceituosa de Jair Bolsonaro sobre os governadores do Nordeste, quando chamou-os de "paraíbas"[112]. O perfil oficial do Planalto não publicou nada sobre o assunto, apenas informou sobre a inauguração de um aeroporto na Bahia. O não dito neste caso é significativo ao gerar efeito de sentido que a página, embora gerida pelos governantes, ainda se abstém de tomar partidos em polêmicas que fogem ao seu objetivo institucional.

Enquanto isso, o perfil pessoal de Bolsonaro publicou vários *tweets* sobre o assunto, rebatendo críticas e fazendo acusações. Um dos *tweets*de mais destaque, mostrada na Figura 4[113], é

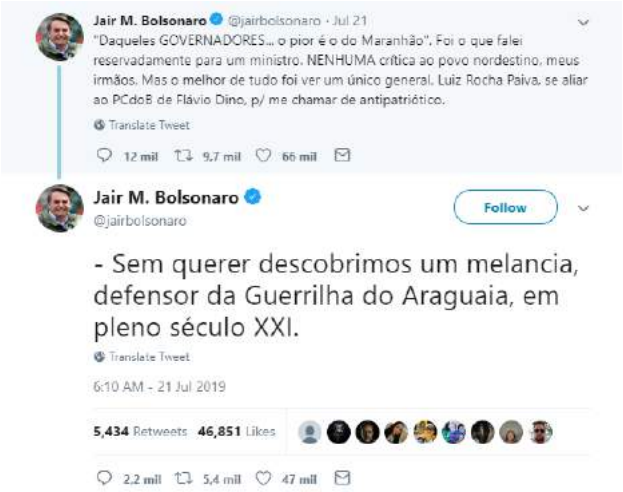
[111] O *tweet* original foi excluído por contrariar as regras de uso da plataforma. Saiba mais em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/03/video-no-twitter-de-bolsonaro-sobre-golden-shower-e-excluido-cjtj9bdj1043r01k05o4n4v5g.html. Acesso em 20/08/2019.

[112] Saiba mais em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/termo-paraiba-usado-por-bolsonaro-reflete-preconceito-ao-nordeste-e-cabe-punicao.shtml. Acesso em 23/07/2019.

[113] Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1152928888600899585. Acesso em 20/08/2019.

um em que Bolsonaro acusa um General que o criticou de ser uma "melancia"[114]. Melancia, cabe apontar, é um termo usado para nomear militares que seriam comunistas. Além disso, acusa o General de apoiar a Guerrilha do Araguaia, movimento revolucionário comunista contra a ditadura militar que ocorreu entre os anos 60 e 70. O destrato deste tipo com o crítico tem o objetivo de despertar a memória do comunismo e, consequentemente, do anti-comunismo, que é uma ideologia pregada pelo político e seu público. O discurso, desta forma, tenta excluir de fala o crítico ao reafirmar o discurso compartilhado entre os seus praticantes ao mesmo tempo em que evoca uma memória discursiva em seu intradiscurso.

Figura 4: Printscreendo perfil pessoal de Bolsonaro com crítica a General.



Fonte: Twitter.

Além das relações de sentido, destacam-se as relações de força, que afirmam que "o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz" (ORLANDI, 2009, p. 39). Esta perspectiva é importante quando observamos a dinâmica das relações de poder na sociedade em rede, onde o acesso à comunicação e ao discurso é livre. Terra (2011) compreende o usuário das redes sociais não apenas como um leitor ou receptor das mensagens, ela também apresenta o conceito do usuário-mídia, um ator participante e crítico no diálogo entre instituições e públicos, capaz de tornar a si mesmo uma mídia alternativa. Esta capacidade de se tornar mídia está diretamente ligada à capacidade comunicativa e de influência, e, portanto, de poder.

[114] Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/no-twitter-bolsonaro-chama-general-que-o-criticou-de-melancia/. Acesso em 23/07/2019.

Embora possuam regras de uso, a popularidade de influenciadores na rede se dá por logaritmos que leem dados sobre reatividade e engajamento, nada sobre veracidade ou contribuição social. O que vale, portanto, é a ressonância do que é dito e não o que é dito. Assim, o usuário mídia pode obter sucesso ao criar um eficiente mecanismo imaginário. Segundo Orlandi (2009) o mecanismo imaginário "produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica" (ORLANDI, 2009, p.40). Por exemplo, quando Bolsonaro se apresenta como Capitão do Exército ou quando cita sua oposição como pessoas do "mal", "inimigas da democracia e liberdade" ele aposta numa estratégia de construção de um mecanismo imaginário que beneficie seu discurso, como exemplificado pela Figura 5[115]. Mais uma vez, em nenhum momento o perfil do Planalto fez qualquer publicação citando partidos de oposição.

Figura 5: Printscreendotwitter pessoal de Bolsonaro maculando sua oposição.

Fonte: Twitter.

Até agora todas as estratégias discursivas apontadas mostraram que Bolsonaro utiliza seu perfil pessoal de forma muito mais apelativa ao seu público do que o perfil do Planalto. Isso poderia ser defensável, afinal, todos temos perfis pessoais em redes onde temos total liberdade de publicarmos o que quisermos, desde que respeitando as regras de uso das plataformas. Porém, outro elemento constituinte das relações de força é a forma-sujeito, que é a "forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais" (ORLANDI, 2006, p. 18). A forma-sujeito é a mais importante desta análise por nos demonstrar, finalmente, a origem do enunciador destes discursos.

[115] Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1150044228828966914. Acesso em 20/08/2019.

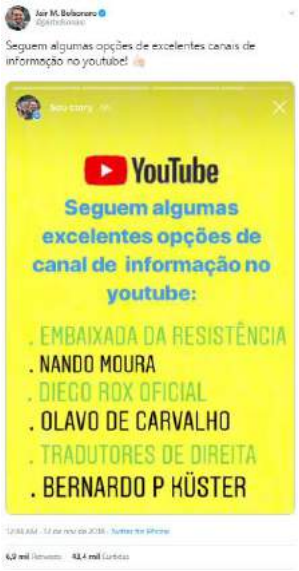
D'Ancona (2018) demonstrou que Donald Trump, o atual presidente dos Estados Unidos, alcançou o cargo graças a uma ação coordenada de desinformação que só foi possível graças à existência das redes de compartilhamento de discursos, por vezes falsos, que beneficiaram sua campanha. O cargo máximo da maior potência mundial foi alcançado graças a redes de comunicação na internet. E, como diversos estudos correntes apontam, Bolsonaro parece ter se beneficiado do mesmo fenômeno que D'Ancona (2018) chama de desinformação.

Graças à lógica das redes, usuários-mídia populares tornam-se emissores de discursos que alcançam esplendorosa repercussão, disputando a verdade e o poder com instituições estabelecidas. Como afirma D'Ancona (2018, p. 59), a política contemporânea é a política do espetáculo. E, assim, tornando-se tão populares e influentes nas redes, estes expoentes desta política do espetáculo conseguem conquistar o poder e, talvez, a verdade.

Portanto, o problema da forma-sujeito de Bolsonaro é que ele faz parte de um fenômeno que parece ter a pretensão de transcender o cargo e a instituição da Presidência. De fato, o seu número de seguidores é exponencialmente maior que o do Planalto. O próprio Bolsonaro já afirmou que suas redes sociais são seu principal meio de comunicação com a população e continuadamente desacredita a imprensa tradicional, chegando a bloquear críticos e jornalistas que usam a plataforma[116]. No exemplo da Figura 6[117], *tweet* publicado por ele enquanto eleito mas ainda sem tomar posse, ele recomenda como fonte de informação canais de outros usuários-mídia que são seus apoiadores.

Figura 6: Printscreendotwitter de Bolsonaro indicando usuários-mídia.

[116]Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-bolsonaro-bloquear-jornalista-no-twitter-filho-diz-que-e-piada-acusa-lo-de-calar-imprensa,70002656570. Acesso em 23/07/2019.
[117] Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1061809199196368896. Acesso em 20/08/2019.



Fonte: Twitter.

Bolsonaro promove, assim, um deslocamento do principal local de discurso do Presidente, enquanto instituição, para seu perfil pessoal, onde ele tem a liberdade de dizer o que quer, sem as amarras legais que regem os meios de comunicação oficiais do Estado. Este deslocamento é problemático quando observamos que o sujeito que emite os discursos não só alcançou o poder graças a redes de comunicação digitais como também goza de grande influência nestas redes.

4 CONCLUSÃO

No início do texto apontamos como as instituições encontram dificuldades em acompanhar os cada vez mais frequentes fenômenos sociais que a internet proporciona. Como demonstramos durante o texto, a política é ambiente fértil para qualquer nova forma de disputa de poder, principalmente através do discurso.

Como dissemos em várias oportunidades, Bolsonaro admira e se espelha muito em Donald Trump, enxergando nele - e, talvez, em si mesmo - um bastião de um movimento conservador que chegou ao poder nos dois países. De fato, há semelhança entre os dois, suas eleições e formas de uso das redes sociais são exemplos. Donald Trump, por exemplo, também usa o seu Twitter pessoal como meio oficial de comunicação da Casa Branca e também bloqueia jornalistas e críticos no Twitter[118].

[118] Saiba mais em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/29/donald-trump-recorre-de-decisao-judicial-que-bloqueou-recursos-para-muro-na-fronteira.ghtml. Acesso em 23/07/2019.

O deslocamento de discurso do presidente para a rede, como demonstrado, traz vários problemas ainda não resolvidos pela legislação. Aponta vários embates entre outras instituições, como mídia e organizações governamentais. O uso das redes por Bolsonaro se beneficia deste deslocamento para ter liberdade de enunciar seus discursos que beneficiam, por sua vez, seu próprio poder enquanto presidente e usuário-mídia.

Enfim, a sociedade contemporânea tem ferramentas comunicacionais extraordinárias que podem servir para emancipação de discursos dominantes, acesso ao discurso por minorias e produção de discursos de contra-poder para mudanças sociais. O que carecemos, portanto, é de medidas institucionais para reagir àqueles que as usam para beneficiar somente a eles mesmos, medidas para garantir o interesse público. Na sociedade em rede, a comunicação tem um poder incrível e, como todo poder, devemos exigir que ele seja passível de *accountability*.

DISCOURSE DISPLACEMENT: PRESIDENT BOLSONARO'S DISCURSIVE STRATEGIES ON TWITTER

ABSTRACT

This study has the objective to clarify and discuss what the president's discursive strategies are by analyzing his profile on the social network Twitter. Bolsonaro's presidential campaign is notoriously well-known for using discourse-sharing logic on the internet to his advantage. Even after being elected, the president continues to use his personal pages on social networks such as Facebook and Twitter to communicate with his voters, where there is virtually no barrier between the president's speeches and his followers. Unlike an official job profile, which is an arm of government communication and therefore must follow the guidelines that guide state communication, the personal profile is only subject to the rules of use of the platform. What's aggravating in this dynamic is that Bolsonaro, who already had a large following on social media, uses his personal profiles to speak as president, often giving first-hand government news through them, for example. The research is configured in exploratory research and has as methodological procedure the bibliographic research, according to the definition of Gil. The concepts of discourse, power, networks and communication are triggered by the perspectives of Orlandi, Castells, Van Dijk among other authors to strengthen the discussion. It also conducts an analysis of the president's profile speech on Twitter, from tweets selected for their relevance to the argument of this work during the period of November 2018, date of the election of Jair Bolsonaro as President of the Republic, until July 2019, when the first half of his government was completed. In short, it can be seen that Bolsonaro shifts the presidential institutional discourse venue to his personal profile so that he has freedom of enunciation without obligation to comply with the legal principles governing government communication.

Keywords: Twitter; Bolsonaro; Network society; Discourse.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Brasília, DF, 1988. Acesso em 23/07/2019.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Brasília, DF. 1999. Acesso em 06/07/2019.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2015.

D'ANCONA, Mattew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fakenews.** Ed. Faro Editorial: Barueri, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Leçoninaugurale ao Collège de France prononcéele 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971. Tradução de Edmundo Cordeiro e António Bento. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf. Acesso em 20/08/2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

ORLANDI, Eni.**Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas:

Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni. **Discurso, imaginário Social e Conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994

PRAXEDES, Lení. **O ensino-aprendizagem da produção textual: um estudo a partir dos textos produzidos por alunos do ensino fundamental.** Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/ Instituto de Educação. Disponível em https://docplayer.com.br/11951039-Leni-santana-praxedes-o-ensino-aprendizagem-da-producao-textual-um-estudo-a-partir-de-textos-produzidos-por-alunos-do-ensino-fundamental.html Acesso em julho de 2019.

TERRA, Carolina. **Usuário-mídia**: a relação entre a comunicação organizacional e o conteúdo gerado pelo internauta nas mídias sociais. USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-02062011-151144/pt-br.php>. Acesso em 07/07/2018.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Ed. Vozes: Rio de Janeiro. 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. d., 2005 224p.

VAN DIJK, Teun. **Discourse and Power**. Nova York: Pallgrave McMillan. 2008.